

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 20/2023
De 26 de outubro a 08 de novembro de 2023



16-20 OCTOBER 2023

FAO | **WORLD FOOD FORUM**

YOUTH ACTION | SCIENCE & INNOVATION | INVESTMENT

Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2023

 Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS

 FIOCRUZ
120
ANOS
PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

11 Declaração dos Diretores do Comitê Permanente Interagências (Inter-Agency Standing Committee – IASC) sobre a situação em Israel e no Território Palestino Ocupado: “*Precisamos de um cessar-fogo humanitário imediato*”

14 Direito e desordem internacional – *Embaixador Adhemar Bahadian*

16 O cerco à Faixa de Gaza - *Embaixador Cesário Melantonio Neto*

18 Crise humanitária em Gaza e o relógio contra o tempo em Genebra - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

26 Da impotência e frustração à esperança – forma e conteúdo na política de direitos humanos e a necessidade urgente de conquistar a autonomia do Estatuto dos Direitos Humanos como marco articulador e de poder legitimador do Sistema das Nações Unidas ou assumir sua dissipação - *Armando De Negri Filho*

47 Lacunas na adaptação climática e acordos globais - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

55 ONU em crise? O trabalho da Organização na construção capacidades nacionais para prevenção de conflitos - *Erica Kastrup*

60 Saúde mental de migrantes e refugiados: fatores de risco e de acesso à atenção - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

65 Ampliar e fortalecer intervenções com foco na violência baseada em gênero em contextos de emergência - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

70 Fórum Mundial de Alimentação, Comitê de Segurança Alimentar e Congresso Latino-Americano de Nutrição: agenda intensa da segurança alimentar e nutricional global e regional em outubro de 2023 - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

77 Estratégias da UNESCO em educação para saúde e bem-estar - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

88 O angustiante caminho da economia global - *Isis Pillar Cazumbá*

91 Medicamentos e diagnósticos para Covid-19: a vagarosa decisão da OMC - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

95 Bombardeados, sem insumos essenciais e forçados a ficar em silêncio: os desafios da saúde global no meio da crise humanitária - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Mateus dos Santos*

Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza

124 A sociedade civil organizada pede o fim da ordem colonial: Gaza, Haiti e Cuba - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

132 Vozes do Sul Global: UNOSSC - G-77 - MNA - Centro Sul - *Regina Ungerer*

142 Sociedade civil brasileira debate participação no G20. Inteligência artificial no G7 e os novos ruídos diplomáticos entre China e Japão. Agricultura e migração na OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

153 É possível reconquistar a América Latina: desejos estadunidenses para a integração regional - *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo*

171 Regulamentação: principal obstáculo ao fabrico de medicamentos em África - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

184 União Europeia: onde está a diplomacia? - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

190 O povo de Gaza não tem tempo para esperar! - *Lúcia Marques*

196 Um Abraão, dois Estados - *André Costa Lobato*

200 Atualização EUA - *Guto Galvão*

Autores deste fascículo - 203

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 206

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 207

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 20/2023 – De 26 de outubro a 08 de novembro de 2023

Apresentação

O mundo continua mobilizado e horrorizado com as atrocidades cometidas na guerra entre o Estado de Israel e o Hamas. Nossos analistas repercutem esta mobilização. De diferentes ângulos, sob diferentes perspectivas, muitos deles enfocam o conflito no Oriente Médio e suas repercussões humanitárias e impactos de mortes, feridos e descapacitados na Faixa de Gaza.

Em 5 de novembro, extremamente alarmados com a situação vigente em Gaza, o Comitê Permanente Interagências (*Inter-Agency Standing Committee – IASC*) emitiu uma declaração candente, pedindo o cessar-fogo imediato sobre Gaza, que traduzimos ao português e publicamos neste fascículo. O IASC é o fórum de coordenação humanitária mais antigo e de mais alto nível do sistema das Nações Unidas. Reúne os chefes executivos de 18 organizações e consórcios, incluindo respeitadas organizações da sociedade civil.

A Organização Mundial da Saúde estampa manchetes na sua página web, coisa que não fez nem mesmo por ocasião dos momentos mais agudos das guerra da Ucrânia. Porque as atrocidades são maiores, de um exército armadíssimo e com fartura de armas e munições, sobre uma população civil de cerca de 2,5 milhões, a maioria crianças, mulheres e idosos amontados em 350 km², espaço cada vez mais reduzido pelas ordens de evacuação da população do norte para o sul deste já minúsculo território.

Ipsis litteris da página web:

Desde 7 de Outubro de 2023, a escalada da crise em Israel e no território palestino ocupado causou um grande número de mortes e feridos civis.

Na Faixa de Gaza, os ataques aéreos e a falta de suprimentos médicos, alimentos, água e combustível praticamente esgotaram um sistema de saúde já com poucos recursos. Os hospitais têm funcionado muito além da sua capacidade devido ao número crescente de pacientes, bem como de civis deslocados que procuram abrigo. A prestação de serviços essenciais de saúde – desde cuidados maternos e neonatais até ao tratamento de doenças crônicas – foi gravemente comprometida.

Em Israel, dezenas de civis – incluindo crianças e idosos – foram feitos reféns.

Foram relatados ataques à saúde em Israel e no território palestino ocupado, matando e ferindo profissionais de saúde e pacientes, e danificando instalações de saúde e ambulâncias.

A OMS está trabalhando com parceiros para dar resposta às necessidades de saúde mais urgentes, nomeadamente através do fornecimento de material médico vital.

O alerta da OMS sobre as maiores vítimas, crianças e mulheres, é chocante e comovente¹: até 3 de Novembro, de acordo com dados do Ministério da Saúde, 2.326 mulheres e 3.760 crianças foram mortas na Faixa de Gaza, representando 67% de todas as vítimas,

¹ Ver: <https://www.who.int/news/item/03-11-2023-women-and-newborns-bearing-the-brunt-of-the-conflict-in-gaza-un-agencies-warn>

enquanto outros milhares ficaram feridos. Isto significa que 420 crianças morrem ou ficam feridas todos os dias, algumas delas com apenas alguns meses de idade.

A OMS apela a todas as partes para que protejam a saúde e garantam o acesso seguro aos cuidados de saúde para as suas populações. Celso Amorim assessor internacional da presidência da república, menciona a primeira vez a palavra 'genocídio' ao se referir à Gaza. Israel desafia algumas das orientações dos Estados Unidos, cedendo em poucos itens, como pausas humanitárias arrancadas a fórceps. O governo de Netanyahu perde força interna e internacional. Finalmente, parece que os 33 brasileiros sairão de Gaza a 10 de novembro.

Na OMS, reportam **Reges, Bermudez e Galvão**, simultaneamente aos conflitos, começa em Genebra o sétimo ciclo de discussões do **Órgão Intergovernamental de Negociações** para o tratado, acordo ou instrumento pandêmico. São muitos os pontos de gargalo após a divulgação do texto de negociação, principalmente no que tange à propriedade intelectual e ao curto espaço de tempo para entregar algo concreto em maio do próximo ano, por ocasião da Assembleia Mundial da Saúde, como pactuado. Nossos analistas referem-se à corrida contra o relógio em Genebra. Abordando a urgência, no dia 16 de novembro próximo, o CRIS e o GT Fiocruz-USP realizarão um seminário avançado que discutirá o estágio atual das negociações sobre o tratado pandêmico e sobre as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional.

Bahadian tece comentários sobre o direito internacional e a desordem internacional que sufoca o mundo, num texto em que rememora as contribuições de dois grandes brasileiros, Ruy Barbosa e San Thiago Dantas, assim com a ordem imposta pelos super poderes políticos, dos quais o último exemplo foi o veto dos Estados Unidos à proposta de resolução do Brasil.

Com muita satisfação, o Caderno 20 republica o texto sobre o **cerco à Gaza**, do embaixador **Cesário Melantônio Neto**, publicado originalmente no site IG, no qual ele condena as milhares de mortes de civis palestinos e israelenses e explica a ausência, até aqui, de opções políticas pós-conflito.

De Negri Filho traz a íntegra (e comenta) da carta de demissão de Craig Mokhiber, ex-diretor do escritório de Nova York do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Os documentos que seguem a citada declaração analisam e buscam apresentar

alternativas a esta mistura de políticas de suposta indiferença e impotência do sistema das Nações Unidas diante do poder ainda hegemônico do Ocidente, onde as esperanças pelos Direitos Humanos são projetadas em meio ao uso seletivo da natureza crítica destes direitos, mas de acordo com as intenções dos jogos de poder ocidentais.

O relatório do **PNUMA *Adaptation Gap Report 2023*** destaca lacunas na adaptação climática, incluindo o crescente déficit de financiamento para a adaptação em países em desenvolvimento. A lacuna financeira é estimada entre US\$ 194 bilhões e US\$ 366 bilhões por ano. Para **Magalhães e Galvão**, a ação atual para lidar com as mudanças climáticas é inadequada para cumprir as metas do Acordo de Paris, e as medidas de adaptação estão aquém do necessário. Além disso, o relatório enfatiza a importância da igualdade de gênero na adaptação climática e aborda questões de perdas e danos causadas pelas mudanças climáticas.

A **5ª Convenção de Minamata** focou na gestão e eliminação progressiva do mercúrio em produtos e processos. Foram feitos acordos sobre datas de eliminação de produtos como baterias e lâmpadas fluorescentes, mas não houve consenso sobre a eliminação do amálgama dentário. Além disso, limites fixos para resíduos de mercúrio foram estabelecidos para evitar o dumping de resíduos contaminados.

Na **35ª Reunião das Partes do Protocolo de Montreal**, foi alocada quase US\$ 1 bilhão para reabastecer o Fundo Multilateral, com foco na redução de gases de efeito estufa e substâncias de alto potencial de aquecimento global. Outros tópicos discutidos incluíram o uso do brometo de metila, comércio ilegal de substâncias controladas e impactos da COVID-19 no consumo de HFCs. O Brasil ratificou a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal para reduzir o consumo de HFCs em aparelhos de ar-condicionado e geladeiras.

A Presidência da **COP28** dos Emirados Árabes Unidos e a **Conferência de Segurança de Munique (MSC)** formaram uma parceria para abordar os desafios interligados das mudanças climáticas, paz e segurança.

O artigo de **Kastrup** aborda o trabalho da ONU na construção de capacidades nacionais para prevenção de conflitos desenvolvido pelo **PNUD** em parceria com o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz da Organização. O tema é relevante nesse momento em que a legitimidade da ONU é questionada frente à falha de seu Conselho de Segurança em evitar a Guerra no Oriente Médio.

O **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** apresenta os destaques da quinta versão, de 2023, da série '**Global Evidence Review on Health and Migration (GEHM)**' da **OMS**. A publicação tem como ponto central as necessidades de saúde mental de migrantes e refugiados, proporcionando uma visão mais ampla das evidências que estão disponíveis com relação aos padrões de fatores de risco, ambientes e situações favoráveis para o cuidado ou obstáculos que ainda precisam ser superados.

Massari e Mendes, sempre atentas à população de mulheres e crianças, informa que, como prioridade estratégica, o **United Nations Population Fund (UNFPA)** comprometeu-se a intensificar a sua resposta humanitária e os seus esforços para prevenir e responder à violência baseada em gênero em contextos emergências. Sobre o tema, lançou uma estratégia e um plano operacional, focando na ampliação e reforço a programas de prevenção e resposta à violência baseada em gênero que sejam multissetoriais e de qualidade. O documento define 13 compromissos para sustentar o trabalho e seis orientações estratégicas e resultados que devem

orientar a intensificação dos esforços. Tais as ações visam responder às crescentes necessidades das mulheres e meninas em contextos humanitários.

As principais discussões no campo da **segurança alimentar e nutricional global** a partir da perspectiva do *Fórum Mundial de Alimentação e do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional (CSA)*, ambos realizados na sede da FAO, são apresentadas por **Nilson, Silva, Ell e Ubarana**. Abordam ainda o debate científico no *XX Congresso Latino-Americano de Nutrição (SLAN)*, reforçando a prioridade global que deve ser dada à transformação dos sistemas agroalimentares para garantir o alcance dos objetivos da Agenda 2030 e de outros compromissos internacionais e regionais.

Segundo **Chamas e Cesário**, a **Organização Mundial do Comércio (OMC)** ainda se encontra em processo decisório para incluir medicamentos e diagnósticos para COVID-19 na Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, de junho de 2022. As deliberações prolongadas na OMC sobre medicamentos e diagnósticos para COVID-19 servem como alerta para os riscos associados à inação na esfera global. A inércia na tomada de decisões não apenas atrasa a mobilização de bens públicos globais, mas coloca vidas em risco, mesmo quando a tecnologia necessária já está disponível. Assim, é imperativo que organizações como a OMC se mostrem aptas a oferecer respostas ágeis e eficientes, instituindo medidas obrigatórias que fomentem o acesso e a disseminação tecnológica, especialmente em momentos de crises sanitárias graves.

Cazumbá apresenta e discute o conteúdo do novo relatório sobre as **perspectivas econômicas globais** lançada pelo **FMI** durante a Reunião Anual BM-FMI de 2023, realizada em Marraqueche.

Entre 19 de outubro e 04 de novembro de 2023, o **grupo de trabalho sobre organizações da sociedade civil (OSC)** monitorou 53 delas, das quais 40 fizeram manifestações relevantes para serem apresentadas neste informe. As **organizações de interesse público** estiveram ativas em várias frentes. No *conflito entre Israel e Gaza*, foi denunciada a escassez de alimentos e recursos, alertando sobre riscos de surtos de doenças. Além disso, foram feitas petições para mais ajuda humanitária, destacando a escassez enfrentada e a interrupção das comunicações devido aos ataques. As OSC se preocuparam também com a *crise climática*, alertando sobre a proximidade de ultrapassagem das metas climáticas e a necessidade de reduzir a produção e o consumo de plástico. O foco na transição para a energia limpa e pedidos para ações mais assertivas foram evidenciados em vista da próxima realização da COP28. Abordaram ainda os temas de *promoção da saúde, saúde do idoso e discriminação e preconceito*. As **OSC de interesse privado** priorizaram em suas manifestações os temas de *inovações de pesquisa, saúde da mulher, testes diagnósticos e investimentos em cobertura universal da saúde*. As contribuições das OSC continuam a ser significativas para um entendimento amplo e para o desenvolvimento de ações eficazes nos âmbitos humanitário, social e de saúde.

De Negri e De Negri Filho dedicam seu informe a explorar as relações colonialistas ainda muito vivas dentro da nossa ordem internacional, mantida através de políticas de superexploração e a violência. Através da análise de diferentes **movimentos e reivindicações sociais mundiais**, expõem o domínio neoliberal e seus pilares de poder: o colonialismo e o imperialismo. A principal área de debate é a Ocupação Palestina e os esforços mundiais para: 1) acabar com o genocídio contra o povo de Gaza; e 2) ao fazê-lo, expor e criar redes globais capazes de parar e conter a teia interseccional de violência(s) estruturais que mantém unido o sistema neoliberal.

Apesar dos noticiários de guerra e devastação, principalmente na Faixa de Gaza, o **UNOSSC** publicou seu boletim mensal destacando suas principais atividades de cooperação Sul-Sul. Segundo **Ungerer**, a UNOSSC esteve presente na 1ª Conferência Asiática sobre Cooperação Triangular realizada em Nova Deli em que foi destacada a importância da cooperação triangular como estratégia para acelerar o progresso dos ODS. Destacado também o papel do UNOSSC na 20ª Conferência Interministerial sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular no Progresso das Pesquisas de População e Desenvolvimento e a confiança que o UNOSSC vem construindo dentro do sistema da ONU. Já o **G-77** participou da consulta informal sobre o modelo de financiamento do sistema de coordenadores residentes e do pacto de financiamento da ONU e discutiram sobre a eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância. Em Abu Dhabi, na Reunião Ministerial Pré-COP28, o G-77 conseguiu aprovar um acordo histórico sobre o Fundo de Perdas e Danos, que deverá apoiar os países mais vulneráveis às alterações climáticas, apesar das tentativas dos países desenvolvidos para atrapalhar o processo. O **Movimento Jovem dos não-alinhados** se reuniu com jovens embaixadores do CARICOM para discutir cooperação. E o **Centro-Sul** discutiu os direitos autorais na era da Inteligência Artificial; a propriedade intelectual na indústria farmacêutica; as negociações sobre o instrumento juridicamente vinculativo sobre empresas e direitos humanos e a necessidade de uma abordagem criteriosa para uso das tecnologias digitais na educação nos países em desenvolvimento.

Burger, Esteves e colegas trabalharam o **G20, o G7 e a OCDE**. Com poucos eventos oficiais ao final da gestão indiana no **G20**, o destaque da quinzena foi o encontro promovido por organizações da sociedade civil brasileira para discutir o planejamento do C20 e de outros grupos de engajamento durante a presidência do Brasil. No **G7**, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, reforçou o assunto da Inteligência Artificial na agenda da próxima presidência do grupo. Os ministros do comércio do G7 se encontraram em Osaka e novos ruídos com a China surgiram. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a divulgação da publicação de dois de seus estudos anuais sobre o tema da agricultura e migração, de um artigo sobre pessoas deslocadas e política e outro sobre estrutura etária e gastos com saúde, além de uma breve atualização sobre a relação entre a organização e o Brasil.

No informe sobre **América Latina e Caribe**, nossos analistas **Brito, Minayo e Tobar** destacam o encontro dos *Líderes da Aliança para a Prosperidade Econômica das Américas (APEP)* e seus desdobramentos; a reunião dos representantes dos ministérios da saúde e dos blocos sub-regionais da América para compartilhar experiências sobre as DCNT; e as propostas dos candidatos à presidência da Argentina para a área da saúde, bem como a do plano de governo para a saúde do presidente eleito Daniel Noboa, do Equador. Informam também sobre o Foro Andino sobre Saúde e Economia realizado pela **ORAS-CONHU** e o VI Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das Américas e a presença do **SECOMISCA** na discussão sobre migração laboral temporária. Trazem, igualmente, as posições da América Latina frente ao conflito no Oriente Médio, o novo pedido Assembleia Geral da ONU pelo fim do embargo a Cuba e, por fim, a questão do lítio e a disputa entre o ocidente e a China.

A **União Africana e a União Europeia** lançam projeto de três anos sobre Política de Justiça Transitória. O **8º Fórum Pan-Africano sobre Migrações de 2023** ocorreu sob o tema "*Reforçando a Livre Circulação e o Nexu Comercial na AfCFTA: Otimizando os Benefícios da Migração Laboral para o Desenvolvimento*". A OMS e a KOICA assinam Acordo para apoiar o Gana no enfrentamento da AMR. Durante o **Global Gateway Fórum da União Europeia**, especialistas consideram a regulamentação como o principal obstáculo ao fabrico de

medicamentos em África. A **Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SADC**, realizada em Angola (Luanda) deliberou sobre temas cruciais dessa região principalmente a deterioração da segurança e da situação humanitária no leste da RDC. A **SADC e o BAD** cooperam para o desenvolvimento de Estratégia de Integração Regional para a África Austral. Estes os temas tratados por **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**, nossos analistas de África.

Após 30 dias de conflito no **Oriente Médio**, a União Europeia segue paralisada em sua capacidade diplomática para buscar uma solução de paz. Para **Freire**, isto significa que o bloco está dividido em suas posições políticas e se limita a referendar o direito de defesa de Israel. O problema não é o direito de se defender, mas como se defender. O que se tem assistido é o extermínio da população palestina por Israel. Neste sentido, apesar da UE se orgulhar de defender a existência de dois estados, a letargia da diplomacia pode chegar tarde demais. Restará povo palestino para formar um Estado? E se o povo palestino resistir, em qual território habitará seu Estado?

O povo de Gaza não tem tempo para esperar! Segundo **Marques**, nossa analista para **Oriente Médio**, Não há tempo para a população em Gaza, sem água, sem comida, sem energia, sem socorro para feridos, hospitais por um fio; nem para os reféns que lá estão detidos; nem para os palestinos que estão a ser atacados na Cisjordânia; nem para os palestinos residentes em Israel a serem expulsos de suas casas e dos seus locais de trabalho. É urgente um cessar-fogo humanitário! O chefe da ONU apelou após o ataque de Israel ao comboio de ambulâncias, em Gaza: “todos aqueles com influência devem exercê-la para garantir o respeito pelas regras da guerra, acabar com o sofrimento e evitar uma propagação do conflito que poderia engolir toda a região”. Ouvidos continuam surdos. A morte de dezenas de civis não pode mais ser justificada como legítima defesa. É genocídio. E pode se tornar uma guerra perigosa para o mundo! O conflito de Gaza aumentou o fosso entre o Ocidente e o resto do mundo.

A **China** assume a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas durante o mês de novembro com a missão de tentar, entre outros temas do conselho, negociar um cessar-fogo entre as Forças de Defesa de Israel (IDF) e o Movimento de Resistência Islâmica (Hamás). Segundo **Lobato**, em praticamente todas suas declarações, a diplomacia chinesa coloca como origem do problema a falha na criação de dois Estados, um palestino e um israelense. Mas, antes das principais colocações da China no Conselho de Segurança, um pouco de história.

No informe sobre os **Estados Unidos**, nosso analista **Guto Galvão** destaca o discurso do senador Bernie Sanders sobre a crise humanitária em curso em Gaza. Ademais, chama a atenção que o setor de saúde contribui com aproximadamente 8,5% das emissões de carbono nos Estados Unidos. Para ajudar a reduzir essas emissões, a Academia Nacional de Medicina (NAM) desenvolveu um recurso interativo de Mapa da Jornada de Sustentabilidade para apoiar os profissionais de saúde a acelerar seus esforços de descarbonização e sustentabilidade, comentada pelo analista.

Não seria justo deixar de registrar a resolução da AGNU adotada por 187 Estados contra o injustificável **embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos EUA a Cuba há mais de 60 anos**, em violação da Carta das Nações Unidas e do direito internacional.

Essencialmente pacifistas. Assim nos definimos no CRIS. A paz é o pré-requisito mais essencial para a saúde. As guerras só produzem mortos, feridos, descapitados e afetados mentalmente para sempre. Nosso compromisso é com a manutenção da vida com qualidade. A saúde pode ser uma poderosa ponte para a paz.

Temos lamentado, desde o início deste bárbaro conflito, com o sofrimento humano que nos salta aos olhos, aos ouvidos, aos corações e às mentes. Como temos denunciado os senhores da guerra e os falsos arautos da paz. Acompanhando sistematicamente a diplomacia da saúde global, ficamos estarecidos com a insensibilidade política, com a irresponsabilidade humanitária das potências globais no Conselho de Segurança e com a surdez sórdida diante das decisões da maioria dos países do mundo nas sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas. Até quando durará a insensatez e a irresponsabilidade com a morte de inocentes, seres frágeis, os mais atingidos pela guerra?

No meio do lamaçal global de insensatez e insensibilidade, uma ilha de pacifismo – a Fundação Oswaldo Cruz – concedeu o título de **Doutor Honoris Causa** a um dos mais importantes diplomatas brasileiros dos últimos 50 anos, o **Embaixador Celso Amorim**. Com uma sólida carreira servindo ao serviço diplomático brasileiro, Amorim destacou-se como um pacifista e um diplomata que entendeu a questão da saúde global. Entre seus feitos, foi o mais longo ministro das relações exteriores do Brasil, dirigiu por um tempo o grupo de trabalho que resultou na Convenção-Quadro sobre Tabaco da OMS, criou o grupo de Oslo sobre Relações Exteriores e Saúde e dirigiu a UNITAIDS. Amorim vem juntar-se ao **presidente Lula**, primeiro doutor honoris causa da Fiocruz, título que recebeu em julho de 2004. O CRIS teve a honra de propor a concessão do título, cuja data de entrega ainda será marcada.



Aos queridos leitores e leitoras, nossas expectativas de que aproveitem as reflexões preparadas pelos analistas do CRIS e dos Cadernos sobre os momentos marcantes da quinzena no campo da saúde global e da diplomacia da saúde.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 10 de novembro de 2023

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Declaração dos Diretores do Comitê Permanente Interagências (Inter-Agency Standing Committee – IASC)² sobre a situação em Israel e no Território Palestino Ocupado:

“Precisamos de um cessar-fogo humanitário imediato”

NOVA IORQUE/GENEBRA/ROMA, 5 de novembro de 2023 – Durante quase um mês, o mundo tem observado o desenrolar da situação em Israel e no Território Palestino Ocupado, em estado de choque e horror face ao número crescente de vidas perdidas e dilaceradas.

Em Israel, cerca de 1.400 pessoas foram mortas e milhares ficaram feridas, segundo as autoridades israelenses. Mais de 200 pessoas, incluindo crianças, foram feitas reféns. Os foguetes continuam a traumatizar as famílias. Dezenas de milhares de pessoas foram deslocadas. Isso é horrível.

No entanto, os horríveis assassinatos de ainda mais civis em Gaza são um ultraje, tal como o corte para 2,2 milhões de palestinos do acesso a alimentos, água, medicamentos, eletricidade e combustível.

Em Gaza, segundo o Ministério da Saúde, quase 9.500 pessoas foram mortas, incluindo 3.900 crianças e mais de 2.400 mulheres. Mais de 23 mil pessoas feridas necessitam de tratamento imediato em hospitais sobrecarregados.

Toda uma população está sitiada e sob ataque, sem acesso aos bens essenciais para a sobrevivência, bombardeada nas suas casas, abrigos, hospitais e locais de culto. Isso é inaceitável.

Mais de 100 ataques contra os serviços de saúde foram relatados.

Dezenas de trabalhadores humanitários foram mortos desde 7 de outubro, incluindo 88 colegas da UNRWA – o maior número de vítimas mortais das Nações Unidas alguma vez registado num único conflito.

Renovamos o nosso apelo às partes para que respeitem todas as suas obrigações ao abrigo do direito internacional humanitário e dos direitos humanos.

Renovamos o nosso apelo à libertação imediata e incondicional de todos os civis mantidos reféns.

Os civis e as infraestruturas de que dependem – incluindo hospitais, abrigos e escolas – devem ser protegidos.

Mais ajuda – alimentos, água, medicamentos e combustível – deve entrar em Gaza com segurança, rapidez e à escala necessária, e deve chegar às pessoas necessitadas, especialmente mulheres e crianças, onde quer que estejam.

² Ver original em inglês em: <https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2023-11/Statement%20by%20Principals%20of%20the%20IASC%20on%20the%20situation%20in%20Israel%20and%20the%20Occupied%20Palestinian%20Territory%2C%205%20November%202023.pdf> Tradução ao português da editoria dos Cadernos

Precisamos de um cessar-fogo humanitário imediato. Já se passaram 30 dias. Já é suficiente. Isto deve parar agora.

Signatários:

Sr. Martin Griffiths, Coordenador de Ajuda de Emergência e Subsecretário Geral para Assuntos Humanitários (OCHA)

Sra. Sofia Sprechmann Sineiro, Secretária Geral, CARE International

Sra. Jane Backhurst, Presidente do Conselho da ICVA (Christian Aid)

Sr. Jamie Munn, Diretor Executivo, Conselho Internacional de Agências Voluntárias (ICVA)

Sra. Anne Goddard, Diretora Executiva e Presidente, InterAction

Sra. Amy E. Pope, Diretora Geral, Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Sra. Tjada D'Oyen McKenna, CEO, Mercy Corps

Sr. Volker Türk, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)

Sra. Janti Soeripto, Presidente e Diretora Executiva, Save the Children

Sra. Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente (Relatora Especial sobre Direitos Humanos dos Deslocados Internos)

Sr. Achim Steiner, Administrador, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Dra. Natalia Kanem, Diretora Executiva, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

Sr. Filippo Grandi, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

Sra. Maimunah Mohd Sharif, Diretora Executiva, Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)

Sra. Catherine Russell, Diretora Executiva, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Sra. Sima Bahous, Subsecretária Geral e Diretora Executiva, ONU Mulheres

Sra. Cindy McCain, Diretora Executiva, Programa Alimentar Mundial (PMA)

Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral, Organização Mundial da Saúde (OMS)

Nota do editor

Criado pela resolução 46/182 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 1991, o **Comitê Permanente Interagências (Inter-Agency Standing Committee – IASC)** é o fórum de coordenação humanitária mais antigo e de mais alto nível do sistema das Nações Unidas. Reúne os chefes executivos de 18 organizações e consórcios (ver a relação os signatários, acima) para formular políticas, definir prioridades estratégicas e mobilizar recursos em resposta a crises humanitárias.

Com membros de dentro e de fora das Nações Unidas, o IASC fortalece a ação humanitária coletiva através da implementação de uma resposta coerente e unificada. Para esse fim, o IASC defende princípios humanitários comuns e toma decisões estratégicas, políticas e operacionais com influência direta nas operações humanitárias no terreno.

O IASC é presidido pelo Coordenador de Ajuda de Emergência, que facilita o papel de liderança do Secretário-Geral das Nações Unidas. O IASC reúne-se regularmente para garantir a preparação e uma resposta humanitária rápida e coordenada. Através do Coordenador de Ajuda de Emergência (ERC), o IASC também leva questões críticas à atenção do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O IASC é apoiado por órgãos subsidiários, bem como por grupos de especialistas que informam e executam as prioridades definidas pelo IASC.

Os interessados em acompanhar a agenda de atividades do IASC nos meses restantes de 2023, acessar: <https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2023-11/IASC%20Forward%20Agenda%2C%20November%202023.pdf>

Direito e desordem internacional

Embaixador Adhemar Bahadian

No dia em que se estudar o papel do Brasil na Presidência *Pro-Tempore* do Conselho de Segurança neste outubro de 2023, não sei se ocorrerá a alguém comparar nossa atuação no órgão com a histórica passagem de Rui Barbosa pela Conferência de Haia, que lhe propiciou o título honroso de “Águia de Haia”.

Se há dois juristas ou internacionalistas gigantes do Direito Internacional brasileiro que não deixaria de mencionar são Rui Barbosa e, bem mais recentemente, San Tiago Dantas. Houve uma época de minha juventude – ainda sequer sonhava ser um dia diplomata – em que li várias obras de Rui Barbosa, cujo estilo, embora barroco para os dias atuais, não escondia rigor científico e lógica inatacável na abordagem dos temas sobre os quais escrevia. Eram sem dúvida, Rui e San Tiago, expressões maiores da Ciência do Direito, em evidente contraposição ao lirismo retórico muitas vezes altissonante nas aulas das Faculdades. Não estou a escrever memórias, mas San Tiago foi a decisiva influência que me levou à Diplomacia. Ponto.

Aqui sou obrigado, por dever de justiça, fazer um parênteses e recordar meu professor de Direito Civil, tanto na PUC quanto no Instituto Rio-Branco, Ebert Chamoun, ele igualmente discípulo de San Tiago Dantas, que foi injustamente afastado dos cursos na PUC-Rio por ter defendido o divórcio do ponto de vista do Direito Civil. Professor absolutamente fascinante. Só comparável, a meu juízo, a Eustachio Portella Nunes, cujas aulas de Psiquiatria na Faculdade Nacional de Medicina, transformavam o auditório numa espécie de Bombonera em jogo do Boca (Na hora que escrevo não sei como acaba o Fluminense versus Boca Junior).

Hoje, as aulas de San Tiago, transcritas de anotações de seus alunos estão editadas e quase esgotadas. As de introdução ao Direito na Faculdade Nacional deveriam ser lidas e estudadas por alunos de Direito, mas não só por eles, pelo notável enriquecimento intelectual que promovem. Fica a dica.

Longo preâmbulo, aquecimento muscular para entrar agora no pantanoso mundo do Direito Internacional exibido no Conselho de Segurança das Nações Unidas, sob a Presidência do Brasil.

Chamou a atenção universal que a resolução elaborada pelo Brasil tenha merecido 12 votos dentre os 15 possíveis, um resultado absolutamente conducente ao revigoramento do Direito Internacional num tema e num momento particularmente sensíveis para a paz mundial. E, no entanto, a resolução foi vetada pelos Estados Unidos da América. Por quê?

Não tenho a pretensão de conhecer os escaninhos do processo decisório dos Estados Unidos, mas ao que informam fontes fidedignas públicas e oficiosas a decisão teria partido da própria Casa Branca contra o parecer do Departamento de Estado. Faz sentido.

Aprovada, a Resolução patrocinada pela Presidência do Conselho revigorava sem dúvida o Direito Humanitário e a proporcionalidade de uso da força nas guerras tal como exigidas pelo Direito Internacional, ambos vistos pelo governo israelense como atentatórios a seu direito de defesa, tal como interpretado por sua assessoria jurídica.

A aceitação da Resolução daria forte impacto ao poder decisório do Conselho, incapaz de promover efetivos passos no conflito árabe-israelense por longo tempo, e teria o efeito óbvio

de fortalecer as propostas de expansão do Conselho de Segurança, graças ao espírito de racionalidade trazido pelo Brasil.

Finalmente, a Resolução, por ser um trabalho de ação coletiva do Conselho, inclusive pela decisão construtiva de dez Estados, em fase de participação temporária nele, esvaziaria em muito a “diplomacia do Poder” exercida pelos Estados Unidos da América, particularmente desde os tempos da “*shuttle diplomacy*” de Henry Kissinger. Talvez, a razão a motivar Biden a viajar a Israel para uma tentativa salvacionista de náufragos, que, àquela altura, já haviam vislumbrado, com a Resolução vetada, botes salva-vidas à beira-mar.

Difícil aplaudir a decisão de Biden por mais que os defensores da ordem democrática vejamos nele o antídoto necessário para bloquear o retorno de Trump ao poder, com as consequências mais do que temíveis para a paz mundial. A guerra não cedeu. O governo israelense parece abusar da paciência de seu principal apoiador internacional.

O sempre sóbrio e imutável Secretário de Estado dos Estados Unidos deixa transparecer uma frustração óbvia com suas peregrinações mal-sucedidas, muito longe do efeito Kissinger de alguns anos atrás. Consola, mas não resolve, agora adotar expressões como “pausas humanitárias”, originalmente incluídas na Resolução apresentada pelo Brasil.

Corre-se ainda o risco, certamente não impossível, de ser a China, como Presidente do Conselho de Segurança, quem a ressuscite e a rerepresente com pequenas alterações. Ruim. Se estivéssemos no reino da Rita Lobo, diríamos que o bolo “solou”.

Termino com duas observações. A primeira sobre Rui Barbosa. Sabemos que nosso representante foi duramente criticado pelos poderosos da época ao defender a igualdade soberana dos Estados em questões jurídicas, bofetada de pelica na *Power Politics*, o que lhe valeu ser excluído posteriormente das negociações da Liga das Nações, onde se esboçou o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Rui Barbosa é um legítimo defensor do Direito Internacional na mais profunda tradição diplomática do Brasil, cujo território foi conformado sem guerras e legitimado por cortes internacionais. Legado principal de Rio Branco.

Minha segunda e última observação é sobre os que pensam ser o Direito Internacional algo abstrato e que se deve deixar ao debate estéril de nefelibatas.

Exemplo. A Organização Mundial do Comércio considera Direito Internacional legítimo os Acordos comerciais, como o Acordo Trips que regulamenta (?) o monopólio absurdo das patentes farmacêuticas, monstro que nos fez sofrer muito durante a Pandemia. O Direito Internacional neste aspecto pouco se distingue de um imposto sobre o consumo abusivo. Falei muito sobre isto e continuarei falando.

Conclusão: ainda bem que o Instituto Rio Branco, escola de formação de nossos diplomatas, continua alimentando o Estado brasileiro com pelo menos vinte jovens anualmente, adequadamente fluentes em Direito Internacional e Economia Internacional, além de justamente respeitados por seus colegas internacionais com poder de veto ou não. É uma alegria saber que igual excelência de formação também se identifica em outros órgãos da administração direta ou indireta.

O serviço público é uma honra a distinguir o cidadão.

O cerco à Faixa de Gaza³

Embaixador Cesário Melantonio Neto

É a tentativa de um plano militar para lidar com o Hamas, mas sem ter uma estratégia política.

No momento atual não há boas opções para os Estados Unidos nem para Israel, a quem Joe Biden literalmente se abraçou e se comprometeu integralmente em meio à guerra contra o Hamas. Joe Biden exortou Israel a não se deixar consumir pela raiva após os ataques do Hamas. E, assim, evitar os erros que Washington cometeu depois do 11 de setembro. Foi um clássico conselho do "faça o que eu digo, mas não o que eu fiz no passado".

O então senador Biden, que presidia a Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA, foi um dos 77 que autorizaram Bush a empregar a força militar no Iraque. A invasão de 2003 é considerada um dos maiores erros estratégicos da história americana, e o preço é pago até hoje com a dominação russa, chinesa e iraniana do Iraque. O problema é que, no momento, não há boas opções para os Estados Unidos nem para Israel a quem Biden apoiou com empenho.

Os americanos são vistos na região como cúmplices dos israelenses, sem condições de atuar como mediador honesto e imparcial. Washington vetou a resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre o conflito de Gaza pelo motivo que as grandes potências sempre seguem: para não ter as mãos atadas.

O texto vetado apresentado pelo Brasil pedia pausas humanitárias e corredores para entrega de ajuda. Esses dispositivos condicionariam as atuais operações de cerco e bombardeios israelenses.

O pano de fundo do veto é, porém, muito mais abrangente. A antecipada reação israelense aos ataques do Hamas levou os Estados Unidos a tentar salvar um governo de emergência em Tel Aviv ou que ainda possuía o poder de iniciativa no Oriente Médio. A mudança da ordem internacional (o fim da Pax Americana) é, ao mesmo tempo, causa e consequência da perda de influência relativa na região na qual aliados antes certos, como Turquia, Egito e Arábia Saudita, hoje tem jogo próprio.

Ocorre que Israel também não dispõe de boas opções. O país é muito diferente daquele que os Estados Unidos defenderam em guerras anteriores. Israel está profundamente dividida por um governo irresponsável, que é o grande culpado pela espécie de crise de ansiedade, identidade e insegurança da sociedade israelense que agora acordou para os seus dilemas essenciais.

Nas palavras de Lawrence Freedman, o cerco israelense de Gaza é a tentativa de desenvolvimento de uma estratégia militar para lidar com o Hamas, mas sem ter uma estratégia política. Os clássicos ensinam que isso nunca funciona na História.

Os ataques do Hamas e a reação de Israel aconteceram quando o Brasil ocupava a presidência rotativa do Conselho de Segurança. A coincidência histórica deu à diplomacia brasileira a oportunidade de assumir o protagonismo nas negociações em torno do conflito.

³ Texto publicado originalmente no IG, em 27/10/2023 (Ver: <https://ultimosegundo.ig.com.br/colunas/coluna-do-embaixador/2023-10-27/o-cerco-a-faixa-de-gaza.html>), reproduzido nos Cadernos com autorização do Autor, a quem agradecemos.

A primeira resolução, como se sabe, foi rejeitada em 18 de outubro em razão do veto americano. Mas o esforço diplomático do Brasil não foi em vão. A resolução brasileira foi uma contraproposta a formulação russa que manifestava preocupação com o agravamento da crise humanitária em Gaza, mas não mencionava o Hamas. Os termos nesse caso eram obviamente inaceitáveis para os membros do Conselho.

O Brasil tomou a iniciativa de produzir um texto alternativo que contemplasse três pontos. Primeiro, condenasse os ataques do Hamas, segundo exigisse a libertação imediata dos reféns e, terceiro, mantivesse foco na questão humanitária de Gaza. Tudo isso foi feito pelo Brasil.

Na votação a nossa proposta foi apoiada por 12 dos 15 membros do Conselho, entre eles dois permanentes: a China e a França. Rússia e Reino Unido se abstiveram na votação e apenas os Estados Unidos rejeitaram o texto.

Como os americanos têm poder de veto, a proposta de Brasília não foi aprovada, infelizmente. O pretexto alegado por Washington foi de que o texto não reconhecia o direito de Israel à autodefesa.

Desde o início, os Estados Unidos resistiam à aprovação de qualquer texto para não desvalorizar a iniciativa diplomática promovida por Joe Biden. No mesmo dia em que a proposta brasileira foi rejeitada, Joe Biden anunciou ter acertado com Israel e Egito a abertura de um corredor humanitário em Gaza. Os Estados Unidos preferiram agir de forma unilateral a obter o aval da ONU.

O pano de fundo da resistência americana sempre foi a tensão com a Rússia, em razão da guerra na Ucrânia. Para os russos, a intenção era expor o que consideram uma contradição de Washington: enfatizar a situação dos refugiados ucranianos, mas não a crise aguda entre os palestinos agravada pela explosão num hospital de Gaza.

Se o texto brasileiro cumprisse as exigências dos americanos, provavelmente teria sido vetado pela Rússia ou por outros membros permanentes do Conselho.

Quando os russos notaram que o veto viria dos americanos, preferiram se abster para expô-los e deixar Washington em uma situação difícil. Na ONU, os Estados Unidos ficaram isolados como queria a Rússia.

O Brasil se esforçou pela abstenção dos dois lados, Rússia e Estados Unidos. Mas a diplomacia brasileira obteve o apoio do Japão, França e China, além da abstenção do Reino Unido. Houve uma divisão numa aliança que vinha agindo de maneira uniforme quando o tema era Ucrânia. Com exceção dos americanos, o Ocidente ficou do lado dos países emergentes ao apoiar o alívio para a população civil de Gaza e a interrupção dos bombardeios por Israel.

Crise humanitária em Gaza e o relógio contra o tempo em Genebra

Humanitarian crisis in Gaza and the race against time in Geneva

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Na Faixa de Gaza, os ataques aéreos e a falta de suprimentos médicos, alimentos, água e combustível esgotaram um sistema de saúde já com poucos recursos. Os hospitais têm funcionado muito além da sua capacidade devido ao número crescente de pacientes, bem como servindo de abrigo para civis deslocados. A prestação de serviços essenciais de saúde – desde cuidados maternos e neonatais até ao tratamento de doenças crônicas – foi gravemente comprometida. A OMS está trabalhando com parceiros para dar resposta às necessidades de saúde mais urgentes, nomeadamente através do fornecimento de material médico vital. Mantém-se o apelo para todas as partes que protejam a saúde, protejam vidas e garantam o acesso seguro aos cuidados de saúde para as suas populações. No meio dos conflitos, começa em Genebra o sétimo ciclo de discussões do Órgão Intergovernamental de Negociações para o tratado, acordo ou instrumento pandêmico. São muitos os pontos de gargalo após a divulgação do texto de negociação, principalmente no que tange à Propriedade Intelectual e o curto espaço de tempo para entregar algo concreto em maio do próximo ano.

Palavras-chave: Gaza, Saúde única, INB

Abstract. *In the Gaza Strip, airstrikes and lack of medical supplies, food, water and fuel have strained an already under-resourced health system. Hospitals have been operating beyond capacity due to the growing number of patients, as well as serving as shelters for displaced civilians. The provision of essential health services – from maternal and newborn care to the treatment of chronic diseases – has been severely compromised. WHO is working with partners to address the most urgent health needs, including by providing vital medical supplies. The call remains for all parties to protect health, protect lives and guarantee safe access to healthcare for their populations. In the midst of conflicts, the seventh cycle of discussions of the Intergovernmental Negotiation Body for the pandemic treaty, agreement or instrument begins in Geneva. There are many bottlenecks after the publication of the negotiation text, especially regarding Intellectual Property and the short time to deliver something concrete in May of next year.*

Keywords: Gaza, One health, INB

OMS e a crise humanitária em Gaza

Desde 7 de Outubro de 2023, a escalada da crise em Israel e no território palestino ocupado elevou a um gigantesco número de mortes e feridos civis.

Na Faixa de Gaza, os ataques aéreos e a falta de suprimentos médicos, alimentos, água e combustível esgotaram um sistema de saúde já com poucos recursos. Os hospitais têm

funcionado muito além da sua capacidade devido ao número crescente de pacientes, bem como servindo de abrigo para civis deslocados. A prestação de serviços essenciais de saúde – desde cuidados maternos e neonatais até ao tratamento de doenças crônicas – foi gravemente comprometida.

A OMS está trabalhando com parceiros para dar resposta às necessidades de saúde mais urgentes, nomeadamente através do fornecimento de material médico vital. A OMS apela a todas as partes para que protejam a saúde e garantam o acesso seguro aos cuidados de saúde para as suas populações.

Das muitas atrocidades que acontecem no território, a falta de suprimento, energia e ataques às unidades de saúde e comboios médicos exasperam o caos. Mulheres, crianças e recém-nascidos em Gaza estão sendo desproporcionalmente sujeitos ao fardo da escalada das hostilidades no território palestino ocupado, tanto como vítimas como na redução do acesso aos serviços de saúde. São diversos os alertas que vêm do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Agência para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), da Agência das Nações Unidas para a Saúde Sexual e Reprodutiva (UNFPA) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Até 3 de Novembro, de acordo com dados do Ministério da Saúde palestino, 2.326 mulheres e 3.760 crianças foram mortas na Faixa de Gaza, representando 67% de todas as vítimas, enquanto outros milhares ficaram feridos. Isto significa que 420 crianças morrem ou ficam feridas todos os dias, algumas delas com apenas alguns meses de idade.

Os bombardeios, as instalações de saúde danificadas ou não funcionais, os níveis gigantes de deslocamentos, o colapso do abastecimento de água e electricidade, bem como o acesso restrito a alimentos e medicamentos, perturbam gravemente os serviços de saúde materna, neonatal e infantil. Estima-se que existam 50 000 mulheres grávidas em Gaza, e mais de 180 dão à luz todos os dias. Quinze por cento delas provavelmente sofrerão complicações relacionadas à gravidez ou ao parto e precisarão de cuidados médicos adicionais.

Estas mulheres não conseguem acessar aos serviços obstétricos de emergência de que necessitam para dar à luz com segurança e cuidar dos seus recém-nascidos. Com 14 hospitais e 45 centros de cuidados de saúde primários fechados, algumas mulheres têm de dar à luz em abrigos, nas suas casas, nas ruas no meio dos escombros ou em unidades de saúde sobrecarregadas, onde o saneamento está a piorar e o risco de infecção e complicações médicas está em ascensão. As instalações de saúde também estão sob ataque – no dia 1 de Novembro, o Hospital Al Hilo, uma maternidade crucial, foi bombardeado.

Prevê-se que as mortes maternas aumentem devido à falta de acesso a cuidados adequados. O impacto psicológico das hostilidades também tem consequências directas – e por vezes mortais – na saúde reprodutiva, incluindo um aumento de abortos espontâneos induzidos por stress, nados-mortos e nascimentos prematuros.

Antes da escalada, a desnutrição já era elevada entre as mulheres grávidas, com impactos na sobrevivência e no desenvolvimento infantil. À medida que o acesso aos alimentos e à água piora, as mães enfrentam dificuldades para se alimentar e cuidar das suas famílias, aumentando os riscos de desnutrição, doença e morte.

Mais da metade da população de Gaza está agora abrigada em instalações da UNRWA em condições terríveis, com água e alimentos inadequados, o que leva a fome e subnutrição,

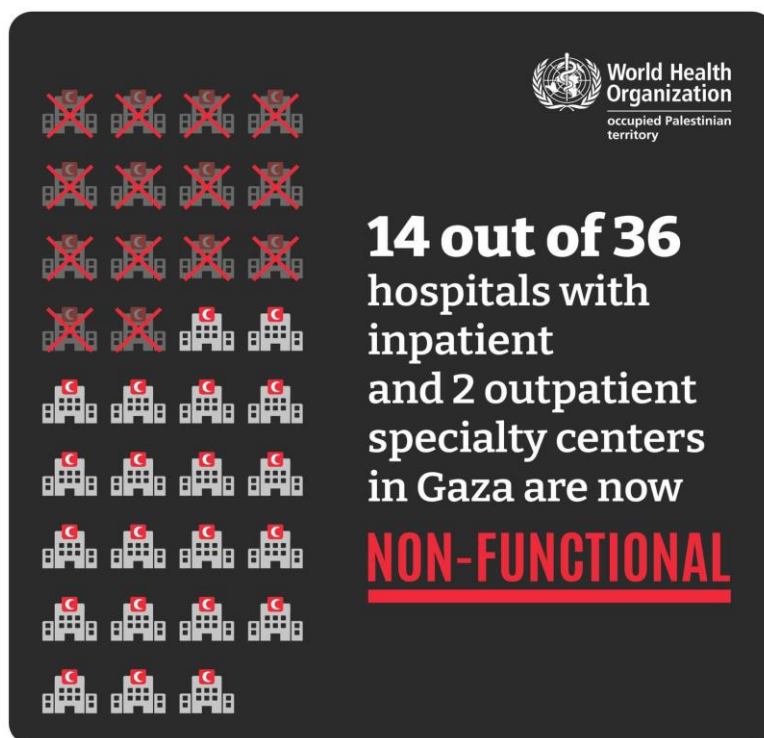
desidratação e propagação de doenças transmitidas pela água. De acordo com avaliações iniciais da UNRWA, 4.600 mulheres grávidas deslocadas e cerca de 380 recém-nascidos que vivem nestas instalações necessitam de cuidados médicos. Já foram notificados mais de 22 500 casos de infecções respiratórias agudas, juntamente com 12000 casos de diarreia, o que é particularmente preocupante dadas as elevadas taxas de desnutrição.

Apesar da falta de acesso sustentado e seguro, as agências da ONU enviaram medicamentos e equipamentos vitais para Gaza, incluindo suprimentos para recém-nascidos e cuidados de saúde reprodutiva. Mas é necessário muito mais para satisfazer as imensas necessidades dos civis, incluindo mulheres grávidas, crianças e recém-nascidos. As agências humanitárias necessitam urgentemente de acesso sustentado e seguro para trazer mais medicamentos, alimentos, água e combustível para Gaza. Nenhum combustível entrou na Faixa de Gaza desde 7 de Outubro. As agências humanitárias devem receber combustível imediatamente para poderem continuar a apoiar hospitais, estações de tratamento de água e padarias.

É necessária uma pausa humanitária imediata para aliviar o sofrimento e evitar que uma situação desesperadora se torne catastrófica.

Todas as partes no conflito devem cumprir as suas obrigações ao abrigo do direito humanitário internacional de proteger os civis e as infra-estruturas civis, incluindo os cuidados de saúde. Todos os civis, incluindo os reféns atualmente detidos em Gaza, têm direito a cuidados de saúde. Todos os reféns devem ser libertados sem demora ou condições.

Em 05 de novembro foi ainda divulgado um novo posicionamento "inter-agências" no qual o ponto central foi cessar-fogo humanitário de forma imediata. O documento assinado por 18 agências pode ser lido na íntegra neste [link](#) .



(OMS, 2 de novembro de 2023.)

Dia da Saúde Única

One Health, Saúde única ou 'Uma só Saúde' têm o seu dia de promoção global em 03 de novembro. O conceito vem de uma abordagem integrada e unificadora para equilibrar e otimizar a saúde das pessoas, animais e ecossistemas. Utiliza as ligações estreitas e interdependentes entre estes campos para criar novos métodos de vigilância e controle de doenças.

Por exemplo, a forma como a terra é utilizada pode ter impacto no número de casos de malária. Os padrões climáticos e os controles de água construídos pelo homem podem afetar doenças como a dengue. O comércio de animais selvagens vivos pode aumentar a probabilidade de doenças infecciosas se espalharem para as pessoas (chamadas de repercussões de doenças).

A pandemia de COVID-19 destacou a necessidade de um quadro global para uma melhor vigilância e de um sistema mais holístico e integrado. As lacunas no conhecimento, na prevenção e nas abordagens integradas da One Health foram vistas como os principais impulsionadores da pandemia. Ao abordar as ligações entre a saúde humana, animal e ambiental, One Health é visto como uma abordagem transformadora para melhorar a saúde global.

One Health se aplica a uma série de questões, incluindo:

- resistência antimicrobiana, que ocorre quando germes como bactérias e parasitas desenvolvem a capacidade de derrotar os medicamentos concebidos para matá-los e continuam a crescer e a espalhar-se;
- doenças zoonóticas, que são doenças infecciosas causadas por germes que se espalham entre animais e pessoas, como o Ébola, a gripe aviária, a raiva, etc.;
- doenças transmitidas por vetores, que afetam pessoas que são picadas por um vetor (mosquitos, carraças, piolhos e pulgas) e incluem dengue, vírus do Nilo Ocidental, doença de Lyme e malária;
- segurança alimentar e doenças transmitidas por alimentos, causadas pela contaminação dos alimentos e que ocorrem em qualquer fase da cadeia de produção, entrega e consumo de alimentos, como norovírus, salmonella, listeria, etc.; e
- saúde ambiental, como a poluição da água, a poluição do ar e as alterações climáticas.

De acordo com o Banco Mundial, o benefício esperado da One Health para a comunidade global foi estimado em 2022 em pelo menos 37 mil milhões de dólares por ano. A necessidade anual estimada de despesas com prevenção é inferior a 10% destes benefícios.

Desde 2003, o mundo assistiu a mais de 15 milhões de mortes humanas e 4 biliões de dólares em perdas económicas devido a doenças e pandemias, bem como perdas imensas devido a riscos de segurança alimentar e hídrica, que são ameaças à saúde relacionadas com a Saúde Única.

A colaboração entre setores e disciplinas através de uma abordagem One Health é uma solução vital para enfrentar os complexos desafios de saúde que a nossa sociedade enfrenta. Para prevenir, detectar e responder aos desafios emergentes da saúde, todos os sectores relevantes devem colaborar de forma integrada para alcançarem juntos o que nenhum sector pode alcançar sozinho.

Para implementar a Saúde Única, são necessárias grandes mudanças estruturais para integrar os domínios da saúde humana, animal e ambiental e apoiar a comunicação, colaboração, coordenação e reforço de capacidades multisectoriais.

As lacunas críticas na implementação da One Health incluem:

- bases de dados e recursos para apoiar a partilha de informações e ações em linha com a abordagem One Health;
- identificação e apresentação de exemplos de melhores práticas para a implementação da One Health;
- mapeamento das iniciativas e capacidades existentes para a investigação da One Health e construção da próxima geração de força de trabalho da One Health;
- um modelo para um sistema integrado de vigilância One Health;
- mecanismos para coordenação de rotina e de emergência com as partes interessadas relevantes;
- uma compreensão mais completa das causas da propagação de doenças zoonóticas (transmitidas entre animais e humanos). Isto inclui o comércio de animais, a agricultura, a pecuária, a urbanização e a fragmentação de habitats;
- uma abordagem padronizada para avaliar os riscos de propagação de agentes patogénicos entre diferentes populações animais e humanos, e de emergência de doenças zoonóticas, incluindo as que surgem nos sistemas alimentares; e
- métodos para identificar e reduzir os riscos de propagação e propagação de doenças zoonóticas de forma a minimizar as compensações e maximizar os co-benefícios com outros objectivos de saúde e de desenvolvimento sustentável.



(OMS, 2023)

Nova reunião do INB e consultas na região das Américas

- OPAS e articulação na região para o INB e RSI

Antecedendo o sétimo round do INB, a OPAS organizou em Washington a terceira edição da reunião que buscou comungar esforços conjuntos para as discussões do Órgão Intergovernamental de Negociações para tratado, acordo ou instrumento pandêmico (INB) e do Grupo de Trabalho para revisão do Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR).

Foram 3 representantes por país, sendo o Brasil representado por 2 profissionais do Ministério da Saúde e 3 do MRE. Com importantes avanços no fechamento de posições comuns em busca de concretude nas ações propostas a serem levadas a Genebra, uma vez ser um desafio na região a mobilização contínua de esforços para segmentos dos tantos processos que acontecem em paralelo à distância.

Com relação ao documento do INB, foram estabelecidas convergências nos artigos 4º (Prevenção a pandemias e vigilância em saúde pública e 5º (Fortalecimento de prevenção e preparação a pandemias através de abordagem em Saúde única), havendo a proposição de que a temática de vigilância seja mais discorrida no Regulamento Sanitário Internacional e Saúde única seja amplamente abordada em todas as virtudes do tema. A posição dos países americanos também propôs que estes artigos sejam juntados em um só.

Também houveram convergências no artigo 13º (Cadeia de suprimentos e logística) unindo as plataformas regionais já existentes como o Fundo Rotatório e o Fundo Estratégico da OPAS à governança das redes que sejam estabelecidas, otimizando esforços e ampliando participação da OPAS.

Por causa do tempo próximo a reunião em Genebra do INB e do novo texto de negociações do INB (relatado em nosso último informe do CRIS), a consulta com os países na OPAS foi mais centrada no Órgão de Negociações. Com relação às edições do Regulamento Sanitário Internacional, o Brasil, na presidência do Mercosul, foi responsável por apresentar as propostas do grupo em diferentes artigos e anexos, ladeado pelos EUA, que também trouxeram comentários específicos. Em pontos de propostas, foi buscado apoio e flexibilidade nos termos, visando construção consonante para as Américas e maior celeridade na busca por posicionamentos estratégicos para a próxima reunião do RSI.

- 7º ciclo de reuniões do INB

E agora, de 06 a 08 de novembro ocorre em Genebra o sétimo ciclo de reuniões para discussão do tratado, acordo ou instrumento pandêmico dentro do âmbito do Órgão Intergovernamental de Negociações. Nesta sessão, stakeholders e outros Non-state actors tiveram espaço de fala em sala, porém limitados a 1'30".

O que já de antemão é trazido pelos países e pelo secretariado é a necessidade de se avançar nas negociações, que devem terminar em maio; entretanto, como pontuado pelo Brasil e diversos outros países em desenvolvimento, o texto sofre de desbalanços com poucas obrigações referentes a acesso e equidade.

O primeiro dia já foi marcado por intensos posicionamentos que trataram do conflito que acontece na faixa de Gaza, com diversos Estados-membros demonstrando suporte a um dos lados. As falas com maior repercussão vieram obviamente do representante Palestino e do Israelense.

O representante palestino apelou à assistência internacional, incluindo sacos herméticos para cadáveres, ajuda na extração de corpos, bem como caminhões e escavadoras, medicamentos, equipamento médico, sendo o mais urgente, água, alimentos e combustível para hospitais, ambulâncias e acesso a cuidados de saúde. Ademais mencionou que estaríamos diante de uma situação com potenciais epidêmicos grandiosos, uma vez que sistemas básicos de água e bombeamento de esgoto não estão mais operando.

Ainda salientou que nenhuma parte do território palestino ocupado é seguro e que em um mês de conflito cerca de 9000 pessoas foram mortas na área.

No entanto, o representante de Israel acusou a Autoridade Palestiniana de dar “carta branca a uma organização terrorista genocida que desencadeou o seu terror sobre o povo de Israel em 7 de outubro”. Questionou ainda a falta de condenação da ação do Hamas e reforçou o discurso de seu direito de defesa.

Os co-presidentes do INB permitiram comentários sobre o conflito, mas admitiram no final da reunião que isto tinha retardado o progresso de decisão sobre as modalidades de negociações.

Dentro do espaço restante, outro momento de relevância foi a apresentação por diversos países europeus de pontos referentes à Propriedade Intelectual (PI). Afirmaram que quaisquer alterações aos direitos de PI deveriam ser discutidas na Organização Mundial do Comércio (OMC) – e não na Organização Mundial da Saúde.

Os direitos de propriedade intelectual são um dos aspectos mais controversos das negociações do acordo sobre a pandemia e, com um texto de negociação finalmente apresentado aos estados membros da OMS, divergências acentuadas ficaram mais uma vez evidentes nesta sessão plenária. Descrevendo o texto como uma “melhoria”, a União Europeia manifestou, no entanto, preocupações sobre as cláusulas sobre PI, transferência de tecnologia e financiamento no texto.

A Alemanha, a Suécia, a Irlanda e o Reino Unido foram diretos na sua oposição a quaisquer tentativas de minar a proteção da PI. E os EUA declararam que eliminar as proteções à propriedade intelectual não melhorará efetivamente o acesso equitativo durante emergências pandêmicas e, de fato, prejudicará os sistemas que nos serviram bem no passado. A representante do país mencionou que acreditam fortemente nas proteções de PI que servem para alimentar o investimento e a inovação. E que concordariam que um acesso mais oportuno a estas inovações deva ser central nas discussões, explorando opções para dar prioridade à disponibilidade de contramedidas médicas para os países em desenvolvimento durante futuras emergências pandêmicas.

Os artigos 10.º (sobre produção sustentável) e 11.º (transferência de tecnologia e know-how) têm sido extremamente difíceis na busca por consensos. Discute-se que partes não precisam se referir ao acordo TRIPS da OMC ou a uma renúncia (waiver) a PI. As regras globais sobre exceções são suficientemente amplas. O que seria necessário é a implementação de leis e o uso de exceções a nível nacional, para abordar questões de PI de uma forma que seja útil.

A OMC se posicionou e apelou a “sinergias e complementaridade” entre os seus processos e órgãos e o texto de negociação do INB. Já a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) afirmou que qualquer resultado do processo INB não deva afetar os direitos e obrigações e os outros acordos internacionais existentes e que a proteção dos direitos de PI é importante para o desenvolvimento de novos produtos médicos.

A Federação Internacional de Associações e Fabricantes Farmacêuticos (IFPMA) afirmou que as partes do texto atual prejudicariam o ecossistema de inovação que permitiu à indústria farmacêutica “a capacidade de desenvolver rapidamente contramedidas médicas”.

Outro ponto também espinhoso discutido foi sobre a remoção no texto de negociações da menção às responsabilidades comuns, mas diferenciadas (CBDR). O termo normalmente utilizado nas negociações sobre o clima para indicar que, embora todos os países tenham responsabilidades, as diferenças econômicas significam que não podem todos ter o mesmo nível de responsabilidades. O CBDR é essencial para a equidade.

O Equity Group, que representa 29 países em todas as regiões – incluindo Brasil, China, África do Sul e Paquistão – afirmou que o CBDR é importante para a solidariedade e inclusão internacional e deve ser incluído no tratado com vista a alcançar a equidade e atingir o mais alto padrão de saúde para todos. Pontuou ainda que a retirada do termo não havia sido discutida amplamente e que deva ser revisto no Grupo de Rascunho.

O grupo quer uma linguagem de equidade mais forte em oito seções: Artigo Sete (força de trabalho na saúde e cuidados), Artigo Nove (investigação e desenvolvimento), Artigo 10 (produção sustentável), Artigo 11 (transferência de tecnologia), Artigo 12 (acesso e partilha de benefícios), Artigo 13.º (cadeia de abastecimento e logística), artigo 19.º (apoio à implementação) e artigo 20.º (financiamento).

Ademais, o Grupo pontuou que confia no processo de liderança dos estados-membros nas negociações, visando a busca balanceamento tanto no conteúdo do texto como na articulação para aceitação e implementação.

Ainda houve espaço nos pronunciamentos sobre a não referência a serviços de direitos sexuais e reprodutivos no texto, e a retirada do termo “equidade de gênero” dos princípios gerais, sendo as “desigualdades de gênero” apenas mencionadas nos artigos sobre saúde, força de trabalho e cooperação e colaboração internacional. O Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos também notou a falta de referências a gênero e aos direitos humanos (três menções cada). E o Painel Independente sobre Preparação e Resposta à Pandemia apelou a uma “linguagem definitiva e orientada para os resultados” que comprometa os países a investir na construção de resiliência regional em datas definidas.

Da impotência e frustração à esperança – forma e conteúdo na política de direitos humanos e a necessidade urgente de conquistar a autonomia do Estatuto dos Direitos Humanos como marco articulador e de poder legitimador do Sistema das Nações Unidas ou assumir sua dissipação

From impotence and frustration to hope – form and content in human rights policy and the urgent need to achieve the autonomy of the Human Rights Statute as an articulating framework and legitimizing power of the United Nations System or assume its dissipation

Armando De Negri Filho

Abstract. *In this Inform the letter of resignation from Craig Mokhiber, former director of the New York office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, will lead the expositions. The documents that follow such declaration will analyze and seek alternatives to this mix of policies of supposed indifference and impotence of the United Nations system in the face of the still hegemonic power of the West, where hopes for Human Rights are projected amidst the selective use of the critical nature of these rights according to the intentions of Western power games.*

Keywords: *Human Rights. Craig Mokhiber. Universal Human Rights. United Nations reform.*

Resumo. Neste Informe a carta de demissão de Craig Mokhiber, ex-diretor do escritório de Nova York do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, irá liderar as exposições. Os documentos que seguem citada declaração analisarão e buscarão apresentar alternativas a esta mistura de políticas de suposta indiferença e impotência do sistema das Nações Unidas diante do poder ainda hegemônico do Ocidente, onde as esperanças pelos Direitos Humanos são projetadas em meio ao uso seletivo da natureza crítica destes direitos de acordo com as intenções dos jogos de poder ocidentais.

Palavras-chave: Direitos humanos. Craig Mokhiber. Direitos Humanos Universais. Reforma das Nações Unidas.

A carta de pedido de demissão de Craig Mokhiber, Diretor do Alto Comissariado para os Direitos Humanos em Nova Iorque, dirigida ao Alto Comissário de Direitos Humanos Volker Türk, deve ser lida e relida como uma severa advertência, uma possibilidade de futuro ou um epitáfio para as Nações Unidas. A íntegra da carta encontra-se à seguir

A carta transparece a angústia e a urgência de recompor uma ação que supere a retórica vazia, abrindo uma linha de reparação e proteção que a superação da colonialidade exige cada dia com mais intensidade e que é a única forma de evitar catástrofes em cascata, movidas pelo desespero e ressentimento frente ao exercício impiedoso do poder hegemônico militar e econômico.

Os demais documentos arrolados neste informe documentam este misto de quase indiferença e impotência do sistema das Nações Unidas frente ao poder ainda hegemônico do

Ocidente, onde se projetam esperanças nos Direitos Humanos em meio ao uso seletivo da natureza crítica desses direitos conforme as intenções dos jogos de poder ocidentais. Exemplo claro está na forma e conteúdo, exuberante em sua parcialidade no informe sobre a situação na Ucrânia em comparação sobre a situação nos territórios ocupados por Israel na Palestina. Dois pesos, duas medidas, lados definidos no próprio olhar aplicado às violações dos Direitos Humanos.

Comissão de Inquérito da ONU sobre a Ucrânia considera que crimes de guerra contínuos e violações dos direitos humanos afetam gravemente civis | ACNUDH

Grave violência em Israel e Gaza ultrajou a consciência da humanidade, diz Comissão de Inquérito da ONU | ACNUDH

Duas alocações do Alto Comissário marcam também uma espécie de dissociação entre realidade e possibilidades de futuro, por um lado reconhecendo que os direitos humanos estão ausentes ou muito fragilizados no marco do aprendizado pós pandêmico (alocução de fevereiro de 2023 que continua atual) e por outro lado referindo o próximo 75º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos como uma possibilidade de regeneração das relações e da ordem internacional e da ONU amparada nas revoluções digitais como oportunidade de superação desigualdades. Tudo isto tendo como pano de fundo as chamadas de Gaza.

Leiam os documentos, reflitam e tirem suas próprias conclusões.

1. Carta de pedido de demissão de Craig Mokhiber, Diretor do Alto Comissariado para os Direitos Humanos em Nova Iorque, dirigida ao Alto Comissário de Direitos Humanos Volker Türk. 28 de outubro de 2023.

“Caro Alto Comissário, esta será a minha última comunicação oficial a V. Exa., na qualidade de Diretor do Alto Comissariado para os Direitos Humanos em Nova Iorque.

Escrevo num momento de grande angústia para o mundo, inclusive para muitos de nossos colegas. Mais uma vez, estamos vendo um genocídio se desenrolando diante de nossos olhos, e a Organização que servimos parece impotente para detê-lo. Como alguém que investigou os direitos humanos na Palestina desde a década de 1980, viveu em Gaza como conselheiro de direitos humanos da ONU na década de 1990 e realizou várias missões de direitos humanos no país antes e depois, isso é profundamente pessoal para mim. Também trabalhei nesses salões através dos genocídios contra os tutsis, os muçulmanos bósnios, os yazidis e os rohingyas. Em todos os casos, quando a poeira assentou sobre os horrores perpetrados contra populações civis indefesas, tornou-se dolorosamente claro que havíamos falhado em nosso dever de atender aos imperativos de prevenção de atrocidades em massa, de proteção dos vulneráveis e de responsabilização dos perpetradores. E assim tem sido com sucessivas ondas de assassinatos e perseguições contra os palestinos ao longo de toda a vida da ONU. Senhor Alto Comissário, estamos a falhar de novo. Como advogado de direitos humanos com mais de três décadas de experiência na área, sei bem que o conceito de genocídio tem sido frequentemente alvo de abusos políticos. Mas o atual massacre generalizado do povo palestino, enraizado em uma ideologia colonial de colonos etnonacionalistas, na continuação de décadas de sua perseguição e expurgo sistemáticos, baseados inteiramente em sua condição de árabes, e juntamente com declarações explícitas de intenção de líderes do governo e militares israelenses, não deixa espaço para dúvidas ou debates. Em Gaza, casas civis, escolas, igrejas, mesquitas e instituições médicas são atacadas enquanto milhares de civis são massacrados. Na Cisjordânia, incluindo Jerusalém ocupada, casas são confiscadas e realocadas com base inteiramente na raça, e violentos pogroms de colonos são acompanhados por unidades militares israelenses. Do outro lado do país, o apartheid impera. Este é um caso de genocídio.

O projeto colonial, etnonacionalista e colonizador europeu na Palestina, entrou em sua fase final, rumo à destruição acelerada dos últimos resquícios da vida palestina indígena na Palestina. Além disso,

os governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e de grande parte da Europa são totalmente cúmplices do horrível ataque. Esses governos não apenas estão se recusando a cumprir suas obrigações do tratado "para garantir o respeito" às Convenções de Genebra, mas na verdade estão armando ativamente o ataque, fornecendo apoio econômico e de inteligência e dando cobertura política e diplomática para as atrocidades de Israel. Em conjunto com isso, a mídia corporativa ocidental, cada vez mais capturada e adjacente ao Estado, está em franca violação do Artigo 20 do PIDCP, continuamente desumanizando os palestinos para facilitar o genocídio e difundindo propaganda de guerra e defesa do ódio nacional, racial ou religioso que constitui incitação à discriminação, hostilidade e violência. Empresas de mídia social com sede nos EUA estão suprimindo as vozes de defensores de direitos humanos enquanto amplificam a propaganda pró-Israel. Israel faz lobby online e GONGOS estão assediando e difamando defensores de direitos humanos, e universidades e empregadores ocidentais estão colaborando com eles para punir aqueles que ousam falar contra as atrocidades. Na esteira desse genocídio, deve haver uma responsabilização desses atores também, assim como houve para a rádio Milles Collines em Ruanda. Em tais circunstâncias, as exigências de nossa organização por uma ação baseada em princípios e eficaz são maiores do que nunca. Mas não cumprimos o desafio.

O poder de proteção do Conselho de Segurança foi novamente bloqueado pela intransigência dos EUA, o Secretário Geral está sob ataque pelo mais brando dos protestos e nossos mecanismos de direitos humanos estão sob ataque difamatório sustentado por uma rede organizada de impunidade online. Décadas de distração pelas promessas ilusórias e em grande parte mentirosas de Oslo desviaram a Organização de seu dever central de defender o direito internacional, os direitos humanos internacionais e a própria Carta. O mantra da "solução de dois Estados" tornou-se uma piada aberta nos corredores da ONU, tanto por sua total impossibilidade de fato, quanto por sua total incapacidade de dar conta dos direitos humanos inalienáveis do povo palestino. O chamado "Quarteto" tornou-se nada mais do que uma folha de figueira para a inação e para a subserviência a um status quo brutal. A deferência (escrita pelos EUA) aos "acordos entre as próprias partes" (em substituição do direito internacional) foi sempre um sinal transparente, destinado a reforçar o poder de Israel sobre os direitos dos palestinianos ocupados e despossuídos.

Alto Comissário, cheguei a esta Organização pela primeira vez na década de 1980, porque encontrei nela uma instituição baseada em princípios, baseada em normas, que estava diretamente do lado dos direitos humanos, inclusive nos casos em que os poderosos EUA, Reino Unido e Europa não estavam do nosso lado. Enquanto meu próprio governo, suas instituições de subsidiariedade e grande parte da mídia dos EUA ainda apoiavam ou justificavam o apartheid sul-africano, a opressão israelense e os esquadrões da morte centro-americanos, a ONU estava defendendo os povos oprimidos dessas terras. Tínhamos o direito internacional do nosso lado. Tínhamos os direitos humanos do nosso lado. Tínhamos o princípio do nosso lado. Nossa autoridade estava enraizada em nossa integridade. Mas não mais. Nas últimas décadas, partes importantes da ONU se renderam ao poder dos EUA e ao medo do lobby de Israel, abandonaram esses princípios e recuaram do próprio direito internacional. Perdemos muito neste abandono, nomeadamente a nossa própria credibilidade global.

Mas o povo palestino sofreu as maiores perdas em resultado dos nossos fracassos. É uma impressionante ironia histórica que a Declaração Universal dos Direitos do Homem tenha sido adotada no mesmo ano em que a Nakba foi perpetrada contra o povo palestino. Ao comemorarmos o 75º aniversário da DUDH, faríamos bem em abandonar o velho clichê de que a DUDH nasceu das atrocidades que a procederam e admitir que ela nasceu ao lado de um dos genocídios mais atrozes do século 20, o da destruição da Palestina. De certa forma, os autores estavam prometendo direitos humanos a todos, exceto ao povo palestino. E lembremo-nos também de que a própria ONU carrega o pecado original de ajudar a facilitar a espoliação do povo palestino, ratificando o projeto colonial dos colonos europeus que tomou terras palestinas e as entregou aos colonos. Temos muito a expiar. Mas o caminho para a expiação é claro. Temos muito a aprender com a postura de princípio adotada em cidades de todo o mundo nos últimos dias, enquanto massas de pessoas se levantam contra o genocídio, mesmo correndo o risco de espancamentos e prisões. Palestinos e seus aliados, defensores dos direitos humanos de todos os matizes,

organizações cristãs e muçulmanas e vozes judaicas progressistas dizendo "não em nosso nome", estão liderando o caminho.

Tudo o que temos a fazer é segui-los. Ontem, a poucos quarteirões daqui, a Grand Central Station de Nova Iorque foi completamente tomada por milhares de defensores dos direitos humanos judeus que se solidarizaram com o povo palestino e exigiram o fim da tirania israelita (muitos arriscando-se a serem presos, no processo). Ao fazer isso, eles retiraram em um instante o ponto de propaganda hasbara israelense (e velho tropo antissemita) de que Israel de alguma forma representa o povo judeu. Não. E, como tal, Israel é o único responsável por seus crimes. Neste ponto, vale a pena repetir, apesar das difamações do lobby de Israel em contrário, que a crítica às violações dos direitos humanos de Israel não é antissemita, assim como a crítica às violações sauditas é islamofóbica, a crítica às violações de Mianmar é antibudista ou a crítica às violações indianas é anti-hindu.

Quando procuram nos silenciar com difamações, devemos levantar nossa voz, não baixá-la. Espero que concorde, Senhor Alto Comissário, que é disso que se trata falar a verdade ao poder. Mas também encontro esperança nas partes da ONU que se recusaram a comprometer os princípios de direitos humanos da Organização, apesar das enormes pressões nesse sentido. Nossos relatores especiais independentes, comissões de inquérito e especialistas em órgãos de tratados, juntamente com a maioria de nossa equipe, continuaram a defender os direitos humanos do povo palestino, mesmo quando outras partes da ONU (mesmo nos mais altos níveis) vergonhosamente baixaram a cabeça para o poder. Como guardião das normas e padrões de direitos humanos, o ACNUDH tem o dever particular de defender esses padrões. O nosso trabalho, creio, é fazer ouvir a nossa voz, desde o Secretário-Geral ao mais recente recruta da ONU, e horizontalmente em todo o sistema mais vasto das Nações Unidas, insistindo em que os direitos humanos do povo palestino não estão em debate, negociação ou compromisso em qualquer lugar sob a bandeira azul. Como seria, então, uma posição baseada em normas da ONU? Pois o que trabalharíamos se fôssemos fiéis às nossas admoestações retóricas sobre direitos humanos e igualdade para todos, responsabilização dos perpetradores, reparação para as vítimas, proteção dos vulneráveis e empoderamento dos detentores de direitos, tudo sob o Estado de Direito?

A resposta, acredito, é simples: se tivermos a clareza de enxergar além das cortinas de fumaça propagandísticas que distorcem a visão de justiça a que estamos jurados, a coragem de abandonar o medo e a deferência aos Estados poderosos e a vontade de realmente assumir a bandeira dos direitos humanos e da paz. Com certeza, este é um projeto de longo prazo e uma subida íngreme. Mas devemos começar agora ou nos render ao horror indescritível.

Vejo dez pontos essenciais:

1. Ação legítima: primeiro, nós, na ONU, devemos abandonar o paradigma fracassado (e em grande parte dissimulado) de Oslo, sua ilusória solução de dois Estados, seu Quarteto impotente e cúmplice e sua subjugação do direito internacional aos ditames de uma suposta conveniência política. As nossas posições devem basear-se sem remorso nos direitos humanos internacionais e no direito internacional.

2. Clareza de Visão: Devemos parar com a pretensão de que este é simplesmente um conflito por terra ou religião entre duas partes beligerantes e admitir a realidade da situação em que um Estado desproporcionalmente poderoso está colonizando, perseguindo e desapropriando uma população indígena com base em sua etnia.

3. Um Estado baseado nos direitos humanos: Devemos apoiar o estabelecimento de um Estado único, democrático e laico em toda a Palestina histórica, com direitos iguais para cristãos, muçulmanos e judeus, e, portanto, o desmantelamento do projeto profundamente racista, colono-colonial e o fim do apartheid em todo o país.

4. Combate ao apartheid: Devemos redirecionar todos os esforços e recursos da ONU para a luta contra o apartheid, assim como fizemos com a África do Sul nas décadas de 1970, 80 e início dos anos 90.

5. *Retorno e compensação: Devemos reafirmar e insistir no direito ao retorno e na compensação integral para todos os palestinos e suas famílias que vivem atualmente nos territórios ocupados, no Líbano, na Jordânia, na Síria e na diáspora em todo o mundo.*

6. *Verdade e Justiça: Devemos pedir um processo de justiça transicional, fazendo pleno uso de décadas de investigações, inquéritos e relatórios acumulados da ONU, para documentar a verdade e garantir a responsabilização de todos os perpetradores, reparação para todas as vítimas e remédios para injustiças documentadas.*

7. *Proteção: Devemos pressionar pelo envio de uma força de proteção da ONU com bons recursos e fortemente mandatada, com um mandato sustentado para proteger os civis do rio ao mar.* 8. *Desarmamento: Devemos defender a remoção e destruição dos enormes arsenais de armas nucleares, químicas e biológicas de Israel, para que o conflito não leve à destruição total da região e, possivelmente, além.*

9. *Mediação: Devemos reconhecer que os EUA e outras potências ocidentais não são, de fato, mediadores confiáveis, mas sim partes reais do conflito que são cúmplices de Israel na violação dos direitos palestinos, e devemos envolvê-los como tal.*

10. *Solidariedade: Devemos abrir nossas portas (e as portas do SG) para as legiões de defensores dos direitos humanos palestinos, israelenses, judeus, muçulmanos e cristãos que estão se solidarizando com o povo da Palestina e seus direitos humanos e parar o fluxo irrestrito de lobistas de Israel para os escritórios dos líderes da ONU, onde defendem a continuação da guerra, perseguição, apartheid e impunidade, e difamar nossos defensores de direitos humanos por sua defesa de princípios dos direitos palestinos. Isso levará anos para ser alcançado, e as potências ocidentais lutarão contra nós a cada passo do caminho, por isso devemos ser firmes.*

No imediato, devemos trabalhar por um cessar-fogo imediato e pelo fim do cerco de longa data a Gaza, nos levantar contra a limpeza étnica de Gaza, Jerusalém e Cisjordânia (e em outros lugares), documentar o ataque genocida em Gaza, ajudar a levar ajuda humanitária maciça e reconstrução aos palestinos, cuidar de nossos colegas traumatizados e suas famílias, e lutar como o inferno por uma abordagem baseada em princípios nos escritórios políticos da ONU. O fracasso da ONU na Palestina até agora não é motivo para nos retirarmos. Pelo contrário, deveria dar-nos a coragem de abandonar o paradigma falho do passado e abraçar plenamente um rumo mais baseado em princípios. Nós, como ACNUDH, nos juntamos com ousadia e orgulho ao movimento antiapartheid que está crescendo em todo o mundo, adicionando nosso logotipo à bandeira da igualdade e dos direitos humanos para o povo palestino. O mundo está assistindo. Todos seremos responsáveis por onde estivemos neste momento crucial da história. Estejamos do lado da justiça. Agradeço-lhe, Senhor Alto Comissário Volker, por ter ouvido este último apelo da minha mesa. Deixarei o Gabinete em poucos dias pela última vez, depois de mais de três décadas de serviço. Mas, por favor, não hesite em entrar em contato se eu puder ser útil no futuro.

Atenciosamente,

Craig Mokhiber.”

2. Alto Comissariado para os Direitos Humanos: Em vez de aprender lições com a pandemia, os direitos econômicos, sociais e culturais ainda são vistos como extras opcionais, não obrigações vinculantes. Volker Türk, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. 26.10.23 **Declaração Universal dos Direitos Humanos guiará soluções para desafios globais, diz Türk | ACNUDH**

Declaração Universal dos Direitos Humanos orientará soluções para desafios globais, diz Türk

Direitos Humanos em Tempos Desafiadores - A Declaração Universal dos Direitos Humanos aos 75 anos: progressos realizados, desafios atuais e direitos humanos na esfera digital, Universidade de Estocolmo. Türk apela a uma economia dos direitos humanos

Direitos Humanos 75 - Hora de transformar os sistemas de atendimento e apoio

Ações concretas necessárias para acabar com a discriminação racial – Chefe de Direitos Humanos da ONU

“ Caros amigos, tenho o prazer de estar convosco nesta prestigiada instituição no momento em que assinalamos o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Um documento notável – o mais traduzido da história – tem sido uma bússola inestimável em nossa jornada coletiva em direção a um mundo mais pacífico, livre, igual e justo.

Hoje, porém, enquanto lidamos com as crises globais que se aglutinam ao nosso redor – acompanhadas de tensões políticas dentro e entre os Estados – a busca por soluções eficazes muitas vezes pode parecer ilusória, a ponto de não existir.

É claro que na primeira linha das nossas mentes está a violência horrível e injustificável dos ataques contra civis israelitas lançados de Gaza a 7 de Outubro, incluindo a tomada de mais de 200 reféns, muitos deles crianças. Em seguida, o bombardeio maciço de Gaza por Israel, que matou e feriu milhares de pessoas, e os danos ao maior hospital de Gaza, em meio a um cerco que interrompeu o fornecimento de eletricidade, água, alimentos e combustível para toda a população da Faixa de Gaza. Mais um ciclo de violência e retaliação – e dor humana intolerável – está em curso no Oriente Médio.

É evidente que as leis da guerra e as leis dos direitos humanos se aplicam a todas as partes neste conflito. Não há exceção a essa exigência.

Em última análise, palestinianos e israelitas continuam a ser a única esperança um do outro para uma paz duradoura, e têm de se tornar capazes de viver juntos, no respeito dos direitos uns dos outros. Os líderes políticos de hoje precisam romper com ciclos viciosos de violência, tormento e vingança e substituí-los por uma visão de coexistência pacífica.

Precisamos aprender a conviver, com dignidade e respeito. Devemos nos afastar da crescente hostilidade, polarização e divisões que nos dilaceram.

Precisamos começar a tecer um tecido social resiliente e caloroso; um tecido ricamente colorido e diverso para que nos una, permitindo-nos partilhar e cuidar de forma mais justa deste frágil e encantador planeta e uns dos outros.

Já fizemos essa mudança antes – em um momento cuja desolação e incerteza guardam muita ressonância, eu acho, com a nossa.

Setenta e cinco anos atrás, duas guerras globais brutais haviam sido travadas em 20 anos. O mundo tinha experimentado os horrores do genocídio, o advento da bomba nuclear, a ruína econômica e o deslocamento de milhões de refugiados. Uma paisagem sombria de perda, miséria e devastação.

No entanto, países de todas as regiões do mundo se uniram para fundar as Nações Unidas e elaborar uma declaração para pôr fim aos ciclos viciosos de terror, destruição e pobreza que haviam sofrido.

Ao fazê-lo, eles se basearam em nossa sabedoria e experiências coletivas - através de culturas e épocas. Das tradições religiosas e filosóficas às Revoluções Americana e Francesa, à revolta dos escravos haitianos, ao movimento operário, ao feminismo, à luta contra o imperialismo e à luta contra o apartheid.

E eles nos apresentaram com um mapa. Um mapa que deixasse claro, para si e para as gerações futuras, o caminho para longe da guerra. O caminho para a reconciliação das disputas e a construção de sociedades mais justas, igualitárias e, portanto, resilientes.

Um mapa cuidadosamente elaborado em torno da verdade simples, mas profunda – da nossa humanidade comum e do nosso valor igual. Articulando os direitos inerentes a cada um de nós.

O direito de viver livre de qualquer forma de discriminação, detenção arbitrária e tortura. Os direitos à educação e à alimentação adequada; Saúde; habitação; proteções sociais e condições justas de trabalho.

Liberdade de expressão e opinião. Liberdade de associação e reunião pacífica. Liberdade de religião ou crença. O direito de asilo e o direito a uma nacionalidade. E mais.

Desde a sua adoção, a Declaração Universal tem desempenhado um papel único em grande parte dos progressos que temos visto.

O desmantelamento de muitas estruturas que entrincheiravam a discriminação racial e de gênero; grandes avanços na saúde e na educação; e a crescente expectativa de que os governos ouçam, informem, sejam responsivos e envolvam os indivíduos na tomada de decisões.

Muitos países retomaram sua independência.

E as pessoas retumbantemente retomaram seus direitos. Talvez o mais importante de tudo, a Declaração Universal inspirou um ativismo e solidariedade vibrantes, criativos e poderosos.

E, por sua vez, esse ativismo forneceu grande parte do impulso para o impulso para eliminar todas as formas de discriminação, inclusive contra pessoas LGBTI+. Também ajudou a inaugurar o rico corpo de tratados, leis e outros instrumentos que compõem nossa estrutura internacional de direitos humanos. Com jovens ativistas, por exemplo, como força dinâmica por trás do reconhecimento, no ano passado, do direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável.

Estou convencido de que o ideal dos direitos humanos tem sido um dos movimentos de ideias mais animadores e construtivos da história da humanidade – e, no geral, um dos mais bem-sucedidos.

É algo a que temos de voltar neste momento de incerteza e turbulência.

Os conflitos estão a aumentar – o mais alto de que há registo desde 1945 e, como a escalada das hostilidades no Médio Oriente tão terrivelmente demonstra, há pouco respeito pelos direitos básicos dos civis que neles se encontram apanhados.

As desigualdades estão se aprofundando, com a promessa da Agenda 2030 de acabar com a pobreza extrema até o final desta década vacilando em parte devido à espiral dos preços dos alimentos e dos combustíveis.

O racismo e a discriminação, em particular contra as mulheres e as raparigas, estão a aumentar de forma preocupante. Assim como o antisemitismo e a islamofobia, especialmente à luz do conflito que se intensificou nas últimas duas semanas. Também acho absolutamente inexplicável – e um ato de desprezo e ódio – a queima pública de um texto considerado sagrado por milhões de pessoas.

As novas tecnologias trazem consigo uma cascata de riscos aos direitos humanos, entre os quais a desinformação e o discurso de ódio perverso que prolifera nas plataformas de mídia social.

E, em cada vez mais países, severas restrições ao espaço cívico minam a mídia independente, as instituições de justiça e a participação significativa na vida pública.

Todas essas tendências alimentam a ameaça generalizada e acelerada da tripla crise planetária, sem dúvida a ameaça definidora dos direitos humanos de nossa geração.

E alimentam ansiedades sobre o futuro – uma inquietante sensação de estreitamento de horizontes.

Isto aplica-se sobretudo aos jovens. Pois essas tendências desestabilizadoras certamente impactarão todas as suas aspirações, suas carreiras – na verdade, toda a trajetória de suas vidas, bem como as das gerações futuras.

No entanto, estou aqui hoje para vos assegurar que estes **desafios profundos ainda podem ser geridos e resolvidos** – *se todos os povos e todos os Estados*, incluindo a Suécia, partilharem o trabalho de construção do caminho para as soluções.

O caminho que nos é traçado tão claramente na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Um maior respeito pelos direitos humanos – *todos os direitos humanos* – é a única base para um desenvolvimento mais sustentável e para a paz. Esta é uma verdade simples, mas extraordinariamente poderosa.

As sociedades ancoradas nos direitos humanos estão mais bem equipadas para resistir a choques – sejam eles decorrentes de desastres naturais, conflitos, pandemia ou recessão global.

Economias e sociedades inclusivas - nas quais as oportunidades, os recursos e os serviços são partilhados equitativamente e em que a governação é responsável - proporcionam justiça, oportunidades, ligação e esperança.

Os meios de comunicação social livres e independentes, juntamente com a liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, contribuem para decisões mais bem informadas. Estes

direitos dão também a todos, incluindo aos jovens, o sentimento de que têm uma participação e uma voz no bem comum.

Da mesma forma, nenhum país pode realmente se desenvolver, economicamente ou não, se muitas pessoas forem excluídas das oportunidades. O direito de não ser discriminado e de ter acesso igualitário a recursos e oportunidades beneficia a sociedade como um todo.

Estes valores - a convicção partilhada de que todos os seres humanos são iguais em dignidade e em direitos - estão no cerne das Nações Unidas, atuando como o fio condutor de todo o nosso trabalho - desde a prevenção de conflitos à manutenção da paz, ao desenvolvimento, ao ambiente, à boa governação e não só.

E esses valores atemporais são mais do que capazes de nos navegar sabiamente por novos terrenos à medida que surgem. Mesmo no caso da inteligência artificial generativa - onde os rápidos avanços ameaçam ultrapassar nossa capacidade de compreender plenamente as implicações para nossas vidas e nossas sociedades. A IA oferece oportunidades sem precedentes - desde a aceleração do progresso científico e a prestação de cuidados de saúde, até a transformação da educação, o uso de uma visão estratégica aprimorada na formulação de políticas e a democratização do acesso ao conhecimento.

Mas isso traz riscos enormes – e já estamos vendo isso acontecer. A IA pode ser armada como uma ferramenta de manipulação e desinformação, semeando desconfiança entre pessoas e instituições e entre si. Pode facilitar a vigilância em massa, a censura e a definição generalizada de perfis, tudo isso para regimes autoritários. O chamado policiamento "preditivo" e os sistemas de justiça automatizados borram as linhas de responsabilidade e responsabilização e são suscetíveis de reforçar a discriminação e de uso indevido.

Essa lacuna de governança urgente e séria não pode ser deixada para as empresas de tecnologia se autogerirem. Em vez disso, o que precisamos é de uma abordagem regulatória que apoie a inovação, mas coloque grades de proteção em torno dela. Regulamentação que exige a avaliação dos riscos e impactos em direitos humanos dos sistemas de IA antes, durante e após seu uso. Garantias de transparência, fiscalização independente e acesso a recursos efetivos, especialmente naquelas situações em que o próprio Estado está empregando ferramentas de inteligência artificial.

As tecnologias de IA que não podem ser operadas em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos devem ser proibidas ou suspensas até que salvaguardas adequadas estejam em vigor.

Temos de assegurar que o prémio dos avanços tecnológicos não seja feito à custa da dignidade e das liberdades humanos.

No mês passado, uma pesquisa com mais de 36.000 pessoas em 30 países pela Open Society Foundation descobriu que 72% dos entrevistados acreditavam que os direitos humanos eram uma "força para o bem", com um número semelhante considerando que esses princípios refletem seus próprios valores.

No entanto, também relatou uma desilusão generalizada entre os jovens com a capacidade da política democrática para resolver problemas, e penso que este ponto é fundamental.

Para construir confiança no governo, é vital que os governos demonstrem sua disposição de proteger e promover os direitos humanos e de oferecer soluções justas e eficazes.

Em nosso ambiente cada vez mais complexo e contestado, como chegar a essas soluções?

Primeiro, precisamos **superar as divisões geopolíticas**, por meio de uma linguagem comum e de um senso de objetivos comuns. Uma abordagem ideologicamente neutra, mas que envolva **os valores profundos e partilhados da humanidade**.

Em segundo lugar, as soluções para a miríade de desafios que enfrentamos devem ser **coerentes entre si**. As medidas destinadas a promover o desenvolvimento sustentável devem também atenuar as alterações climáticas e combater a discriminação sistemática. Se um fluxo de trabalho prejudica outro, o resultado é uma perda de tempo caótica. Mas se uma solução pode se basear em outra, estamos progredindo.

Em terceiro lugar, as soluções precisam envolver nossos reflexos mais profundos: **solidariedade e empatia**. Hoje, as pessoas com menos estão sendo mais prejudicadas. Em termos de mudanças climáticas, por exemplo, países e empresas que geraram o problema devem contribuir decisivamente para corrigir esses erros. E, no caso dos refugiados - entre os mais vulneráveis de todos - todos os Estados deveriam estar à altura das suas responsabilidades de fornecer asilo, reconhecendo que os países e comunidades com menos recursos são os que acolhem a grande maioria das pessoas deslocadas por perseguições e conflitos.

Em quarto lugar, soluções eficazes também precisarão da contribuição plena de todos os membros de cada sociedade. **A participação livre e significativa de todos** é essencial para provocar mudanças reais. Precisamos aproveitar a criatividade, as habilidades e os insights de todos, especialmente daqueles marginalizados. Os governos devem trazer um compromisso genuíno para reduzir as tensões e divisões dentro da sociedade que correm o risco de excluir tantos da vida pública. Isso inclui medidas concertadas para combater o aumento do ódio religioso e racial. E, em todos os aspectos da tomada de decisões, é vital construir pontes entre as pessoas – especialmente as pessoas mais afetadas – e as instituições do governo e das empresas.

O que precisamos, em suma, é da Declaração Universal. Uma lembrança constante e poderosa de nossa humanidade comum. Vamos juntos garantir que 2023 seja lembrado como o ponto de virada para renovar nosso compromisso de resolver os desafios por meio dos direitos humanos. Retomando o espírito que levou à adoção da Declaração e projetando-o com confiança no futuro.

A **Iniciativa Direitos Humanos 75**, que o meu Gabinete lidera, culminará num evento de alto nível em 11 e 12 de Dezembro.

Encorajo o Governo sueco, juntamente com as empresas suecas e os grupos da sociedade civil, a juntarem-se ao nosso esforço coletivo, fazendo promessas significativas e catalisadoras sobre ações específicas em matéria de direitos humanos para ajudar a realizar as mudanças transformadoras de que tanto necessitamos.

Os direitos humanos importam a qualquer momento.

Mas essas leis e princípios são especialmente vitais em tempos de crise – quando o futuro é incerto, a discórdia reina e as opções parecem desaparecer. É então que os valores

fundamentais, e as lições da história, podem nos conduzir firmemente de volta ao caminho certo. Obrigado.”

3. Workshop sobre promoção e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais no contexto do enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia da COVID-19. 06.02.23

Türk apela a uma economia dos direitos humanos | ACNUDH

“Excelências, Prezados Participantes, apraz-me estar presente na abertura destas importantes discussões.

A pandemia da COVID-19 foi uma dura e clara lição de universalidade e indivisibilidade de todos os direitos humanos. A pandemia demonstrou, em particular, que os direitos econômicos, sociais e culturais não são apenas fundamentais para a dignidade humana – são essenciais para a estabilidade e o desenvolvimento sustentável de todos os países. Se não forem levadas a sério, sabemos que podem ter consequências devastadoras para as pessoas, em primeiro lugar – mas também sabemos que também alimentarão a desconfiança nas instituições do Estado; agitação social; violência; e até conflito.

Ao minar ainda mais o que já era a realização irregular dos direitos à saúde, à educação, à moradia adequada e ao trabalho decente – entre outros – a pandemia fez com que os ciclos viciosos de aumento da pobreza e aprofundamento das queixas girassem mais rápido e se aprofundassem.

Expôs a extensão das **desigualdades** em todas as sociedades. Em quase todos os países e regiões, agravou essas desigualdades. E expôs profundas desigualdades globais na atual arquitetura econômica e financeira.

De acordo com o **Grupo Global de Resposta a Crises da ONU sobre Alimentos, Energia e Finanças**, 60% dos trabalhadores em todo o mundo têm rendimentos reais mais baixos do que antes da pandemia. No entanto, a pandemia deixou bem claro que foram eles, e a economia do cuidado, que nos salvaram e garantiram nossos serviços básicos. Todos sabemos o quanto dependíamos deles – mas agora eles têm rendimentos mais baixos do que antes. Não há ali uma demonstração de gratidão.

Sabemos que as mulheres foram as mais atingidas, em parte devido à sua sobrerrepresentação em setores como o turismo, o alojamento e os serviços alimentares, que sofreram um impacto desproporcionado. De acordo com a **OIT**, o emprego das mulheres caiu 4,2% em todo o mundo, em comparação com uma queda de 3% para os homens.

A inflação – desencadeada pela pandemia, depois agravada pela guerra na Europa – fez disparar o preço dos alimentos básicos para níveis insuportáveis para muitas famílias: uma tragédia silenciosa.

No final de 2021, a fome afetava 828 **milhões de** pessoas, de acordo com um **relatório** do PMA, FAO, FIDA, Unicef e OMS – um aumento de **150 milhões** desde o início da pandemia. Mais de quatro anos de progresso contra a pobreza foram apagados. Em vez de acabar com a pobreza extrema até 2030, como foi planejado por meio da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, a DESA estima que 600 milhões de pessoas – uma em cada 14 pessoas no mundo – poderiam estar vivendo em extrema pobreza em 2030.

E, no entanto, os números reais são provavelmente piores.

A definição rotineira de pobreza como ganhar qualquer coisa abaixo de US\$ 1,90 por dia não consegue compreender os custos reais de atender às necessidades essenciais. Congratulome com o foco da Sessão 3 deste workshop em medir e eliminar a pobreza global através de uma definição mais realista e baseada nos direitos humanos de quem, exatamente, é pobre.

Enquanto isso, o aprofundamento da dívida nacional e os ziguezagues dos mercados de commodities continuam a restringir fortemente o espaço fiscal para políticas nacionais que promovam acesso mais amplo à educação, saúde e proteção social de qualidade.

E, no entanto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 visa especificamente a necessidade de reduzir as desigualdades dentro e entre os países. Seus indicadores incluem:

1. Até 2030, o crescimento da renda dos 40% mais pobres da população deve ser maior do que a média nacional.
2. Assegurar a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, nomeadamente através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas.
3. Adotar políticas, especialmente fiscais, salariais e de proteção social, e alcançar progressivamente maior igualdade.

Prezados Participantes,

Essa situação é uma receita para a desagregação social e o conflito – dentro e entre as sociedades. Precisamos urgentemente de medidas corretivas robustas e eficazes.

É tempo de compreender plenamente que o crescimento económico, por si só, não corrigirá as injustiças estruturais subjacentes ao nosso fracasso em alcançar progressos nos ODS. Precisamos dismantlar a arquitetura das desigualdades e reconstruir nossas economias com uma arquitetura que reforce os direitos humanos – e, portanto, facilite a confiança no governo; desenvolvimento sustentável; e paz.

Precisamos avançar em uma recuperação sólida, construindo economias que promovam os direitos e o bem-estar das pessoas.

Uma **economia de direitos humanos** busca corrigir causas profundas e barreiras estruturais à igualdade, justiça e sustentabilidade, priorizando o investimento em direitos econômicos, sociais e culturais.

Oferece a máxima proteção social e educação e saúde de qualidade para todos. Acesso à justiça e Estado de Direito. Ação climática e ambiental efetiva. Liberdades fundamentais e o mais amplo espaço cívico possível. Garante que os modelos de negócios e as políticas econômicas sejam guiados por padrões de direitos humanos.

Permite uma combinação integrada e orientada para a missão de políticas socioeconômicas que promovam todos e cada um dos objetivos e metas dos ODS, incluindo, em particular, o fim da discriminação contra mulheres e raparigas, bem como contra minorias raciais, étnicas e linguísticas. Sabemos que essa discriminação causa danos em cascata em toda a sociedade e intergeracionalmente.

E ao fazer esses investimentos, uma economia de direitos humanos também promove uma distribuição mais justa de recursos que reduz as desigualdades dentro e entre os países.

Aplaudo os esforços para assegurar uma tomada de decisão multilateral mais inclusiva e em rede e para reformar a arquitetura financeira global, que, aliás, também foi mencionada no relatório do Secretário-Geral sobre a Nossa Agenda Comum.

Os países não devem ter de dar prioridade ao cumprimento das condicionalidades pelas instituições financeiras internacionais ou pelas agências de notação de risco em detrimento dos direitos dos seus povos. Os direitos humanos devem ser vistos como inerentes aos quadros jurídicos dos países e como parte integrante de um desenvolvimento sólido, da paz e do Estado de direito. Congratulo-me com as recentes propostas de reformas inovadoras da arquitetura financeira global, como a iniciativa Bridgetown da primeira-ministra Mia Mottley.

Prezados Participantes,

Para apoiar países e sociedades a construir economias que reforcem os direitos humanos, o meu Gabinete reforçará os nossos esforços para prestar apoio técnico em matéria de direitos económicos, sociais e culturais e para integrar normas, princípios e políticas em matéria de direitos humanos em todas as ações dos governos e do sistema das Nações Unidas.

Enfrentar as barreiras estruturais e assegurar a realização dos direitos humanos requer investimento na capacidade operacional do meu Gabinete, para que possamos satisfazer as necessidades e os pedidos de cooperação técnica que recebemos dos Estados e parceiros – em particular no que respeita aos direitos económicos, sociais e culturais.

Isso deve incluir o apoio ao desenho de políticas fiscais mais redistributivas e esforços para acabar com a corrupção e os fluxos financeiros ilícitos – que sabemos desviar dinheiro dos gastos públicos. Também inclui apoio a processos orçamentários participativos, inclusivos, transparentes e responsáveis que permitam ao público e à sociedade civil "seguir o dinheiro" - reforçando a confiança no governo e garantindo que as políticas sejam mais eficazes e promovam os direitos das pessoas.

A título de exemplo, o meu Gabinete está atualmente a trabalhar com as autoridades do Quênia e da África do Sul para melhorar a orçamentação dos direitos humanos, com ênfase na proteção social.

Mas sabemos que muito mais pode ser feito. Conto com o vosso apoio para reforçar o trabalho do meu Gabinete e do Conselho dos Direitos do Homem na promoção e proteção dos direitos económicos, sociais e culturais.

O 75.º aniversário da adoção da Declaração Universal dos Direitos do Homem este ano é um lembrete de que precisamos de assegurar a mesma ênfase em todos os direitos humanos – civis, políticos, económicos, sociais e culturais, bem como no direito ao desenvolvimento.

Reconheço que os direitos culturais, em particular, não receberam a devida atenção. Com um apoio adicional, o meu Gabinete poderia intensificar o trabalho muito necessário sobre aspectos fundamentais dos direitos culturais, como o direito de todas as pessoas a participarem na vida cultural, a preservação do património cultural e o usufruto dos benefícios do progresso científico.

Este encontro de três dias oferece uma oportunidade para questionar nossos modelos e políticas económicas atuais e encontrar novas maneiras de avançar na realização dos direitos económicos, sociais e culturais. Olhando para as lacunas que foram expostas e aprofundadas

pela pandemia, espero que as pessoas e o planeta estejam inequivocamente no centro das economias e políticas nacionais e globais a partir de agora.

Temos de aprender verdadeiramente com a nossa experiência recente: não há absolutamente nada a perder.”

Alto Comissariado para os Direitos Humanos: Em vez de aprender lições com a pandemia, direitos econômicos, sociais e culturais ainda são vistos como extras opcionais, não obrigações vinculantes | ACNUDH 15 Setembro 2023

Conselho conclui diálogo interativo com o especialista independente sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, disse esta tarde ao Conselho de Direitos Humanos que, em vez de aprender lições da pandemia de COVID-19, os direitos econômicos, sociais e culturais ainda são vistos como extras opcionais, não obrigações vinculantes. Ele alertou que, sem esforços redobrados para realizar os direitos econômicos, sociais e culturais por parte de Estados individuais e por meio da cooperação internacional, há poucas chances de alcançar os 18 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Apresentando o relatório de seu Escritório sobre a visão do Escritório para reforçar seu trabalho na promoção e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais no contexto do enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia de COVID-19, o Sr. Türk disse que a pandemia de COVID-19 expôs profundas desigualdades dentro e entre os países, bem como décadas de subinvestimento em sistemas e serviços essenciais para a manutenção econômica, direitos sociais e culturais. Também mostrou o que era possível quando os Estados investiam nesses sistemas. Não é preciso uma emergência de saúde pública global para perceber a importância dos direitos econômicos, sociais e culturais. No entanto, em vez de aprender lições com a pandemia, esses direitos ainda eram vistos como extras opcionais, não obrigações vinculantes. A promessa do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais permaneceu ilusória para bilhões de pessoas.

Türk disse que o relatório apresentado ao Conselho delineou as prioridades do Alto Comissariado para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais e ressaltou a necessidade urgente de ação.

Sem esforços redobrados para realizar os direitos econômicos, sociais e culturais por parte de Estados individuais e por meio da cooperação internacional, havia poucas chances de alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2030. A visão do relatório se propôs a ajudar todos os países a tornar os direitos humanos uma realidade para todos. O Escritório apoiará os Estados no cumprimento de suas obrigações em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais. Para enfrentar as desigualdades e concretizar os direitos econômicos, sociais e culturais, Türk disse que o Escritório do Alto Comissariado precisa de mais recursos.

Na discussão, alguns palestrantes disseram que o mundo enfrentava enormes desafios e ainda lutava com as consequências da pandemia, algo que estava dificultando a conquista dos direitos humanos. O relatório sublinhou claramente que o aumento global das desigualdades econômicas e sociais e o insuficiente avanço na realização dos direitos econômicos, sociais e culturais estavam a impedir o progresso da Agenda 2030. A ação em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais precisava, de facto, de ser amplificada na luta por um futuro

inclusivo, sustentável e melhor para todos. Os esforços conjuntos da comunidade internacional foram necessários para construir um mundo mais seguro e justo, baseado no Estado de direito e na universalidade dos direitos humanos.

Vários oradores afirmaram que estes direitos devem ser uma prioridade para que a comunidade internacional possa enfrentar o seu principal desafio de combater a desigualdade, e os direitos económicos, sociais e culturais devem ser tidos em conta de forma equilibrada, garantindo o seu usufruto para todos. Seu pleno gozo exigiu uma revisão do sistema de Bretton Woods e o desenvolvimento de um novo pacto financeiro global. Todos os Estados devem trabalhar coletivamente para garantir que os sistemas financeiros priorizem o bem-estar dos indivíduos e das comunidades, em vez de perpetuar as desigualdades e o sofrimento humano.

Intervieram no debate Honduras, Finlândia em nome de um grupo de países, União Europeia, Costa do Marfim em nome do Grupo Africano, China em nome de um grupo de países, Indonésia, Nações Unidas Mulheres, Portugal, Bahrein, Egipto, Alemanha, Costa Rica, Estados Unidos, Jordânia, França, Kuwait, Geórgia, Chile, Lesoto, Iraque, Malawi, Malásia, Arménia, Tailândia, Fundo de População das Nações Unidas, Luxemburgo, Zimbábue, Romênia, Federação Russa, África do Sul, Timor-Leste, Camarões, Bangladesh, Maldivas, Peru, Namíbia, Austrália, Paquistão, Tanzânia, Panamá, Tunísia, República Democrática Popular do Laos, Argélia, Cuba, Togo, Venezuela e Senegal.

No início da reunião, o Conselho concluiu o seu diálogo interativo com o Perito Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas.

Claudia Mahler, Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas, ao concluir as observações, exortou todos a reconhecerem a questão como uma prioridade global e nacional de direitos humanos; tomar medidas contra a violência, o abuso e a negligência das pessoas idosas; coletar e analisar dados; adotar planos de apoio aos cuidadores; e estabelecer um mecanismo de monitoramento. A adoção de um instrumento juridicamente vinculativo foi a melhor forma de colmatar as lacunas e proteger todas as pessoas, na sua plena diversidade.

No debate, alguns oradores disseram que o foco temático no relatório sobre a violência contra as pessoas idosas era oportuno e crucial, e apoiaram as recomendações apresentadas no relatório. Um palestrante disse que o relatório apresentou alegações como fatos, deturpou a situação e fez alegações infundadas. Não serviu para nada de benéfico para a situação no terreno. Outros oradores partilharam as preocupações do perito independente sobre o aumento do risco de violência contra as pessoas idosas, devido a crises multifacetadas e dificuldades económicas, incluindo uma maior sobrecarga sobre as estruturas de apoio. Não havia salvaguardas nacionais e internacionais suficientes para proteger as pessoas idosas. Alguns oradores apoiaram o apelo do Perito Independente no sentido de um instrumento jurídico internacional vinculativo que salvaguarde os direitos na velhice.

Participaram da discussão interativa Tunísia, Marrocos, Djibuti, Argélia, Cuba, Togo, Venezuela, Senegal, Jamaica, Ilhas Maurício, Quênia, Gâmbia, Ucrânia, Mali, Montenegro, Itália, Índia, Sudão, Irã, Honduras, Azerbaijão, Zimbábue, Botsuana e Organização Mundial da Saúde.

Também falaram a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Nigéria, a Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos, a Comissão Nacional de Direitos Humanos da República da Coreia, a Comissão Nacional *Indépendante des Droits de l'Homme du Burundi* e a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Índia, bem como as seguintes organizações não-governamentais: Rede Internacional para a Prevenção do Abuso de Idosos, Associação Internacional de Lésbicas e Gays, HelpAge International, Asian-Pacific Resource and Research Centre for Women (ARROW), *Federatie van Nederlandse*

Verenigingen tot Integratie Van Homoseksualiteit - COC Nederland, Asociacion HazteOir.org, Associazione Comunita Papa Giovanni XXIII, Human Rights Watch, Alliance Defending Freedom e Amity Foundation.

Intervieram no exercício do direito de resposta no final da reunião o Azerbaijão, a Lituânia e a Arménia.

O webcast das reuniões do Conselho de Direitos Humanos pode ser encontrado [aqui](#). Todos os resumos das reuniões podem ser encontrados [aqui](#). Documentos e relatórios relacionados à quinquagésima terceira sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos podem ser encontrados [aqui](#).

Diálogo Interativo com o Especialista Independente sobre o Gozo de Todos os Direitos Humanos pelas Pessoas Idosas

O diálogo interativo com o Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas começou na reunião anterior e um resumo pode ser encontrado [aqui](#).

Discussão

No debate, muitos oradores agradeceram à Perita Independente pelo seu relatório, que sublinhou as diferentes manifestações de violência, abuso e negligência enfrentadas pelas pessoas idosas. O relatório analisou os quadros jurídicos existentes para as medidas de prevenção e proteção a nível regional e internacional. O enfoque temático sobre a violência contra as pessoas idosas foi oportuno e crucial, e os oradores apoiaram as recomendações apresentadas no relatório.

Um palestrante disse que o relatório apresentou alegações como fatos, deturpou a situação e fez alegações infundadas. Não serviu para nada de benéfico para a situação no terreno, disse o orador.

Alguns oradores partilharam as preocupações do perito independente sobre o aumento do risco de violência contra as pessoas idosas devido a crises multifacetadas e dificuldades económicas, incluindo uma maior sobrecarga para as estruturas de apoio. Não havia salvaguardas nacionais e internacionais suficientes para proteger as pessoas idosas. Também não havia disposições específicas sobre violência e abuso e negligência de pessoas idosas no atual marco internacional de direitos humanos, o que significava que as pessoas idosas permaneciam invisíveis e seus direitos desprotegidos. Alguns oradores apoiaram o apelo do Perito Independente no sentido de um instrumento jurídico internacional vinculativo que salvaguarde os direitos na velhice. Era importante fortalecer mecanismos e políticas normativas, institucionais e sociais que apoiassem o potencial dos idosos para viver com qualidade de vida e contribuir com a sociedade. Os Estados precisavam adotar uma abordagem holística que promovesse a inclusão das pessoas idosas na sociedade em todos os níveis.

O idadismo foi uma das causas profundas da violência, abuso e negligência, afetando uma em cada seis pessoas idosas em todo o mundo. As mulheres enfrentaram riscos agravados devido ao idadismo de gênero. O combate ao idadismo foi fundamental para combater os abusos contra pessoas idosas. Reconheceu-se que o idadismo e a discriminação em razão da idade poderiam resultar em práticas discriminatórias. Estes foram muitas vezes institucionalizados por estruturas legais e políticas, baseadas em estereótipos arraigados nos sistemas jurídico, médico e educacional. O idadismo não deve ser tolerado e deve ser tratado com a mesma seriedade que outras formas de discriminação.

Alguns oradores condenaram veementemente todas as formas de discriminação, bem como as práticas de violência, abuso e negligência contra as pessoas idosas, e mantiveram-se empenhados em garantir a sua dignidade e os seus direitos. Muitos oradores expuseram legislação, estratégias e medidas tomadas para proteger os direitos das pessoas idosas nos seus próprios países. Entre elas, consagrar os direitos dos idosos na Constituição e nos Códigos de Família e Penal; campanhas de conscientização pública sobre a violência contra a pessoa idosa; e a criação de instituições nacionais para pessoas idosas, entre outras.

As perguntas feitas ao perito independente incluíam que medidas os Estados-Membros poderiam implementar a nível nacional e regional para colmatar as lacunas identificadas no relatório, na pendência da criação de um instrumento internacional vinculativo? Como poderia uma das recomendações do Perito Independente sobre os procedimentos de monitorização nas instituições ser aprofundada, a fim de prevenir e proteger as pessoas idosas de abusos e negligência? Que mecanismos poderiam ser desenvolvidos a nível internacional para monitorizar de forma mais eficaz a implementação de políticas destinadas a proteger as pessoas idosas de abusos e negligências? Quais foram as vias particularmente eficazes para abordar as questões dos estereótipos etários e do discurso de ódio que resultaram no abuso de pessoas idosas? Que ações a sociedade civil poderia tomar para fazer ouvir as vozes dos idosos?

Considerações finais

CLAUDIA MAHLER, *Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas idosas*, disse que foi uma troca frutífera. O aumento do discurso de ódio durante a pandemia foi um fenómeno novo, e a comunidade internacional precisava perceber que esse tipo de violência era mais ou menos novo para todos. O crescimento do discurso de ódio online foi acompanhado de novos tipos de desinformação. Necessidades mais prementes para fortalecer os direitos humanos de todos levaram a que ficassem desprotegidos, uma vez que o quadro existente em matéria de direitos humanos não estava preparado. Havia uma exclusão digital e era preciso superá-la para enfrentar as questões de forma intersectorial.

Os mecanismos nacionais de prevenção já tinham o mandato de entrar em lares de idosos. Mahler disse ter em mente todas as vítimas, especialmente as das crises e desastres em curso em todo o mundo, incluindo Marrocos e Líbia: as pessoas idosas nesses ambientes geralmente eram as primeiras afetadas e as primeiras esquecidas. Tomou nota de todos os exemplos partilhados hoje e voltará a todos os intervenientes. Ela pediu a todos que reconheçam a questão como uma prioridade global e nacional de direitos humanos; tomar medidas contra a violência, o abuso e a negligência das pessoas idosas; coletar e analisar dados; adotar planos de apoio aos cuidadores; e estabelecer um mecanismo de monitoramento. A adopção de um instrumento juridicamente vinculativo foi a melhor forma de colmatar as lacunas e proteger todas as pessoas, na sua plena diversidade.

Diálogo Interativo sobre o Relatório do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos sobre a Promoção e Proteção dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais no Contexto do Enfrentamento das Desigualdades na Recuperação da Pandemia de COVID-19

Relatório

O Conselho de Direitos Humanos tem diante de si o relatório do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos sobre a **visão do Escritório para reforçar seu trabalho na promoção e proteção dos direitos económicos, sociais e culturais no contexto do enfrentamento das desigualdades na recuperação da pandemia de COVID-19 (A/HRC/54/35)**.

Apresentação do Relatório

VOLKER TÜRK, *Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos*, disse que há 57 anos, quando o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi adotado, os Estados-Membros expressaram sua firme convicção de que as necessidades básicas da vida – educação, saúde, trabalho decente, seguridade social, um padrão de vida adequado, liberdade da fome e fruição da ciência e da cultura – não eram serviços ou mercadorias, mas direitos humanos a serem usufruídos por todos. No ano passado, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu finalmente um ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano. Os países haviam concordado que, sem direitos econômicos, sociais e culturais, as pessoas não poderiam participar plenamente da vida civil e política.

A pandemia de COVID-19 expôs profundas desigualdades dentro e entre os países, bem como décadas de subinvestimento em sistemas e serviços essenciais para a defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais. Também mostrou o que era possível quando os Estados investiam nesses sistemas. Governos de todo o mundo despejaram bilhões em esquemas de seguridade social, incluindo renda básica universal, garantindo uma tábua de salvação para as pessoas que perderam seus empregos ou não puderam trabalhar. Não é preciso uma emergência de saúde pública global para perceber a importância dos direitos econômicos, sociais e culturais. No entanto, em vez de aprender lições com a pandemia, esses direitos ainda eram vistos como extras opcionais, não obrigações vinculantes. A promessa do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais permaneceu ilusória para bilhões de pessoas.

Türk disse que, globalmente, os gastos públicos com direitos econômicos, sociais e culturais são insuficientes. Até 2030, 84 milhões de crianças estariam fora da escola e 300 milhões não completariam o ensino fundamental. No ano passado, cerca de dois bilhões de trabalhadores estavam em empregos informais precários, sem seguridade social, e outros dois bilhões enfrentando gastos empobrecidos em saúde. Quase 600 milhões de pessoas foram projetadas para enfrentar a fome até 2030 e dois bilhões viviam sem acesso a água potável limpa e segura. A pobreza global aumentou pela primeira vez em mais de 20 anos. Nas tendências atuais, até 2030, cerca de 574 milhões de pessoas estariam presas na pobreza extrema.

O relatório apresentado ao Conselho delineou as prioridades do Gabinete do Alto Comissário para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais e sublinhou a necessidade urgente de agir.

Sem esforços redobrados para realizar os direitos econômicos, sociais e culturais por parte de Estados individuais e por meio da cooperação internacional, havia poucas chances de alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2030. As economias de direitos humanos mediram o sucesso, não pelo tamanho do produto interno bruto, mas pelo bem-estar de todas as pessoas. Colocar as pessoas e o planeta em primeiro lugar foi fundamental para um bem-estar social e econômico mais amplo.

A visão do relatório se propôs a ajudar todos os países a tornar os direitos humanos uma realidade para todos. O Escritório apoiaria os Estados no cumprimento de suas obrigações em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais; reforçar os esforços dos Estados para abordar as causas profundas das desigualdades e dar prioridade às pessoas mais afetadas pela discriminação enraizada; mobilizar esforços em toda a sociedade, desde as instituições nacionais de direitos humanos e a sociedade civil, empresas e parlamentos; trabalhar com instituições internacionais para integrar os direitos econômicos, sociais e culturais em suas políticas; e ajudar

os Estados a aproveitar o poder dos dados para aumentar a compreensão, resolver lacunas e desenvolver políticas socioeconômicas direcionadas.

Para enfrentar as desigualdades e concretizar os direitos econômicos, sociais e culturais, Türk disse que o Escritório do Alto Comissariado precisa de mais recursos. O relatório sublinhou a assistência técnica, o reforço das capacidades e a prestação de apoio legislativo para alargar o espaço orçamental, combater as desigualdades e aliviar a pobreza, como alguns exemplos concretos das formas como o Gabinete poderia ajudar os Estados-Membros a cumprir os seus compromissos em matéria de direitos económicos, sociais e culturais. A visão destacada no relatório foi um plano de ação no contexto da recuperação pós-pandemia, do clima económico atual e do futuro.

Discussão

No diálogo que se seguiu, alguns palestrantes disseram que o mundo estava enfrentando enormes desafios e ainda estava lutando com as consequências da pandemia, algo que estava dificultando a conquista dos direitos humanos. O aumento global da pobreza extrema após a pandemia de COVID-19 e os conflitos em curso levantaram sérias preocupações com os direitos humanos. A recuperação da COVID-19 deve estar enraizada nos direitos humanos, com os detentores de direitos individuais no seu centro. O relatório sublinhou claramente que o aumento global das desigualdades económicas e sociais e o insuficiente avanço na realização dos direitos económicos, sociais e culturais estavam a impedir o progresso da Agenda 2030. A ação em matéria de direitos económicos, sociais e culturais precisava, de facto, de ser amplificada na luta por um futuro inclusivo, sustentável e melhor para todos.

Havia necessidade de tantos recursos quanto possível para que os países alcançassem direitos económicos, sociais e culturais, disseram vários oradores. Após a pandemia de COVID-19, pela primeira vez em 20 anos, a pobreza global aumentou. Os ganhos em educação, saúde, nutrição e emprego foram revertidos. Essas reversões podem ser exacerbadas ainda pelas mudanças climáticas e por outros desafios. O apoio do Escritório às instituições nacionais na implementação de suas obrigações em direitos humanos foi muito valioso. Os dados desagregados foram, de facto, fundamentais para garantir a igualdade de género e a não discriminação no cumprimento dos direitos económicos, sociais e culturais. A independência do trabalho do Alto Comissariado precisava ser assegurada, sem dúvida.

Direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais construídos uns sobre os outros. Eram indivisíveis e interdependentes. Os esforços conjuntos da comunidade internacional foram necessários para construir um mundo mais seguro e justo, baseado no Estado de direito e na universalidade dos direitos humanos. Esses direitos devem ser uma prioridade da comunidade internacional para enfrentar seu principal desafio de combater a desigualdade. Os direitos económicos, sociais e culturais devem ser levados em conta de forma equilibrada, garantindo seu usufruto para todos. É necessário fazer mais para as promover ativamente e superar a igualdade dentro e entre os países. Seu pleno gozo exigiu uma revisão do sistema de Bretton Woods e o desenvolvimento de um novo pacto financeiro global.

Alguns oradores disseram que o reconhecimento do Gabinete da necessidade de abordar o papel das instituições financeiras internacionais no gozo dos direitos económicos, sociais e culturais era vital para responsabilizar estas instituições pelo seu impacto nos direitos humanos. Todos os Estados devem trabalhar coletivamente para garantir que os sistemas financeiros priorizem o bem-estar dos indivíduos e das comunidades, em vez de perpetuar as desigualdades e o sofrimento humano.

Vários oradores disseram que nenhum país foi capaz de enfrentar sozinho as crises globais, como demonstrado pela pandemia de COVID-19, que não só provocou danos físicos e de saúde desastrosos, mas também teve um profundo impacto socioeconômico e continuou a criar desafios significativos à realização de todos os direitos humanos, nomeadamente os direitos econômicos, sociais e culturais, com um impacto desproporcionado nas mulheres, meninas e pessoas em situação de vulnerabilidade. As respostas socioeconômicas às crises globais e o enfrentamento das desigualdades sociais precisavam ser fundamentados em uma abordagem baseada em direitos humanos, com os indivíduos como detentores de direitos.

Como salientou na atualização global do Alto Comissariado na passada segunda-feira, "a separação entre dois conjuntos distintos de direitos - direitos civis e políticos, por um lado, e direitos econômicos, sociais e culturais, por outro - é um artefato de ideologias, não confirmado pela realidade". A Declaração Universal dos Direitos Humanos não deu prioridade a nenhum direito humano e, portanto, todos devem ser buscados de forma equilibrada. O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos também deve trabalhar para reparar os direitos civis e políticos e aproveitar a oportunidade do aniversário da Declaração para corrigir as desigualdades. Ao unir os conceitos de medo e carência, a Declaração afirmava o que todos haviam aceitado: que os direitos políticos e civis e os direitos econômicos, sociais e culturais andavam de mãos dadas, que eram indivisíveis e interdependentes e que estavam inter-relacionados.

Durante décadas, a implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais foi retardada devido à divisão artificial entre esses direitos e os direitos civis e políticos, disse um palestrante. No relatório, não foi traçado um quadro completo: o autor evitou que o gozo desses direitos fosse impactado também por pressões externas, como medidas coercitivas unilaterais, entrada de capitais, interferência de Estados soberanos nos assuntos alheios e muitos outros, todos com impacto negativo no gozo da economia. direitos sociais e culturais, e o Escritório deve prestar atenção a isso. A enorme lacuna global nas desigualdades precisava ser superada, e as medidas coercitivas unilaterais serviram apenas como uma barreira para isso, disse outro orador.

Entre as questões levantadas estavam: como os titulares de direitos individuais e os defensores de direitos humanos, incluindo aqueles em situação de vulnerabilidade, estavam envolvidos no trabalho do Escritório para promover e proteger os direitos econômicos, sociais e culturais; qual seria o cronograma para a implementação da visão de cinco pontos do relatório, que cobria uma série de questões importantes de direitos humanos, incluindo mudanças climáticas, saúde, negócios e direitos humanos e outros; e como a comunidade internacional poderia fortalecer a cooperação e a assistência técnica prestadas pelo Escritório aos Estados para ajudá-los a implementar as recomendações da Revisão Periódica Universal vinculadas aos direitos econômicos, sociais e culturais?

Observações intermediárias

VOLKER TÜRK, *Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos*, em comentários intermediários, disse que os direitos humanos ajudam a identificar e governar as relações entre os povos, os Estados e o meio ambiente. Era fundamental que o Gabinete do Alto Comissariado fosse capaz de dar resposta a esta questão abrangente, e o Gabinete não tinha sido capaz de o fazer como deveria. O Instituto não ia poder fazê-lo sem os recursos necessários, pelo que era necessário garantir que esses recursos pudessem ser obtidos. Havia a necessidade de aprimorar a expertise em direitos econômicos, culturais e sociais. A economia era necessária para entender

os direitos humanos. Os gabinetes regionais tiveram de ser reforçados e a cobertura regional alargada para chegar aos Estados-Membros. Também era necessário desenvolver conhecimentos especializados a nível mundial.

Não havia ninguém no Alto Comissariado que trabalhasse com direitos culturais, o que era uma pena. Isso ajudaria o processo de Revisão Periódica Universal e era importante garantir que as recomendações em relação aos direitos económicos, sociais e culturais estivessem sendo seguidas. O Escritório foi a ponte em nível nacional entre os governos e os defensores de direitos humanos. As empresas sabiam que seu futuro dependia de estarem mais alinhadas com as questões globais de direitos humanos. Os líderes empresariais estavam cientes de que, se não fossem experientes em direitos humanos no futuro, não seriam capazes de fazer negócios. O cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável só poderia acontecer com dados de qualidade, que atualmente não estavam disponíveis. Türk disse que se envolveu significativamente com o Banco Mundial e outras instituições de desenvolvimento. Para o trabalho do Instituto, era necessário um financiamento e um investimento previsíveis a longo prazo. Os direitos humanos foram a melhor prevenção das mudanças climáticas. A arquitetura financeira atual não estava alinhada com os direitos humanos, e isso precisava ser abordado.

Lacunas na adaptação climática e acordos globais

Climate adaptation gaps and global agreements

Danielly Magalhães

Luiz Augusto Galvão

Summary: *The UNEP's Adaptation Gap Report 2023 highlights gaps in climate adaptation, including the growing deficit in funding for adaptation in developing countries. The financial gap is estimated to be between \$194 billion and \$366 billion per year. Current actions to address climate change are inadequate to meet the goals of the Paris Agreement, and adaptation measures fall short of what is needed. Additionally, the report emphasizes the importance of gender equality in climate adaptation and addresses issues of climate-induced loss and damage.*

The 5th Minamata Convention focused on the management and progressive elimination of mercury in products and processes. Agreements were reached regarding elimination timelines for products such as batteries and fluorescent lamps, but there was no consensus on the elimination of dental amalgam. Fixed limits for mercury waste were established to prevent the dumping of contaminated waste.

At the 35th Meeting of the Parties to the Montreal Protocol, nearly \$1 billion was allocated to replenish the Multilateral Fund, with a focus on reducing greenhouse gases and high global warming potential substances. Other topics discussed included the use of methyl bromide, illegal trade in controlled substances, and the impact of COVID-19 on baseline consumption of HFCs. Brazil ratified the Kigali Amendment to the Montreal Protocol to reduce HFC consumption in air conditioners and refrigerators.

The Presidency of COP28 in the United Arab Emirates and the Munich Security Conference (MSC) have formed a strategic partnership to address the interconnected challenges of climate change, peace, and security.

Keywords: *Climate adaptation. Montreal Protocol. Kigali Amendment. Minamata Convention. COP-28. climate.*

Resumo: O relatório do PNUMA Adaptation Gap Report 2023 destaca lacunas na adaptação climática, incluindo o crescente déficit de financiamento para a adaptação em países em desenvolvimento. A lacuna financeira é estimada entre US\$ 194 bilhões e US\$ 366 bilhões por ano. A ação atual para lidar com as mudanças climáticas é inadequada para cumprir as metas do Acordo de Paris, e as medidas de adaptação estão aquém do necessário. Além disso, o relatório enfatiza a importância da igualdade de gênero na adaptação climática e aborda questões de perdas e danos causadas pelas mudanças climáticas.

A 5ª Convenção de Minamata focou na gestão e eliminação progressiva do mercúrio em produtos e processos. Foram feitos acordos sobre datas de eliminação de produtos como baterias e lâmpadas fluorescentes, mas não houve consenso sobre a eliminação do amálgama

dentário. Além disso, limites fixos para resíduos de mercúrio foram estabelecidos para evitar o dumping de resíduos contaminados.

Na 35ª Reunião das Partes do Protocolo de Montreal, foi alocada quase US\$ 1 bilhão para reabastecer o Fundo Multilateral, com foco na redução de gases de efeito estufa e substâncias de alto potencial de aquecimento global. Outros tópicos discutidos incluíram o uso do brometo de metila, comércio ilegal de substâncias controladas e impactos da COVID-19 no consumo de HFCs. O Brasil ratificou a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal para reduzir o consumo de HFCs em aparelhos de ar-condicionado e geladeiras.

A Presidência da COP28 dos Emirados Árabes Unidos e a Conferência de Segurança de Munique (MSC) formaram uma parceria para abordar os desafios interligados das mudanças climáticas, paz e segurança.

Palavras-chave: Adaptação climática. Protocolo de Montreal. Ementa de Kigali. Convenção de Minamata. COP-28 clima.

Relatório sobre as Lacunas na Adaptação Climática

O novo relatório do PNUMA [Adaptation Gap Report 2023](#) (AGR 2023), avalia o planejamento, o financiamento e a implementação da adaptação climática, destacando a disparidade entre as necessidades de financiamento da adaptação dos países em desenvolvimento e os fluxos financeiros públicos internacionais.

Observamos recentemente a frequência crescente de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas na África Oriental, inundações na China e na Europa, enchentes e secas no Brasil, e ondas de calor extremas e incêndios florestais nos Estados Unidos e Canadá, reduzir a lacuna de financiamento de adaptação é de suma importância. O investimento em adaptação oferece benefícios substanciais, reduzindo os riscos climáticos, melhorando a equidade e promovendo a justiça climática. No entanto, se não for abordado, o aumento dos riscos climáticos resultará inevitavelmente em maiores perdas e danos relacionados com o clima.

A lacuna financeira

Apesar das evidências crescentes da escalada dos riscos climáticos e seu impacto global, o relatório aponta que a lacuna financeira para a adaptação às mudanças climáticas está se expandindo, agora se estimam ser de 10 a 18 vezes maiores do que os fluxos de financiamento público internacional, representam um aumento de mais de 50% em relação às estimativas anteriores.

Para dar uma ideia mais clara dos valores envolvidos, os custos previstos para a adaptação em países em desenvolvimento somam aproximadamente US\$ 215 bilhões por ano ao longo desta década. Além disso, as prioridades nacionais de adaptação requerem um montante ainda mais substancial, chegando a US\$ 387 bilhões de dólares anuais.

O cenário se complica com a constatação de que os fluxos de financiamento público multilateral e bilateral para a adaptação, destinados aos países em desenvolvimento, diminuíram significativamente, registrando uma queda de 15% e atingindo apenas US\$ 21 bilhões em 2021. Esse declínio agrava ainda mais o crescente déficit de financiamento para a adaptação, que agora se estima estar na faixa de US\$ 194 a US\$ 366 bilhões por ano. Isso ocorre ao mesmo tempo em que o planejamento e a implementação das medidas de adaptação

parecem estar estagnados, o que pode resultar em graves perdas e danos, afetando de maneira mais acentuada as populações mais vulneráveis.

Medidas de adaptação aquém do necessário

A ação climática atual é inadequada para cumprir as metas de temperatura e adaptação do Acordo de Paris. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) destaca que os riscos climáticos residuais, que permanecem após ambiciosos esforços de adaptação, persistirão mesmo se as metas do Acordo de Paris forem alcançadas. Estes riscos climáticos residuais conduzirão a perdas e danos econômicos e não econômicos. Isso enfatiza a necessidade de acelerar e ampliar as ações de mitigação e adaptação, com foco em ações e apoio de adaptação antecipatórios, equitativos e eficazes.

Embora tenham sido realizados progressos substanciais na criação de instrumentos nacionais de planejamento da adaptação, um em cada seis países ainda não dispõe desse instrumento. Embora a maioria das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) tenha criado um ou mais planos, estratégias ou políticas nacionais de adaptação, há espaço para melhorias na implementação desses instrumentos de planejamento. Uma descoberta notável é que 15% das Partes não possuem um instrumento nacional de planejamento de adaptação, e mais esforços são necessários para acelerar seu desenvolvimento, especialmente em países particularmente vulneráveis.

Os progressos na implementação de medidas de adaptação nos países em desenvolvimento atingiram um platô. O número de ações de adaptação apoiadas pelos quatro fundos climáticos internacionais, incluindo o Fundo de Adaptação, o Fundo Verde para o Clima e o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos e o Fundo Especial para as Alterações Climáticas do Fundo Global para o Ambiente, foi inferior em 2022 em comparação com o ano anterior. No entanto, o valor dessas ações tem aumentado devido aos investimentos em grandes projetos. Esta tendência provavelmente não é indicativa de um padrão de longo prazo, mas sim influenciada por eventos não relacionados ao clima, como a pandemia de COVID-19 e a guerra na Ucrânia.

Consequentemente, a lacuna entre a implementação de ações de adaptação e a aceleração dos riscos climáticos está aumentando. O relatório revela que a maioria das ações empreendidas pelos países em desenvolvimento depende de apoio financeiro externo. Sem a revitalização dos investimentos em medidas de adaptação, ocorrerão impactos climáticos mais severos e perdas e danos resultantes, aumentando a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento endividados a eventos extremos relacionados ao clima e mudanças de início lento. Esta situação é particularmente crítica para os países menos desenvolvidos (PMD) e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID).

Financiamento necessário e custo de não ação

O AGR 2023 realizou uma análise do financiamento necessário para implementar as prioridades de adaptação em âmbito doméstico, considerando as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e os planos nacionais de adaptação (PNAs) em todos os países em desenvolvimento. Essas necessidades financeiras são calculadas em cerca de US\$ 387 bilhões por ano, com uma variação que vai de US\$ 101 bilhões a US\$ 975 bilhões ao longo desta década. O novo intervalo estimado de US\$ 215 bilhões a US\$ 387 bilhões por ano é consideravelmente maior do que as estimativas anteriores feitas pela AGR e equivale a aproximadamente 0,6% a 1,0% do Produto Interno Bruto (PIB) total de todos os países em desenvolvimento. Isso

demonstra o grande aumento na demanda de financiamento para a adaptação às mudanças climáticas em comparação com estimativas anteriores. Espera-se que estes custos de adaptação aumentem substancialmente até 2050 devido ao aumento dos riscos climáticos.

Por exemplo, estudos mostraram que investimentos de apenas US\$ 16 bilhões por ano na agricultura poderiam evitar que cerca de 78 milhões de pessoas sofressem de fome devido aos impactos das mudanças climáticas. Da mesma forma, alocar US\$ 1 bilhão para a adaptação às inundações costeiras pode resultar em uma redução de US\$ 14 bilhões nos danos econômicos. No entanto, as restrições orçamentais impedem frequentemente os países de abordarem proativamente a adaptação, levando a um aumento dos custos e ineficiências, incluindo a má adaptação.

Igualdade de gênero

Além disso, as considerações relativas à igualdade entre homens e mulheres e à inclusão social no financiamento da adaptação continuam a ser insuficientes. As mudanças climáticas podem exacerbar as desigualdades relacionadas ao gênero e a outras identidades sociais, e as atividades de adaptação que consideram esses aspectos são mais efetivas. No entanto, apenas 20% dos planos de adaptação têm um orçamento dedicado a essas atividades, em média cerca de 2%. Da mesma forma, apenas 2% das finanças públicas internacionais marcadas com a igualdade de gênero como objetivo principal são consideradas sensíveis ao gênero, enquanto outros 24% são consideradas específicas de gênero ou integrativas. Tal sublinha a necessidade de uma maior transparência e consistência na comunicação de marcadores de igualdade de gênero e de um maior apoio à inclusão social e de gênero no financiamento climático, a fim de alcançar uma adaptação mais equitativa e eficaz.

Perdas e Danos

O relatório também aborda as questões de perdas e danos para ajudar as Partes nas negociações após a decisão na vigésima sétima sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 27) de estabelecer um fundo de perdas e danos e mecanismos para países em desenvolvimento vulneráveis.

Perdas e danos causados pelas mudanças climáticas podem ocorrer quando os esforços de mitigação e adaptação são insuficientes. Esses pontos em que a adaptação não consegue evitar os impactos climáticos são chamados de limites à adaptação, que podem ser "fortes" ou "suaves". Limites fortes são aqueles que só podem ser evitados por meio da mitigação de gases de efeito estufa, afetando principalmente ecossistemas sensíveis ao clima, como recifes de coral e a criosfera. Esses limites fortes levam a perdas e danos intrínsecos e instrumentais. Limites suaves, por outro lado, podem ser minimizados por meio de esforços de adaptação mais concertados, que podem evoluir ao longo do tempo devido a mudanças na aceleração climática e desenvolvimentos tecnológicos e políticos.

No entanto, a maneira mais eficaz de reduzir os limites de adaptação forte e suave é por meio de investimentos substanciais em mitigação e adaptação. Dada a quantidade de mudanças climáticas já embutidas no sistema, alguns limites suaves e até fortes podem ser inevitáveis. Há uma falta de clareza conceitual em torno de perdas e danos, e existem diferentes perspectivas, desde considerar todos os impactos das mudanças climáticas como perdas e danos até focar apenas nos impactos que ocorrem após atingir os limites de adaptação. A justiça é um tema central nessas conceituações, reconhecendo que países em desenvolvimento e comunidades vulneráveis são desproporcionalmente afetados. Perdas e danos podem ser categorizados como

econômicos (PDE) ou não econômicos (PDNE). Enquanto o PDE, com valores monetários associados, é bem documentado, o PDNE, que engloba uma ampla gama de impactos não monetários, é menos compreendido e muitas vezes qualitativo. Alcançar consenso internacional sobre conceitos-chave e aumentar a clareza é essencial para avançar na operacionalização de perdas e danos, incluindo arranjos de financiamento.

Embora as considerações sobre perdas e danos sejam cada vez mais mencionadas nos Planos Nacionais de Adaptação (PNA) e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), esses documentos muitas vezes carecem de especificidades sobre como lidar com perdas e danos, particularmente PDNE. As estratégias para lidar com perdas e danos incluem gerenciamento de riscos de desastres, avaliação de perdas e danos, sistemas de alerta precoce, seguros, indenizações e medidas de proteção social.

No entanto, poucos PNA abordam de forma abrangente a PDNE, salientando a necessidade de desenvolver uma lista de medidas que abordem tanto a PDE como a PDNE. Dada a natureza complexa e transfronteiriça dos riscos climáticos, a coordenação entre estruturas globais como o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é crucial. Além disso, a cooperação regional e subnacional em perdas e danos com características transfronteiriças pode alavancar a escala e superar as barreiras de implementação.

No que diz respeito às necessidades financeiras para fazer face a perdas e danos, são essenciais fontes de financiamento inovadoras e estruturas de governança para atingir a escala necessária. Os danos nas economias mais vulneráveis ao clima já ultrapassaram US\$ 500 bilhões nas últimas duas décadas, e esses custos continuarão a aumentar, particularmente sem fortes esforços de mitigação e adaptação. Atualmente, há evidências limitadas sobre as atividades e os custos associados ao tratamento de perdas e danos devido à complexidade e aos recursos necessários para a avaliação. É necessário explorar fontes de financiamento inovadoras, tais como taxas sobre o transporte marítimo, taxas sobre a aviação, impostos, redução da dívida, swaps de dívida e direitos de saque especiais. Esses fundos devem não apenas ajudar os países vulneráveis a lidar com perdas e danos, mas também apoiar o desenvolvimento de capacidades, o fortalecimento institucional, a coleta de dados, a preparação para desastres e a gestão da PDNE, aderindo aos princípios de equidade, justiça, inclusão e propriedade. Os acordos de governança podem envolver fundos dedicados a perdas e danos e instituições existentes que apoiam a ajuda humanitária, a redução do risco de desastres, a transferência de riscos, o financiamento do desenvolvimento e o financiamento climático.

Estratégias para aumentar o financiamento

Para lidar com esse desafio complexo, o relatório propõe sete estratégias para aumentar o financiamento. Essas estratégias abrangem várias fontes, incluindo o aumento dos gastos domésticos, o aproveitamento do financiamento internacional e do setor privado, a exploração de remessas, o reforço e a personalização do financiamento voltado para pequenas e médias empresas e a reforma da arquitetura financeira global. Além disso, o novo fundo destinado a abordar Perdas e Danos deverá explorar mecanismos de financiamento inovadores para alcançar a escala necessária de investimento.

No geral, abordar o déficit de financiamento para adaptação requer uma abordagem multifacetada, que inclui o financiamento público internacional, gastos internos com adaptação e o envolvimento do setor privado. Estas três fontes são fundamentais, mas outras abordagens, como o aproveitamento de remessas de migrantes, adaptação do financiamento para pequenas

e médias empresas, reforma na arquitetura financeira global e garantia de fluxos financeiros em consonância com o desenvolvimento de baixo carbono e resiliente ao clima, também desempenham um papel importante. Cada abordagem oferece oportunidades e enfrenta restrições específicas, dependendo das circunstâncias individuais de cada país, destacando a importância de considerações tanto quantitativas quanto qualitativas para fechar a lacuna de financiamento da adaptação

Convenção de Minamata

A 5ª. Convenção de Minamata ocorreu de 30 de Outubro a 3 de Novembro em Genebra. Na COP-5, as partes chegaram a vários acordos relacionados com a gestão do mercúrio e a sua eliminação progressiva em vários produtos e processos. Decidiram atualizar os Anexos A e B da Convenção, acrescentando datas de eliminação progressiva de determinados produtos como baterias, interruptores, relés, lâmpadas fluorescentes e cosméticos. Eles determinaram a eliminação do mercúrio como catalisador na produção de poliuretano até 2025. No entanto, nenhum consenso foi alcançado sobre a eliminação do amálgama dentário, que ainda é amplamente utilizado para obturações dentárias; as partes que ainda não eliminaram o amálgama dentário são obrigadas a relatar seus planos para fazê-lo.

A COP-5 também estabeleceu limites fixos para resíduos de mercúrio, fornecendo um padrão internacional para medir a contaminação por mercúrio nas importações e exportações, ajudando a evitar que os países se tornem locais de dumping para resíduos contaminados com mercúrio.

Além disso, a convenção enfatizou a abordagem das fontes e do comércio de mercúrio e reforçou o envolvimento com os Povos Indígenas no tratamento dos efeitos nocivos da exposição ao mercúrio na mineração de ouro artesanal e em pequena escala (ASGM). Encorajaram a elaboração de relatórios sobre as atividades de mineração de mercúrio primário, independentemente do seu estatuto formal ou informal. As partes também trabalharam na eliminação progressiva dos cosméticos com adição de mercúrio até 2025, mas excluíram os cosméticos para a área dos olhos, onde não existem substitutos seguros disponíveis. No geral, estes acordos refletem os esforços contínuos para gerir e reduzir a utilização de mercúrio em vários setores e para envolver as comunidades afetadas, especialmente os Povos Indígenas, nos esforços de mitigação.

Todos os documentos da COP-5 podem ser encontrados [aqui](#).

35ª. Reunião das Partes do Protocolo de Montreal

A trigésima quinta Reunião das Partes (MOP 35) do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozônio ocorreu de 22 a 27 de outubro, os delegados alocaram uma parcela substancial do financiamento, quase US\$ 1 bilhão, para o maior reabastecimento do Fundo Multilateral (MLF) para ajudar os países em desenvolvimento a cumprir suas obrigações sob o Protocolo e a Emenda de Kigali⁴. Essa reposição tem como foco a redução de gases nocivos ao efeito estufa e substâncias com alto potencial de aquecimento global. Os delegados se envolveram em extensas discussões, alcançando uma decisão histórica, apesar de algumas preocupações sobre contribuições vinculantes para o MLF. A reunião abordou vários assuntos substantivos, incluindo eficiência energética, injeção de aerossóis e

⁴ A Emenda Kigali ao Protocolo de Montreal é um acordo internacional para reduzir gradualmente o consumo e a produção de hidrofluorcarbonetos. É um acordo juridicamente vinculativo concebido para criar direitos e obrigações no direito internacional.

abordagem dos impactos da pandemia de COVID-19 no consumo de HFCs de certas partes. Também decidiram fortalecer as instituições do Protocolo e combater o comércio ilegal.

Destacamos aqui pontos importantes que foram negociados na trigésima quinta Reunião das Partes (MOP 35) do Protocolo de Montreal:

Reabastecimento do Fundo Multilateral: Um dos principais focos da reunião foi o reabastecimento do Fundo Multilateral (MLF), que apoia os países em desenvolvimento na implementação de seus compromissos sob o Protocolo de Montreal e a Emenda de Kigali. Os delegados destinaram quase US\$ 1 bilhão para esse reabastecimento. Os fundos ajudarão principalmente na transição para longe de substâncias nocivas com alto potencial de aquecimento global (GWP) e ajudarão os países a mudarem para alternativas mais ecológicas.

Usos de quarentena e pré-embarque do brometo de metila: Apesar das intensas negociações, os delegados não conseguiram chegar a um acordo sobre uma decisão sobre os usos de quarentena e pré-embarque (QPS) do brometo de metila, mesmo quando existem alternativas viáveis. Esse problema permanece sem solução. O uso de brometo de metila para fins de matéria-prima foi considerado.

Comércio ilegal de substâncias controladas: As discussões sobre um possível roteiro para acabar com o comércio ilegal de substâncias controladas foram adiadas, e espera-se que esse assunto seja abordado na próxima reunião do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG) do Protocolo de Montreal.

Injeção de aerossol estratosférico: Os delegados discutiram essa questão, que envolve a injeção de partículas na estratosfera para neutralizar os efeitos das mudanças climáticas.

Impacto da COVID-19 no consumo de linha de base de HFC: A reunião abordou o impacto da pandemia de COVID-19 no consumo de base de hidrofluorcarbonetos (HFCs) para certas partes.

Importação e Exportação de Equipamentos de Refrigeração Proibidos: Os delegados abordaram a questão do dumping de equipamentos de refrigeração proibidos. Foram tomadas decisões para fortalecer as instituições responsáveis pela aplicação do Protocolo e pelo combate ao comércio ilegal.

O Brasil ratificou a Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal, tornando-se o 139º país a fazê-lo. A ratificação foi realizada após aprovação no Senado e depósito da documentação necessária nas Nações Unidas. A Emenda tem como principal objetivo reduzir a produção e o consumo de hidrofluorcarbonos (HFCs), gases de efeito estufa potentes encontrados em aparelhos de ar-condicionado e geladeiras. O Brasil tem até 2024 para se adequar aos novos limites de consumo de HFCs, com metas de redução em etapas até 2045. A ratificação permite ao Brasil acessar um valor estimado de US\$ 100 milhões do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal para adequação industrial e geração de empregos. Além disso, a conformidade com a Emenda ajudará a economizar recursos, evitar a necessidade de novas usinas de energia e contribuir para a redução da temperatura média global. A ratificação recebeu apoio de entidades ambientais, associações industriais e comerciais.

Os documentos do evento podem ser encontrados [aqui](#).

A Presidência da COP28 dos EAU e a Conferência de Segurança de Munique anunciam parceria para enfrentar os desafios interligados das alterações climáticas, da paz e da segurança

A Presidência da COP28 e a Conferência de Segurança de Munique (MSC) formaram uma parceria estratégica para enfrentar os desafios interligados das alterações climáticas, da paz e da segurança na preparação para a COP28. O seu objetivo é aumentar a sensibilização para a forma como as alterações climáticas afetam a paz e a segurança. A subida do nível do mar e a escassez de recursos estão a provocar deslocações e conflitos. A parceria procura institucionalizar a ajuda, a recuperação e a paz no âmbito do processo da COP e promover políticas para regiões frágeis. O MSC, um importante fórum internacional de políticas de segurança, proporcionará uma plataforma para discussões críticas sobre a segurança climática. Na COP28, planeiam reunir especialistas em clima e segurança e organizar um “Dia de Socorro, Recuperação e Paz” para destacar soluções climáticas em zonas afetadas por crises. A COP28 centrar-se-á no balanço global, nas metas climáticas, na adaptação, na transição justa, no financiamento climático e no financiamento de perdas e danos.

ONU em crise? O trabalho da Organização na construção capacidades nacionais para prevenção de conflitos

UN in crisis? The Organization's work in building national conflict prevention capabilities

Erica Kastrup

Resumo. O artigo aborda o trabalho da ONU na construção de capacidades nacionais para prevenção de conflitos desenvolvido pelo PNUD em parceria com o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz da Organização. O tema é relevante nesse momento em que a legitimidade da ONU é questionada frente à falha de seu Conselho de Segurança em evitar a Guerra no Oriente Médio.

Palavras-Chave: ONU, Pnud, conflitos

Abstract. *The article addresses the UN's work in building national capacities for conflict prevention developed by UNDP in partnership with the Organization's Department of Political Affairs and Peacebuilding. The topic is relevant at a time when the legitimacy of the UN is questioned in light of the failure of its Security Council to prevent War in the Middle East.*

Keywords. UN, UNDP, conflictcs

“Mais uma vez, estamos vendo um genocídio se desenrolar diante de nossos olhos, e a Organização a que servimos parece impotente para impedi-lo”. É o que afirma Craig Mokhiber ao deixar o cargo de diretor do escritório do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos⁵ em Nova York no último dia 31 de outubro. No mesmo dia, o assessor especial para assuntos internacionais da Presidência, Celso Amorim afirmou: “Acho que hoje nós vivemos uma situação muito mais grave, uma multiplicidade de atores com duas guerras que, de alguma maneira, se misturam e ver a ONU enfraquecida é algo que realmente preocupa extremamente”⁶

A ideia de que a ONU não demonstra força suficiente para evitar guerras e mortes de civis não é uma opinião isolada de Mokhiber e Amorim e não decorre somente de seu fracasso em evitar o conflito atual entre o governo de Benjamin Netanyahu e o Hamas, mas vem ganhando espaço no debate internacional desde que o Conselho de Segurança não conseguiu evitar a invasão Russa ao território Ucraniano em fevereiro de 2022. O multilateralismo está enfraquecido? Quais são os limites para a atuação da ONU? Essas são perguntas cada vez mais relevantes num contexto internacional em que crescem a violência e o extremismo ao mesmo tempo em que a democracia está em crise em diversas localidades.

⁵ Chade, J. reportagem UOL. 31 de outubro de 2023. Ao deixar cargo, diretor da ONU reconhece genocídio em Gaza e denuncia EUA. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/10/31/ao-deixar-cargo-diretor-da-onu-denuncia-genocidio-em-gaza.htm?utm_campaign=jamil-chade&utm_content=veja-texto-completo&utm_medium=email&utm_source=notificacao-coluna&cmpid=copiaecola

⁶ Rede Brasil Atual. 31/10/2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/celso-amorim-lamenta-papel-da-onu-na-ausencia-de-voz-sobre-conflito-em-gaza/>

O conflito no Oriente Médio está em todas as manchetes de jornais mundo afora, mas neste momento é oportuno lembrar que outros conflitos, localizados principalmente na Ásia e África, se desenvolvem com número de mortes muitas vezes superior sem que haja a mesma mobilização internacional. Na Síria, uma guerra civil completa doze anos em 2023; no Sudão, em abril deste ano, vimos mais uma etapa de uma guerra civil que, somente nos cem primeiros dias, matou proporcionalmente mais do que o conflito na Ucrânia⁷; no Iêmen, um conflito étnico interno se desenvolve desde 2014, com cerca de 230 mil mortes⁸; em Mianmar um golpe militar em 2021 desencadeou um conflito que já resultou em cerca de 700 mil refugiados e denúncias de genocídio⁹.

Em meio a situação atual e ao debate sobre os limites, ou uma crise, do multilateralismo é importante analisar o trabalho conjunto do PNUD com o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz da Organização (DPPA, na sigla em inglês), no sentido de se conhecer iniciativas institucionais que buscam prevenir conflitos intra e entre países e de se perguntar como elas apontam para o objetivo central que motivou a criação da ONU no período pós Segunda Guerra Mundial: o de se evitar mais guerras.

A parceria entre o PNUD e o DPPA data de 2004, quando foi lançado o **Programa de criação de capacidades nacionais para a prevenção de conflitos** que, desde então, vem funcionando como um apoio da ONU à prevenção de conflitos a partir de duas frentes: 1) apoiando as partes interessadas nacionais no reforço de suas estratégias, arquiteturas e iniciativas para enfrentar conflitos e construir a paz; e 2) apoiando a própria capacidade da ONU de operar em contextos nacionais de forma a reduzir riscos de conflito e aumentar os facilitadores para a paz. O trabalho está voltado para a formação de Conselheiros para a Paz e o Desenvolvimento (PDAs, na sigla em inglês) em contextos politicamente complexos. Em 2022, o Programa mobilizou um quadro de 130 Conselheiros internacionais e nacionais baseados em 73 países. Esses conselheiros podem ser especialistas em contextos nacionais específicos, ou internacionais, e estão localizados em seis escritórios regionais voltados para Ásia e Pacífico, Europa, Ásia Central, África Oriental e África Ocidental e Austral e América Latina e Caribe.

Em 30 de outubro, o Programa coordenado pelas duas agências da ONU lançou o relatório sobre **construção capacidades nacionais de prevenção de conflitos** que apresenta o trabalho desse grupo de 130 Conselheiros. Os resultados apontam que a principal área de atuação destes profissionais é no apoio às análises nacionais das situações de conflito em andamento, juntos aos países e agências das Nações Unidas.

Nacionalmente, a proposta é construir relações de confiança com diferentes partes interessadas para desenvolver ou melhorar estratégias, políticas, mecanismos, abordagens e redes para a prevenção de conflitos, desempenhando esforços de prevenção inclusiva e iniciativas para melhorar a forma como as mulheres, bem como os jovens, os grupos indígenas e outros grupos tradicionalmente sub-representados participam nos esforços de prevenção de conflitos e contribuem para a paz. Os PDAs também ampliaram o seu envolvimento para

⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9wxjpid2po>

⁸ https://cultura.uol.com.br/noticias/62185_alem-de-israel-quatro-paises-que-estao-em-guerra-em-2023.html

⁹ <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/30841/1/GENOC%C3%8DDIO%20%C3%89TNICO%20E%20PERSEGUI%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20-%20A%20viola%C3%A7%C3%A3o%20da%20dignidade%20humana%20do%20grupo%20Rohingya%20em%20Myanmar.pdf>

abordarem riscos em torno do discurso de ódio e da desinformação, bem como na área da clima, paz e segurança. Alguns exemplos deste trabalho foram relatados na forma de estudos de caso:

- Malawi

Em 2022, os legisladores e o governo do Malawi adotaram um Acordo de Paz e Lei de Unidade que estabelece um quadro legislativo para promover a paz e a unidade. Foi o culminar de um processo que começou em 2013 e foi apoiado pela iniciativa ao longo da última década, inclusive facilitando o envolvimento das partes interessadas e gerando apoio para o projeto de lei e suas principais disposições, como o estabelecimento de Comissões de Paz a nível nacional e distrital. Essa abordagem visa a fortalecer as capacidades nacionais de prevenção de conflitos, e permitirá o desenvolvimento de soluções locais para moldar o cenário de construção da paz no Malawi, proporcionando uma base sustentável de quadros políticos e jurídicos de apoio aos esforços de prevenção de conflitos conduzidos a nível nacional e local pelas autoridades nacionais.

- Honduras

Em Honduras, o PDA apoiou os esforços da ONU para avançar no projeto e implementação de legislação fundamental de reforma judicial com apoio técnico de uma equipe convocada pelo Escritório de Assuntos Jurídicos e DPPA, compreendendo o ACNUDH, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e PNUD para a elaboração de disposições para a criação de uma Comissão contra a Corrupção e a Impunidade. Na sequência da adoção da legislação de reforma judicial, o PDA ajudou a organizar um fórum de alto nível que reuniu líderes do governo e da sociedade civil para discutir o processo de nomeação para um novo Supremo Tribunal, cuja eleição ocorreu no início de 2023.

- Quênia

Antes e imediatamente após as eleições nacionais de 2022 no Quênia, a equipe do PDA liderou uma série de ações preventivas complementares para abordar o aumento das tensões durante a campanha eleitoral e em período pós-eleitoral imediato. Em colaboração com agências da ONU, organizações religiosas, OSC de consolidação da paz e mulheres líderes, o PDA coordenou consultas com múltiplas partes interessadas que conduziram para o estabelecimento e formação de um Centro Nacional de Mediação Feminina e uma Equipe Nacional de Paz e Mediação, composta por pessoas eminentes de diferentes partes do país e representando diferentes interesses. Em colaboração com o PNUD e o ACNUDH, a equipe do PDA também desempenhou um papel de liderança na concepção e implementação de um projeto de alerta precoce e resposta, financiado pela Alemanha, que incluía um portfólio abrangente de ações sociais e atividades de mídia para monitorar e combater o discurso de ódio e a desinformação. Através de um consórcio de partes interessadas, esses esforços sinalizaram 550.000 postagens tóxicas somente no Facebook e campanhas de contra-mensagens informadas que alcançaram mais de 27,9 milhões de quenianos. A equipe do PDA também apoiou o National Sistema de Alerta Antecipado e Resposta Antecipada a Conflitos que forneceu informações e análises em tempo real provenientes de equipes de «monitores da coesão» implantadas em todo o país. Membros da Equipe Nacional de Paz e Mediação e da Rede de Mulheres de Mediação receberam treinamento em mediação e trabalharam em colaboração com uma unidade de resposta especial para responderem prontamente a questões relacionadas com as eleições e possíveis conflitos a nível local.

- Filipinas

Nas Filipinas, a ONU continuou a prestar apoio à arquitetura para a paz estabelecida no âmbito do acordo de paz de 2014 entre o governo das Filipinas e grupos autônomos do sul. Em 2022, a ONU prestou assistência técnica para o estabelecimento de um Gabinete de Paz, Segurança e Reconciliação dentro do Governo da Região Autónoma de Bangsamoro em Mindanao Muçulmano. O PDA colaborou com 12 ministérios e 22 unidades governamentais locais dentro da Região Autónoma para desenvolver políticas e programas promover mecanismos inclusivos de prevenção de conflitos, em particular desenvolver as capacidades das mulheres mediadoras e construtoras da paz. O PDA também apoiou os esforços da Organização Internacional para Migração (OIM), UNFPA e ONU Mulheres devem conceber e implementar um projeto de 3 milhões de dólares financiado pelo com financiamento externo sobre mediação e reintegração de 2.000 mulheres ex-combatentes em várias unidades do governo local em toda a Região Autónoma.

- São Tomé e Príncipe

Em São Tomé e Príncipe, em resposta às tensões políticas das contestadas eleições presidenciais em 2021-2022, o PDA organizou uma série de reuniões em colaboração com o Centro Regional das Nações Unidas Gabinete para a África Central (UNOCA) e DPPA com importantes intervenientes políticos que serviram de plataforma para análise conjunta da situação e a identificação de estratégias para frear as tensões. As reuniões também forneceram um mecanismo de priorização e mobilização de recursos para as próximas eleições, que foram acompanhadas por um programa de educação cívica. Outras atividades apoiadas pelo PDA incluíram a publicação de relatórios conjuntos com mensagens de tolerância por parte de duas proeminentes mulheres políticas do alto escalão, de lados opostos da divisão política.

- Venezuela

Na Venezuela, em parceria com o Instituto de Ciências Sociais Latino-Americano, a equipe do PDA facilitou a participação de 30 mulheres seniores de todos os espectros políticos em cursos de formação sobre liderança e diálogo, com foco na prevenção de violência contra as mulheres. Numa iniciativa complementar, o PDA fez parceria com o Ministério do Poder Popular para Mulheres e Igualdade de Gênero e o Centro de Estudos da Mulher da Universidade Central da Venezuela para desenvolver programas de treinamento voltados para aumentar a participação das mulheres na vida pública e aplicar uma perspectiva de gênero para o diálogo e a construção da paz. Esta iniciativa está ligada a uma atividade contínua apoiada pelo PDA, na qual duas Mulheres participam de Comitês locais de Consolidação da Paz e buscam implementar o diálogo comunitário e planos de acção para a coesão social, que servirão de base para um manual de formação na aplicação de uma perspectiva de gênero a iniciativas de diálogo no nível local.

- Mianmar

Em Mianmar, com diversos fatores impulsionando os conflitos armados, violações de direitos e necessidades humanitárias, a equipe do PDA forneceu apoio contínuo à ONU para a mediação e resposta à crise num contexto político altamente polarizado. Realizou uma análise dos principais motores do conflito que foi importante para garantir mensagens complementares e consistentes em nome do sistema da ONU

Esses apenas são alguns exemplos do trabalho que a ONU vem desenvolvendo no campo da prevenção de conflitos com a participação do PNUD apresentados no documento. Outras ações incluem o incentivo à participação de jovens na política, a inclusão de povos indígenas, a capacitação em diplomacia preventiva, promoção dos direitos humanos, enfrentamento de riscos relacionados ao clima, entre outras ações que se desenvolvem em países do Sul global e tem o objetivo de qualificar o diálogo político dentro dos países e com as diversas iniciativas da Organização no interior deles e em nível regional.

Como se pode observar, o trabalho da ONU que visa a evitar conflitos não se restringe ao seu Conselho de Segurança dominado pelas grandes potências muitas vezes interessadas na ocorrência de guerras que retroalimentam suas indústrias bélicas. O trabalho da ONU como uma agência promotora do desenvolvimento parece funcionar de maneira preventiva e conectada aos desafios atuais do desenvolvimento e da democracia. É um trabalho importante, mas não é suficiente para os objetivos centrais da Organização.

Saúde mental de migrantes e refugiados: fatores de risco e de acesso à atenção

Salud mental de migrantes y refugiados: factores de riesgo y de acceso al cuidado

Rafael Gomes França, Caio Murta, Júlia Moraes, Marina Sujkowski

e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo. Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global destaca as descobertas da quinta versão, de 2023, da série *Global Evidence Review on Health and Migration (GEHM)* da OMS. A publicação tem como ponto central as necessidades de saúde mental de migrantes e refugiados, proporcionando uma visão mais ampla das evidências que estão disponíveis com relação aos padrões de fatores de risco, ambientes e situações favoráveis para o cuidado ou obstáculos que ainda precisam ser superados.

Palavras chave: Saúde Mental. Migrantes. Saúde Global.

Resumen. En este informe, el Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global destaca los hallazgos de la quinta versión, de 2023, de la serie 'Global Evidence Review on Health and Migration (GEHM)' de la OMS. La publicación tiene como punto central las necesidades de salud mental de migrantes y refugiados, proporcionando una visión más amplia de las evidencias que están disponibles con relación a los padrones de factores de riesgo, ambientes y situaciones favorables para el cuidado u obstáculos que todavía necesitan ser superados.

Palabras clave: Salud Mental. Migrantes. Salud Global.

Tratamento de saúde mental para refugiados e migrantes¹

A nível global, uma boa parte da população, que possui questões de comprometimento de saúde mental, não recebe o tratamento adequado. Por exemplo, informações das Pesquisas Mundiais de Saúde Mental, realizadas em 21 países de alta, média e baixa renda, indicam que somente 27,6% das pessoas com transtorno de ansiedade receberam alguma forma de tratamento e somente 9,8% receberam cuidados considerados adequados. Evidências sugerem que o buraco no tratamento para questões de saúde mental é considerado ainda maior quando se trata de refugiados e migrantes. Em uma pesquisa com 4.226 adultos asiáticos e latinos nos Estados Unidos da América, dentre aqueles que migraram para o país, cerca de 40% tinham menos propensão de utilizar os serviços de saúde mental do que aqueles que nasceram lá. Em um estudo voltado para o uso de serviços de saúde mental, dentre 1.678 refugiados sírios que residiam na Turquia, o buraco no acesso ao tratamento foi de aproximadamente 90% para ansiedade, 89% para transtorno do estresse pós-traumático e 88% para depressão.

No ano de 2021, a OMS - Refugee and Migrant Health: Global Competency Standards, para Trabalhadores da Saúde, foi divulgado para incentivar a prestação de cuidados em saúde de forma mais sensível, voltado para refugiados e migrantes. Como um passo relevante em direção à cobertura universal de saúde para todas as populações, sem deixar refugiados e

migrantes fora dessa cobertura. É trazida especialmente a ideia da importância de abordar as necessidades de saúde mental, dando um apoio psicossocial aos refugiados e migrantes, ofertando modos de cuidados e intervenções sensíveis a experiências difíceis crônicas, situações potencialmente traumáticas, luto e perdas, auxiliando nos encaminhamentos para serviços e apoios adicionais, conforme julgarem necessário. Porém, faltam estudos sobre as abordagens de cuidados em saúde mental para refugiados e migrantes. Identificar o que incentiva e o que impede os migrantes e refugiados de chegarem aos serviços de saúde pode melhorar os problemas de acesso aos mesmos.

Riscos e fatores para transtornos mentais em refugiados e migrantes

Como resultado dos levantamentos feitos no relatório, foram reunidas 64 revisões sistemáticas sobre riscos e fatores protetivos para o desenvolvimento de doenças mentais em pessoas refugiadas e migrantes. Os achados foram divididos em cinco blocos: fatores demográficos, socioculturais, econômicos, comunitários e ambientais.

Quanto aos fatores demográficos, observaram-se principalmente as diferenças nos índices de saúde mental atreladas à idade, gênero, país de origem e nível educacional. As diferenças de idade não apresentam uma correlação tão exata. Contudo, foi observado em alguns estudos que crianças mais velhas (a partir dos 9 anos) tendem a ser mais afetadas por doenças como depressão e ansiedade, o que está profundamente relacionado à falta de redes de apoio que são oferecidas às crianças mais jovens. Entre os adultos, os mais velhos possuem maior dificuldade de integração e adaptação cultural, além de desafios socioeconômicos, então também são mais vítimas de transtornos mentais.

O gênero aparece como um importante marcador social de populações em se tratando de saúde mental, e não é diferente ao observar grupos de pessoas refugiadas e migrantes. Mulheres e meninas têm maiores índices de transtornos mentais (depressão, ansiedade, estresse pós-traumático) quando expostas aos mesmos eventos que homens. Ainda, mulheres têm maiores chances de serem vítimas de situações traumáticas do que homens em contextos semelhantes. Quanto ao país de origem, a maior parte dos resultados é também influenciada por questões como racismo e discriminação, etnicidade e diferenças culturais, que serão abordadas posteriormente. Por fim, o nível educacional de pessoas refugiadas e migrantes possui uma relação inversa com a saúde mental dos mesmos: quanto mais elevado o nível educacional, menor a chance de desenvolverem transtornos mentais.

Observando agora fatores socioculturais, foram levantados pontos relativos à linguagem, às práticas culturais e à assimilação e aculturação. A linguagem é uma conhecida barreira enfrentada por pessoas refugiadas e migrantes, e a falta de proficiência no idioma do país de destino é um fator considerável para o desenvolvimento de doenças mentais. Além disso, foi constatado que um forte senso de comunidade e nacionalidade é associado a um menor índice de transtornos mentais como ansiedade e depressão.

Entre os fatores econômicos que influenciam a qualidade da saúde mental de refugiados e migrantes, o relatório destaca a pobreza, condições de moradia e emprego. Assim como na população em geral, classes de baixa renda e que se encontram em condições vulneráveis de vida tendem a sofrer mais com transtornos mentais. O desemprego também está altamente associado a elevações nas taxas de ansiedade e depressão, e esse cenário é especialmente significativo nas comunidades migrantes, visto a dificuldade de realocação ao estabelecerem-se em novos territórios.

O relatório também traz fatores relacionados à comunidade em que os indivíduos se encontram. O apoio social é um fator de extrema importância nesses casos: uma das pesquisas abordadas revelou que 20% dos migrantes trabalhadores com baixos níveis de apoio social é afetado por doenças mentais, contra apenas 11% que encontram redes de apoio em suas comunidades. Essas variáveis passam por questões como senso de comunidade e pertencimento, empatia com os mais vulneráveis, inclusão social e cultural. O isolamento social, muitas vezes causado pela estigmatização e pela exclusão por barreiras culturais e econômicas, é muito prejudicial para a saúde mental desses grupos. O racismo e a discriminação também são citados, como no trecho abaixo (tradução livre):

“(...) inclui tanto racismo e discriminação praticados diretamente, por meio de expressões e gestos, quanto indiretamente, via exclusão de oportunidades de trabalho, ou violações de direitos humanos e racismo sistemático no sistema de saúde, como a impossibilidade de acessar um intérprete. Essas experiências diretas e indiretas de racismo foram identificadas como não apenas causas de desgastes mas como fatos que aprofundam fatores de risco como o isolamento social (...)”

Finalmente, o relatório aborda alguns fatores ambientais, como as diferenças de qualidade de vida e saúde de migrantes que se alocam em áreas rurais e urbanas. No geral, aqueles que vivem em cidades urbanizadas têm menores índices de doenças como depressão e ansiedade, principalmente devido à pobreza e ao desemprego que são enfrentados no campo. Além disso, a probabilidade de enfrentarem eventos traumáticos também é levada em conta: o grau de exposição direta a ameaças à vida, bem como sua frequência e duração têm impactos diretos sobre a saúde mental dos migrantes.

Facilitadores e barreiras dos serviços de saúde mental para refugiados e migrantes

Foram selecionados no total 36 textos para a revisão, dos quais 33 mencionaram barreiras e 25, facilitadores de acesso a serviços de saúde mental. Através da leitura, foram destacados 7 tópicos de maior menção: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade, conhecimento, estigma, busca e acomodação.

O primeiro fator que se destacou foi a falta de disponibilidade de serviços de saúde mental especificamente voltados para refugiados e pessoas que buscavam abrigos. Vários textos analisaram a falta de serviços especializados de saúde mental para grupos específicos, como crianças refugiadas diagnosticadas com Transtorno de Estresse Pós-traumático e refugiados sobreviventes de tortura ou violência sexual, que necessitam de serviços centrados no trauma.

Por outro lado, houve dificuldades e preocupações por parte dos profissionais que prestam os serviços de saúde mental a refugiados e migrantes. Alguns não se sentiam preparados para avaliar e tratar essa população, cuja necessidade era frequentemente considerada complexa. Outros descreveram uma tensão emocional e exaustão mental, que prejudicava a manutenção da sua própria saúde.

Outro fator amplamente destacado constitui-se pelas barreiras de acessibilidade quanto a: idiomas falados, flexibilidade dos serviços, necessidades em concorrência e situação financeira. As barreiras linguísticas foram um fator fundamental que afetou a acessibilidade dos refugiados e dos migrantes aos cuidados de saúde mental. Elas muitas vezes eram agravadas pela dificuldade de comunicação entre os prestadores de serviços de saúde mental e o receio dos refugiados e migrantes de serem mal compreendidos e/ou mal diagnosticados.

Além disso, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde mental devido à falta de tempo e à flexibilidade dos serviços foram discutidas em várias análises. Os sistemas de marcação complicados, a dificuldade em localizar os serviços, a falta de disponibilidade para cuidar das crianças e a atribuição de prioridade às tarefas domésticas eram obstáculos adicionais. As longas listas de espera constituíram um obstáculo para os refugiados que vivem nos Estados Unidos.

Os horários de trabalho rigorosos dos refugiados e dos migrantes também impediam a sua presença. Porém, mesmo quando os serviços de saúde mental estavam disponíveis, eles sentiam que não podiam dar prioridade à sua saúde mental até que outras necessidades tivessem sido satisfeitas. Isso também levava ao fator financeiro. Os custos associados aos problemas de saúde mental incluem a perda de emprego ou de rendimentos, custos médicos e seguros de saúde caros, por exemplo. Embora muitos países ofereçam cuidados de saúde gratuitos, outros exigem seguro de saúde.

Mas, também, grande parte desta população desconhecia a existência de serviços de saúde mental gratuitos disponíveis. A dificuldade em compreender e navegar no sistema de saúde do país de acolhimento foram os principais obstáculos para muitos. As diferentes estruturas dos sistemas de saúde e os múltiplos pontos de entrada possíveis reduziram a capacidade dos refugiados e dos migrantes para iniciarem e aderirem ao tratamento. Em algumas situações, os próprios profissionais de saúde também não tinham uma ideia clara da elegibilidade para os serviços de saúde mental.

Outro fator mencionado foi a aceitação por parte dos refugiados e migrantes. Os fatores culturais influenciavam muito. Também, sentiam frequentemente que as opções de tratamento que lhes eram oferecidas eram culturalmente inadequadas. As terapias da fala não eram aceitas como tratamento devido à percepção de que não poderiam beneficiar do fato de falarem com estranhos sobre os seus problemas, à falta de confiança nos prestadores de cuidados de saúde, ao fato de se sentirem intimidados, de não quererem discutir acontecimentos potencialmente traumáticos e de não estarem habituados a verbalizar emoções. As abordagens aos cuidados sensíveis ao gênero, como a disponibilização de terapeutas e intérpretes do mesmo sexo foi importante.

Ademais, outro obstáculo identificado para aceder aos serviços de saúde mental foi atitudes estigmatizantes das famílias, dos amigos e da comunidade em geral relativos a problemas de saúde mental. Havia o receio de se tornarem assuntos de conversas, das informações chegarem ao seu local de origem, de serem rotulados de vergonhosos, loucos, mentais ou dementes, ou de prejudicarem as perspectivas de casamento ou a reputação da família, até mesmo por causa das tradições dos pensamentos culturais. Não só isso, existiam testemunhas de atitudes negativas manifestadas pelos próprios provedores de serviços de saúde sob a forma de discriminação, desinteresse pelo usuário, apressamento da consulta e desconfiança no usuário.

Mais um fator observado foi que os refugiados e os migrantes procuravam, geralmente, apoio emocional nas suas próprias comunidades, ao invés de apoio profissional, pelo receio das consequências, com a falta de confidencialidade e probabilidade de consequências negativas. Os migrantes em situação irregular e os que tinham um estatuto de asilo precário tinham medo que lhes fosse pedido documentos legais.

Por último, foi mencionado o fator de acomodação. Ambientes pouco familiares ou demasiadamente clínicos eram um obstáculo ao acesso a serviços de saúde mental para jovens

refugiados e migrantes. Os espaços em que se situam os serviços de saúde mental e as suas implicações para a privacidade e a confidencialidade se mostraram importantes. Além do que existiam os desafios do transporte para os serviços de saúde mental, que incluíam a falta de disponibilidade e o custo dos transportes públicos.

Considerações em direção a melhores políticas de saúde mental para migrantes

Baseado nesse estudo, colocam-se algumas considerações sobre as principais políticas públicas que devem ser consideradas para a saúde mental dos migrantes:

1. Implementar políticas e programas que promovam a integração social e reduzam a discriminação contra migrantes. Essa política envolve o uso do conceito de suporte comunitário e o fortalecimento de redes comunitárias e laços familiares. É preciso oferecer uma ampla gama de serviços de saúde mental que consigam abarcar casos específicos e ao mesmo tempo integrar esses serviços para migrantes na rede geral de atenção à saúde mental.
2. Atender os determinantes sociais da saúde mental e priorizar as necessidades básicas como alimentação e moradia. É preciso prover educação de qualidade como uma forma de integração e ascensão social, e além disso é necessário também que o acolhimento esteja de certo modo vinculado aos serviços locais e comporte deslocamentos em massa.
3. Melhorar a capacidade dos funcionários da saúde em tratar questões de saúde mental entre refugiados e migrantes de variadas culturas, incluindo funcionários da rede social. Envolve implementar psicoeducação e aplicar abordagens multidisciplinares que consigam abarcar todas as dimensões das questões mentais, além de instalar estruturas de suporte para esses grupos.
4. Providenciar escolhas quanto ao modelo de assistência à saúde mental, a fim de ampliar o acesso e aceitação, empoderando indivíduos. Isso pode ser feito ao disponibilizar esses serviços em centros comunitários, grupos de mulheres e escolas, garantindo a confidencialidade e sustentabilidade do tratamento, além de providenciar acesso ao tratamento para migrantes em crises agudas.
5. Proteger os direitos humanos dos migrantes e refugiados contra discriminação e violência. Faz-se necessário melhorar a legislação e prevenir a violência contra migrantes nos centros de detenção, informar servidores da saúde sobre eventos traumáticos na vida dos indivíduos, dedicar especial atenção em segurança às mulheres (envolvendo moradia e suporte psicossocial) e promover a integração social através de variados mecanismos, como o ensino do idioma local.
6. Reforçar a capacidade da comunidade de acessar tratamento para saúde mental, providenciando informações sobre os serviços e mobilizando a comunidade através de engajamento proativo com os migrantes. É preciso conferir orientação adequada para o acesso aos serviços, com profissionais qualificados, transporte e tradutores nestes. Analogamente, faz-se necessário promover a empregabilidade e o senso de pertencimento aos migrantes.

Ampliar e fortalecer intervenções com foco na violência baseada em gênero em contextos de emergência

Expand and strengthen interventions focusing on gender-based violence in emergency contexts

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Abstract: *As a strategic priority, the United Nations Population Fund (UNFPA) has committed to intensifying its humanitarian response and efforts to prevent and respond to gender-based violence in emergency contexts. The agency launched a strategy and operational plan focused on scaling up and strengthening gender-based violence interventions in emergency contexts, addressing UNFPA's role in providing quality, multi-sectoral gender-based violence prevention and response programmes. The document defines 13 commitments to sustain the work and six strategic guidelines and results that should guide the intensification of efforts. All actions aim to meet the growing needs of women and girls in humanitarian contexts.*

Keywords: *Gender-based-violence; Armed conflicts; Human rights abuses; Women's health; Child Health*

Resumo: Como prioridade estratégica, o United Nations Population Fund (UNFPA) comprometeu-se a intensificar a sua resposta humanitária e os seus esforços para prevenir e responder à violência baseada em gênero em contextos emergências. A agência lançou uma estratégia e um plano operacional com foco em ampliar e reforçar as intervenções sobre a violência baseada em gênero em contextos de emergências, abordando o papel no fornecimento de programas de prevenção e resposta à violência baseada em gênero que sejam multissetoriais e de qualidade. O documento define 13 compromissos para sustentar o trabalho e seis orientações estratégicas e resultados que devem orientar a intensificação dos esforços. Todas as ações visam satisfazer as crescentes necessidades das mulheres e meninas em contextos humanitários.

Palavras-chave: Violência de gênero; Conflitos armados; Violação dos direitos humanos; Saúde da mulher; Saúde da criança

Contexto

A violência contra as mulheres é uma expressão da desigualdade de gênero persistente e profundamente enraizada na discriminação. Constitui uma crise de saúde pública e é uma violação dos seus direitos humanos e uma barreira para o desenvolvimento e a igualdade de gênero.

Conforme definiu o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, a violência contra a mulher é uma forma de discriminação que inibe seriamente a capacidade das mulheres de desfrutarem de direitos e liberdades em igualdade de condições com homens. Ela

surge e perpetua o status subordinado das mulheres e as relações desiguais de poder entre mulheres e homens (Nações Unidas, 1980)¹.

O direito à saúde é um direito humano fundamental, garantido em normas internacionais. No entanto, as desigualdades na saúde prevalecem em todo o mundo. Ao final de 2021, 89,3 milhões de pessoas foram forçadas a fugir de suas casas devido a conflitos, violência, medo de perseguição e violações de direitos. De acordo com os últimos dados disponíveis, mais da metade da população mundial não tem acesso a cuidados e serviços de saúde essenciais, e a escassez de profissionais de saúde é estimada para atingir 10 milhões até 2030. Esses fatores contextuais apontam para necessidade urgente de explorar estratégias inovadoras – que vão além de uma resposta convencional do setor saúde – para chegar às pessoas os serviços de saúde de que necessitam².

Estratégia e plano operacional do UNFPA para ampliar e fortalecer intervenções com foco na violência baseada em gênero em contextos de emergência (2023–2025)³

A violência baseada em gênero (VBG) é uma das mais graves e prevalentes violações dos direitos humanos no mundo. Quase uma em cada três mulheres e meninas em todo o mundo foi submetida à violência por parceiro íntimo (VPI), violência sexual por não parceiro ou ambas, pelo menos uma vez na vida. Os impactos são devastadores, tanto imediatos como de longo prazo, para a saúde física e mental, educação, economia e bem-estar das mulheres e de suas famílias.

Embora a VBG seja perpetrada em todo o mundo, os riscos aumentam significativamente durante e imediatamente após desastres, conflitos armados e outras situações de crise. Em 2023, 84 milhões de mulheres e meninas estão precisando de serviços, tanto de prevenção como de respostas à VBG, o que inclui, neste momento, 27 emergências.

Os impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19, a crise climática, a interação entre fragilidade, deslocamento, seca e conflito e o aumento global da insegurança alimentar, ampliam e escalonam as necessidades humanitárias. Nesse sentido, deve-se buscar ações ampliadas e sustentadas para garantir que mulheres e meninas recebam serviços que salvam suas vidas, com cuidados de qualidade que merecem.

Acabar com a violência baseada em gênero é um dos três resultados transformadores do Plano Estratégico 2022-2025 do UNFPA. Assim, a Estratégia e o Plano Operacional abordam amplamente o papel do UNFPA como ator estratégico com especial responsabilidade para fazer avançar essa agenda.

Princípios, políticas e abordagens

1. Compromisso de eliminar a violência baseada em gênero como agência líder indicada pelo Comitê Permanente Interagências ([Inter-Agency Standing Committee - IASC](#))

O UNFPA é a principal organização das Nações Unidas com foco na coordenação de resposta à VBG em contextos humanitários. Nesse sentido, a publicação do documento reforça seu compromisso como agente central na programação e liderança de trabalho, também em contextos de emergências e crises humanitárias.

2. Compromisso com a igualdade de gênero

O Plano Estratégico do UNFPA, 2022-2025 baseia-se na convicção de que alcançar os [três resultados transformadores](#) (acabar com a morte materna evitável, acabar com a

necessidade de planejamento reprodutivo não atendido e acabar com a violência com base no gênero e outras práticas prejudiciais) requer um enfoque mais profundo nos direitos das mulheres e meninas, e promover a igualdade de gênero e o empoderamento é ponto central para as respostas humanitárias.

3. Compromisso de “[não deixar ninguém para trás](#)” e alcançar os que estão em maior risco: mulheres e meninas

A proposta do documento é ser interseccional. Isso requer uma abordagem feminista na análise da VBG, já que requer a compreensão de como os sistemas específicos de contexto de desigualdade de gênero, anteriores, mas geralmente exacerbadas pelo conflito, colocam as mulheres e as meninas em risco aumentado de violência e limitam drasticamente o seu acesso à recursos, serviços e oportunidades.

4. Compromisso com os princípios humanitários e abordagem baseada nos direitos humanos

A estratégia prevê a utilização de programas de resposta pautados nos direitos humanos e sugere a utilização do documento [Padrões Mínimos Interinstitucionais para a Atenção da Violência Baseada em Gênero em Contextos de Emergência](#). Uma abordagem baseada nos direitos procura analisar e abordar as causas profundas da discriminação e desigualdade, para garantir que todos tenham o direito de viver com liberdade e dignidade, protegidos de violência, exploração e abuso, de acordo com os princípios do direito dos direitos humanos.

Programas e operações

5. Compromisso de aumentar a capacidade de resposta humanitária do UNFPA

A proposta coloca como prioridade liderar esforços na resposta a emergências, o que inclui a agência ter profissionais devidamente qualificados a nível global, regional e nacional, para fornecer serviços técnicos e apoio operacional no terreno.

Os compromissos do UNFPA incluem aumento no investimento e na implantação de coordenadores de programas com foco na VBG, desenvolvimento de Política e Diretrizes Operacionais de Saúde Mental e Apoio Psicossocial, ampliação da assistência financeira em seus programas, apoio à implementação do primeiro sistema de gestão de Informações sobre Violência Baseada em Gênero (GBVIMS)+, pesquisa e orientação e maior flexibilidade nas modalidades de parceria.

6. Compromisso de reforçar a liderança do UNFPA na programação de intervenções para violência baseada em gênero em contextos de emergência

O Plano Estratégico do UNFPA (2022-2025) reconhece que melhorar a disponibilidade, a aceitabilidade, a acessibilidade e a qualidade dos serviços voltados para violência baseada em gênero e saúde sexual e reprodutiva (SSR) é fundamental para aumentar a utilização dos serviços e acelerar progresso nos três resultados transformadores. Essa resposta inclui a implementação de ações prioritárias que salvam vidas, que garantam o estabelecimento imediato ou apoio aos serviços existentes, incluindo serviços de gestão de casos e apoio psicossocial individual ou em grupo, espaços seguros para mulheres e meninas e abordagem oportuna das sobreviventes da VBG, acesso a cuidados médicos, segurança e justiça, e oportunidades econômicas, de acordo com suas necessidades.

O acesso a cuidados médicos que salvam vidas inclui a prevenção e a gestão da consequência da violência sexual contra mulheres e meninas como parte do [Pacote Inicial Mínimo de Serviços \(MISP\)](#), o qual abrange o manejo clínico do estupro e apoio aos provedores de serviços para estabelecer sistemas de gerenciamento de dados e informações.

7. Compromisso de reforçar a programação de abordagens integradas em violência baseada em gênero e saúde sexual e reprodutiva

A agência se posiciona de forma a operar na intersecção da SSR e VBG e defende a promoção do acesso a serviços de qualidade, obtenção de resultados e a concretização dos direitos e da igualdade de gênero para mulheres e meninas, cuidados médicos empáticos, atuação junto à jovens e comunidades, incluindo organizações lideradas por mulheres e jovens e educação em sexualidade.

8. Compromisso em aumentar a assistência (em dinheiro e vouchers) em programas com foco na violência baseada em gênero

A assistência financeira no âmbito da programação de resposta à VBG é uma abordagem que a agência considera inovadora, e aponta que vem realizando projetos piloto desde 2020. A experiência está mostrando que o recurso financeiro direto, pode efetivamente salvar a vida de uma mulher, uma vez que garante acesso a serviços, a ajuda a fugir de um relacionamento abusivo e a ajuda na recuperação, se fornecido durante vários meses.

9. Compromisso de dar prioridade à assistência de qualidade centrada nos sobreviventes de exploração, assédio e abuso sexual

A agência continua a defender a necessidade de garantir a priorização da assistência de qualidade, com cuidados centrados nas sobreviventes, serviços seguros para resposta, acessíveis e adequados às necessidades individuais de cada mulher e menina. O documento considera ainda que os serviços devem trabalhar na prevenção da exploração e abuso sexual, o que inclui denúncias.

Coordenação

10. Compromisso do UNFPA em cumprir a liderança mandatária pela IASC na coordenação interagências como líder responsável pela área de Violência Baseada em Gênero

O compromisso assumido pelo UNFPA inclui investir na capacidade de coordenação do tema regionalmente, inclusive através da implantação de coordenadores dedicados à VBG em 80% dos países (contratação de um coordenador humanitário do IASC até 2025), garantindo a capacidade de gestão da informação dos subgrupos a nível nacional.

11. Compromisso de liderar a coordenação do programa interagências, com foco no sistema de gerenciamento de informações sobre violência baseada em gênero

A iniciativa coordena o fluxo de trabalho relacionado à equipe global do [GBVIMS \(Sistema de Gestão de Informações sobre Violência Baseada em Gênero\)](#).

12. Compromisso em cumprir uma função de defesa e apoio técnico para a mitigação do risco de violência baseada em gênero e apoio à sobreviventes em todos os setores

Auditorias conjuntas de segurança, a monitorização e o acompanhamento estão entre os exemplos de trabalho da agência com outros clusters.

13. Compromisso de prioridade

A agência aponta um último compromisso, no sentido de priorizar o financiamento da prevenção e resposta à violência baseada em gênero em áreas humanitárias. O UNFPA também destaca consistentemente a importância da ação coletiva e a responsabilidade de todos os intervenientes humanitários de tratar a VBG como uma situação grave, que traz risco de vida e problemas em qualquer crise humanitária.

Plano Operacional UNFPA

As ações foram propostas no âmbito de seis resultados:

- **Resultado 1:** Garantir acesso de mulheres e meninas à serviços multissetoriais de qualidade, com foco na prevenção e resposta à violência baseada em gênero em contextos de emergências;
- **Resultado 2:** Prover participação e liderança de organizações locais, especificamente as lideradas por mulheres, aumentando sua capacidade e espaço para influenciar a resposta humanitária e responder às necessidades de mulheres e meninas;
- **Resultado 3:** Fornecer coordenação eficaz e consistente nos níveis global, regional e nacional para mitigar riscos, prevenir e responder a VBG;
- **Resultado 4:** Construir sistemas operacionais eficientes e ágeis, com cadeias de abastecimento, recursos financeiros e humanos para apoiar a prestação de serviços em contextos de emergência;
- **Resultado 5:** Coletar, analisar e utilizar dados que sejam seguros e éticos; e
- **Resultado 6:** Proporcionar intervenções e advocacy orientados por evidências, realizar seu acompanhamento e monitoramento.

A estratégia e o plano operacional, propostos pelo UNFPA, estão alinhados com o compromisso firmado pela agência em seu Plano Estratégico 2022-2025. Eles reforçam a necessidade de envolvimento de organizações nacionais e locais lideradas por mulheres no trabalho humanitário em contextos de emergência, a fim de salvar e proteger mulheres e meninas da violência baseada em gênero. Considerando o contexto e natureza dos conflitos que temos acompanhado, resta saber até que ponto o documento consegue de fato cumprir sua promessa e impactar a vida daquelas que estão expostas à violência, em contextos de emergência.

Referências

1. A Guide to Better Understanding and Using Violence Against Women Prevalence Data [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Guide%20to%20Better%20Understanding%20and%20Using%20VAW%20Prevalence%20Data_UNFPA_Final.pdf
2. HRP,WHO, UNDP, UNFPA and the World Bank. Self-care interventions for sexual and reproductive health and rights to advance universal health coverage [Internet]. 2023. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/373301/9789240081727-eng.pdf?sequence=1>
3. United Nations Population Fund (UNFPA). UNFPA Strategy and Operational Plan to Scale Up and Strengthen Interventions on Gender-Based Violence in Emergencies (2023–2025) - Executive Summary [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/GBV_emerg_strategy_SUMMARY_FINAL.pdf

Fórum Mundial de Alimentação, Comitê de Segurança Alimentar e Congresso Latino-Americano de Nutrição: agenda intensa da segurança alimentar e nutricional global e regional em outubro de 2023

Eduardo Nilson

Denise Oliveira e Silva

Erica Ell

Juliana Ubarana

Resumo. *Nesse informe, relataremos as principais discussões no campo da segurança alimentar e nutricional global a partir da perspectiva do Fórum Mundial de Alimentação e do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional (CSA), ambos realizados na sede da FAO, além do debate científico no XX Congresso Latino-Americano de Nutrição (SLAN), reforçando a prioridade global que deve ser dada à transformação dos sistemas agroalimentares para garantir o alcance dos objetivos da Agenda 2030 e de outros compromissos internacionais e regionais.*

O mês de outubro, além das comemorações do Dia Mundial da Alimentação, tradicionalmente trazem a plenária do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional da FAO, mas este ano a ele também se somaram o Fórum Mundial de Alimentação (*World Food Forum - WFF*) da FAO e o importante Congresso Latino-Americano de Nutrição (SLAN).

Um ponto comum em todos esses eventos foi a necessidade e urgência de transformar os sistemas agroalimentares globais para que promovam a saúde, a sustentabilidade, a resiliência e a inclusão, de modo a contribuir para a redução das mudanças climáticas e para prevenir a múltipla carga da má nutrição, contando com parcerias com os diferentes atores da sociedade.

O Fórum Mundial de Alimentação

A edição de 2023 do Fórum Mundial de Alimentação teve como tema: A transformação dos sistemas agroalimentares acelera a ação climática e teve como grandes eixos os fóruns da juventude, de inovação, de educação e de cultura, reunindo representantes de governos, sociedade civil, academia e setor privado e destacando a necessidade de maior envolvimento de grupos específicos, como jovens, populações indígenas, mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade, nas soluções com a lógica de APRENDER, AGIR, MONITORAR E DAR ESCALA (*LEARN, ACT, TRACK, SCALE UP*) para as iniciativas (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023a).

No chamamento para o Fórum, foi reforçado o importante papel dos sistemas agroalimentares nas questões climáticas, considerando, inclusive, que estes sistemas são responsáveis por cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa, por 90% do desmatamento global de florestas e por 70% do uso de água, contribuindo, ainda, para a perda de biodiversidade no planeta. Enquanto isso, esses sistemas são desiguais e ineficientes, na medida em que grande parte do que é produzido é perdido ou desperdiçado e que não têm sido capazes de reverter a situação de fome de 1,3 bilhão de pessoas no mundo.

Assim, o tema do Fórum em 2023 reforça que a transformação dos sistemas agroalimentares para que sejam eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis pode e deve ser parte central das soluções climáticas globais, aumentando a biodiversidade e restaurando os ecossistemas. Ao mesmo tempo, essas transformações devem garantir a segurança alimentar e nutricional das populações e, por este conjunto, garantir um futuro equitativo para todos.

Segundo a FAO, o Fórum Mundial de Alimentação que acontece a cada ano busca incentivar ideias, políticas e soluções poderosas e transformadoras para os sistemas agroalimentares e, em sua edição de 2023, tem grande foco nos esforços no nível local, que podem ser amplificados e ganhar escala. O Fórum, portanto, compreende que o enfrentamento das mudanças climáticas requer ações abrangentes em todos os setores e reunindo todos os atores da sociedade, enfatizando inovação, parcerias, evidências e inclusão de atores locais que representem os jovens, povos indígenas, mulheres e pequenos produtores.

Dentro dessa abrangência das ações necessárias, é preciso mudar desde a produção até o consumo, incluindo produção sustentável e bioenergia, redução de perdas e desperdícios, gerenciamento de florestas e das águas, restauração das paisagens, redução do desmatamento, restauração e gerenciamento de ecossistemas como pântanos, florestas e mangues, recuperação de solos degradados e programas educacionais para apoiar consumidores em escolhas que sejam saudáveis e sustentáveis.

Dentro dos eixos do Fórum, primeiramente, o Fórum Global da Juventude busca incentivar o diálogo intergeracional entre os atores dos sistemas agroalimentares, com destaque para a participação de representações de jovens marginalizados, indígenas e agricultores de países menos desenvolvidos, assim como cientistas e estudantes.

A partir da discussão em espaços seguros e inclusivos, busca-se identificar e divulgar prioridades, soluções e ações para avançar na transformação dos sistemas agroalimentares a partir do nível local até o nível global e propor projetos que promovam *advocacy* das transformações e seus impactos, utilizando-se do empreendedorismo e da cultura e empoderando jovens com diferentes experiências e realidades locais para construir um futuro com melhor alimentação para todos.

Como parte deste eixo, foi sediado o Fórum das Nações Unidas da Juventude Indígena (*United Nations Global Indigenous Youth Forum*), que reconheceu o papel crítico dos povos indígenas na produção sustentável de alimentos, incluindo seus conhecimentos tradicionais, que devem fazer parte das ações transformadoras nos sistemas agroalimentares.

No eixo de educação, espera-se promover a compreensão do papel dos alimentos em nossas vidas, incluindo a perspectiva dos sistemas agroalimentares, incluindo aspectos da produção, distribuição e consumo dos alimentos e como afetam a nossa saúde e as mudanças climáticas para usar a educação como instrumento para construir um melhor futuro alimentar. Para tanto o Fórum trabalha com atividades de desenvolvimento de habilidades, aulas magnas, assembleias de estudantes e uso de ciências comportamentais para envolver os jovens e inspirar pessoas e promover a discussão das mudanças necessárias aos sistemas agroalimentares.

O eixo de inovação se concentra no Fórum de Ciência e Inovação da FAO, que promove um debate focalizado e estratégico sobre como a ciência, e tecnologia e a inovação podem acelerar e apoiar a transformação dos sistemas agroalimentares e impulsionar a ação climática. Para impulsionar esse eixo, foi criado um Laboratório de Inovação que promove competições entre estudantes e jovens profissionais, incluindo desafios de pesquisa e de startups, iniciativas

de incubadoras e aceleradoras de projetos, campos de treinamento (*bootcamps*) e eventos de promoção de redes (*networking*), assim como a realização de aulas magnas com especialistas e líderes emergentes da juventude nos temas de transformação dos sistemas agroalimentares.

As ações de promoção da inovação trabalham a partir de duas grandes questões: a transformação dos sistemas agroalimentares e o alcance dos ODS, identificando soluções inovadoras e exequíveis para minimizar e mitigar os impactos das mudanças climáticas dentro de nosso tempo de vida e, ao mesmo tempo, aumentar o acesso global a alimentos saudáveis e sustentáveis.

Assim, o Fórum de Ciência e Inovação busca a aumentar o acesso a tecnologias climáticas, práticas inovadoras e conhecimentos locais sobre sistemas agroalimentares para promover a adaptação climática, a resiliência e a mitigação das mudanças climáticas, debatendo como as evidências e tecnologias podem influenciar nas vulnerabilidades, impactos e capacidades e apoiar as transformações necessárias.

Na articulação entre os eixos de juventude e de inovação, o Laboratório da juventude para a alimentação (*Youth food lab*) visa prover uma plataforma para equipes de jovens inovadores, pesquisadores e empreendedores para converter ideias de soluções em modelos reais de negócios, identificando, apoiando e dando escala às iniciativas promissoras por intermédio de desenvolvimento de capacidades, mentoria e formação de redes.

Permeando, de forma transversal os diferentes eixos o Fórum de Investimentos de Mãos Dadas da FAO (*FAO Hand-in-Hand Investment Forum*) tem o objetivo de apresentar oportunidades impactantes de investimento a corporações, bancos de desenvolvimento multilateral e doadores nos setores de agricultura e oportunidades de negócios nacionais que podem transformar os sistemas agroalimentares locais e, a partir disso, contribuir para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Reunindo os campos de inovação e investimentos, também foram promovidas sessões sobre iniciativas do setor privado, articuladas com o engajamento da juventude, empreendedorismo e inovação, com projetos de grupos e empresas locais, nacionais e globais. Segundo os organizadores, foi apresentado um total de 110 investimentos que beneficiarão mais de 149 milhões de pessoas, com um aporte de investimentos nos sistemas agroalimentares na ordem de US\$15 milhões.

Por fim, no campo da cultura, espera-se utilizar a gastronomia, a arte, a música e o cinema, entre outros, para atuar como linguagens universais para unir políticas, *advocacy* pela juventude e ações concretas para transformação dos sistemas agroalimentares.

No encerramento do fórum, que reuniu mais de 5 mil participantes, além de uma audiência virtual de cerca de 20 mil participantes, o Diretor Geral da FAO destacou o papel central da juventude e de seu engajamento e liderança nas soluções necessárias, do local ao global, promovendo parcerias, colaborações e solidariedade, e trazendo atores para juntos desenvolver ações concretas, reunindo ciência, inovação e investimentos.

Outras falas reforçaram a centralidade do diálogo intergeracional e empoderamento da juventude para atuar sobre questões globais como a fome, educação e mudanças climáticas a partir da abordagem dos sistemas agroalimentares, garantindo um futuro para futuras gerações a partir da garantia do direito à alimentação, a ar puro, a água limpa e a um planeta limpo.

Destaque também deve ser dado à fala do Brasil, pelo chefe da Secretaria Geral da Presidência, Marcio Macedo, que enfatizou o papel do país no enfrentamento da fome em nível

global, renovando os compromissos da Agenda 2030, na ampliação da participação de jovens e mulheres na produção e alimentos e na defesa de um sistema justo de comércio internacional para commodities agrícolas. Ao final da fala, também destacou a importância da diplomacia e do multilateralismo para a recuperação econômica global, reforçando o compromisso brasileiro com essa causa.

Comitê de Segurança Alimentar da FAO

Na semana seguinte ao Fórum Mundial de Alimentação, aconteceu, de 23 a 27 de outubro, também em Roma, a 51ª plenária anual do Comitê de Segurança Alimentar da FAO (*Committee on World Food Security - CFS*), que constitui a principal instância de participação social na agenda de segurança alimentar e nutricional global junto aos organismos das Nações Unidas, reforçando seu lema “Fazendo a Diferença na Segurança Alimentar e Nutricional” (*“Making a Difference in Food Security and Nutrition”*).

Na abertura do evento, o Diretor-Geral da FAO, Qu Dongyu, por meio de mensagem de vídeo, deu as boas-vindas aos participantes e reforçou que as questões presentes há 50 anos, como a insegurança alimentar e nutricional global, quando foi criado o CSA, continuam sendo atuais. Além disso, enalteceu o papel do Comitê na promoção da colaboração entre uma grande gama de parceiros e a conexão de múltiplas iniciativas, visto que o enfrentamento dos desafios na SAN demanda respostas políticas coordenadas e um novo compromisso dos atores em nível global, nacional e local. Por fim, destacou os eventos que antecederam a sessão do CSA, como a Cúpula de Sistemas Alimentares +2 e o Fórum Mundial de Alimentação, nos quais a transformação dos sistemas agroalimentares foi colocada como prioridade para enfrentar as mudanças climáticas e para reverter a atual situação de fome e de má nutrição pelo mundo (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023b).

Também por mensagem de vídeo, o Secretário Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, disse que o CSA representa um momento ímpar de encontro de formuladores de políticas com representantes da sociedade civil e do setor privado para atuar com urgência sobre o “momento de crise da segurança alimentar global”. Em seguida, vieram as falas de boas-vindas das autoridades do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), do Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (IFAD) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

A pauta da sessão do CSA foi direcionada para a chancela a três documentos: as Diretrizes Voluntárias de Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, as Recomendações Políticas para o Fortalecimento da Coleta e Uso de Dados de Segurança Alimentar e Nutricional e Ferramentas Analíticas Relacionadas para Aprimorar a Tomada de Decisões para Apoiar a Realização Progressiva do Direito à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar Nacional; e o Programa de Trabalho 2024-2027. Adicionalmente, foram realizadas duas sessões gerais, sendo a primeira sobre a apresentação dos progressos no acompanhamento da 2ª Conferência Internacional de Nutrição (ICN2) e a sobre o monitoramento das Recomendações Políticas sobre a Volatilidade de Preços e a Segurança Alimentar e a segunda, sobre a Proteção Social para a SAN (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023c).

Em relação aos documentos, as Diretrizes Voluntárias de Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres e Meninas reforçam o papel central das mulheres no alcance da SAN e a necessidade de uma estrutura política global para apoiar os países em seus esforços em direção tendo como prioridade a promoção da igualdade de gênero. O CSA, então, fez um

chamamento aos países para se comprometerem voluntariamente às diretrizes e alinhá-las às suas ações no contexto da Agenda 2030.

As recomendações sobre os dados de SAN e sua utilização, por sua vez, reconhecem as lacunas de informação e prioridades de atuação, trazendo recomendações a governos, organizações internacionais, sociedade, civil, setor privado, doadores, populações indígenas e instituições de pesquisa. Dentre essas demandas, destacam-se a criação de maior conscientização e demanda pelo melhor uso de dados de segurança alimentar e nutricional, aumento do investimento na coleta, análise e aprimoramento da qualidade de dados de SAN para melhorar a tomada de decisões para a realização progressiva do DHAA, desenvolver capacidades, infraestrutura e tecnologias para garantir a sustentabilidade e equidade na produção de dados e na capacidade analítica para a tomada de decisões em SAN, colaboração para a harmonização e compartilhamento de informações, fortalecimento das estruturas de governança de dados no nível local ao nacional e global.

No tocante ao Plano de Trabalho 2024-2027, foi destacada a prioridade para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional global, visando o alcance da meta de Fome Zero no mundo até 2030. A urgência nessa meta se dá num contexto de avanços insuficientes na SAN global, em que cerca de 9,2% da população mundial, ou seja, 691 a 783 milhões de pessoas, ainda passam fome. O plano reforça, ainda, os desafios no financiamento do CSA, bem como da própria FAO para o desempenho de suas atribuições.

Essa mesma preocupação com a fome e a má nutrição global foi manifestada no monitoramento do ICN2, incluindo a implementação da Década de Ação sobre a Nutrição, destacando a maior vulnerabilidade de regiões como a África, sudeste da Ásia, no Pacífico e em áreas da América Latina e do Caribe, e demandando urgência em esforços conjuntos coerentes e efetivos em todos os níveis para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional.

Além das sessões, eventos paralelos abordaram tópicos como o financiamento sustentável, a governança baseada em direitos humanos, a história brasileira no enfrentamento da fome, a juventude urbana na África e o acesso à energia.

No encerramento da 51ª Sessão do CSA, o Diretor-Geral da FAO manifestou apoio ao Plano de Trabalho do Comitê e reforçou que a FAO pretende continuar o trabalho com os parceiros, incluindo o CSA, para implementar seus “4 melhores”: melhor produção, melhor nutrição, melhor meio ambiente e melhor vida, sem deixar ninguém para trás.

Entretanto, numa avaliação preliminar da 51ª Sessão do CSA, existe a impressão de uma agenda mais enxuta e com menor visibilidade em relação a anos anteriores, inclusive no que se refere ao protagonismo da sociedade civil internacional e à participação do painel de alto nível de especialistas e suas publicações. O CSA não é “mais um dos parceiros da FAO”, mas o principal fórum de participação global da agenda de SAN e isso precisa ser resguardado e fortalecido (Nilson, Silva e Ell, 2022).

Congresso Latino-Americano de Nutrição (SLAN)

Na mesma semana da sessão do CSA, foi realizado, em Cuenca no Equador, o XX Congresso Latino-Americano de Nutrição (SLAN), reunindo pesquisadores da região e de outras regiões do mundo, além de autoridades os Diretores de Nutrição da FAO (Lynette Neufeld) e da OMS (Francesco Branca).

Na pauta do congresso estavam presentes discussões sobre questões de nutrição materno-infantil, ambientes alimentares, agroecologia e discussão dos produtos ultraprocessados e das políticas regionais para o enfrentamento das mudanças nos padrões alimentares e suas consequências sobre a saúde, particularmente no tocante às doenças crônicas não-transmissíveis.

No SLAN, foi reforçado o acúmulo e robustez das evidências científicas sobre os impactos dos ultraprocessados sobre a saúde e sobre o ambiente, bem como a importância e potencial impacto das políticas implementadas em países da região, tais como taxação de alimentos e bebidas não saudáveis, rotulagem nutricional frontal, regulação da publicidade de alimentos, regulação da venda de alimentos nas escolas, políticas de compras públicas, guias alimentares baseados em alimentos e em sistemas alimentares e programas de alimentação, entre outros.

Também no congresso, a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), muito alinhada com as políticas nacionais na região, realizou uma série de simpósios abordando questões prioritárias de saúde pública nas Américas e no Caribe, como promoção e proteção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável, implementação de modelos de rotulagem frontal com advertências para nutrientes críticos e aditivos alimentares, redução do consumo de sódio e eliminação das gorduras trans industriais, sempre expondo o risco dos ultraprocessados e a necessidade de políticas para enfrentar as mudanças nas dietas nos países, ao mesmo tempo preservando, valorizando e recuperando as dietas tradicionais.

Por outro lado, as palestras dos diretores de nutrição da FAO e OMS concentraram-se na abordagem mais reducionista e direcionada para nutrientes e sem reconhecer explicitamente a ligação entre os sistemas alimentares hegemônicos e os produtos ultraprocessados, bem como sua associação direta com os problemas de nutrição e saúde, assim como das mudanças climáticas. Nesse sentido, os cientistas da região pressionaram fortemente os organismos a reconhecerem oficialmente a necessidade de atuar sobre os ultraprocessados e a partir disso, promover ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis e atuar de maneira mais efetiva na transformação dos sistemas agroalimentares.

Outro ponto relevante do SLAN é a ausência de conflitos de interesses na organização e financiamento do congresso, garantindo a autonomia, independência e base em evidências isentas nas discussões. Isso implica, ainda, a declaração de conflitos de interesses por todos os apresentadores, garantindo transparência quanto à vinculação e relações institucionais.

Vale destacar, ainda, que o desafio da transformação dos sistemas alimentares foi também reforçado no Seminário Avançado do CRIS sobre SAN e Sistemas Alimentares Globais e Regionais, em 1º de novembro, em que os participantes, Denise Oliveira e Eduardo Nilson, do Programa de Alimentação e Cultura (PALIN) da Fiocruz, Corinna Hawkes e Israel Rios da FAO e Ricardo Abramovay, da Cátedra Josué de Castro da USP. Alguns pontos mais relevantes desse debate incluíram o colapso dos sistemas agroalimentares hegemônicos (baseados nas monoculturas e na pecuária intensiva), a importância da biodiversidade, o protagonismo latino-americano na transformação dos sistemas agroalimentares a partir dos guias alimentares baseados no grau de processamento dos alimentos e nos sistemas alimentares e das políticas regulatórias, fiscais e de fomento a ambientes alimentares saudáveis e da insustentabilidade do modelo atual de produção e consumo de proteínas animais.

Considerações finais

A agenda de SAN global e regional foi muito intensa na segunda quinzena de outubro e reforçou, no contexto da FAO e da CSA, a prioridade do combate à insegurança alimentar e nutricional global por meio da atuação articulada dos principais atores sociais, desde o nível local até o internacional. Contudo, nesses eventos foi dada maior importância ao Fórum Mundial de Alimentação, na perspectiva de seus múltiplos atores e mais particularmente no incentivo à maior participação do setor privado, sem considerar seus conflitos de interesses e riscos de captura corporativa das agendas, enquanto o Comitê de Segurança Alimentar mostrou um risco de possível certo esvaziamento, mesmo sendo essencial na governança global da SAN.

Mesmo com o permanente reforço à agenda de SAN no cenário internacional, é fundamental fortalecer e ampliar o papel do Comitê de Segurança Alimentar da FAO (CSA) como um dos mais importantes espaços de discussão e participação social na SAN global e seus produtos e recomendações têm sido essenciais para reforçar e, quando necessário, criticar e buscar redirecionar posições, prioridades e ações das agências nessa temática, conforme já apresentado no Informe CRIS 21/2022.

Ao mesmo tempo, o posicionamento de cientistas e tomadores de políticas latino-americanos contrasta com a abordagem da FAO e da OMS sobre a insegurança alimentar e nutricional particularmente no tocante aos produtos ultraprocessados e a necessidade de enfrentar esse problema diretamente na transformação dos sistemas alimentares. É preciso priorizar a eliminação da fome no mundo e, ao mesmo tempo, atuar sobre a obesidade e doenças crônicas e sobre os impactos ambientais dos sistemas agroalimentares que possuem determinantes sociais e comerciais comuns, sem deixar ninguém para trás.

Transformar os sistemas agroalimentares para enfrentar a múltipla carga da má nutrição e mitigar e reverter as mudanças climáticas depende de reconhecer os impactos negativos dos sistemas alimentares hegemônicos, apoiados nas monoculturas de commodities agrícolas e na internacionalização dos produtos ultraprocessados, e fortalecer a abordagem a partir de modelos de produção diversificada e sustentável de alimentos frescos e minimamente processados. Enquanto a América Latina tem sido protagonista nas agendas de políticas contra hegemônicas efetivas, baseadas em evidências, os organismos internacionais precisam apoiar e disseminar essas práticas e, no contexto da governança global de SAN, fortalecer o papel do CSA e integrá-lo às agendas para legitimar e proteger essas agendas.

Em todos os fóruns globais, regionais e nacionais, a ciência e a participação social são fundamentais para essas transformações e o papel do setor privado deve ser reconhecido, porém com todos os cuidados para evitar conflitos de interesses e perda da governança das agendas, para realizar o Direito Humano à Alimentação Adequada e Nutrição Adequadas, favorecendo o interesse coletivo da saúde humana, animal e planetária.

Referências

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **World Food Forum 2023 flagship event concludes with enhanced commitments to transform agrifood systems**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/world-food-forum-2023-flagship-event-concludes-with-enhanced-commitments-to-transform-agrifood-systems/en>>.

_____. **Committee on World Food Security convenes in Rome**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/committee-on-world-food-security-convenes-in-rome/en>>.

_____. **Committee on World Food Security (CFS) - 51st Session**. Disponível em: <<https://www.fao.org/about/meetings/cfs/cfs51/list-of-documents/en/>>.

NILSON, E. A. F.; SILVA, D. O.; ELL, E. A importância do Comitê de Segurança Alimentar no enfrentamento da atual crise dos sistemas alimentares contemporâneos. **Cadernos Cris** v. 21, p. 91–95, 2022.

Estratégias da UNESCO em educação para saúde e bem-estar

UNESCO strategy on education for health and well-being

Fabiane Gaspar

Gisele Sanglard

Vitor Rodrigues

Abstract. *The report summarises the update of the document entitled UNESCO strategy on education for health and well-being. Education is one of the fundamental pillars for building a more just and equitable world, so UNESCO, as the organisation directly responsible for achieving the goals related to quality education under the Sustainable Development Goals (SDG 4), brings the revised strategies into line with the medium-term strategic objectives from 2022 to 2029. In addition, we provide a brief report on the International Day against Violence and Bullying in Schools, including cyberbullying, and on the inclusion of the Brazilian cities of Penedo (AL) and Rio de Janeiro (RJ) in UNESCO Creative Cities Network.*

Keywords: *Education. Health. Well-being. Strategy. Bullying. Creative cities. UNESCO.*

Resumo. O informe traz um resumo sobre a atualização do documento intitulado *UNESCO strategy on education for health and well-being* (Estratégia da UNESCO sobre educação para a saúde e bem-estar). A educação é um dos pilares fundamentais na construção de um mundo com mais justiça e equânime, dessa forma a UNESCO como organização diretamente responsável pelo cumprimento das metas relacionadas à educação de qualidade relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) traz as estratégias revisadas com a finalidade o alinhamento com os objetivos estratégicos de médio prazo de 2022 até 2029. Adicionalmente, trazemos o breve informe sobre o Dia internacional contra a violência e o bullying na escola, incluindo o cyberbullying e sobre a inclusão das cidades brasileiras de Penedo (AL) e Rio de Janeiro (RJ) na Rede de Cidades Criativas da UNESCO.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Bem-estar. Estratégia. Bullying, Cidades criativas. UNESCO.

Introdução

O informe desta edição traz um resumo sobre a atualização com recortes traduzidos do documento e referências presentes do documento original, em inglês, intitulado *UNESCO strategy on education for health and well-being* (Estratégia da UNESCO sobre educação para a saúde e bem-estar)¹⁰. A educação é um dos pilares fundamentais na construção de um mundo com mais justiça e equânime, dessa forma a UNESCO como organização diretamente responsável pelo cumprimento das metas relacionadas à educação de qualidade relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) traz as estratégias revisadas com a

¹⁰ UNESCO. *UNESCO strategy on education for health and well-being*. Paris, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381728.locale=en> Acesso em: 06 nov.2023.

finalidade o alinhamento com os objetivos estratégicos de médio prazo de 2022 até 2029, apresentado no informe anterior.

A UNESCO enfatiza a interseção entre saúde e educação para todos, destacando a importância de ambientes seguros e saudáveis, livres de violência e discriminação. A visão da UNESCO é promover sistemas escolares que priorizem a saúde física e mental, capacitar as crianças e os jovens com educação sexual de qualidade, e criar ambientes de aprendizado seguros e inclusivos, buscando enfrentar ameaças como violência de gênero, desigualdade de gênero, HIV/AIDS, gravidez não planejada, infecção sexualmente transmissível (IST) e a falta de serviços de saúde mental nas instituições de ensino.

A estratégia da UNESCO para a educação em saúde e bem-estar busca beneficiar a todos, desde crianças no nível primário até jovens e adultos no ensino superior, mas mantém um foco particular em adolescentes. Reconhecendo a importância crítica desse grupo, reforça a necessidade de investir em educação, habilidades e competências durante a adolescência. Além disso, ela se alinha com vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para os ODS 3 (Saúde), 4 (Educação) e 5 (Igualdade de Gênero), bem como suas interconexões com outros ODS.

A colaboração entre os setores de educação e saúde é essencial para promover a saúde e o bem-estar dos jovens. A estratégia da UNESCO visa criar ambientes de aprendizado seguros e inclusivos para todos os educandos, livres de todas as formas de violência, bullying e discriminação. Juntos, esses elementos fazem parte de uma abordagem abrangente de saúde escolar que visa ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente aqueles no cruzamento entre educação, saúde e igualdade de gênero.

Para alcançar essa visão, a UNESCO elencou três resultados estratégicos que visam garantir que todos os estudantes: 1) sejam apoiados por sistemas de saúde escolar resilientes que promovam a saúde física e mental e o bem-estar; 2) sejam capacitados por uma educação sexual abrangente de boa qualidade e transformadora em relação ao gênero; 3) se beneficiem de ambientes de aprendizado seguros e inclusivos, livres de todas as formas de violência, bullying, estigma e discriminação. Abaixo, destacamos alguns pontos dos resultados estratégicos.

Resultado estratégico 1: todos os alunos são apoiados por sistemas de saúde escolar resilientes que promovem a saúde física e mental e o bem-estar dos alunos

As áreas prioritárias dessa estratégia incluem: (i) a integração da saúde e do bem-estar nas políticas, planos, estratégias e alocações de recursos do setor educacional; o desenvolvimento e a implementação de políticas e planos de saúde escolar; (ii) o apoio aos setores nacionais de educação para que todas as escolas se tornem escolas promotoras de saúde, por meio de uma abordagem de escola integral; (iii) o fortalecimento da capacidade do setor educacional para prevenir doenças não transmissíveis (DNTs), por meio da promoção de práticas saudáveis de alimentação e consumo de álcool, atividade física e esportes, e educação para prevenir e para lidar com o uso de substâncias nocivas; (iv) o apoio a sistemas de saúde escolar mais resilientes por meio de planejamento de prevenção e preparação (*preparedness*) que aborde doenças infecciosas e emergências de saúde; (v) avançar nos esforços para promover a saúde mental e o bem-estar dos alunos, incluindo por meio da aprendizagem e estratégias sociais e emocionais e habilidades para o autocuidado (p. 11).

O investimento em sistemas de saúde escolar é estratégico, aproveitando o potencial das escolas para promover a saúde e estabelecer comportamentos saudáveis ao longo da vida. Além disso, o setor educacional desempenha um papel fundamental na redução global de doenças não transmissíveis, especialmente quando tais doenças estão ligadas a fatores de risco que começam na adolescência, como falta de atividade física e hábitos alimentares inadequados.

A UNESCO acredita que investir em sistemas de saúde escolar é uma maneira inteligente de os países melhorarem as perspectivas de saúde e educação dos alunos de hoje e dos líderes de amanhã. Em todo o mundo, mais de 90% das crianças em idade escolar primária e mais de 80% das crianças em idade escolar secundária inferior estão matriculadas na escola.¹¹ Em média, as crianças e os adolescentes passam "7.590 horas em sala de aula durante 8 a 10 anos no ensino primário e secundário inferior"¹². Isso faz com que as escolas sejam um ambiente único para intervenções preventivas e os anos escolares um período importante para estabelecer comportamentos saudáveis que contribuirão para uma vida inteira de promoção da saúde.

Os padrões globais da UNESCO e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Escolas Promotoras de Saúde¹³ são um importante veículo por meio do qual os países estão sendo apoiados para adotar essa abordagem mais holística da promoção da saúde escolar.

O setor educacional tem um papel fundamental a desempenhar no combate à carga global de diferentes doenças - as doenças não transmissíveis. As doenças não transmissíveis são responsáveis por mais de 70% de todas as mortes no mundo, e, dessas mortes, cerca de 80% são causadas por doenças cardiovasculares, câncer, doenças respiratórias crônicas ou diabetes¹⁴. Essas doenças compartilham quatro fatores de risco: dieta não saudável, inatividade física, uso de tabaco e uso nocivo de álcool¹⁵.

Estima-se que, globalmente, 70% das mortes evitáveis de adultos por doenças não transmissíveis estejam ligadas a fatores de risco que começam na adolescência. Por exemplo, 80% dos adolescentes são insuficientemente ativos fisicamente¹⁶ e a prevalência de sobrepeso e obesidade infantil já se tornou um fardo global que afeta mais de 340 milhões de crianças e adolescentes com idades entre 5 e 19 anos¹⁷. Ao mesmo tempo, em muitos países, a subnutrição ou a desnutrição infantil relacionada a micronutrientes ainda é um desafio: em 2020, globalmente, 149,2 milhões de crianças apresentavam atraso no crescimento e 45,4 milhões

¹¹ UNESCO. *Global Education Monitoring Report 2021/2: Non-state actors in education: Who chooses? Who loses?*. Paris, 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/gem-report/non-state-actors> Acesso em 06 nov. 2023

¹² PMNCH. *Baltag V. Et al. Good health and optimum nutrition in adolescence: Background paper*. Disponível em: <https://pmnch.who.int/resources/publications/m/item/good-health-and-optimum-nutrition-in-adolescence> Acesso em 06 nov. 2023

¹³ WHO e UNESCO. *Making every school a health promoting school: global standards and indicators*. Geneva e Paris, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377948> Acesso em: 06 nov. 2023

¹⁴ WHO. *Fact sheet: Noncommunicable diseases*. Geneva, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/noncommunicable-diseases> Acesso em 06 nov. 2023

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ WHO. *Every Woman Every Child. The Global strategy for Women's, Children's and Adolescent's Health 2016–2030*. Geneva, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/A71-19> Acesso em 06 nov. 2023.

¹⁷ WHO. *Fact sheet: Obesity and overweight*. Geneva, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight> Acesso em 06 nov. 2023

eram afetadas pela emaciação (perda de peso excessiva)¹⁸. Meninas e meninos são afetados de forma diferente, em diferentes idades e contextos, com alguns estudos recentes mostrando que a desnutrição em crianças menores de 5 anos tem maior probabilidade de afetar os meninos, ao passo que, em geral, estima-se que mulheres e meninas representem 60% (p. 11).

De forma alarmante, um número crescente de países realmente enfrenta o duplo ônus do sobrepeso/obesidade e subnutrição/desnutrição entre as crianças, principalmente nos países em desenvolvimento.

A adolescência também é uma época em que muitos jovens começam a fumar, beber álcool ou usar drogas. Para alguns, isso ocorre por curiosidade, experimentação e dinâmica de grupo, ao passo que outros recorrem às substâncias como um mecanismo de enfrentamento para lidar com o estresse, a ansiedade social ou outras emoções que estão tendo dificuldade de processar. O uso nocivo de álcool e drogas pode ter um impacto adverso na saúde física e mental e no bem-estar dos jovens bem-estar físico e mental dos jovens e pode aumentar o comportamento de risco e a vulnerabilidade ao sexo inseguro, à violência sexual, ao HIV e a outras infecções sexualmente transmissíveis e hepatite. Em um prazo mais longo, eles também podem contribuir para doenças não transmissíveis, como câncer, doenças hepáticas ou renais (p.11).

A subnutrição e a desnutrição relacionada a micronutrientes, o sobrepeso e a obesidade, o uso nocivo de substâncias e as doenças não transmissíveis relacionadas são amplamente evitáveis. Embora uma série de fatores sociais, econômicos e ambientais influencie a capacidade das pessoas de adotar comportamentos saudáveis, o setor educacional é fundamental para desenvolver o conhecimento, as atitudes, as habilidades e os comportamentos que são o pré-requisito para valorizar a boa saúde e fazer escolhas mais saudáveis. Os comportamentos saudáveis, estabelecidos em idades mais jovens, podem trazer benefícios duradouros para a saúde. As escolas podem ser um ambiente importante para a promoção de uma dieta saudável e da atividade física e para a prevenção do uso de substâncias, por meio de uma abordagem escolar completa que inclua a educação baseada em habilidades. Os programas de alimentação escolar também têm potencial transformador não apenas para combater a desnutrição, mas também para melhorar os resultados educacionais, garantindo que a capacidade de aprendizado de nenhuma criança seja prejudicada pela fome. Isso pode ter um impacto transformador no combate às desigualdades, em especial a desigualdade de gênero. A alimentação escolar tem se mostrado um incentivo particularmente eficaz para melhorar a participação e a frequência escolar entre as meninas¹⁹ (p.12)

O papel do setor educacional deve ir além da mera prevenção de problemas de saúde, para a promoção ativa do bem-estar dos alunos. Isso significa estabelecer as condições para que os jovens prosperem, não apenas fisicamente, mas também mentalmente. Transitar no caminho para a vida adulta é um momento social e emocionalmente complexo para os jovens. Em todo o mundo, um em cada sete jovens de 10 a 19 anos apresenta um transtorno mental, o que representa 13% da carga global de doenças nessa faixa etária, sendo que a depressão, a ansiedade e os transtornos comportamentais estão entre as principais causas de doença e

¹⁸ UNICEF-WHO-WB. Global Health Observatory. 2022. *Joint child malnutrition estimates*. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em 06 nov.2023.

¹⁹ UNESCO. 2019. Mundy, K., et al. *Making Evaluation Work for the Achievement of SDG 4 Target 5: Equality and Inclusion in Education*. Paris, UNESCO IOS Evaluation Office, p. 35. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370558> Acesso em 06 nov.2023

incapacidade entre os adolescentes²⁰. O suicídio é a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 19 anos²¹. As consequências de não tratar as condições de saúde mental dos adolescentes se estendem à vida adulta, prejudicando a saúde física e mental e limitando as oportunidades de levar uma vida plena como adultos. Os educadores, a equipe de apoio escolar e os colegas estão em uma posição que podem identificar e responder a fatores de risco e condições emergentes de saúde mental em adolescentes, e/ou conectar os adolescentes a recursos adicionais²². (p. 12)

Além daqueles que sofrem de transtornos mentais específicos, muitos, se não a maioria dos jovens, terão dificuldades em algum momento da adolescência com emoções complexas relacionadas à sua vida pessoal e com o mundo ao seu redor. Por exemplo, uma pesquisa com 10.000 crianças e jovens (16-25 anos) constatou que 59% estavam extremamente preocupados e 84% estavam moderadamente preocupados com as mudanças climáticas, sendo que metade de todos os entrevistados relatou sentimentos de tristeza, ansiedade, raiva, impotência e culpa²³. As escolas devem tomar medidas proativas para apoiar os adolescentes a desenvolver confiança e autoestima, desenvolver estratégias de autocuidado e saber onde e quando buscar ajuda para sentimentos de ansiedade. A aprendizagem socioemocional pode ajudar os jovens a desenvolver autoconsciência, autogerenciamento, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisões responsáveis que podem proteger e promover sua saúde mental e bem-estar, apoiando o desenvolvimento de comportamentos de busca de ajuda e saúde, para si mesmos e para os outros (p. 13).

O desenvolvimento dessas habilidades é ainda mais importante para os jovens de hoje, que enfrentam novos fatores de estresse sem precedentes, que vão desde a ansiedade climática, desinformação on-line e os impactos, às vezes negativos, na saúde mental impactos negativos da mídia social sobre a saúde mental, incluindo bullying e exclusão on-line. As escolas podem apoiar os jovens a desenvolver mecanismos saudáveis de enfrentamento e resiliência e resiliência saudáveis para proteger sua saúde mental e ajudá-los a distinguir as influências prejudiciais das úteis (p.13).

Resultado estratégico 2: todos os alunos são empoderados por uma educação sexual abrangente, de boa qualidade e transformadora de gênero, que inclui HIV, habilidades para a vida, família e direitos

As áreas prioritárias incluem: (i) desenvolver o conhecimento, as atitudes, os valores, as habilidades e os comportamentos para relacionamentos saudáveis, respeitosos e com igualdade de gênero; (ii) apoiar as crianças em sua transição para a adolescência, inclusive por meio da educação para a puberdade e aprendizado social e emocional; (iii) fortalecimento da qualidade dos currículos e da oferta de Educação Integral Sexual (EIS), inclusive por meio de apoio ao

²⁰ Institute of Health Metrics and Evaluation, University of Washington. 2022. *Global Health Data Exchange (GHDX)*. [Online]. Disponível em: <https://ghdx.healthdata.org/> Acesso em 06 nov.2023

²¹ WHO. 2022. *Global Health Estimates 2000-2019*. Disponível em: <https://www.who.int/data/global-health-estimates> Acesso em 06 nov. 2023

²² WHO, UNICEF. *Helping adolescents thrive toolkit: Strategies to promote and protect adolescent mental health and reduce self-harm and other risk behaviours*. Geneva e Londres, 2021, p. 35. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/341327/9789240025554-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 06 nov. 2023.

²³ Hickman C. et al. December 2021. *Climate anxiety in children and young people and their beliefs about government responses to climate change: A global survey*. The Lancet Planetary Health. Vol 5 (12) e863–e873. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196\(21\)00278-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(21)00278-3/fulltext) Acesso em: 06 nov. 2023

treinamento e desenvolvimento de professores; (iv) prevenção de HIV e ISTs e promoção de testes de HIV, conhecimento do próprio status e tratamento do HIV; (v) prevenção e tratamento da gravidez precoce e indesejada e do casamento infantil; (vi) promoção da igualdade de gênero e prevenção da discriminação e da violência com base no gênero; (viii) aproveitamento do potencial da educação em sexualidade on-line e baseada na comunidade para complementar a em sala de aula; (ix) expandir o conhecimento e as evidências sobre educação integral sexual e apoio à coleta de dados para o indicador temático 4.7.2 (p.14). Podemos destacar alguns pontos abaixo do resultado estratégico 2.

A educação sexual desempenha um papel crucial na promoção da saúde sexual e reprodutiva, igualdade de gênero e relacionamentos saudáveis entre crianças e jovens. Ela demonstrou benefícios, como o adiamento do início da atividade sexual, a redução de parceiros sexuais e a prevenção da gravidez não planejada. Além disso, capacita os jovens a desenvolverem relacionamentos interpessoais saudáveis, reconhecer a violência e abuso, e é fundamental na prevenção do HIV e de outras infecções sexualmente transmissíveis, bem como na eliminação do estigma relacionado ao HIV. A educação sexual deve ser apropriada à idade, começando antes da puberdade, abordando as mudanças físicas e emocionais que ocorrem nesse período. No entanto, apesar dos avanços, muitas crianças e jovens ainda não têm acesso à educação de qualidade, os desafios persistem, incluindo a falta de políticas educacionais adequadas, currículos incompletos e falta de apoio aos educadores (p.14).

A estratégia da UNESCO enfatiza a importância da educação sexual, de qualidade e sensível ao gênero, que inclui tópicos como HIV, habilidades para a vida, família e direitos, como parte integrante da promoção da saúde e bem-estar dos estudantes. As áreas prioritárias incluem o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades para relacionamentos saudáveis, igualitários e respeitosos, bem como o apoio às crianças em sua transição para a adolescência, abrangendo a educação sobre a puberdade e o aprendizado socioemocional. Além disso, a estratégia busca fortalecer a qualidade dos currículos e da entrega da educação sexual abrangente, com foco no treinamento e desenvolvimento de professores. Isso abrange a prevenção do HIV e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), bem como a promoção do teste, conhecimento do estado sorológico e tratamento do HIV. A estratégia também se concentra em prevenir e abordar a gravidez precoce e não planejada e o casamento infantil, além de promover a igualdade de gênero e prevenir a discriminação e a violência com base no gênero.

Por fim, é importante reconhecer que o setor educacional sozinho não pode melhorar a saúde sexual e reprodutiva (SSR) dos jovens. A educação deve ser complementada pelo acesso a serviços de saúde confidenciais, que não julguem os jovens e que possam oferecer orientação, cuidados e produtos adequados, inclusive preservativos e contraceptivos gratuitos ou a preços acessíveis. A colaboração entre os setores de educação e saúde é, portanto, essencial. Trabalhando juntos, esses dois setores têm um enorme potencial para promover a boa saúde e o bem-estar de todos os indivíduos e comunidades e para promover a saúde e o bem-estar de todos os indivíduos e comunidades e para prevenir a gravidez precoce e indesejada, a transmissão do HIV e de outras DSTs, e para facilitar o acesso a cuidados e apoio, especialmente para adolescentes e jovens que vivem com o HIV ou que estão em maior vulnerabilidade a DSTs, inclusive o HIV²⁴ (p. 16).

²⁴ East and Southern Africa Ministerial Commitment, *Young People Today: Time to Act Now*, 2013. Disponível em: <https://www.youngpeopletoday.org/esa-commitment> Acesso em: 06 nov.2023.

Resultado Estratégico 3: todos os alunos se beneficiam de ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos, livres de todas as formas de violência, bullying, estigma e discriminação

As áreas prioritárias de foco incluem: (i) o fortalecimento da capacidade do setor educacional para prevenir e abordar todas as formas de violência relacionada à escola, incluindo bullying, cyberbullying e violência baseada em gênero; (ii) aumentar o conhecimento sobre o escopo e os fatores de violência escolar e bullying, inclusive no que se refere a gênero, orientação sexual e identidade/expressão de gênero, etnia, status socioeconômico ou deficiência/estado de saúde; (iii) apoiar a adoção de ferramentas e orientações para prevenir e abordar a violência baseada em gênero relacionada à escola (sigla em inglês, SRGBV); (iv) ampliar a compreensão e as ferramentas para lidar com bullying e cyberbullying; (v) promover a diversidade e a inclusão, e eliminar o estigma e a discriminação contra alunos e educadores; (vi) promoção de instalações escolares acessíveis e inclusivas (p. 17).

A violência psicológica e física dentro e fora das escolas, inclusive o bullying e o cyberbullying, a violência baseada no gênero e o assédio sexual, prejudicam o aprendizado e têm consequências adversas para a saúde física e mental. Uma estimativa sugere que, em todo o mundo, 246 milhões de crianças e adolescentes sofrem alguma forma de violência dentro e fora da escola todos os anos, sendo as meninas particularmente vulneráveis. Quase um em cada três alunos (32%) sofreu bullying de seus colegas na escola pelo menos uma vez no último mês, e o cyberbullying afeta até uma em cada dez crianças. Os alunos afetados pela violência podem evitar as aulas, participar menos das aulas, ter dificuldade de concentrar-se ou abandonar completamente a escola (p.17).

Esses problemas são ainda mais agravados em casos de Violência de Gênero em Ambiente Escola (VGAE), que é definida como atos ou ameaças de violência sexual, física ou violência sexual, física ou psicológica que ocorre dentro e fora das escolas, perpetrados como resultado de normas e estereótipos de gênero e reforçada por dinâmicas de poder desiguais²⁵ (p. 17).

As preocupações com o assédio sexual dentro e fora da escola são frequentemente citadas pelos pais como motivo para não mandarem as meninas para a escola. A violência de gênero relacionada à escola também aumenta o risco de gravidez indesejada e outros problemas de saúde sexual e reprodutiva (SSR) e afeta o bem-estar físico, psicológico e social das meninas, e tudo isso pode ter um efeito prejudicial sobre os resultados educacionais. Os alunos que são vistos como “resistentes ou que não se encaixam nas normas tradicionais ou binárias de gênero tradicionais ou binárias”, inclusive aqueles que se identificam como LGBTI, também correm um risco significativamente maior de violência^{26 27} (p. 17).

Nos últimos anos, tem havido um reconhecimento crescente da necessidade de abordar melhor o bullying, que é uma forma de violência, mas que às vezes é mencionado de forma distinta para chamar a atenção e dar nuances à questão. O bullying pode resultar em redução da frequência escolar, abandono precoce da escola precoce da escola e pior desempenho

²⁵ UNESCO. 2016. *Global guidance on school-related gender-based violence*. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246651> Acesso em 06 nov.2023.

²⁶ UNESCO. 2016. *Global guidance on school-related gender-based violence*. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246651> Acesso em 06 nov.2023

²⁷ UNESCO. 2016. *Out in the Open: Education sector responses to violence based on sexual orientation or gender identity/expression*. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244652> Acesso em 06 nov.2023.

acadêmico e acadêmico e no desempenho. Ele aumenta o risco de depressão, ansiedade, perda de confiança, redução da autoestima, estresse psicológico e isolamento social, que têm um impacto negativo nos resultados educacionais. Também há evidências de que os jovens que sofreram bullying na escola podem ter maior probabilidade de abusar de álcool e drogas e de se envolver em comportamentos sexuais de alto risco. O cyberbullying também é uma forma específica de violência que exige atenção e respostas exclusivas, levando em conta "o anonimato proporcionado ao indivíduo que pratica o bullying, o escopo da humilhação em potencial... e a difusão da Internet"²⁸. Estudos mostram que níveis mais altos de cyberbullying estão relacionados a níveis mais altos de efeito depressivo, com as vítimas relatando níveis mais altos de depressão, sentimentos de tristeza, desesperança e impotência (p. 17).

O setor educacional precisa adotar e implementar medidas para prevenir e combater a violência, devido ao seu impacto na educação, na saúde e no bem-estar e porque impede que crianças e jovens atinjam seu potencial. A prevenção da violência nas escolas exige uma resposta holística que englobe todo o sistema educacional, incluindo, mas não se limitando a cada escola. Deve incluir políticas reforçadas em nível nacional e escolar (por exemplo, códigos de conduta); deve ter um foco prioritário no trabalho com professores como a primeira linha de resposta à violência e deve incluir currículos de esforços de prevenção da violência que desenvolvam o conhecimento e a compreensão dos alunos sobre a violência e suas causas. As respostas devem refletir os dados disponíveis sobre os tipos e as causas da violência, além das normas sociais (por exemplo, desigualdade de gênero ou outras formas predominantes de discriminação) que podem estar impulsionando ou normalizando a violência. Juntamente com a prevenção da violência, as escolas devem implementar mecanismos robustos de denúncia de experiências de violência e políticas sobre como responder a essas situações, a fim de para que se obtenha uma abordagem escola por inteiro (p. 18).

As instalações e os ambientes escolares inclusivos são especialmente importantes para as meninas. Em todo o mundo, uma em cada quatro meninas relatam que não se sentem seguras nos banheiros ou latrinas da escola e o trabalho de políticas e evidências da UNESCO sobre gestão da higiene menstrual também mostrou que a falta de banheiros, de água, sabão, instalações para descarte e privacidade podem contribuir para o absenteísmo e a evasão escolar das meninas quando meninas quando começam a menstruar²⁹. Em 2018, mais de um quinto das escolas primárias escolas primárias não tinham instalações de saneamento básico para pessoas do mesmo sexo, e cerca de 335 milhões de meninas frequentam escolas primárias e secundárias escolas primárias e secundárias sem instalações essenciais para a higiene menstrual³⁰(p. 19).

Implementando a estratégia e conclusões

As principais áreas de ação envolvem (1) liderança e *advocacy*; (2) orientação técnica e programática; (3) reforço das capacidades; (4) Technical and programmatic guidance; (5) monitoramento e avaliação; e (6) convocação e coordenação.

²⁸ UNESCO. 2020. International Conference on School Bullying. *Recommendations by the Scientific Committee on preventing and addressing school bullying and cyberbullying*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374794> Acesso em: 06 nov.2023.

²⁹ UNESCO. 2014. *Puberty Education and Menstrual Hygiene Management*. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000226792> Acesso em 06 nov. 2023

³⁰ UNESCO. 2020. *A new generation: 25 years of efforts for gender equality in education. Global Education Monitoring Report, 2020*. Paris, UNESCO. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374514/> Acesso em 06 nov.2023.

É importante notar o esforço da organização para mais uma readequação e alinhamento de suas estratégias específicas temáticas para melhor cumprimento dos ODS e das recomendações, guias e políticas públicas indicadas em todo o planejamento estratégico de alcance mundial. Porém, há de se notar que o comprometimento da UNESCO não condiz com o alinhamento de diversas nações que não investem adequadamente seus recursos políticos, orçamentários e humanos com a finalidade de entregar uma educação integral, holística, abrangente, inclusiva, e sobretudo, de qualidade. Como no próprio documento explicita em diversos pontos que a educação sozinha não irá trazer os resultados esperados, ao passo que ao se unir a outros setores estratégicos, tais como os de saúde, de promoção de ações de gênero e de outros setores com temas transversais da cultura, é possível vislumbrar possibilidades de mudanças e de um caminho mais adequado a uma promoção da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes em idade escolar.

• Eventos e notícias da UNESCO

Dia internacional contra a violência e o bullying na escola, incluindo o cyberbullying³¹

Um número significativo de crianças e adolescentes em todo o mundo enfrenta a violência e o bullying nas escolas, inclusive o cyberbullying, o que afeta sua saúde, seu bem-estar e sua educação.

Os Estados Membros da UNESCO declararam, em 2021, a primeira quinta-feira de novembro como o Dia Internacional contra a Violência e o Bullying na Escola, incluindo o Cyberbullying, reconhecendo que a violência relacionada à escola, em todas as suas formas, é uma violação dos direitos das crianças e dos adolescentes à educação e à sua saúde e bem-estar. Ele conclama os Estados Membros, parceiros da ONU, outras organizações internacionais e regionais relevantes, bem como a sociedade civil, incluindo organizações não governamentais, indivíduos e outras partes interessadas a ajudar a promover, celebrar e facilitar o dia internacional.

Esse dia convoca alunos, pais, membros de comunidades educacionais, autoridades educacionais e uma série de setores e parceiros, incluindo o setor de tecnologia, a participar da prevenção de todas as formas de violência e da promoção de ambientes de aprendizagem seguros, tão importantes para a saúde, o bem-estar e a aprendizagem de crianças e jovens.

O Dia Internacional de 2023 contra a violência e o bullying na escola, incluindo o cyberbullying, ocorreu em 2 de novembro, destacando os fortes vínculos entre a violência escolar e a saúde mental, sob o tema *No place for fear: Ending school violence for better mental health and learning* (Não há lugar para o medo: acabar com a violência escolar para melhorar a saúde mental e o aprendizado).

A preocupação global com a saúde mental e o bem-estar dos alunos continua a crescer, especialmente após a pandemia da COVID-19 e seu impacto devastador sobre os alunos. As escolas devem ser ambientes seguros e de apoio para alunos e professores, mas as evidências

³¹ UNESCO. *International day against violence and bullying at school including cyberbullying*. Disponível em:

<https://www.unesco.org/en/days/against-school-violence-and-bullying#:~:text=UNESCO%20Member%20States%20declared%20the,their%20health%20and%20well%20being> Acesso em: 06 nov.2023

mostram que nem sempre é esse o caso, pois, para muitos, elas podem ser espaços onde a violência e o bullying afetam a todos.

As fortes ligações entre saúde mental e violência na escola são preocupantes: experiências como violência, bullying e discriminação na escola podem contribuir para uma saúde mental ruim e afetar o aprendizado, ao passo que sentimentos de segurança estão ligados a melhores resultados na saúde mental e na educação. É necessário acabar com a violência e promover uma boa saúde mental nas escolas para garantir que os alunos aprendam e se desenvolvam em espaços seguros e de apoio.

"Neste Dia Internacional, como em todos os dias do ano, devemos fortalecer nosso compromisso coletivo para acabar com o bullying e o cyberbullying - para tornar as escolas espaços onde o conhecimento, a imaginação e os relacionamentos possam florescer." (Azoulay, Audrey. Diretora Geral da UNESCO)³².

Seguem os eventos online de 2023 que ocorreram no dia 02 de novembro:

- [Sede da UNESCO](#)
- [Debate virtual regional organizado pelo Escritório da UNESCO em Harare](#)
- [Webinar interativo organizado pelo IITE e pela Cátedra UNESCO de Saúde Global e Educação](#)
- [Webinar organizado pelo Escritório da UNESCO em Nova Delhi](#)

55 novas cidades se juntam à Rede de Cidades Criativas da UNESCO no Dia Mundial das Cidades³³

No dia 31 de outubro, é celebrado o Dia Mundial das Cidades e neste ano, 55 cidades se juntaram à [Rede de Cidades Criativas da UNESCO \(UCCN\)](#), após sua designação pela Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay. As novas cidades foram reconhecidas por seu forte compromisso com o aproveitamento da cultura e da criatividade como parte de suas estratégias de desenvolvimento e por apresentarem práticas inovadoras de planejamento urbano centrado no ser humano. Com as últimas adições, a Rede agora conta com 350 cidades em mais de cem países, representando sete campos criativos: Artesanato e Arte Popular, Design, Cinema, Gastronomia, Literatura, Artes Midiáticas e Música.

As cidades de Penedo (Alagoas) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) estão entre os novos membros da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, designadas para os campos de filme e literatura respectivamente. As cidades recém-designadas cooperarão com os membros da Rede para fortalecer sua resiliência diante de ameaças em evolução, como as mudanças climáticas, o aumento da desigualdade e a rápida urbanização, com 68% da população mundial projetada para viver em áreas urbanas até 2050³⁴. Além de Penedo - AL e Rio de Janeiro – RJ, integram a

³² Mensagem completa disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000387321_eng?posInSet=4&queryId=5a503f23-9951-4465-ac11-d17e35328f5b Acesso em: 06 nov.2023

³³ Adaptação da nota de imprensa do original, em inglês do autor MALLARD, Thomas. *55 new cities join the UNESCO Creative Cities Network on World Cities Day*. UNESCO, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/55-new-cities-join-unesco-creative-cities-network-world-cities-day> Acesso em 06 nov. 2023.

³⁴ <https://www.un.org/development/desa/en/news/population/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html>

rede, as cidades brasileiras de Belém – PA (gastronomia), Belo Horizonte – MG (gastronomia), Brasília – DF (design), Campina Grande – PB (artes midiáticas), Curitiba – PR (design), Fortaleza – CE (design), Florianópolis – SC (gastronomia), João Pessoa – PB (artesanato e arte popular), Recife – PE (música), Salvador – BA (música) e Santos – SP (filme).

A Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UCCN) foi criada em 2004 para promover a cooperação com e entre cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável, com um objetivo comum em colocar a criatividade e as indústrias culturais no centro de seus planos de desenvolvimento em nível local e cooperar ativamente em nível internacional.

As Cidades Criativas recém-designadas são convidadas a participar da Conferência Anual da UCCN de 2024 (1 a 5 de julho de 2024) em Braga, Portugal, sob o tema "Bringing Youth to the table for the next decade" ("Trazendo a juventude para o jogo na próxima década" – tradução livre).

O angustiante caminho da economia global

The harrowing path of the global economy

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article aims to present the content of the new report on global economic perspectives released by the IMF during the BM-IMF Annual Meetings.*

Keywords: *IMF. Global Economy Outlook. Economy. Crises*

Resumo. Este artigo tem como objetivo apresentar o conteúdo do novo relatório sobre as perspectivas econômicas globais lançada pelo FMI durante as Reuniões Anuais BM-FMI.

Palavras-chave: FMI. Perspectivas Econômicas Globais. Economia. Crises

Apresentação

Os efeitos provocados pela pandemia, pela inflação alta e pelas crises geopolíticas apareceram mais uma vez no relatório sobre as perspectivas econômicas globais realizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Dividido em três capítulos, o relatório mostra a dificuldade na condução da economia global, mostrando os problemas e sugerindo a criação de medidas para ajudar a reduzir os impactos negativos a médio e longo prazo.

Perspectivas Econômicas Globais

Lançada durante as Reuniões Anuais do Banco Mundial (BM) e do FMI, as Perspectivas Econômicas Globais³⁵ mostraram a possibilidade de que o crescimento global desacelere de 3,5% em 2022 para 3,0% em 2023. Para o ano de 2024, a estimativa ficará em 2,9%, significando estar bem abaixo da média histórica dos últimos 20 anos.

Em relação as economias mais avançadas, as estimativas mostraram desaceleração no ano de 2022 de 2,6% e a tendência de diminuição para 2023, que seria de 1,5%. No ano de 2024, a previsão será de 1,4% condicionado ao afrouxamento das crises e políticas monetárias. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, a economia deverá regredir um pouco, com estimativas de 4,1% em 2022 para 4,0% em 2023 e 2024, devido aos baixos preços das *commodities* no cenário mundial.

Inflação precisa voltar à meta

Fundamental para o processo de manter equilíbrio dos preços dos produtos e serviços, o índice inflacionário mostrou-se mais controlado, segundo o relatório. O FMI entendeu que isso somente foi possível devido a postura ativa das políticas monetárias que foram responsáveis para combater o problema que assolou o mundo todo no ano de 2022.

Analisados os cenários inflacionários de curto, médio e longo prazo, o FMI chegou a algumas conclusões. Mesmo com as notícias positivas a respeito da inflação, o cenário atual

³⁵ Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/10/10/world-economic-outlook-october-2023>

ainda é considerado complicado, uma vez que a referência temerosa do ano anterior possa criar expectativas erradas, dificultando os caminhos dos bancos centrais manterem o resultado desejado. Sendo assim, há a necessidade de melhoria nos quadros das políticas monetárias e nas estratégias de comunicação no apoio à desinflação, para gerar um custo mais baixo para um produto ou serviço.

O comércio global de *commodities*

Ao iniciar uma guerra contra a Ucrânia, a Rússia ajudou a impulsionar negativamente a fragmentação dos principais mercados de *commodities*, além de piorar o âmbito geopolítico. Ao analisar este cenário, o relatório mostrou que uma nova interrupção no comércio de *commodities* pode ser nociva para o desenvolvimento da atividade econômica, para os preços das *commodities* e para a transição energética.

Para compreender estas situações, o FMI fez algumas considerações. Em relação a *commodities*, a instituição financeira defendeu que devido à produção concentrada, a difícil substituição de consumo e a questão tecnológica facilitam a fragmentação, tornando-as frágeis diante destas situações. Havendo fragmentação, a alta dos preços dos produtos seria iminente, o que tornaria o ambiente mais suscetível a volatilidade. Sobre as interrupções no comércio de *commodities*, os países mais dependentes das importações agrícolas sofreriam dificuldades, elevando de forma desproporcional o custo das suas economias³⁶.

O FMI alertou que havendo fragmentação nos mercados de minerais, a transição energética encareceria, o que não tornaria as condições favoráveis para o investimento em energias renováveis e veículos elétricos. O FMI sugeriu a criação de um “corredor verde” para auxiliar o fluxo internacional de minerais considerados em situação crítica, assim como a criação de acordos para produtos essenciais, o que na visão da instituição, ajudaria a estabilizar os mercados agrícolas e salvaguardar as metas globais para combater a insegurança alimentar e as alterações climáticas.

Conclusão

Ao olharmos as últimas estimativas das Perspectivas Econômicas Globais do FMI, temos a certeza de que o futuro será mais complicado do que se esperava, pois a desaceleração do crescimento econômico continua aumentando insistentemente, alimentado pelas inúmeras crises vividas nos últimos tempos.

Ainda que o ano de 2023 tenha começado mais resiliente, as medidas políticas para combater a inflação direcionaram para uma desaceleração da atividade econômica, e ao que tudo indica, de forma prolongada.

Especialistas do setor econômico defendem que para ajudar na reação da economia global, os formuladores políticos precisam estabelecer uma política fiscal responsável em seus países, já que, segundo o FMI, há pouca margem para “erros de política”. Orientam que a política

³⁶ De acordo com a Vice-diretora executiva, Gita Gopinath, os países de baixa renda podem enfrentar perdas de PIB de longo prazo de 1,2% em média, em grande parte decorrentes de interrupções nas exportações agrícolas. Para alguns países, especialmente economias dependentes de *commodities*, as perdas podem ultrapassar 2%. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/10/25/sp-fdmd-remarks-at-ninth-imf-wb-wto-trade-research-conf>

monetária precisa ajudar no processo de equilíbrio da inflação e que a consolidação fiscal é essencial para afastar o crescimento da dívida.

Para que os países consigam enfrentar as situações críticas do cenário atual, as reformas estruturais aparecem como uma solução para reacender as perspectivas de crescimento a médio e longo prazo.

Referências

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Remarks by the First Deputy Managing Director at the Ninth IMF – WB – WTO Trade Research Conference [acesso em 05 nov 2023]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/10/25/sp-fdmd-remarks-at-ninth-imf-wb-wto-trade-research-conf>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet]. World Economic Outlook 2023 [acesso em 05 nov 2023]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/10/10/world-economic-outlook-october-2023>

Medicamentos e diagnósticos para Covid-19: a vagarosa decisão da OMC

Medicines and diagnostics for Covid-19: the WTO's slow decision

Claudia Chamas

Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *The World Trade Organisation is currently deliberating whether to incorporate medicines and diagnostics for COVID-19 into the June 2022 Ministerial Decision on the Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights. These extended discussions highlight the pressing need for decisive global action. Failure to act not only hampers the mobilisation of global public goods but also puts lives at risk, even when the necessary technology is already available. Therefore, institutions like the WTO must demonstrate their capacity to deliver swift and effective responses, instituting mandatory measures that promote widespread technological access and dissemination, especially in severe health crises*

Keywords: *WTO; intellectual property; medicines; diagnostics*

Resumo. A Organização Mundial do Comércio ainda se encontra em processo decisório para incluir medicamentos e diagnósticos para COVID-19 na Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, de junho de 2022. As deliberações prolongadas na OMC sobre medicamentos e diagnósticos para COVID-19 servem como alerta para os riscos associados à inação na esfera global. A inércia na tomada de decisões não apenas atrasa a mobilização de bens públicos globais, mas coloca vidas em risco, mesmo quando a tecnologia necessária já está disponível. Assim, é imperativo que organizações como a OMC se mostrem aptas a oferecer respostas ágeis e eficientes, instituindo medidas obrigatórias que fomentem o acesso e a disseminação tecnológica, especialmente em momentos de crises sanitárias graves.

Palavras-chave: OMC; propriedade intelectual; medicamentos; diagnósticos

A pandemia da COVID-19 escancarou desigualdades. O acesso a vacinas, medicamentos e diagnósticos foi marcado por grandes assimetrias – via preferencial foi dada a países com mais recursos financeiros e detentores de tecnologia. Não obstante o incrível desenvolvimento tecnológico que o evento proporcionou, a equidade não esteve entre as prioridades nas decisões globais de saúde. Soluções como o *COVID-19 Vaccine Global Access (COVAX)* e a transferência internacional de tecnologia apresentaram limitações para resolver as demandas dos países de renda média e baixa.

Uma das principais respostas foi a proposta da Índia e África do Sul para a [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) sobre suspensão de direitos de propriedade intelectual, de outubro de 2020, prevendo cobertura para vacinas, tratamentos e diagnósticos no escopo da pandemia da Covid-19 e abarcando cerca de 40 artigos do Acordo TRIPS, sem limitação geográfica. Na 12ª Conferência Ministerial da OMC (MC12), ocorrida em junho de 2022, houve Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ([WT/MIN\(22\)/W/15/Rev.2](#)), que diz respeito às limitações do direito de exclusiva

sobre patentes de vacinas contra a COVID-19, porém pouco reflete a proposição original. A Decisão contemplou possibilidade de extensão para cobrir a produção e o fornecimento de diagnósticos e medicamentos no combate à COVID-19, que deveria ser tomada no prazo máximo de seis meses contando a partir de 17 de junho. Ou seja, deveria ter ocorrido até 17 de dezembro de 2022. No entanto, a escolha continua em aberto.

Nota da OMC (1) informa que, nos dias 30 e 31 de outubro, os membros presentes no Conselho de TRIPS continuaram o debate sobre a possibilidade de ampliar a decisão adotada na 12ª Conferência Ministerial (MC12) para medicamentos e diagnósticos, de acordo com o parágrafo 8 do documento³⁷. Eles também reagiram aos resultados do relatório da Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos (USITC) e a uma sessão temática com partes interessadas externas dedicada ao assunto.

A Presidente do Conselho de TRIPS, Embaixadora Pimchanok Pitfield, da Tailândia, declarou que, à medida que prosseguiram as discussões sobre o parágrafo 8 da Decisão Ministerial, o Conselho continuou a recolher aportes substanciais para análise (Imagem 1). Ela expressou esperança de que haja acordo antes da 13ª Conferência Ministerial da OMC, que terá lugar em Abu Dhabi, em fevereiro de 2024. O texto menciona reforços oriundos de sessão temática informal (*Thematic Session for External Stakeholder Input*) do Conselho de TRIPS, em 28 de setembro, ocasião em que os países da OMC ouviram opiniões de partes interessadas externas sobre a possibilidade de estender a Decisão de TRIPS. Participaram mais de 20 organizações internacionais, sociedade civil, representantes empresariais e acadêmicos. Também foi mencionado o subsídio do [USITC to Report on COVID-19 Diagnostics and Therapeutics and Flexibilities Under the TRIPS Agreement](#), em reunião no dia 19 de outubro. De acordo com a nota:

“Os membros saudaram as informações compartilhadas nestas sessões e reconheceram a sua contribuição para os debates do Conselho baseados em fatos e evidências. Embora alguns membros tenham afirmado que o relatório da USITC confirmou que o acesso a medicamentos e diagnóstico ia além do âmbito da propriedade intelectual e que fatores mais amplos deveriam ser considerados na tomada de decisão, outros argumentaram que o relatório confirmou a insuficiência do licenciamento voluntário na resposta à pandemia. Outros disseram que ainda estavam analisando o conteúdo do relatório da USITC.”

Muitos países em desenvolvimento clamaram ao Conselho por uma decisão antes da reunião do Conselho Geral, que ocorrerá em dezembro de 2023. Um membro argumentou que havia “provas suficientes para permitir ao Conselho chegar a uma decisão”. Outros membros “reiteraram o seu apoio a resultado baseado em consenso”. Despacho prévio do Conselho suspende este item da agenda, com vista a retomá-lo quando os países estiverem prontos para tomar uma decisão sobre a matéria.

³⁷ “No later than six months from the date of this Decision, Members will decide on its extension to cover the production and supply of COVID-19 diagnostics and therapeutics.”

Imagem 1 – Diálogo sobre a extensão da Decisão de TRIPS a medicamentos e diagnósticos



Fonte: Organização Mundial do Comércio

Considerações finais

A pandemia da COVID-19 ressaltou a importância crítica das organizações multilaterais na gestão de crises sanitárias globais, com a atuação da OMS sendo apenas um exemplo. A necessidade de compartilhar informações, recursos e tecnologia tornou-se imperativa para combater as emergências de saúde pública de forma eficaz. O relatório "Fortalecendo a preparação e resposta da OMS a emergências de saúde" (2) realça a urgência em reforçar os mecanismos de cooperação existentes. Os Estados Membros devem elevar sua capacidade de vigilância e resposta, alinhando-se aos Regulamentos Sanitários Internacionais e solidificando a resiliência global frente a crises futuras.

No espectro de competências da OMC, reside o desafio contínuo de navegar a tensão entre a proteção dos direitos de propriedade intelectual e a alocação equânime de medicamentos e vacinas, que são bens públicos fundamentais, especialmente em tempos de crise sanitária. A proposta de suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual sobre insumos relacionados à COVID-19, apresentada pela África do Sul e pela Índia, procurou garantir acesso igualitário a tratamentos essenciais, independente da capacidade econômica das nações. Tal debate evidencia a responsabilidade da OMC em fomentar o comércio de componentes médicos críticos, intensificar a cooperação internacional na transferência de tecnologia, e na implementação de protocolos multilaterais vinculativos que sobreponham as barreiras comerciais para promover um acesso universal aos recursos de saúde.

Como destacado por Mustaqem De Gama, conselheiro da Missão Permanente da África do Sul junto à OMC, a referida proposta de isenção estimula a cooperação e a transferência tecnológica, impulsionando a inclusão de espectro mais amplo de produtores e, por conseguinte, a expansão da capacidade de produção em período de tempo otimizado. A repartição justa de conhecimentos sobre procedimentos terapêuticos e abordagens de administração de saúde é componente crítico para a orquestração de uma resposta global sincronizada e efetiva a crises sanitárias (3).

As deliberações prolongadas na OMC sobre medicamentos e diagnósticos para COVID-19 servem como alerta para os riscos associados à inação na esfera global. A inércia na tomada de decisões não apenas atrasa a mobilização de bens públicos globais, mas coloca vidas em risco, mesmo quando a tecnologia necessária já está disponível. Os membros acolheram as informações disseminadas e reconheceram sua influência nos debates conscienciosos do Conselho, ressaltando a importância de base de discussão ancorada em evidências. É verdade que, conforme alguns países enfatizaram, os desafios do acesso a medicamentos e diagnósticos transcendem as questões de propriedade intelectual, exigindo um olhar para fatores mais abrangentes. Todavia, outros membros evidenciaram, a partir do relatório da USITC, a insuficiência dos mecanismos de licenciamento voluntário em abordar adequadamente as necessidades urgentes impostas pela pandemia.

Portanto, embora o panorama de acesso seja multifacetado e complexo, a discussão sobre direitos de propriedade intelectual mantém-se relevante e não pode ser negligenciada. Assim, é imperativo que organizações como a OMC se mostrem aptas a oferecer respostas ágeis e eficientes, instituindo medidas obrigatórias que fomentem o acesso e a disseminação tecnológica. A adoção de estratégias que estimulem a partilha de tecnologia em tempos de crise e a coordenação internacional para ampliação da produção configuram-se como pilares essenciais para gestão eficaz de pandemias e crises de saúde pública globais. Esta agenda deveria ser prioritária na discussão da reforma da OMC.

Referências

1. OMC. Members to continue dialogue on extending TRIPS Decision to therapeutics and diagnostics. [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news23_e/trip_31oct23_e.htm
2. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Strengthening WHO preparedness for and response to health emergencies. [Internet]. 2023. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA74/A74_R7-en.pdf
3. LANCET. South Africa and India push for COVID-19 patents ban. 2020. Disponível em: <https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736%2820%2932581-2/fulltext>

Bombardeados, sem insumos essenciais e forçados a ficar em silêncio: os desafios da saúde global no meio da crise humanitária

Bombardeados, privados de suministros esenciales y forçados al silencio: Los desafíos de la salud global en medio de la crisis humanitaria

Bombed, deprived of essential supplies and forced into silence: The challenges of global health amid the humanitarian crisis

**Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais,
Mateus dos Santos Brito,
Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio,
Renan Amaral Oliveira,
Tatiana Cerqueira Machado Medrado
e Luis Eugênio de Souza**

Resumo. Entre 19 de outubro e 04 de novembro de 2023, foram monitoradas 53 organizações da sociedade civil (OSC), das quais 40 fizeram manifestações relevantes para serem apresentadas neste informe. As organizações de interesse público estiveram ativas em várias frentes. No conflito entre Israel e Gaza, foi denunciada a escassez de alimentos e recursos, alertando sobre riscos de surtos de doenças. Além disso, foram feitas petições para mais ajuda humanitária, destacando a escassez enfrentada e a interrupção das comunicações devido aos ataques. As OSC se preocuparam também com a crise climática, alertando sobre a proximidade de ultrapassagem das metas climáticas e a necessidade de reduzir a produção e o consumo de plástico. O foco na transição para a energia limpa e pedidos para ações mais assertivas foram evidenciados em vista da próxima realização da COP28. Abordaram ainda os temas de promoção da saúde, saúde do idoso e discriminação e preconceito. As OSC de interesse privado priorizaram em suas manifestações os temas de inovações de pesquisa, saúde da mulher, testes diagnósticos e investimentos em cobertura universal da saúde. As contribuições das OSC continuam a ser significativas para um entendimento amplo e para o desenvolvimento de ações eficazes nos âmbitos humanitário, social e de saúde.

Abstract. *Between October 19th and November 4th, 2023, a total of 53 civil society organizations (CSOs) were monitored, out of which 40 made relevant publications to be included in this report. Public interest organizations were active on several fronts. In the Israel-Gaza conflict, they reported food and resource shortages, warning about disease outbreak risks. Additionally, petitions for more humanitarian aid, highlighting the scarcity and communication disruption due to attacks, were conducted. They were also concerned about the climate crisis, warning about nearing climate targets and the need to reduce plastic production and consumption. The focus on transitioning to clean energy and requests for more assertive actions were emphasised with the upcoming COP28 in sight. Health promotion, elderly health, and challenges of discrimination were also addressed. Private interest CSOs directed their efforts towards research innovations, women's health, diagnostic testing, and investments in universal health coverage. The contributions of CSOs continue to be significant for a broader understanding and the development of practical actions in humanitarian, social, and health areas.*

Resumen. Entre el 19 de octubre y el 4 de noviembre de 2023, fueron monitoreadas 53 organizaciones de la sociedad civil (OSC), de las cuales 40 realizaron manifestaciones relevantes para ser presentadas en este informe. Las organizaciones de interés público estuvieron activas en varios frentes. En el conflicto entre Israel y Gaza, se denunció la escasez de alimentos y recursos, advirtiendo sobre el riesgo de brotes de enfermedades. Además, se llevaron a cabo peticiones para más ayuda humanitaria, destacando la escasez enfrentada y la interrupción de las comunicaciones debido a los ataques. También se preocuparon por la crisis climática, advirtiendo sobre la cercanía de superar las metas climáticas y la necesidad de reducir la producción y el consumo del plástico. El enfoque en transiciones hacia energía limpia y solicitudes de acciones más decisivas se destacó frente a la próxima COP28. También se abordaron la promoción de la salud, la salud de las personas mayores y los desafíos de la discriminación. Las OSC de interés privado enfocaron sus esfuerzos en innovaciones de investigación, salud de la mujer, pruebas diagnósticas e inversiones en cobertura universal de salud. Las contribuciones de las OSC siguen siendo significativas para una comprensión más amplia y el desarrollo de acciones efectivas en áreas humanitarias, sociales y de salud.

INTRODUÇÃO

Durante a quinzena, o conflito na Faixa de Gaza continuou a mobilizar organizações de interesse público diante da escalada de violência por parte de Israel. A Oxfam emitiu denúncias sobre a severa escassez de alimentos, água e combustível em Gaza, alertando para o iminente risco de surtos de doenças infecciosas. Adicionalmente, ressaltou as dificuldades enfrentadas para a entrega efetiva de ajuda humanitária na região. A Care International expressou preocupação de que a assistência humanitária que chega continua sendo apenas uma gota no oceano diante das necessidades urgentes. Nesse contexto, várias organizações, como a World Heart Federation, Women in Global Health, Care International e Oxfam, entre outras, redigiram petições, solicitando a garantia de que a ajuda humanitária possa alcançar efetivamente os mais necessitados. Tanto a Care International quanto a Oxfam também denunciaram a interrupção das comunicações com o pessoal em Gaza, à medida que os ataques terrestres e aéreos se intensificaram, e fizeram apelos pela proteção dos civis, além de instarem ao cumprimento das obrigações legais e humanitárias. A Human Rights Watch reportou a decisão do governo suíço de suspender o financiamento para defensores de direitos em Israel e na Palestina, impactando 11 organizações, majoritariamente atuantes na Palestina. É crucial ressaltar que diversas petições foram lançadas, pedindo o cessar-fogo. Outras manifestações expressaram o reconhecimento do esforço dos indivíduos atuando na linha de frente. Solicitações em prol da defesa dos direitos humanos em vários conflitos globais foram outro objeto de manifestações por parte de organizações de interesse público no Egito, Mali, Irã, Zimbábue, Bangladesh e Turcomenistão. Alertaram como conflitos políticos podem desencadear o desrespeito aos direitos humanos.

Outro tema que tem sido alvo constante de alerta por parte das Organizações da Sociedade Civil (OSC) é a crise climática, que continua se agravando rapidamente. A Greenpeace alertou que, segundo cientistas, estamos mais próximos do que se estimava de ultrapassar as metas climáticas. Além disso, foram feitas denúncias sobre o custo para países em desenvolvimento, que enfrentam um maior risco em relação aos impactos climáticos, assim como o papel dos mais ricos, que são os maiores poluidores. A Greenpeace também denunciou que o Sul Global está enfrentando uma inundação de plásticos, defendendo a necessidade de um tratado do plástico que obrigue grandes marcas a reduzir gradualmente a produção de novos

plásticos. Às vésperas da COP28, a Federação Internacional de Associações de Saúde Pública, o Conselho Internacional de Enfermagem e a Associação Médica Mundial iniciaram ações e fizeram apelos para que os países acelerem a eliminação dos combustíveis fósseis e realizem a transição para fontes de energia limpa. Destaca-se também uma declaração feita por mais de 200 revistas especializadas em saúde, pedindo à Organização Mundial da Saúde (OMS) que declare as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade como uma emergência de saúde global.

Dentre as ações promotoras da saúde, as OSC informaram sobre iniciativas para promover a atividade física e o controle do tabagismo, alertando sobre ações da indústria do tabaco. Além disso, abordaram o controle do álcool, discutindo perspectivas globais de políticas públicas e a criação de um instrumento vinculante. Foi publicado um guia de Educação Sexual Integral, destinado ao trabalho com homens, explorando os papéis de gênero e os chamados “micromachismos”. Foram abordadas também questões relacionadas à saúde do idoso, destacando aspectos como a vacinação, saúde ocular e os estereótipos, preconceitos e discriminação associados à idade, conhecidos como “etarismo”. Além disso, ações em prol da igualdade de gênero nas condições de trabalho, garantia de salários e direitos trabalhistas foram realizadas. A Oxfam reconheceu o trabalho das mulheres no cuidado, especialmente às vésperas do Dia Internacional de Cuidado e Apoio. A Women in Global Health informou ter recebido 345 denúncias de assédio nos setores da saúde e acadêmico, após uma iniciativa inspirada no caso de uma jogadora de futebol espanhola. Outros temas abordados com menor frequência durante a quinzena pelas OSC de interesse público foram o lobby da indústria farmacêutica, racismo e discriminação, descolonização, equidade em saúde, saúde digital e força de trabalho na área da saúde.

As OSC de interesse privado abordaram diversos tópicos relacionados à pesquisa e desenvolvimento. Entre eles, o destaque foi para uma ferramenta de mapeamento cerebral para a compreensão e tratamento das psicoses, saúde da mulher, o monitoramento de águas residuais para a vigilância de pandemias e o desenvolvimento de testes diagnósticos. Também foram divulgados investimentos visando a cobertura universal de saúde, o desenvolvimento de resiliência climática e a transição energética. Outros temas abordados envolveram a infraestrutura digital, conflitos políticos, vacinação, doenças infecciosas e segurança. Sobre o conflito entre Israel e Gaza, foi emitido um comunicado pelo Consortium of Universities for Global Health, posicionando-se em relação à falta de hospitais e espaços seguros para os civis, assim como uma avaliação do Center for Strategic and International Studies da falha dos serviços de inteligência israelenses.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Guerra e conflitos armados

Conflito Israel – Gaza

A OXFAM denunciou que apenas 20 caminhões de ajuda conseguiram entrar em [Gaza](#) devido ao bloqueio imposto na região, enquanto milhares de pessoas enfrentam a escassez de comida, água e combustível. Além disso, a organização exige um cessar-fogo imediato.³⁸

³⁸ Oxfam Internacional. Twitter [Internet]. 20 trucks of aid is nowhere near enough. The blockade of #Gaza means people are running out of food, water [Tweet]; 21 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1715681609960005940?s=20>

A OXFAM alertou sobre a iminência de um surto de [doenças infecciosas](#) à medida que os habitantes de Gaza sofrem com a falta de alimentos, água e combustível. Também fez um apelo urgente para um cessar-fogo imediato.³⁹

A OXFAM destacou o sofrimento de [crianças](#) no meio de bombardeios, inclusive no sul de Gaza.⁴⁰

A OXFAM denunciou que as pessoas em Gaza correm o risco de morrer devido à falta de [água potável](#), serviços de saneamento, alimentos e suprimentos médicos.⁴¹

A OXFAM denunciou que em Gaza, [itens alimentares](#) essenciais estão quase esgotados, e quase toda a população necessita de assistência alimentar urgente.⁴²

A OXFAM denunciou que apenas 2% dos [alimentos](#) normalmente utilizados em Gaza têm alcançado o território desde o início do conflito, usando a fome como arma de guerra contra os mais de 2 milhões de civis em Gaza.⁴³

A OXFAM destacou a [resolução](#) da Assembleia Geral da ONU sobre a proteção de civis e o cumprimento de obrigações legais e humanitárias em relação à crise em curso em Gaza.⁴⁴

O [People's Health Movement \(PHM\)](#) reafirmou o seu apoio à luta do povo da Palestina por liberdade, acesso a terra e dignidade, condenando o genocídio que Israel tem realizado de forma sistemática desde 1948 nas regiões da Faixa de Gaza e Cisjordânia⁴⁵.

O [People's Health Movement \(PHM\)](#) denunciou a [crise humanitária vivenciada pelos moradores da Faixa de Gaza](#), devido aos bombardeios efetuados por Israel na região. Segundo o PHM, esta situação atual tem relação com o colonialismo, visto nas relações de dominação e exploração de Israel contra o povo da Palestina⁴⁶.

A ActionAid afirmou que as crianças e mulheres Palestinas são as maiores vítimas dos bombardeios efetuados por Israel contra a Faixa de Gaza. Segundo a organização, [os riscos de](#)

³⁹ Oxfam International. Twitter [Internet]. Oxfam's Humanitarian Coordinator, Ruth James, warns of imminent infectious disease outbreak as #Gaza residents suffer a dangerous food, water & [Tweet]; 22 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1715803357216989441?s=20>

⁴⁰ Oxfam International. Twitter [Internet]. Oxfam's Saving Lives Program Manager Wasseem Mushtaha, in #Gaza, recounts his harrowing experience when a bomb exploded just 300m from [Tweet]; 22 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1716130188868653412?s=20>

⁴¹ Oxfam International. Twitter [Internet]. People in #Gaza are at risk of dying due to lack of clean drinking water, lack of sanitation services, food [Tweet]; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1716701110398857643?s=20>

⁴² Oxfam International. Twitter [Internet]. Essential food items in #Gaza are almost depleted, retailers shelves lay empty & bakeries are non-operational. 87% of the population [Tweet]; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1716701782871552060?s=20>

⁴³ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Starvation as weapon of war being used against Gaza civilians - Oxfam | Oxfam International; 25 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/starvation-weapon-war-being-used-against-gaza-civilians-oxfam>

⁴⁴ Oxfam International. Twitter [Internet]. We urge the UNSC to make this decision NOW [Tweet]; 27 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1718007379327930840?s=20>

⁴⁵ People's Health Movement (PHM). [Internet]. Stand up for Palestine. 24 out 2023 [citado em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/index.php/stand-palestine> .

⁴⁶ People's Health Movement (PHM). [Internet]. End to the occupation needed to fulfil the right to health in Palestine. 29 out 2023 [citado em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/index.php/end-occupation-needed-fulfil-right-health-palestine> .

óbito por desidratação só crescem na região devido ao corte no fornecimento de água, alimentação, combustível e energia elétrica. Para a ActionAid a [União Europeia e as Nações Unidas](#) precisam, para além do apelo para a ajuda humanitária, pedirem um [cessar-fogo imediato](#)^{47 48 49}.

O Geneva Graduate Institute realizou um debate com o objetivo de compreender as questões históricas do [conflito entre Israel e Hamas](#). Segundo a organização, o conflito tem sido um importante tema internacional, sendo necessário visitá-lo com profundidade para que se possa visualizar os caminhos promissores rumo à paz⁵⁰.

A CARE International aponta [preocupação com os relatórios que recebe do pessoal médico com quem trabalha em Gaza](#), incluindo relatos de mulheres grávidas que estão a ser forçadas a submeter-se a cesarianas de emergência sem anestesia. Devido à falta de capacidade nos hospitais, as mulheres recebem alta apenas três horas após o parto. Espera-se que uma média de 160 mulheres grávidas deem à luz todos os dias durante o próximo mês em Gaza. A última análise de gênero da CARE alerta que as condições terríveis estão a exacerbar o risco de mortalidade materna e neonatal, que já é desproporcionalmente elevado em Gaza⁵¹.

A CARE International afirma que [as evacuações de pessoas por razões médicas](#) são um começo bem-vindo para Gaza, mas não são suficientes para salvar todos os pacientes em risco. Cerca de 76 pacientes gravemente feridos cruzaram a fronteira de Rafah na quarta-feira, 01.11.2023. No entanto, será preciso evacuar mais de 22 mil feridos e garantir suprimentos médicos nos próximos dias, para salvar vidas e evitar mais sofrimento. Os hospitais estão agora encerrando as operações à medida que o combustível acaba, sendo que um terço dos hospitais e quase dois terços das unidades de atenção primária já estão fechados⁵².

Após um [corte nas comunicações](#), a CARE International perdeu todo o contato com a equipe em Gaza. A diretora da CARE na Cisjordânia e Gaza partilhou a sua profunda preocupação com a segurança dos colegas e de todos os civis, apelando por um cessar-fogo imediato. Segundo a CARE, após um completo apagão de comunicações, Israel deu sequência a uma intensa rodada de bombardeios e ataques aéreos. Antes do apagão, a equipe em Gaza

⁴⁷ ActionAid. [Internet]. The UN council can only restore faith in its systems if it heeds Palestinian women's rights. 26 out 2023 [citado em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/un-council-can-only-restore-faith-its-systems-if-it-heeds-palestinian-womens-rights>.

⁴⁸ ActionAid. [Internet]. The EU must go beyond urging a humanitarian pause and call for a ceasefire to protect Palestinian civilians, says ActionAid. 27 out 2023 [citado em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/eu-must-go-beyond-urging-humanitarian-pause-and-call-ceasefire-protect-palestinian-0>.

⁴⁹ ActionAid. [Internet]. Families may face death by dehydration as the world watches. 30 out 2023 [citado em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/families-may-face-death-dehydration-world-watches>.

⁵⁰ Geneva Graduate Institute. [Internet]. Unpacking Israel-Hamas conflict. 02 nov 2023 [citado em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/unpacking-israel-hamas-conflict>.

⁵¹ CARE International [Internet]. Gaza: Collapsing medical conditions exacerbate risks of maternal and newborn mortality; 30 out 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://www.care-international.org/news/gaza-collapsing-medical-conditions-exacerbate-risks-maternal-and-newborn-mortality>

⁵² CARE International [Internet]. Gaza: Medical evacuations are a welcome start but not enough to save all patients at risk; 2 nov 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://www.care-international.org/news/gaza-medical-evacuations-are-welcome-start-not-enough-save-all-patients-risk>

descreveu a situação como algo saído de um filme de terror, acrescentando que tinham de abraçar os filhos para tentar ajudá-los a dormir”.⁵³

A OXFAM alertou que colaboradores da Oxfam em Gaza trabalharam incansavelmente para levar [relatos](#) do que acontece no conflito para a mídia internacional, mas agora estão sem contato e forçados a guardar silêncio.⁵⁴

A OXFAM denunciou que Gaza perdeu o [contato](#) com o mundo exterior à medida que a ofensiva terrestre e aérea se intensifica, destacando que as guerras têm regras e exigindo um cessar-fogo imediato para proteger vidas inocentes.⁵⁵

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou uma carta de dra. Duha Shellah, da Academia Palestina de Ciência e Tecnologia e da Jovem WFPHA, que faz um apelo à [solidariedade aos heróis e às heroínas da saúde](#) que estão em Gaza, na linha de frente do conflito.⁵⁶

A World Heart Federation divulgou declaração em que compartilha sua profunda tristeza “pela perda de vidas e de comodidades básicas para sobreviver” em Gaza. Reitera os pedidos de inúmeras organizações requerendo o [imperativo da ajuda humanitária aos necessitados](#) e a segurança dos civis⁵⁷.

A Women in Global Health manifestou apoio aos [trabalhadores da saúde](#), expressando preocupação com a segurança dos pacientes, familiares e abrigados nas unidades de saúde localizadas na faixa de Gaza. Fez apelo para uma trégua humanitária a fim de garantir que a ajuda possa chegar aos mais necessitados⁵⁸.

A Human Rights Watch informou que a [Suíça decidiu suspender o financiamento para defensores de direitos em Israel e Palestina](#). O governo Suíço disse que planeja realizar uma nova análise aprofundada dos fluxos de financiamento e avaliar a sua importância e viabilidade. A decisão afetou onze organizações de direitos humanos, sendo uma em Israel e dez na Palestina.⁵⁹

⁵³ CARE International [Internet]. CARE loses contact with team in Gaza; 28 out 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://www.care-international.org/news/care-loses-contact-team-gaza>

⁵⁴ Oxfam International. Twitter [Internet]. ALERT: Oxfam's colleagues in #Gaza have worked tirelessly with international media for past three weeks, giving hundreds of eye-witness accounts [Tweet]; 28 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1718222360619221329?s=20>

⁵⁵ Oxfam International. Twitter [Internet]. As the ground & air offensive intensifies, #Gaza has lost contact with the outside world. Oxfam is extremely alarmed about [Tweet]; 27 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1717985571878961167?s=20>

⁵⁶ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Physicians under bombardment: In solidarity with frontline health heroes and heroines | WFPHA; 31 out 2023 [citado 2 nov 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/physicians-under-bombardment-in-solidarity-with-frontline-health-heroes-and-heroines/>.

⁵⁷ WORLD HEART FEDERATION. WHF statement on the humanitarian crisis in Gaza. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/whf-statement-on-the-humanitarian-crisis-in-gaza/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

⁵⁸ Women In Global Health. Twitter [Internet]. We @womeninGH stand w/ our fellow #healthworkers in #Gaza. [Tweet]. 27 out 2023 [citado 03 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1718031520064037322>.

⁵⁹ Human Rights Watch [Internet]. Switzerland Decides to Suspend Funding for Rights Defenders in Israel, Palestine; 1 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em:

Petições de cessar fogo entre Israel - Gaza

A CARE International apontou que após mais de duas [semanas de escalada de violência de Israel em Gaza](#), milhões de pessoas estão em situação desesperadora e com impactos psicológicos inimagináveis. A Diretora Nacional da CARE na Cisjordânia e Gaza, Hiba Tibi, descreve os impactos devastadores na região, inclusive para sua equipe, e pede um cessar-fogo.⁶⁰

Na medida em que [a crise humanitária em Gaza se transforma numa catástrofe total](#), a Diretora da CARE Hiba Tibi apela por mais ajuda e pede o fim dos combates. “A miséria em Gaza é tal, com abrigos superlotados e doenças transmitidas pela água a espalhar-se, que as pessoas que seguiram as ordens de evacuação e se mudaram para o sul há 12 dias estão a regressar às suas casas no Norte”. A ajuda humanitária que chega através da fronteira de Rafah continua a ser uma gota no oceano.⁶¹

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) repercutiu a publicação pelo Lancet de uma correspondência co-assinada pelo seu presidente que informa o envio de carta aberta aos líderes mundiais e representantes de todos os países na ONU que faz um apelo urgente à ação humanitária em Gaza. A correspondência pede o [fim da violência e o socorro às vítimas](#) em Gaza.⁶²

A Progressive International divulgou a [Resolução de Gaza](#), uma declaração assinada por movimentos populares, partidos e sindicatos em todo o mundo, comprometidos a apoiar a libertação da Palestina e a romper laços de cumplicidade com o Estado de Israel.⁶³

A STOPAIDS, juntamente com organizações e indivíduos do Reino Unido que trabalham pelos direitos à saúde, enviaram uma carta ao Secretário de Relações Exteriores, exigindo que o governo do Reino Unido pressione por um [cessar-fogo imediato no conflito entre Israel e Gaza](#). Além disso, pediram que o governo cumpra sua responsabilidade diplomática para garantir acesso adequado à assistência humanitária e de saúde para todas as pessoas em Gaza.⁶⁴

<https://www.hrw.org/news/2023/11/01/switzerland-decides-suspend-funding-rights-defenders-israel-palestine>

⁶⁰ CARE International [Internet]. "We desperately need more humanitarian aid to come into Gaza"; 24 out 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://www.care-international.org/news/we-desperately-need-more-humanitarian-aid-come-gaza>

⁶¹ CARE International [Internet]. Crisis in Gaza reaches unprecedented levels: "One third of all hospitals in Gaza have closed down"; 25 out 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://www.care-international.org/news/crisis-gaza-reaches-unprecedented-levels-one-third-all-hospitals-gaza-have-closed-down>

⁶² WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Urgent Appeal for Humanitarian Action in Gaza – Join the Call for Peace | WFPHA; 25 out 2023 [citado 2 nov 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/urgent-appeal-for-humanitarian-action-in-gaza-join-the-call-for-peace/>.

⁶³ Progressive International [Internet]. The Gaza Resolution; 28 out 2023 [citado 02 nov 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-10-28-the-gaza-resolution/en>

⁶⁴ STOPAIDS [Internet]. Letter to James Cleverly, calling for an immediate ceasefire in the Israel-Gaza conflict; 27 out 2023 [citado 02 nov 2023]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2023/10/25/stopaids-letter-to-james-cleverly-calling-for-an-immediate-ceasefire-in-the-israel-gaza-conflict/>

A OXFAM lançou uma [petição online](#) em busca de um cessar-fogo imediato e convocou todas as pessoas a assinar através das redes sociais.⁶⁵

A International Federation of Social Workers fez apelo para [imediato cessar fogo na Faixa de Gaza](#), à prestação de ajuda e ao apelo a cada lado para discussões que abordem as raízes do conflito para proteger os civis palestinos e israelitas de uma nova escalada de violência e catástrofe. Defendem a promoção da paz e da autodeterminação, com direitos e liberdades iguais para todas as pessoas que vivem na região⁶⁶.

A Abs Development Organization for Woman and Child (ADO) publicou [declaração](#) em solidariedade ao povo palestino assinada por várias organizações de direitos humanos do Iêmen. Essa declaração condena e denuncia as violações cometidas pelos sionistas em Gaza, referindo-se ao uso excessivo da força contra crianças, mulheres e idosos. As denúncias incluem os cortes de água, energia, alimentos e medicamentos. No documento, apelam ao mundo para obrigar os sionistas de Israel a respeitarem o direito humanitário internacional, chamando de crime de guerra as ações de Israel na faixa de Gaza e advogando pelo direito dos palestinos de viverem em paz⁶⁷.

Conflito Turquia - Síria

[A Turquia bombardeou o nordeste da Síria](#), onde os civis suportaram o impacto dos ataques contínuos das forças turcas. A Human Rights Watch documentou a experiência dos civis sírios durante os bombardeios.⁶⁸

Ajuda humanitária

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) publicou declaração em que reafirma a [condenação de todas as ações que infringem os direitos das pessoas](#) de viverem vidas com propósito, em segurança e paz. Apelou a todos os envolvidos para que respeitem as leis internacionais para permitir o acesso e a segurança para a resposta humanitária.⁶⁹

Direitos Humanos

[No Egito, dezenas de manifestantes pacíficos foram detidos e processados arbitrariamente](#). As manifestações se iniciaram em outubro de 2023 e as detenções resultaram

⁶⁵ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Open Call for an Immediate Ceasefire in the Gaza Strip and Israel | Oxfam International; 21 out 2023 [citado 1 nov 2023]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/open-call-immediate-ceasefire-occupied-palestinian-territory>

⁶⁶ INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS. ISRAEL / Palestine: IFSW calls for immediate ceasefire and to address the root causes of the conflict – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/israel-palestine-ifsw-calls-for-immediate-ceasefire-and-to-address-the-root-causes-of-the-conflict/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

⁶⁷ ADO - Abs development Organization for woman and child. [Internet]. Statement of solidarity of Yemeni organizations with the rights of the Palestinian people and condemnation and denunciation of the violations they are subjected to by the Zionist occupation; 19 out 2023 [citado 03 nov 2023]. Disponível em <https://absyemen.org/2023/10/18/statement-of-solidarity-of-yemeni-organizations-with-the-rights-of-the-palestinian-people>.

⁶⁸ Human Rights Watch [Internet]. The Full Costs of Turkey's Bombing Campaign in Northeast Syria; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/03/full-costs-turkeys-bombing-campaign-northeast-syria>

⁶⁹ WFOT [Internet]. Public Statement on Humanitarian Aid and Access to Health Systems | WFOT; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://wfot.org/resources/public-statement-on-humanitarian-aid-and-access-to-health-systems>

de protestos a nível nacional, alguns espontâneos e outros coordenados, expressando solidariedade pró-palestina, informou a Human Rights Watch.⁷⁰

[Grupos Armados Islâmicos e o exército do Mali, têm atacado civis sem responsabilização](#) desde abril de 2023. Após o golpe de Estado em maio de 2021, a violência intensificou-se em todo Mali, os assassinatos seletivos de civis por grupos armados islâmicos e pelo exército do Mali são crimes de guerra, informou a Human Rights Watch.⁷¹

O primeiro-ministro australiano, Albanese, e a ministra das Relações Exteriores da China, Wong, [devem assumir uma posição pública firme sobre as preocupações com os direitos humanos](#) enquanto estiverem na China, afirmou a Human Rights Watch.⁷²

A Human Rights Watch incita ao governo do Irã a [investigar a morte de Armita Garawand](#), estudante de 17 anos, que foi agredida por um policial que fiscaliza o uso obrigatório do hijab. Até o dia 31 de outubro, pelo menos 23 mulheres manifestantes permaneceram detidas na prisão de Qarchack, no sul de Teerã. Além disso, jornalistas que reportaram a situação de Armita sofreram represálias.⁷³

A Human Rights Watch fez uma reportagem sobre a importância de [proteger o sistema eleitoral dos EUA da desinformação, notícias falsas e intimidação antes das eleições de 2024](#). Em 5 de novembro de 2024, os eleitores votarão nas próximas eleições federais, o que terá implicações importantes para a capacidade do governo dos EUA de abordar contínuas violações dos direitos humanos.⁷⁴

A Human Rights Watch incitou as autoridades do Zimbábue a [investigar com urgência, imparcialidade e transparência os ataques a um parlamentar de oposição](#). Na quarta-feira, Takudzwa Ngadziore, membro da oposição no parlamento do Zimbábue, alegou que estava a ser raptado e torturado antes de seu desaparecimento.⁷⁵

Em meio a [demandas por eleições justas, irrompeu a violência em Bangladesh](#). A polícia é acusada do uso desnecessário da força durante os protestos políticos de 28 de outubro de 2023, informou a Human Rights Watch.⁷⁶

⁷⁰ Human Rights Watch [Internet]. Egypt: Dozens of Peaceful Protesters Detained; 1 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/01/egypt-dozens-peaceful-protesters-detained>

⁷¹ Human Rights Watch [Internet]. Mali: Islamist Armed Groups, Army Target Civilians; 1 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/01/mali-islamist-armed-groups-army-target-civilians>

⁷² Human Rights Watch [Internet]. Australia: Challenge China on Human Rights; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/03/australia-challenge-china-human-rights>

⁷³ Human Rights Watch [Internet]. Investigate Death of 17-Year-Old Girl in Iran; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/02/investigate-death-17-year-old-girl-iran>

⁷⁴ Human Rights Watch [Internet]. US Should Protect Voters Ahead of 2024 Election; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/02/us-should-protect-voters-ahead-2024-election>

⁷⁵ Human Rights Watch [Internet]. Zimbabwe Opposition Parliament Member Allegedly Abducted, Tortured; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/03/zimbabwe-opposition-parliament-member-allegedly-abducted-tortured>

⁷⁶ Human Rights Watch [Internet]. Bangladesh: Violence Erupts Amid Demands for Fair Election; 1 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/01/bangladesh-violence-erupts-amid-demands-fair-election>

Na segunda-feira, 6 de novembro, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas avaliou o histórico de direitos do Turcomenistão durante a Revisão Periódica Universal (RPU) do país. Segundo a Human Rights Watch, [a revisão da ONU sobre o Turcomenistão deve abordar promessas de direitos não cumpridas](#).⁷⁷

Segundo o Geneva Graduate Institute [as eleições argentinas de 2024 representam um momento chave para o futuro do país](#), que foi um dos primeiros da América latina a se democratizar na chamada terceira onda de democratização. Contudo, os péssimos resultados econômicos têm conduzido a Argentina para uma opção “anarco-libertária”, o que implicaria riscos para a democracia e para a já fragilizada economia da Argentina⁷⁸.

Crise climática

A Greenpeace destacou o alerta dos cientistas de que o planeta está muito mais próximo de ultrapassar a [meta climática](#) de 1,5°C do que se pensava anteriormente.⁷⁹

De acordo com a CARE International, [a adaptação às alterações climáticas](#) custará aos países em desenvolvimento até 387 bilhões de dólares por ano. O Relatório sobre a [Lacuna de Adaptação 2023](#) (AGR23) do PNUMA traça um quadro dos custos cada vez maiores da adaptação climática para os países em desenvolvimento, com os países mais pobres e em maior risco enfrentando uma lacuna alarmante no financiamento para a adaptação⁸⁰.

A Greenpeace destacou que até mesmo [concertos de música](#) estão sendo afetados pela mudança climática.⁸¹

A Greenpeace realizou um [Acampamento](#) de Defensores da Floresta em colaboração com as comunidades Sadir Wet Yifi e Bentara Papua na Indonésia, reunindo e capacitando jovens indígenas papuanos para agir em prol da preservação das florestas papuanas.⁸²

A Greenpeace destacou a seca em [Bali](#) devido ao fenômeno El Niño, que levou à declaração de emergência climática.⁸³

⁷⁷ Human Rights Watch [Internet]. UN Turkmenistan Review Should Address Unfulfilled Rights Pledges; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/03/un-turkmenistan-review-should-address-unfulfilled-rights-pledges>

⁷⁸ Geneva Graduate Institute. [Internet]. Argentinian elections and democracy. 30 out 2023 [citado em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/argentinian-elections-and-democracy>.

⁷⁹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Scientists warn we are much closer to missing key 1.5°C climate target than previously thought [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1719723479317299575?s=20>

⁸⁰ CARE International [Internet]. Wealthy countries must keep their promises to close the widening adaptation finance gap; 3 nov 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://www.care-international.org/news/wealthy-countries-must-keep-their-promises-close-widening-adaptation-finance-gap>

⁸¹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. What is life without music!? But have you thought about how it's being impacted by #climatechange? Here's a list of [Tweet]; 3 nov 2023 [citado 23 out 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1716355021917376605?s=20>

⁸² Greenpeace International. Twitter [Internet]. Last month, together with the local communities of Sadir Wet Yifi and Bentara Papua, @greenpeaceid held the Forest Defender Camp [Tweet]; 23 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1716645533752901881?s=20>

⁸³ Greenpeace International. Twitter [Internet]. As #Bali's drought situation worsens due to #ElNiño, climate emergency was declared [Tweet]; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1716696027829575736?s=20>

A Greenpeace destacou uma investigação que mostra como áreas mais preservadas na República Tcheca estão sendo destruídas devido ao uso de produtos de madeira de curta duração, como lenha e papelão, apesar da proteção formal e das fortes críticas das comunidades locais.⁸⁴

A Greenpeace destacou uma seca histórica na Amazônia, que coloca em risco a vida de centenas de milhares de pessoas, especialmente povos indígenas e comunidades tradicionais.⁸⁵

A Greenpeace denunciou que o navio Hidden Gem da The Metals Company está aguardando aprovação para causar danos ao fundo do oceano com atividades de mineração em alto mar, uma prática que não deve ser autorizada sob nenhuma circunstância.⁸⁶

A Greenpeace ressaltou a preocupação de que nosso sistema financeiro está financiando a extinção, com trilhões de dólares em subsídios e investimentos, continuando a apoiar a destruição dos ecossistemas naturais. Ela enfatizou a necessidade de ação governamental para restaurar a natureza.⁸⁷

A ACT Promoção da Saúde divulgou um episódio do podcast 'Ciência Suja' intitulado 'Plástico por todos os lados', que, entre outros temas, discute como discursos pseudocientíficos desafiam a proteção ambiental, aponta que a reciclagem sozinha não resolve o problema e analisa as práticas das empresas.⁸⁸

A Greenpeace denunciou que o Sul Global está sofrendo com uma inundação de sachês plásticos descartáveis. Ela defendeu a necessidade de um tratado do plástico que obrigue grandes marcas a eliminar gradualmente a produção de novos plásticos, proibir sachês e fazer a transição para sistemas de reutilização e recarga.⁸⁹

A Greenpeace destacou a dificuldade de superar a crise do plástico, que afeta mais as comunidades que vivem na linha de frente e enfrentam exposição contínua à poluição, colocando sua saúde em risco. A organização fez um apelo urgente para um tratado do plástico que reduza a produção de plástico e promova a reutilização e o refil.⁹⁰

⁸⁴ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The investigation we're publishing today shows how 2 of Europe's most pristine areas in Czechia are being destroyed for short-lived [Tweet]; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1716764643929022786?s=20>

⁸⁵ Greenpeace International. Twitter [Internet]. A historic drought in the Amazon is putting the lives of hundreds of thousands, especially Indigenous People and traditional communities [Tweet]; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1716930069992763487?s=20>

⁸⁶ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The Hidden Gem, a ship from The Metals Company, is waiting for deep sea mining to get the green light [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1720138966559871481?s=20>

⁸⁷ Greenpeace International. Twitter [Internet]. Trillions of dollars in subsidies & investments continue to finance the destruction of natural ecosystems. How our financial system is [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1720108200437993856?s=20>

⁸⁸ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Discursos pseudocientíficos desafiam a proteção ambiental. Plástico está em tudo: de embalagens a bitucas! [...] [X]; 30 oct 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @actbr. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1718995247420620962?s=20>

⁸⁹ Greenpeace International. Twitter [Internet]. The Global South is being flooded with throwaway plastic sachets. To tackle the plastic crisis, a Global #PlasticsTreaty must force [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1720026120874078272?s=20>

⁹⁰ Greenpeace International. Twitter [Internet]. We CAN'T recycle our way out of the #PlasticCrisis. Communities living on the Frontline of the plastic crisis, face continuous [Tweet]; 25 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1717064506827051188?s=20>

O governo dos Estados Unidos impôs a proibição de transações financeiras, envolvendo a empresa petrolífera estatal de Myanmar, a Myanmar Oil and Gas Enterprise (MOGE), compondo a maior fonte de receitas externas do Myanmar, informou a Human Rights Watch.⁹¹

A Greenpeace instou a Grécia a desistir da exploração de gás em águas profundas no Mediterrâneo, argumentando que isso coloca em perigo espécies marinhas icônicas e ameaça os esforços de combate à crise climática.⁹²

A Greenpeace destacou os protestos durante um torneio de golfe de executivos de empresas de combustíveis fósseis durante a Med Energy Conference and Exhibition, reivindicando o fim dos crimes contra o clima.⁹³

A Greenpeace destacou manifestações contra a exploração de petróleo no Brasil, alertando que um modelo dependente do petróleo pode trazer riscos socioambientais, climáticos e econômicos para o país.⁹⁴

A OXFAM continua enfatizando a luta contra uma economia que beneficia apenas alguns poucos poderosos à custa do restante da população, enquanto trabalha para construir um mundo melhor que cuide das pessoas e do planeta.⁹⁵

A OXFAM destacou uma pesquisa que aponta como os 125 bilionários mais ricos investem quase 15% de seus recursos em indústrias poluentes, como combustíveis fósseis e cimento, enquanto apenas um tem investimentos em companhias de energia renovável.⁹⁶

A OXFAM continua fazendo um apelo por um mundo de possibilidades, não de pobreza, e por um mundo mais igualitário, onde todos tenham os recursos para enfrentar a crise climática e construir futuros sustentáveis para as gerações vindouras.⁹⁷

⁹¹ Human Rights Watch [Internet]. US Sanctions Myanmar Junta's Gas Revenue; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/11/01/us-sanctions-myanmar-juntas-gas-revenue>

⁹² Greenpeace International. Twitter [Internet]. We call on Greece to abandon its ambitious deep-sea gas exploration venture in the Mediterranean. It endangers iconic marine [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1720078395957268868?s=20>

⁹³ Greenpeace International. Twitter [Internet]. @Greenpeace_ITA activists dressed as dinosaurs crashed a #OMC2023 delegates' golf match in Cervia, Italy, to urge them to stop playing [Tweet]; 23 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1716410377129583079?s=20>

⁹⁴ Greenpeace International. Twitter [Internet]. "A aposta em um modelo dependente do petróleo não traz apenas riscos socioambientais e climáticos ao país, mas também pode [Tweet]; 23 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/GreenpeaceBR/status/1716438608364577093?s=20>

⁹⁵ Oxfam International. Twitter [Internet]. We must end an economy designed to benefit a powerful few at the cost of the rest of us and [Tweet]; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1716711140841931156?s=20>

⁹⁶ Oxfam International. Twitter [Internet]. According to Oxfam's study, the top 125 billionaires have an average of 14% of their investments in polluting industries, such [Tweet]; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1716756457058619873?s=20>

⁹⁷ Oxfam International. Twitter [Internet]. We want a world of possibility, not poverty. A more equal world where any of us vulnerable to the climate [Tweet]; 26 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1717435934935843188?s=20>

A Rotary International lançou uma campanha de conscientização “Hunger walk” sobre os impactos das alterações climáticas na agricultura, principalmente na escassez de alimentos⁹⁸.

European Public Health Alliance (EPHA) divulgou o [manifesto sobre o “Direito ao ar interno saudável”](#). A organização explicou que embora reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a poluição gerada pelo uso de fogões a gás em domicílio urge por regulamentação. Estimativas apontam que cerca de 700 mil crianças nos países europeus não teriam asma na ausência destes fogões a gás. O [Webinar](#) que lançará o manifesto “Cozinha limpa para a saúde pública - Protegendo a saúde da cozinha a gás”, ocorrerá no dia 21 de novembro de 2023 e pretende que os tomadores de decisão proponham políticas de controle destes produtos através de diálogo multidisciplinar⁹⁹.

Preparação para a Conferência Clima das Nações Unidas (COP28)

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou, no dia 01 de novembro, uma carta aberta dirigida ao presidente e aos países membros da COP28, evento que ocorrerá de 30 de novembro a 12 de dezembro, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. A carta faz um apelo para que os países acelerem a [eliminação progressiva dos combustíveis fósseis](#) visando o bem-estar e a saúde de todos. Assinada por [organizações que representam mais de 42 milhões de trabalhadores de saúde](#) no mundo, a carta teve grande repercussão na grande imprensa, incluindo o NY Times e a Radio France.¹⁰⁰

A NCD Alliance publicou notícia sobre a declaração feita em mais de 200 revistas especializadas em saúde, no dia 25 de outubro, pedindo que a [OMS declare as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade como uma emergência de saúde global](#). Às vésperas da 28ª Conferência das Partes (COP28) sobre mudanças climáticas, a ser realizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos, em dezembro de 2023, e da 16ª COP sobre biodiversidade, a ser realizada em 2024, que ocorrem separadamente. A notícia cita as três condições prévias para que a OMS declare uma situação como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional: ser grave, repentina, incomum ou inesperada; trazer implicações para a saúde pública além da fronteira nacional do estado afetado; e poder exigir ação internacional imediata. A crise planetária atende a todas essas condições. A declaração pede ainda que a OMS tome uma decisão antes ou durante a 77ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2024¹⁰¹.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) uniu forças com organizações profissionais de saúde em todo o mundo para exigir [o fim da dependência da humanidade de combustíveis fósseis](#) altamente poluentes e prejudiciais. O ICN é cossignatário de uma carta dirigida ao sultão Ahmed Al-Jaber, presidente eleito da Conferência Anual do Clima das Nações

⁹⁸ Rotary International. Twitter [Internet]. Did you know climate change affects food access?[Tweet]; 27 out 2023 [citado 03 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/1717979227511779439>.

⁹⁹ European Public Health Alliance. Twitter [Internet]. unte-se a nós no lançamento do Manifesto #CleanCooking. [tweet]; 30 out 2023 [citado 04 out 2023], Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1719001987155399046.

¹⁰⁰ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Urgent Global Health Appeal to COP28: Accelerate Fossil Fuel Phase-Out for Public Well-being | WFPHA; 1 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/physicians-under-bombardment-in-solidarity-with-frontline-health-heroes-and-heroines-2/>.

¹⁰¹ GLOBAL call to action: The planetary crisis is a public health emergency. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/global-call-to-action-the-planetary-crisis-is-a-public-health-emergency>. Acesso em: 4 nov. 2023.

Unidas, que começa em 30 de novembro nos Emirados Árabes Unidos. Pela primeira vez, a reunião da COP28 dedicará um dia inteiro ao tema das alterações climáticas e da saúde. A carta, publicada em 1 de novembro e enviada em nome da comunidade médica e de saúde internacional, insta os países a acelerarem os seus esforços para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis como um passo importante em direção ao objetivo da Saúde para Todos¹⁰².

A World Medical Association divulgou uma [carta assinada por 46,3 milhões de profissionais da saúde para a COP 28](#), solicitando uma transição rápida e justa para longe dos combustíveis fósseis, com investimento em energia limpa e busca de ar puro.¹⁰³

Saúde Planetária

A International Union for Health Promotion and Education apresentou uma nova publicação em conjunto com o Grupo de Trabalho Global - WAIORA Saúde Planetária: [Promoção da Saúde Planetária e Visões e Conhecimentos do Mundo Indígena](#).¹⁰⁴

A Wonca anunciou o tema do Dia Mundial do Médico de Família de 2024: [Saúde Planetária](#), durante a realização do seu congresso em Sidney.¹⁰⁵

Promoção da saúde

Estímulo à realização de atividade física

A World Heart Federation lançou o resumo de políticas “Mais pessoas, mais ativas, mais frequentemente para a saúde do coração – tomar medidas sobre a atividade física”, que “descreve os benefícios do exercício regular para a saúde e inclui recomendações sobre intervenções eficazes para aumentar os níveis de atividade física da população”. Para incentivar a atividade física, lançaram um [desafio com várias possibilidades de atividades físicas que podem ser compartilhadas até 1º de dezembro nas redes sociais](#), utilizando a hashtag #WorldHeartChallenge¹⁰⁶.

Para marcar o Dia Mundial das Cidades, comemorado em 31 de outubro, a NCD Alliance analisou as cidades de Bogotá, Dacca, Xangai e Kigali para ver o que elas podem ensinar sobre uma vida urbana saudável. Estratégias como um dia sem carro, andar de bicicleta, recuperação de parques onde crianças e adultos possam se exercitar são experiências bem sucedidas nessas

¹⁰² ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN joins other health professionals in demanding an end to the world’s dependency on fossil fuels ahead of the COP 28 meeting; 1 nov 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-joins-other-health-professionals-demanding-end-worlds-dependency-fossil-fuels-ahead-cop-28>

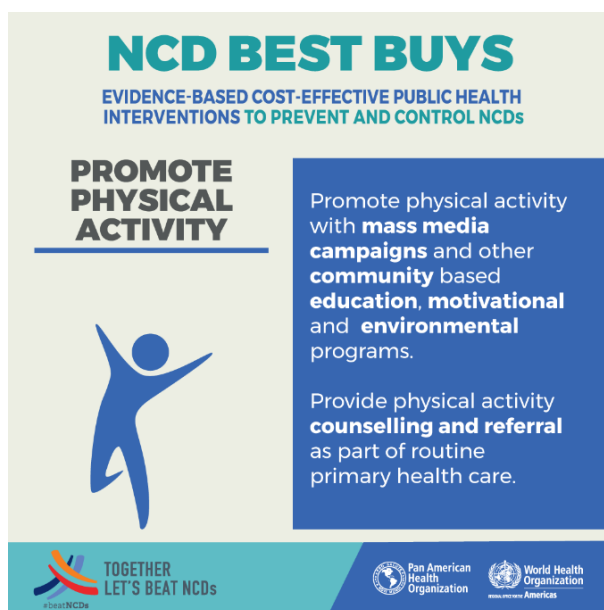
¹⁰³ World Medical Association [Internet]. The global health community stands united ahead of #COP28. We call for a rapid & just transition away from fossil fuels [...] [X]; 02 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @medwma. Disponível em: <https://x.com/medwma/status/1720005234343215437?s=20>

¹⁰⁴ IUHPE [Internet]. The IUHPE has published a new launched [...] [X]; 02 nov 2023 [citado 03 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IUHPE/status/1720087667654946825>

¹⁰⁵ Wonca - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. Twitter [Internet]. **Announcement:** #WorldFamilyDoctorDay 2024 Theme [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/lygidakis/status/1718390144351514664>

¹⁰⁶ WORLD HEART FEDERATION. Policy Brief on Physical Activity: More people, More active, More often for heart health. 30 out. 2023. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/whf-policy-brief-on-physical-activity-more-people-more-active-more-often-for-heart-health/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

idades e corroboram para as orientações da OMS sobre a **importância da atividade física como fator de risco para várias DCNT**¹⁰⁷.



Fonte: [NCD Alliance](#)

Controle do tabaco

A World Medical Association repercutiu o lançamento do Centro de Informações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS para **Publicidade, Promoção e Patrocínio Transfronteiriços de Tabaco**.¹⁰⁸

A ACT Promoção da Saúde informou que a desistência do recurso pelas Multinacionais Souza Cruz e Philip Morris foi homologada, confirmando a decisão dos tribunais superiores sobre a sentença proferida em 2018 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Essa determinação **proíbe as empresas de comercializarem cigarros acompanhados de outros produtos**, como isqueiros e cinzeiros, estabelecendo uma multa de R\$ 750 mil em caso de violação.¹⁰⁹

A ACT Promoção da Saúde publicou um documento fundamentado nos protocolos internacionais de **controle do tabaco e de contrabando do tabaco**, o qual contém 14 recomendações para o aprimoramento das políticas tanto no Brasil quanto globalmente.¹¹⁰

¹⁰⁷ PHYSICAL activity promotion initiatives around the world show that healthier cities are possible. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/physical-activity-promotion-initiatives-around-the-world-show-that-healthier-cities-are-possible>. Acesso em: 4 nov. 2023.

¹⁰⁸ World Medical Association [Internet]. Launch of WHO FCTC Information Hub for Cross-border Tobacco Advertising, Promotion and Sponsorship [...][X]; 26 oct 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @medwma. Disponível em: <https://x.com/medwma/status/1717436014963073046?s=20>

¹⁰⁹ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Multinacionais Souza Cruz e Philip Morris desistiram do recurso e os tribunais superiores confirmaram a decisão de 2018 [...][X]; 1 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @actbr. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1719771392948797521?s=20>

¹¹⁰ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Com base nos protocolos internacionais de controle do tabaco e de contrabando do tabaco, a ACT levantou - como sociedade civil - 14 [...][X]; 27 oct 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @actbr. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1718020269753635064?s=20>

A ACT Promoção da Saúde divulgou matéria que expõe que a [indústria do tabaco está exercendo pressão sobre o governo federal](#), enquanto a atenção está voltada para o Senado, que discute a Reforma Tributária.¹¹¹

Controle do álcool

A ACT Promoção da Saúde divulgou um vídeo sobre sua participação na sétima [conferência de controle de álcool](#). O evento discutiu perspectivas globais de políticas públicas para o controle do álcool, buscando a possibilidade de uma Convenção-Quadro para o controle do álcool ou outra ferramenta vinculante que auxilie no avanço das políticas de controle do álcool em todos os países.¹¹²

Educação sexual

A Fundación Huésped divulgou o novo livro de Leandro Cahn, Mar Lucas, Cecilia Valeriano y Marcelo Gutiérrez intitulado "[De chicos a hombres: Guía de educación sexual integral para trabajar con los hombres en la escuela y en la familia](#)", com o objetivo de oferecer uma orientação de educação sexual integral para abordar as diversas maneiras de ser homem, bem como explorar como os papéis de gênero são incorporados, o que são os micromachismos, de onde surgem e como os discursos de ódio operam.¹¹³

Reforma tributária

A ACT Promoção da Saúde divulgou um evento sobre a [Reforma Tributária e Seus Impactos na saúde](#), que teve como objetivo debater como a tributação de produtos não saudáveis, tais como tabaco, álcool, alimentos ultraprocessados e agrotóxicos, pode contribuir para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.¹¹⁴

A ACT Promoção da Saúde expressou seu repúdio à ação do senador Eduardo Braga. Após protocolar a primeira versão de seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça sem o [parágrafo que poderia permitir que produtos nocivos escapassem da tributação apropriada](#), o senador apresentou uma segunda versão do texto, onde o parágrafo em questão ressurgiu.¹¹⁵

¹¹¹ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Enquanto os olhares estão atentos ao Senado, na discussão da Reforma Tributária, reportagem do @ojoioeotriga revela que [...] [X]; 27 oct 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @actbr. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1718033502854078464?s=20>

¹¹² ACT Promoção da Saúde [Internet]. Paula Johns (@johnspaula) e Laura Cury (@lauracury6) têm um recado sobre o que está sendo pensado, em termos globais [...] [X]; 30 oct 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @actbr. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1719057744894763425?s=20>

¹¹³ Fundación Huésped [Internet]. ¡Estamos de estreno! Presentamos “De chicos a hombres: Guía de educación sexual integral para trabajar con los varones en la escuela y la familia”, el nuevo libro [...] [X]; 2 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @FundHuesped. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1720093424337183001?s=20>

¹¹⁴ ACT Promoção da Saúde [Internet]. A ACT Promoção da Saúde e @somosumane, em parceria com @JornalOGlobo e @valoreconomico, realizarão o evento presencial Reforma Tributária e Impactos na saúde em Brasília [...] [X]; 2 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @actbr. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1719781879430222200?s=20>

¹¹⁵ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Alerta sobre reforma tributária! No dia 25/10, o sen. Eduardo Braga protocolou uma versão do seu relatório, na CCJ, por volta das 11h. [...] [X]; 1 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @actbr. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1719732487138504983?s=20>

Saúde dos idosos

Vacinação de idosos

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a realização do Simpósio Presidencial sobre [Imunização para Todas as Idades](#), onde especialistas destacaram a importância da imunização ao longo da vida.¹¹⁶

Saúde ocular

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a realização de uma reunião de especialistas alemães em retina para aprender com a [Pesquisa Global do Programa Barômetro](#) e discutir estratégias para melhorar o atendimento centrado no paciente em suas clínicas e na Alemanha como um todo.¹¹⁷

Idadismo

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) publicou uma convocação ao movimento para combater o preconceito de idade, destacando que [idadismo ou etarismo](#) são palavras usadas para descrever os estereótipos, preconceitos e discriminação contra nós mesmos ou outras pessoas, com base na idade.¹¹⁸

Doença Cardíaca Reumática

A World Heart Federation lançou no Congresso Mundial sobre Doença Cardíaca Reumática, as [Diretrizes WHF 2023 para o Diagnóstico Ecocardiográfico da Doença Cardíaca Reumática](#) (DRC). Com as diretrizes, espera-se beneficiar todas as regiões endêmicas da DCR no todo o mundo, com especial ênfase nos países de baixo e médio rendimento e nos locais com recursos limitados, assim como potencializar o diagnóstico precoce.¹¹⁹

Inequidade de gênero

A OXFAM destacou sua [colaboração](#) com o Grupo de Trabalho de ONGs sobre Mulheres, Paz e Segurança e pediu a plena, igualitária, significativa e segura participação e liderança das mulheres em todas as crises e conflitos. Além disso, exortou o Conselho de Segurança da ONU e os Estados-Membros a apoiar essa causa.¹²⁰

¹¹⁶ IFA International Federation of Ageing. Twitter [Internet]. Presidential Symposium on Immunisation for All Ages [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1720153882305687604>

¹¹⁷ IFA International Federation of Ageing. Twitter [Internet]. Barometer Program Global Survey [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1720077095055814658>

¹¹⁸ IFA International Federation of Ageing. Twitter [Internet]. Ageism is the word used to describe the stereotypes [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1719746239758000486>

¹¹⁹ WORLD HEART FEDERATION. ANNOUNCING the new WHF Guidelines for the Echocardiographic Diagnosis of Rheumatic Heart Disease - World Heart Federation. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/announcing-the-new-whf-guidelines-for-the-echocardiographic-diagnosis-of-rheumatic-heart-disease/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

¹²⁰ Oxfam International. Twitter [Internet]. Together with @ngowgwps call for the full, equal, meaningful & safe participation & leadership of women in all crises and [Tweet]; 25 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1717073562022858893?s=20>

A OXFAM destacou o [Dia Internacional de Cuidado e Apoio](#), reconhecendo o trabalho das cuidadoras e o direito de oferecer cuidados.¹²¹

A OXFAM destacou o [trabalho das mulheres](#), que representam 75% do trabalho de cuidados, como cozinhar, limpar e amamentar. Nesse sentido, fez um chamado aos governos para reconhecer o direito ao cuidado.¹²²

A OXFAM destacou que as [mulheres](#) frequentemente representam mão de obra barata ou gratuita sem quaisquer benefícios sociais para a economia de mercado de fornecedores de cuidados. No Dia Internacional de Cuidados e Apoio, a organização fez um apelo para mudar essa situação e reconhecer o direito de oferecer cuidados.¹²³

A Women in Global Health destacou a urgência da [igualdade de gênero](#), seja nas condições de trabalho, seja na garantia de salários e direitos trabalhistas iguais para profissionais de saúde como uma premissa da construção de sistemas de saúde com cuidados primários fortes e abrangentes¹²⁴.

O capítulo Espanha da Women in Global Health, motivado pelo episódio de assédio sofrido por uma jogadora da seleção espanhola feminina de futebol, deu início a uma iniciativa de compartilhamento anônimo de [casos de assédio na saúde e na academia](#). Em menos de um mês receberam 345 histórias de assédio sexual (73,6%) e verbal e abuso sexual (28,7%) e suas consequências psicológicas. O próximo passo será uma entrevista com as pessoas que relataram sofrer os abusos¹²⁵.

Lobby e resistência às farmacêuticas

A People 's Vaccine Alliance informou que as companhias farmacêuticas estão intensificando seus esforços de lobby para influenciar o [acordo comercial entre o Reino Unido e a Índia](#). Elas trocaram quase 4.000 e-mails com autoridades do Reino Unido, e a lista de demandas da indústria coloca em risco o fornecimento global de medicamentos genéricos.¹²⁶

A Public Citizen divulgou análise que revela que a farmacêutica [Amgen manipulou o sistema de patentes](#) e fez com que o Medicare pagasse preços elevados pelo etanercept, vendido sob o nome de marca Enbrel que trata doenças autoimunes. Isso custou ao Medicare

¹²¹ Oxfam International. Twitter [Internet]. As the world comes together for International Day of Care and Support, we urge you to support carers and their [Tweet]; 28 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1718326770888319287?s=20>

¹²² Oxfam International. Twitter [Internet]. Women do a staggering 75% of the care work such as cooking, cleaning and nursing, while men do only 25% [Tweet]; 29 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1718689200747237820?s=20>

¹²³ Oxfam International. Twitter [Internet]. Women support the market economy with cheap and free labour, they also support the state by providing care. To change [Tweet]; 31 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1719466778282397825?s=20>

¹²⁴ Women In Global Health. Twitter [Internet]. To build a more robust and comprehensive primary health system. [Tweet]. 03 nov 2023 [citado 03 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1720356110446526967>.

¹²⁵ WHEN WOMEN in health say #EnoughisEnough. 26 out. 2023. Disponível em: <https://womensingh.org/when-women-in-health-say-enoughisenough/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

¹²⁶ The People's Vaccine [Internet]. BREAKING: Big Pharma is conducting a lobbying onslaught to influence the UK-India trade deal. [...] [X]; 01 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://x.com/peoplesvaccine/status/1719719764157764064?s=20>

mais de US\$1 bilhão até o momento, sendo mais um exemplo de como as grandes farmacêuticas estão enriquecendo às custas da população.¹²⁷

A People's Vaccine Alliance compartilhou um artigo sobre as ações para [combater o domínio das grandes empresas farmacêuticas](#) na saúde global, visando romper os monopólios farmacêuticos que não têm como objetivo salvar vidas, mas sim obter lucros consideráveis.¹²⁸

A People's Vaccine Alliance repercutiu a iniciativa das [famílias de pacientes com fibrose cística](#), que estão questionando à Vertex Pharmaceuticals: 'quantos milhões são suficientes?' devido à cobrança exorbitante de US\$326 mil por ano pelos medicamentos vitais para o tratamento da fibrose cística, que resulta em apenas 25% dos pacientes tendo acesso a esse tratamento.¹²⁹

Racismo e discriminação

European Public Health Alliance (EPHA) divulgou [evento](#) realizado em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos "[Racismo, Discriminação e Saúde: uma abordagem em Direitos Humanos](#)". A Organização justificou que o evento visa aumentar a sensibilização sobre o impacto do racismo e discriminação na saúde e acesso aos serviços de saúde nas políticas dos países e da União Europeia, uma vez que faz-se necessário garantir o direito à saúde para comunidades étnicas e racializadas. Esta iniciativa pretende propor estratégias para integrar a luta contra o racismo e incentivar ações concretas na área da saúde.¹³⁰

Descolonialidade

A Progressive International divulgou uma matéria sobre o [acordo comercial entre a União Europeia e a Tunísia](#) que deixou aos pequenos agricultores frente a atores internacionais e uma política doméstica que favorece as corporações. Enquanto a UE avança para implementar seu Pacto Verde, a organização adverte para evitar que esse acordo estabeleça outro tipo de dependência em importações europeias e acordos comerciais desfavoráveis para os países do Sul Global.¹³¹

Equidade em saúde

A Interacademy Partnership anunciou o lançamento do [Atlas de Equidade em Saúde Global](#), desenvolvido pela Universidade dos Andes e pelo Instituto Universitário Europeu, sob liderança do Dr. Juan Garay. Este atlas é uma ferramenta essencial que reúne dados extensos

¹²⁷ Public Citizen [Internet]. Analysis Shows Amgen's Gaming Of Patent System Cost Medicare More Than a Billion in Savings Over Less Than Four Years; 31 out 2023 [citado 02 nov 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/analysis-shows-amgens-gaming-of-patent-system-cost-medicare-more-than-a-billion-in-savings-over-less-than-four-years/>

¹²⁸ The People's Vaccine [Internet]. "What #BigPharma is running, more than medical production, more than drug invention, is monopolies [...]"; 01 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://x.com/peoplesvaccine/status/1719660479830716453?s=20>

¹²⁹ The People's Vaccine [Internet]. Watch brave #CysticFibrosis families ask @VertexPharma the important question [...]"; 01 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://x.com/peoplesvaccine/status/1719655738597842972?s=20>.

¹³⁰ European Public Health Alliance. Twitter [Internet]. Join us for an event organized with @UNHumanRights on Racism. [tweet]; 23 out 2023 [citado 04 out 2023], Disponível em: https://twitter.com/EPHA_EU/status/1716442141512143021,

¹³¹ Progressive International [Internet]. Living on the land; 24 out 2023 [citado 02 nov 2023]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2023-10-24-living-on-the-land/en>

coletados ao longo de mais de uma década no campo da equidade em saúde global, fornecendo indicadores, tabelas, mapas e vídeos a partir de um conjunto de mais de dois milhões de pontos de dados internacionais desde 1960. Este recurso visa facilitar a análise da equidade em saúde para acadêmicos, tomadores de decisão e defensores do avanço da saúde como um direito humano.¹³²

Força de trabalho em saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) realizou no dia 26 de outubro um webinar sobre o Roteiro para a [Força de Trabalho em Saúde Pública](#) e Emergências, iniciativa conduzida pela OMS que tem contado com a colaboração de membros do Grupo de Trabalho em Educação e Treinamento de Profissionais de Saúde Pública. As Funções Essenciais de Saúde Pública (FESP) da OMS foram usadas para informar as competências necessárias para formar a futura força de trabalho em saúde pública e emergências.¹³³

A Women in Global Health produziu [relatório da tendência nos países ricos de abandono de trabalho](#) pelas trabalhadoras da saúde. Esse abandono tem estimulado a migração de trabalhadoras da saúde de países de baixa renda. Segundo a organização, o relatório lança luz sobre o problema e traz reflexões sobre as implicações do fenômeno nos sistemas de saúde em todo o mundo e a necessidade de mudanças na abordagem de gênero para evitar a crise¹³⁴.

A Rede de Médicos Juniores da World Medical Association divulgou uma edição especial de seu boletim informativo focado em [Educação Médica e Ética Médica](#).¹³⁵

A Interacademy Partnership anunciou a realização do [Young Physician Leaders de 2023](#) em parceria com a European School of Management and Technology Berlin. Nesta edição, 18 jovens médicos de 15 países e quatro continentes participaram de um currículo abrangente projetado para fortalecer suas habilidades de liderança e abordar preocupações globais em políticas de saúde. O evento coincidiu com o World Health Summit, proporcionando uma plataforma para que jovens médicos aprimorem suas habilidades de liderança, tenham oportunidades de networking e ampliem seu conhecimento no setor de saúde.¹³⁶

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) celebrou o [Dia Mundial do Terapeuta Ocupacional](#), em 27 de outubro, que teve este ano como tema “Unidade através da Comunidade”.¹³⁷

¹³² The Interacademy Partnership [Internet]. The Global Health Equity Atlas unveiled; 26 out 2023 [citado 02 nov 2023]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/unveils-global-health-equity-atlas>

¹³³ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Translating the Essential Public Health Functions into Public Health Curricula | WFPHA; 18 out 2023 [citado 2 nov 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/translating-the-essential-public-health-functions-into-public-health-curricula/>.

¹³⁴ Women In Global Health. Twitter [Internet]. Uncover the reasons why women health workers are leaving their roles. [Tweet]. 30 out 2023 [citado 03 nov 2023]. Disponível em: <https://womeningh.org/great-resignation>.

¹³⁵ World Medical Association [Internet]. The WMA Junior Doctors Network Team has published a special edition of their Newsletter [...] [X]; 02 nov 2023 [citado 2 nov 2023]. Twitter: @medwma. Disponível em: <https://x.com/medwma/status/1719281469661544454?s=20>

¹³⁶ The Interacademy Partnership [Internet]. IAP Young Physician Leaders: empowering future healthcare leaders; 20 out 2023 [citado 02 nov 2023]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/ypl-2023-empowering-future-healthcare-leaders>

¹³⁷ WFOT - World Federation of Occupational Therapists. Twitter [Internet]. World Occupational Therapy Day is now. 27 October 2023 [Tweet]; 27 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/thewfot/status/1717836925699027294>

Pesquisa e desenvolvimento

A DNDi divulgou o filme, [Fora das sombras](#), sobre três cientistas da instituição que atuam no Brasil, na República Democrática do Congo e no Sri Lanka, e o trabalho que desenvolvem para descobrir, desenvolver e fornecer curas para pacientes com doenças negligenciadas. Filmado para marcar o aniversário de 20 anos da DNDi, Fora das sombras conta a história de como as parcerias únicas e sem fins lucrativos para o desenvolvimento de medicamentos forneceram novos tratamentos que salvaram milhões de vidas e colocaram certas doenças, como a doença do sono, a caminho da eliminação¹³⁸.

Saúde digital

A representação do Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) na [conferência de saúde digital](#) garantiu o lugar da terminologia de enfermagem nos registros eletrônicos de saúde e na rede digital global da OMS. O especialista em enfermagem digital Dr. Ernesto Morais, representou o ICN em uma importante conferência de saúde digital em Bonn, Alemanha. A Declaração de Posição do ICN sobre saúde digital afirma que os enfermeiros devem estar envolvidos e participar em fóruns nacionais e globais de tomada de decisão em saúde digital, incluindo no planejamento, concepção, teste e implementação de produtos de saúde digitais e sistemas de saúde digitalizados. A posição do ICN é também que “a profissão de enfermagem deve contribuir para o desenvolvimento da tecnologia digital de saúde para garantir que seja desenvolvida e aplicada de uma forma que satisfaça as necessidades dos indivíduos, das famílias, das comunidades e dos profissionais de saúde”¹³⁹.

A International Hospital Federation publicou relatório sobre o potencial da [tele saúde](#) para resolver muitos dos desafios atuais da gestão hospitalar. Este relatório analisa a prestação sustentável de cuidados de saúde, a durabilidade da força de trabalho, a qualidade dos cuidados e a educação.¹⁴⁰

Assédio a professores

O [Congresso brasileiro realizou audiência pública sobre assédio contra os professores](#) por abordarem temas em sala de aula. As táticas de manipulação transformaram a educação em arma para ganhos políticos entre um segmento conservador da população e aumentaram o assédio aos professores, informou a Human Rights Watch.¹⁴¹

¹³⁸ Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. Out of the Shadows: The Story of DNDi; 23 out 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/videos/2023/out-of-the-shadows-the-story-of-dndi/>.

¹³⁹ ICN - International Council of Nurses [Internet]. ICN representation at digital health conference will secure nursing terminology's place in electronic health records and in WHO's global digital network; 21 out 2023 [citado 4 nov 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-representation-digital-health-conference-will-secure-nursing-terminologys-place-electronic>

¹⁴⁰ IHF International Hospital Federation. Twitter [Internet]. The potential for #telehealth [Tweet]; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1720462131047305707

¹⁴¹ Human Rights Watch [Internet]. Brazil's Congress Holds Public Hearing on Teacher Harassment; 31 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/10/31/brazils-congress-holds-public-hearing-teacher-harassment>

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Conflito Israel - Gaza

A Consortium of Universities for Global Health divulgou [um comunicado de imprensa](#) se posicionando em relação ao conflito¹⁴², focando no fato de que os suprimentos médicos essenciais estão diminuindo, os hospitais estão vulneráveis e sobrecarregados e não há espaços seguros para os civis garantirem refúgio. O comunicado possui uma lista de organizações que possuem campanhas de arrecadação de recursos para o conflito.

Segurança

O Center for Strategic and International Studies publicou um [comentário sobre uma nova visão para lidar com ameaças recorrentes no norte da Europa](#) à infraestrutura de energia e comunicação, depois que um navio mercante chinês danificou dutos de gás e cabos de transmissão de dados.¹⁴³

O Center for Strategic and International Studies fez uma reportagem sobre os desafios de segurança do Caribe. [A evolução do envolvimento chinês com a República Dominicana](#) levou a progressos discretos na cooperação em segurança, nos setores digital e elétrico.¹⁴⁴

O Center for Strategic and International Studies comentou que o ataque do Hamas representou um enorme fracasso para os serviços de inteligência israelense. Um grupo de especialistas do CSIS examinou diferentes aspectos desta falha, [avaliando a inteligência israelense e o potencial fracasso político](#).¹⁴⁵

Pesquisa e Desenvolvimento

Saúde mental

Pesquisadores da Wellcome Trust estão explorando [o potencial do mapeamento cerebral para revolucionar a compreensão e tratamento das psicoses](#), problema grave de saúde mental que afeta aproximadamente 1 em 100 pessoas em todo o mundo. O estudo chamado *Brainchart* analisou dados de neuroimagem de 60.000 pessoas para criar gráficos cerebrais e compará-los com 3.000 pacientes em estágios iniciais de psicose, revelando os padrões cerebrais únicos para cada indivíduo. Essa pesquisa abriu possibilidades de intervenção personalizada e detecção precoce de psicoses comparando “atividades cerebrais normais com as anormais”. Uma ferramenta de software foi lançada oferecendo uma “impressão digital cerebral” que permite verificar atividades neurais fora dos padrões, agilizando os ensaios clínicos. Segundo a Wellcome Trust essas descobertas têm potencial de entender várias condições de saúde mental,

¹⁴² THE CONSORTIUM OF UNIVERSITIES FOR GLOBAL HEALTH. Press Release: CUGH’s Statement on the Israeli-Palestinian Conflict. Disponível em: <https://www.cugh.org/blog/press-release-cughs-statement-on-the-israeli-palestinian-conflict/>. Em 04 nov. 2023.

¹⁴³ CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. A New Vision to Deal with Familiar Threats in Northern Europe; 27 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/new-vision-deal-familiar-threats-northern-europe>

¹⁴⁴ CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. The Evolution of Chinese Engagement with the Dominican Republic; 31 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/evolution-chinese-engagement-dominican-republic>

¹⁴⁵ CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Experts React: Assessing the Israeli Intelligence and Potential Policy Failure; 25 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/experts-react-assessing-israeli-intelligence-and-potential-policy-failure>

e os seus pesquisadores visam utilizar essa abordagem para aprimorar tratamentos prévios e individualizados.¹⁴⁶

Monitoramento de pandemias

Um artigo publicado por cientistas da Fundação Rockefeller destacou como o [monitoramento de águas residuais pode ajudar na preparação para pandemias sensíveis às mudanças climáticas](#), detectando variantes de Covid-19 e outras doenças infecciosas. Os autores enfatizaram a necessidade de parcerias e políticas para expandir o uso desse método na vigilância de saúde pública resiliente ao clima. Eles apontam que, embora não resolva todas as limitações dos sistemas de monitoramento de doenças atuais, o monitoramento de águas residuais tem o potencial de superar desafios antigos e persistentes.¹⁴⁷

Testes diagnósticos

A FIND destacou que a OMS publicou a [Lista de Testes Diagnósticos Essenciais de 2023](#), que inclui dois novos dispositivos de uso pessoal desenvolvidos pela organização e seus parceiros: um para monitorar a glicose e outro para realizar testes moleculares comunitários de baixa complexidade para tuberculose.¹⁴⁸

A FIND lançou um [chamado](#) em busca de parceiros de fabricação e comercialização para um teste de diagnóstico rápido baseado em antígeno para infecção por esquistossomose, com foco em países de baixa e média renda.¹⁴⁹

A FIND destacou um [evento](#) chamado "Multi-disease diagnostic network optimization in Kenya" que aborda a otimização de procedimentos diagnósticos a partir de desenvolvimentos recentes que melhorariam a acessibilidade aos testes para tuberculose, HIV e HPV.¹⁵⁰

A FIND destacou a realização de um [webinar](#) para o lançamento de perfis-alvo (características esperadas) para novos produtos tecnológicos em monitoramento da glicose.¹⁵¹

¹⁴⁶ WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. Could brain mapping transform how we predict and treat psychosis? | Wellcome; out 2023 [citado 26 out 2023]. Disponível em:

<https://wellcome.org/news/could-brain-mapping-transform-how-we-predict-and-treat-psychosis>

¹⁴⁷ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Wastewater Surveillance Facilitates Climate Change–Resilient Pathogen Monitoring; out 2023 [citado 26 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/wastewater-surveillance-facilitates-climate-change-resilient-pathogen-monitoring/>.

¹⁴⁸ FIND. Twitter [Internet]. @WHO has just released their 2023 Essential #Diagnostics List FIND and partners led the submissions of two critical new [Tweet]; 23 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1716364554848899390?s=20>

¹⁴⁹ FIND. FIND | Diagnosis for all [Internet]. Seeking a manufacturing and commercialization partner for an antigen-based rapid diagnostic test for schistosomiasis infection with a focus in low- and middle-income countries; 23 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: https://www.finddx.org/wp-content/uploads/2023/09/20230911_cfp_ag_schistosomiasis_FV_EN.pdf

¹⁵⁰ FIND. Twitter [Internet]. Join us tomorrow to learn more about #diagnosticnetworkoptimisation in #Kenya! The session will cover recent developments to improve accessibility to [Tweet]; 25 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1717099071133896719?s=20>

¹⁵¹ FIND. Twitter [Internet]. Mark your calendars for next Tuesday 31 Oct. for a webinar with @HAImedicines on the launch of target product profile [Tweet]; 25 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1717116187333513351?s=20>

A FIND destacou a exibição "TESTED" em Genebra, que ressalta a importância do acesso equitativo a diagnósticos, considerado crucial para sistemas de saúde sustentáveis e resilientes.¹⁵²

A FIND destacou a [colaboração](#) com o Fórum Mundial de Produção Local e a UNITAID para discutir o desenvolvimento sustentável e o fornecimento e adoção de testes diagnósticos fabricados regionalmente que fortalecem a fabricação regional.¹⁵³

A FIND destacou o [lançamento](#) do primeiro perfil-alvo (características esperadas) para produtos de auto teste de glicemia, direcionado a países de baixa e média renda.¹⁵⁴

A FIND destacou sua participação na [World Conference on Lung Health 2023](#), onde apresentou avanços no desenvolvimento de produtos.¹⁵⁵

O Global Fund destacou o desenvolvimento de tecnologia de [testes moleculares](#) rápidos, portáteis e fáceis de usar para detectar a tuberculose, desenvolvidos na Índia. Esses dispositivos permitem testar e diagnosticar rapidamente, detectar cepas resistentes a medicamentos e testar outras doenças.¹⁵⁶

Saúde da mulher

A GAVI, the Vaccine Alliance, apontou [três condições que reforçam a lacuna na saúde das mulheres](#). As três condições destacadas são problemas cardíacos, endometriosis e o transtorno do espectro autista¹⁵⁷. Estas condições apontam, segundo os estudos citados na notícia, que embora fatores genéticos e ambientais possam contribuir, o preconceito de gênero (*gender bias*) também poderia ser responsável pelas diferenças existentes. Examinar o estado das disparidades na saúde das mulheres para, em seguida, identificar as maiores disparidades que possam contribuir em estratégias e políticas para melhores resultados de saúde das mulheres é um foco que organizações como a GAVI esperam reforçar a partir de tais estudos.

¹⁵² FIND. Twitter [Internet]. Time is ticking on viewing TESTED in person at Quai Wilson in #Geneva. Come out before the weekend to see [Tweet]; 26 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1717448301178495073?s=20>

¹⁵³ FIND. Twitter [Internet]. Alongside the World Local Production Forum, join us and @UNITAID on 7 Nov for an Accelerating Regional Manufacturing of Diagnostics [Tweet]; 26 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1717522339724738572?s=20>

¹⁵⁴ FIND. www.finddx.org [Internet]. Development of a target product profile for glucose self-monitoring technologies for use in low and middle-income countries; 1 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: https://www.finddx.org/wp-content/uploads/2023/10/20231031_tpp_glucose_self-monitoring_FV_EN.pdf

¹⁵⁵ FIND. Twitter [Internet]. Our countdown to @UnionConference has begun! We will be participating throughout as speakers, poster presenters, and as a part of [Tweet]; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1720099789759721571?s=20>

¹⁵⁶ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. India: Locally Developed Testing Technology Accelerates the Fight Against TB at Home and Abroad; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: https://www.theglobalfund.org/media/13348/corporate_2023resultsreport-india_casestudy_en.pdf

¹⁵⁷ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. 3 conditions that highlight the women's health gap. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/3-conditions-highlight-womens-health-gap>. Em 04 nov. 2023.

Fundos para o Desenvolvimento

Cobertura universal de saúde

O Global Fund registrou a sua participação no Diálogo Nacional de Financiamento da Saúde em [Ruanda](#), enfatizando o papel do financiamento público da saúde na consecução da Cobertura Universal de Saúde e na criação de sistemas de saúde robustos e sustentáveis.¹⁵⁸

A GAVI, the Vaccine Alliance apontou [a questão do diagnóstico como uma importante ferramenta para alcançar maior cobertura universal de saúde](#)¹⁵⁹. Com menos de sete anos restantes para o prazo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2030, pelo menos 47% da população global ainda não possui acesso aos diagnósticos mais elementares. Alcançar a cobertura universal de saúde requer necessariamente o estabelecimento de uma rede de laboratórios e uma força de trabalho altamente capacitada para dar suporte ao diagnóstico dos pacientes, intervenções precoces e monitoramento contínuo de pacientes e doenças.

Resiliência climática

Uma reunião especial em Marrakech, Marrocos, reuniu a African Development Bank (AfDB), o Inter-American Development Bank (IDB), a The Rockefeller Foundation, a Bill e Melinda Gates Foundation, dentre outros, para discutir [o redirecionamento dos Direitos Especiais de Saque \(SDRs\)](#) de países contribuintes por meio de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs). O objetivo era fortalecer o financiamento de países necessitados, destacando crises resultantes da Covid-19, da guerra na Ucrânia e da crise alimentar. O propósito é que US\$ 5 bilhões de SDRs sejam redirecionados por meio da AfDB e do IDB gerando até US\$ 20 bilhões em empréstimos adicionais para projetos de desenvolvimento e resiliência climática, inclusive diretamente para o setor privado.¹⁶⁰

Durante o World Health Summit em Berlim, o Dr. Naveen Rao, Vice-Presidente Sênior de Saúde da Fundação Rockefeller, destacou [a importância de abordar as questões de saúde e clima](#). Ele ressaltou que as decisões atuais moldarão as gerações futuras e enfatizou que a mudança climática é a questão mais crítica para a saúde atual e futura. O Dr. Rao enfatizou a necessidade de liderança no setor de saúde na transição para energia renovável e na redução de emissões de carbono. Ele também destacou a importância da adaptação às mudanças climáticas e fortalecimento dos sistemas de saúde. O discurso terminou com uma carta emocional escrita para seus netos, destacando a responsabilidade de construir um futuro mais saudável e habitável para as próximas gerações.¹⁶¹

¹⁵⁸ The Global Fund. Twitter [Internet]. “Domestic health financing is the foundation upon which robust healthcare systems are built & underscores the sustainability of disease response [Tweet]; 3 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1720385472151662729?s=20>

¹⁵⁹ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Why we cannot overlook diagnostics in the pursuit of universal health care. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/why-we-cannot-overlook-diagnostics-pursuit-universal-health-care> Em 04 nov. 2023.

¹⁶⁰ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. IMF/World Bank Annual Meetings Ministerial Meeting – The Moment Together: Driving Finance Solutions for Development and Climate; out 2023 [citado 27 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/imf-world-bank-annual-meetings-ministerial-meeting-the-moment-together-driving-finance-solutions-for-development-and-climate/>.

¹⁶¹ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Remarks by Dr. Naveen Rao at the Future-Proof Solutions for Climate and Health Resilience Event at the 2023 World Health Summit; out 2023 [citado 27 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/remarks-by-dr->

Durante o Encontro Ministerial das Reuniões Anuais do FMI e Banco Mundial em Marrakech, a Fundação Rockefeller e a Fundação Open Society convocaram líderes, incluindo ministros e representantes da ONU e filantropia global, para [debater soluções para a crise econômica enfrentada por muitos países em desenvolvimento](#). As discussões abordaram reformas na arquitetura financeira global, questões de dívida e expansão do financiamento climático, considerando iniciativas anteriores, como o G20 Independent Review of MDB's Capital Adequacy Frameworks e a necessidade de maior envolvimento dos tomadores de empréstimos nas reformas da arquitetura da dívida. Além disso, foi ressaltada a urgência de aumentar o financiamento para adaptação e redução de emissões de carbono antes da COP28.¹⁶²

Transição energética

A Fundação Rockefeller concedeu US\$ 1 milhão à Elemental Excelerator, uma organização sem fins lucrativos focada em investimentos em [tecnologia climática](#), para apoiar soluções climáticas em comunidades carentes nos Estados Unidos.¹⁶³

Desigualdades econômicas

A Coalizão de Oportunidades Econômicas (EOC) da qual a Fundação Rockefeller faz parte anunciou uma iniciativa que visa [fornecer fundos para pequenas empresas, especialmente aquelas de comunidades carentes](#), para abrir, expandir e manter seus negócios. Assim, através de um objetivo ambicioso de obter US\$ 3 bilhões em depósitos das maiores corporações dos EUA, busca garantir que o acesso ao capital não seja mais um obstáculo ao sucesso em todo o país.¹⁶⁴

Infraestrutura digital

Para atingir todo o potencial da inclusão financeira, o diretor de Serviços Financeiros para os Pobres da Fundação Bill & Melinda Gates, destaca a necessidade de adotar uma abordagem sistêmica, baseada na [infraestrutura digital pública](#) (DPI). Isso envolve a criação de sistemas que abrangem economias, conectando pessoas, dados e dinheiro, de forma semelhante à rede de estradas que conecta pessoas e mercadorias. O DPI se baseia em três componentes interconectados: identidade digital, pagamentos e troca de dados. Além disso, o autor enfatiza a importância de garantir que essa abordagem seja inclusiva, especialmente para

naveen-rao-at-the-future-proof-solutions-for-climate-and-health-resilience-event-at-the-2023-world-health-summit/.

¹⁶² The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Marrakech Meeting on SDRs Rechanneling: Accelerating Development Finance Through Multilateral Development Banks; out 2023 [citado 27 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/marrakech-meeting-on-sdrs-rechanneling-accelerating-development-finance-through-multilateral-development-banks/>.

¹⁶³ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Elemental Excelerator and The Rockefeller Foundation Announce New Collaboration To Bring Climate Technologies to Underserved Communities Across the U.S.; out 2023 [citado 27 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/elemental-excelerator-and-the-rockefeller-foundation-announce-new-collaboration-to-bring-climate-technologies-to-underserved-communities-across-the-u-s/>

¹⁶⁴ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Group of Nation's Largest Corporations Announces Historic Plan To Expand Access to Capital and Opportunity for Underserved Individuals, Communities and Businesses; out 2023 [citado 27 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/group-of-nations-largest-corporations-announces-historic-plan-to-expand-access-to-capital-and-opportunity-for-underserved-individuals-communities-and-businesses/>.

as mulheres, e destaca os benefícios econômicos e sociais de sistemas financeiros abertos a todos.¹⁶⁵

O Center for Strategic and International Studies comentou a decisão da administração Biden de se afastar das [negociações acerca das tecnologias digitais e de comércio eletrônico da Organização Mundial do Comércio \(OMC\)](#), questionando a opção por esse afastamento.¹⁶⁶

Conflitos políticos

O Center for Strategic and International Studies comentou sobre as eleições na Venezuela, dada a hipótese de que Nicolás Maduro garanta um terceiro mandato, assim como o fez o líder da China. Nesse cenário, o presidente venezuelano [estreitou vínculos com a China em meio a tensões globais](#).¹⁶⁷

Direitos humanos

O Center for Strategic and International Studies fez uma reportagem sobre a Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDHNU). Será avaliado o histórico de direitos humanos de cada estado membro da ONU. Cuba, em particular, se prepara para uma quarta [Revisão Periódica Universal após mudanças significativas](#) com as últimas eleições.¹⁶⁸

O Global Fund destacou uma [reunião](#) com parceiros da sociedade civil canadense para discutir investimento para impacto, empoderamento das comunidades e trabalho conjunto para alcançar a equidade em saúde e proteger os direitos humanos sem deixar ninguém atras.¹⁶⁹

Doenças infecciosas

O Global Fund destacou a [publicação](#) do Relatório de Resultados de 2023, enfatizando as ações realizadas e os esforços para salvar vidas afetadas pela tuberculose, HIV e malária.¹⁷⁰

O Global Fund destacou a atuação da Clínica G-Link no [Vietnã](#), que tem se destacado na aplicação de testes para HIV e envolveu mais de duas mil pessoas com a PrEP.¹⁷¹

¹⁶⁵ Gates Foundation. Gates Foundation on X [Internet]. Our Director of Financial Services for the Poor, Michael Wiegand, explains why country leaders[...]; out 2023 [citado 27 out 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/gatesfoundation/status/1717224637816303679>.

¹⁶⁶ CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Playing into China's Hands; 30 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/playing-chinas-hands>

¹⁶⁷ CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Maduro's Pivot to Xi amid Global Strains; 2 nov 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/maduros-pivot-xi-amid-global-strains>

¹⁶⁸ CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Accountability or Posturing? Preparing for Cuba's Fourth Universal Periodic Review; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/accountability-or-posturing-preparing-cubas-fourth-universal-periodic-review>

¹⁶⁹ The Global Fund. Twitter [Internet]. Canada is a powerful partner in the fight to achieve #HealthEquity & protect #HumanRights. @PeterASands & @FINDdx @BillRodriguezID joined Canadian [Tweet]; 24 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1716821831997669553?s=20>

¹⁷⁰ The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Results Report 2023; 25 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/results/>.

¹⁷¹ The Global Fund. Twitter [Internet]. The Global Fund @GlobalFund · 26 oct. Since its inception, G-Link Clinic in Viet Nam has conducted thousands of #HIV [Tweet]; 26 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1717526589691376046?s=20>

O Global Fund destacou a entrega de nove milhões de redes para comunidades em Kano, [Nigéria](#), na luta contra a malária. Também destacou os esforços para garantir o acesso a mosquiteiros tratados com inseticida na Nigéria.¹⁷²

Vacinação

A GAVI, the Vaccine Alliance, anunciou [uma extensa campanha de vacinação de papilomavírus humano \(HPV\) na Nigéria](#) para as próximas semanas. Com a meta de vacinar aproximadamente 7.7 milhões de garotas¹⁷³, uma campanha de vacinação em massa de cinco dias em escolas e comunidades será realizada durante a primeira fase da campanha em 16 estados e no Território da Capital Federal. A vacina será então incorporada nos calendários de imunização de rotina nas unidades de saúde. A vacina será fornecida gratuitamente pelo Ministério Nacional da Saúde, por meio da Agência Nacional de Desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Primários, com o apoio da GAVI, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de outros parceiros.

A GAVI, the Vaccine Alliance, reportou que [as mulheres dos EUA pagam bilhões a mais por cuidados de saúde do que os homens todos os anos](#)¹⁷⁴. A união de despesas mais altas com despesas de saúde e a discrepância salarial entre homens e mulheres pode causar um efeito adverso nas finanças e saúde das mulheres empregadas, possivelmente forçando-as a fazer uma escolha entre os cuidados de saúde que precisam e os cuidados que podem pagar. Além disso, a análise do estudo citado indica que o valor da cobertura oferecida às mulheres, ou seja, a porcentagem dos custos médios que um plano de saúde cobrirá, era menor do que o oferecido aos homens.

Ajuda humanitária

A Fundação Rockefeller divulgou o lançamento do novo livro de Rajiv Shah, "Big Bets," onde ele relata sua jornada, desde [a supervisão da ajuda humanitária no Haiti até a liderança da Fundação Rockefeller](#). O livro funciona como uma memória e um apelo para enfrentar os desafios globais com ambição e otimismo, enfatizando a importância das parcerias na abordagem de questões complexas.¹⁷⁵

¹⁷² The Global Fund. Twitter [Internet]. In just two weeks, 8.8 million nets were delivered to 18+ million people in Kano, Nigeria, to help #EndMalaria. The [Tweet]; 31 out 2023 [citado 3 nov 2023]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1719278096350638081?s=20>

¹⁷³ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Nigeria to vaccinate 7.7 million girls against leading cause of cervical cancer. Disponível em: <https://www.gavi.org/news/media-room/nigeria-vaccinate-77-million-girls-against-leading-cause-cervical-cancer> Em 04 nov. 2023.

¹⁷⁴ GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. US women are paying billions more for healthcare than men every year. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/us-women-are-paying-billions-more-healthcare-men-every-year> Em 04 nov. 2023.

¹⁷⁵ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation's Rajiv Shah on How To Tackle the World's Biggest Challenges; out 2023 [citado 26 out 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundations-rajiv-shah-on-how-to-tackle-the-worlds-biggest-challenges/>.

EVENTOS

O People's Health Movement (PHM) anuncio o [evento para a América Latina, da 5° Assembleia Popular de Saúde \(PHA5\)](#) que ocorrerá em abril de 2024 em Mar Del Plata, Argentina.¹⁷⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período analisado, tanto organizações de interesse público quanto privado estiveram fortemente envolvidas em questões cruciais da saúde global. Especificamente, as organizações de interesse público destacaram a urgência de mais recursos e atenção para a população afetada na Faixa de Gaza, exigindo a proteção dos direitos humanos e o cessar-fogo em um conflito que só tem se intensificado. Nesse ponto, chama a atenção o silêncio das organizações de interesse privado, com apenas uma delas expressando preocupação com o sofrimento e as vidas perdidas em Israel e Gaza. Também chamou atenção a decisão do governo suíço de suspender o financiamento de organizações de direitos humanos, afetando principalmente aquelas atuantes na Palestina. Esta ação segue outras suspensões realizadas por governos europeus no início de outubro, contrariando a proteção dos direitos e dificultando a documentação de atrocidades e a busca por justiça.

No campo político, diversas organizações se pronunciaram sobre conflitos em diferentes regiões, fornecendo análises e posicionamentos para auxiliar na compreensão e solução de crises que violam os direitos humanos. Houve um foco considerável em questões de saúde pública, conscientização e prevenção, reconhecendo a importância de ações proativas na promoção da saúde e na luta contra várias formas de discriminação, como assédio no local de trabalho e discriminação etária. Temas como igualdade de gênero, desafios de saúde mental, desastres ambientais e mudanças climáticas foram abordados, defendendo-se ações imediatas e eficazes para resolver esses desafios globais. Além disso, as OSC denunciaram as ações das indústrias do tabaco e das farmacêuticas para minar políticas que poderiam afetar seus lucros, e destacaram exemplos de resistência por parte das organizações da sociedade civil, ressaltando o papel dessas entidades na proteção da saúde da população.

Em preparativos para a COP28, começaram as manifestações e petições para a transição de combustíveis fósseis para tipos de energia limpa. Espera-se que nas próximas semanas, as manifestações sobre este tema e a iminente crise climática aumentem em frequência, diante do evento e em paralelo aos demais desafios globais. Por parte das organizações privadas, foi comunicado o financiamento para apoiar soluções climáticas em países desenvolvidos, enquanto são discutidas apenas estratégias para fornecer recursos concessivos adicionais para países em desenvolvimento.

¹⁷⁶ People's Health Movement (PHM). [Internet]. PHA5 launching event in Latin America. 03 nov 2023 [citado em 04 nov 2023]. Disponível em: <https://phmovement.org/index.php/pha5-launching-event-latin-america>

A sociedade civil organizada pede o fim da ordem colonial: Gaza, Haiti e Cuba

The organised civil society calls for the end of the colonial order: Gaza, Haiti and Cuba

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

Abstract. *This inform will dedicate itself to explore the still very much alive colonialistic relations to our international order, passed on through policies of super exploitation and violence. Through the analyses of different world social movements and claims, we will expose the domain of neoliberal and its pillars of power: colonialism and imperialism. The main area of debate will remain the Palestine Occupation and the world wide efforts to: 1) end the genocide against the people of Gaza and 2) while doing so, to expose and create global networks capable of stop and refrain the intersectional web of structural violence that holds the neoliberal system together.*

Keywords: *Neoliberal order. Intersectional oppression. Colonialism. Palestine. Gaza Resolution.*

Resumo. Este informe será dedicado a explorar as relações colonialistas ainda muito vivas dentro da nossa ordem internacional, mantida através de políticas de superexploração e a violência. Através da análise de diferentes movimentos e reivindicações sociais mundiais, exporemos o domínio neoliberal e seus pilares de poder: o colonialismo e o imperialismo. A principal área de debate a será a Ocupação Palestina e os esforços mundiais para: 1) acabar com o genocídio contra o povo de Gaza e 2) ao fazê-lo, expor e criar redes globais capazes de parar e conter a teia interseccional de violência(s) estruturais que mantém unido o sistema neoliberal.

Palavras-chave: Ordem neoliberal. Opressão Interseccional. Colonialismo. Palestina. A Resolução de Gaza.

Neste informe iremos nos dedicar a explorar as relações atuais do Colonialismo moderno através dos campos das relações entre nações, saúde pública, trabalhadores, proteção do clima e superexploração dos ecossistemas, tendo como contexto geral o genocídio Palestino ainda em andamento e as críticas emergentes da sociedade civil ao redor do mundo, numa positivamente surpreendente onda de análises centradas na interseccionalidade internacional da teia colonial e de seus sustentadores, tendo esses marcadores de dominação estado presentes não apenas em Gaza.

Marcamos aqui as relações de subserviência mútua do colonialismo e do imperialismo como pilares fundadores do neoliberalismo como expressão do capitalismo moderno e como, quando usamos a expressão colonialismo, imperialismo e neoliberalismo, estamos evocando um sistema de ordenação internacional baseado no lucro e pautado na violência, na superexploração dos corpos e da natureza e na minorização de certos grupos, países e pessoas.

Por definição e escolha, usaremos a expressão Colonialismo e não neocolonialismo, num posicionamento explicado a partir da concepção de que, ainda que em vestes modernas, as

relações e tensionamentos que iremos explorar aqui foram fundadas no Colonialismo originário e na colonialidade do pensamento e do mundo que ainda segue vigente, sendo assim; não há nada de novo, com isso, não há a necessidade de usar o prefixo referido.

O ápice da política de terror vista na Faixa de Gaza está perto de completar 30 dias, somando um total de 10 mil mortos, sendo quase 5 mil crianças, 2,6 mil mulheres, 190 profissionais da saúde e 88 funcionários dos Sistema das Nações Unidas, 40 mil habitações e 250 escolas destruídas e 16 hospitais atacados, segundo o Escritório da ONU para Assuntos Humanitários. Como resposta, diversos movimentos ao redor do mundo estão se organizando para combater a rede de abastecimento que dá ao Estado de Israel - deixando claro a separação entre o povo e o governo, de modo a não culpar os judeus moradores do Estado, e sim aqueles que ativamente promovem e praticam políticas de violência através da aparelhagem estatal - o poder do terror, se organizando dos Estados Unidos a Inglaterra, a França a ruas de Tel Aviv uma série de protestos de descontentamento, numa onda de solidariedade marcada por um desejo comum: o desmonte das políticas coloniais que sustentam o imperialismo moderno do ocidente e sua rede de imposições políticas.

Difundido no dia 28 do último mês, [The Gaza Resolution](#) - A Resolução de Gaza, é um documento assinado por mais de 30 entidades de diversos países e locais, universidades, sindicatos e organizações e que através de uma listagem de 14 pontos centrais expressa pontos de preocupação e conexão entre a natureza colonial do projeto sionista e sua relação com o imperialismo ocidental, percebendo o laço entre a violência perpetuada contra o povo palestino e a violência contra outros povos minorizados.

“Nós, os abaixo-assinados, expressamos:

(1) Lamentar as vidas ceifadas no renovado ciclo de violência, brutalidade e destruição desencadeado pela ocupação em curso da Palestina;

(2) Considerar que o projeto sionista é de natureza colonial, construído em terras roubadas e sustentado pela exclusão, exploração e extermínio sistemáticos do povo palestino;

(3) Reconhecer a utilização do sionismo como arma do imperialismo ocidental e do Estado israelita como instrumento para suprimir a soberania e a unidade no mundo árabe – e promover a reacção violenta muito além dela;

(4) Considerar que o regime sionista demonstrou a sua natureza genocida tanto na intenção como no efeito;

(5) Compreender que a violência fascista contra o povo palestino hoje denuncia a violência do imperialismo ocidental contra todos os trabalhadores e povos oprimidos do mundo amanhã, porque esta é a tendência histórica do capitalismo em decadência;

(6) Reconhecer que o povo palestino enfrenta uma luta nacional, uma luta de classes e uma luta feminista; afirmar que a luta nacional deve ser vencida para que as demais lutas avancem; e rejeitar a transformação do “feminismo colonial” em arma para obscurecer as contradições primárias do colonialismo e do imperialismo e desviar a atenção da violência patriarcal e sexual que lhes é inerente;

(7) Reconhecer que, enquanto projecto colonial e posto avançado imperial, o Estado israelita se opõe à tendência da história de avançar em direcção à libertação, e que a libertação

do povo palestino representará, portanto, não só um duro golpe para o imperialismo em toda a parte, mas também uma revolução progressista. salto para toda a humanidade;

(8) Rejeitar a falsa equivalência entre colonizador e colonizado, reconhecer que a violência dos oprimidos é uma resposta à condição original da sua opressão e defender o direito inalienável do povo palestino de resistir, consagrado na Resolução 242 da ONU, como "a legitimidade da luta dos povos pela independência, integridade territorial, unidade nacional e libertação da dominação colonial, do apartheid e da ocupação estrangeira por todos os meios disponíveis";

(9) Denunciar a desinformação espalhada pelo Estado israelita e promovida pelas potências imperialistas e seus aliados, que desumaniza o povo palestino, alimenta a guerra genocida contra ele e encobre os crimes dos seus opressores;

(10) Condenar o silêncio ou o equívoco das organizações e movimentos não governamentais que utilizam os direitos humanos como arma para transformar os nossos direitos individuais e colectivos à assistência, proteção, dignidade e solidariedade num arsenal dirigido aos adversários da ordem imperial;

(11) Apoiar a autodeterminação e a soberania dos Estados da linha da frente e dos movimentos anti-sistémicos regionais, cujas aspirações democráticas são limitadas tanto pela agressão militar israelita como pelas pressões dos EUA para normalizar as relações com o Estado israelita;

(12) Ouça os apelos urgentes à solidariedade do povo palestino, que exige, no curto prazo:

- o fim imediato do genocídio,
- a entrega imediata de ajuda humanitária a Gaza e a restauração de água, alimentos, combustível e suprimentos médicos ao seu povo,
- um embargo militar contra o Estado de Israel,
- uma investigação sobre os crimes contra a humanidade perpetrados por representantes do regime israelita e seus cúmplices em todo o mundo,
- a remoção dos partidos políticos palestinos do programa de sanções terroristas OFAC do Tesouro dos EUA,
- a libertação de todos os presos políticos, e
- ação política determinada a todos os níveis para promover esses objetivos;

(13) Reconhecemos que estes objetivos imediatos continuam a ser insuficientes e comprometemo-nos a apoiar as aspirações de longa data do povo palestino:

- desmantelar os mecanismos de cumplicidade corporativa, institucional e estatal que sustentam o estado de apartheid israelita e a sua máquina militar, nomeadamente através de ataques e ações diretas dirigidas aos produtores e fornecedores de armas, serviços digitais, serviços de informação e produtos relacionados;
- defender a verdade e combater a propagação de mentiras e desinformação promovida pelo regime sionista e pelos seus apoiantes imperialistas, nomeadamente expondo os

seus crimes contra a humanidade e promovendo a educação popular sobre a longa luta pela libertação nacional da Palestina;

- avançar a luta anti-imperialista e anticolonial em todo o mundo, nomeadamente enfrentando o militarismo ocidental em todos os continentes;

(14) Sabendo que as nossas lutas coletivas pela libertação convergem na Palestina, comprometemo-nos a responder a estes apelos à solidariedade; consentir que as nossas ações sejam avaliadas em função da seriedade das suas aspirações; e prometem sufocar as artérias da cumplicidade que sustentam a opressão sionista do povo palestino militar, financeira, tecnológica e culturalmente.”

O documento como um todo, apesar de curto, mostra conexões muito importantes e necessárias de serem compreendidas em ordem para construir um novo sistema internacional passível de respeitar, por base fundante, os direitos humanos na sua totalidade. Com isso, dois pontos para ressaltarmos: A questão dos direitos humanos e sua *weaponizing*, ou seja, sua transformação num conceito escorregadio. Enrique Dussel, que recentemente faleceu, junto de Lander e Quijano, já nos avisa sobre isso, sobre a característica não-fundamentadora dos direitos humanos na sociedade ocidental capitalista e eurocentrada e como eles são um pressuposto oferecido a apenas alguns cidadãos, escolhidos a partir de seus capitais de acesso aos espaços de poder - em eterno contraste ao “outro”, o não dócil, o não civilizado. Essa imagem é fortemente associada a povos originários e marginalizados - desde o indígena que “precisa ser salvo de sua selvageria”, ao “ladrão bom é ladrão morto”, ao domínio de terras - e se relaciona também com o não direito a autodeterminação, também citada no documento, é levantada por muitos ativistas ao redor do mundo. A violência ocidental é civilizada, a violência do outro é apenas violenta e, assim, errada e passível de condena. Não casualmente, povos indígenas e tradicionais estão abrindo marchas e participando ativamente de movimentos pró Palestina, como em Minneapolis e Tacoma, num fascinante movimento de solidariedade e união e com uma clareza de percepção: a luta pela liberdade é global e deve ser pautada por [princípios comuns maiores do que características identitárias](#), mas sim pela proposta de uma vida livre de opressão e dominação.

Em um movimento comum, a iniciativa [Workers in Palestine](#), Trabalhadores na Palestina, vem servindo como uma célula “glocal” de resistência, com movimentos ao redor do mundo que trabalham por um objetivo comum: combater o armamento constante do Estado de Israel. *“Palestinian trade unions call on workers everywhere: Stop arming Israel and end all complicity!”* - organizado por sindicatos palestinos, o movimento chama à solidariedade, característica intrínseca dos sindicatos, os trabalhadores do mundo para que juntos paralizem as indústrias bélicas de transporte e produção de armas.

“À medida que Israel intensifica a sua campanha militar, os sindicatos palestinos apelam aos nossos homólogos internacionais e a todas as pessoas de consciência para que ponham fim a todas as formas de cumplicidade com os crimes de Israel - interrompendo urgentemente o comércio de armas com Israel, bem como todo o financiamento e investigação militar. A hora de agir é agora: as vidas palestinas estão em jogo.

Esta situação urgente e genocida só pode ser evitada através de um aumento maciço da solidariedade global com o povo da Palestina e que possa conter a máquina de guerra israelense. Precisamos que tomem medidas imediatas – onde quer que estejam no mundo – para impedir o armamento do Estado de Israel e das empresas envolvidas na infra-estrutura do bloqueio. Inspiramo-nos em mobilizações anteriores de sindicatos na Itália, na África do Sul e nos Estados

Unidos, e em mobilizações internacionais semelhantes contra a invasão italiana da Etiópia na década de 1930, a ditadura fascista no Chile na década de 1970 e noutros lugares onde a solidariedade global limitou a extensão da brutalidade colonial.

Apelamos aos sindicatos das indústrias relevantes:

- Excusar-se a construir armas destinadas a Israel.
- Recusar-se a transportar armas para Israel.
- Aprovar moções em seu sindicato para esse efeito.
- Tomar medidas contra empresas cúmplices envolvidas na implementação do cerco brutal e ilegal de Israel, especialmente se tiverem contratos com a sua instituição.
- Pressionar os governos para que parem todo o comércio militar com Israel e, no caso dos EUA, o financiamento do mesmo.

Fazemos este apelo quando vemos tentativas de proibir e silenciar todas as formas de solidariedade com o povo palestino. Pedimos-lhe que se pronuncie e tome medidas face à injustiça, tal como os sindicatos têm feito historicamente.”

As datas oficiais são 9 e 10 de Novembro, porém, ao redor do mundo já podemos ver diversos grupos de ativistas bloqueando portos, fábricas e protestando diante de indústrias, além de sindicatos colombianos e japoneses apoiando o grupo.

O grupo também chama os trabalhadores da saúde ao redor do mundo, lembrando a situação de insegurança vivida diariamente em Gaza e como isso afeta o acesso à saúde e a saúde dos trabalhadores da área; [não sendo isso necessariamente uma novidade](#), com movimentos do Estado de Israel para dificultar o acesso à alimentação, água potável e às vacinas da COVID-19, destruindo o sistema de saúde e a possibilidade de uma vida saudável, sendo o fim da ocupação e da política de violência também um aspecto de determinação social da saúde, sendo seu fim e o estabelecimento de uma Palestina livre e autodeterminada fundamental para a construção de um sistema de saúde resiliente.

Com a realidade da saúde pública em teste ao redor do mundo - Itália, Estados Unidos, Reino Unido vem seus sistemas públicos propositalmente desmontados em meio a campanhas pró privatização e trabalhadores esgotados - a solidariedade de classe seria agora indispensável para repensar e re-imaginar um sistema de saúde público e global que se afastasse da lógica neoliberal colonial e defendesse - de fato - os direitos humanos e o acesso à saúde em toda sua extensão e dentro dos quais o cumprimento de necessidades básicas - como segurança alimentar e acesso a medicamentos - não seja moeda de barganha e não esteja na balança contra o lucro, como podemos perceber nas [políticas de insegurança alimentar promovidas por Israel](#) e nas tentativas de mudanças, por parte do Reino Unido, [na legislação da Índia sobre a produção de genéricos](#).

O tema do colonialismo está presente - ou seria ele a origem? - em outras zonas de conflito ao redor do mundo, marcado por constantes políticas de violência e controle e por grupos de ativistas insatisfeitos e organizados ao redor de pautas decoloniais; como vemos nas zonas de dominação francesa no continente africano que ainda sofrem com relação de superexploração e domínio colonialista.

“Superficialmente, a promessa de cooperação entre a França e as suas antigas colónias em África – que pressupõe uma relação de benefício mútuo entre nações politicamente independentes – onde as primeiras, através da prestação de assistência técnica e militar, liderariam o desenvolvimento/avanço da sua antiga “família” colonial é ao mesmo tempo louvável e talvez até digna de emulação. No entanto, quando esta fachada cuidadosamente planeada é justaposta à realidade que se revelou ao longo das décadas, o que se revela é uma extensa conspiração envolvendo indivíduos dos mais altos níveis do governo francês. Juntamente com outros interesses comerciais influentes – também domiciliados em França – trabalharam com uma elite africana selecionada para orquestrar os crimes mais extensos e hediondos contra o povo da atual África francófona. Um povo que, ainda hoje, continua a sofrer sob o peso da ganância insaciável da França.

A ganância e a cobiça que levaram as nações europeias a abandonar o comércio para a colonização em África estão tão vivas hoje como estavam nas décadas de 1950 e 1980. A decisão de ceder às exigências africanas de independência não foi o resultado de qualquer benevolência ou razão civilizada por parte da Europa, mas sim por conveniência económica e política. Assim, quando o então presidente da França, Charles de Gaulle – que nutria a ambição de ver a França manter o seu estatuto de potência mundial – concordou com a independência das suas colónias africanas, foi apenas uma medida preventiva para impedir a perda adicional de influência francesa no continente. Por outras palavras, a libertação política oferecida “numa bandeja de ouro” como meio de evitar o desenvolvimento de outras dispendiosas guerras de independência que uma França esgotada pela Segunda Guerra Mundial já travava na Indochina e na Argélia.

A independência foi, portanto, apenas o primeiro passo para garantir a sobrevivência dos interesses franceses em África e, mais importante, a sua priorização. De acordo com este objetivo, de Gaulle também propôs uma “Comunidade Francesa” – entregue na mesma “travessa de ouro” – como uma advertência ao patrocínio francês contínuo. Como tal, mais de 98 por cento das suas colónias que concordaram em fazer parte desta comunidade foram obrigadas a assinar acordos de cooperação – abrangendo os sectores económico, político, militar e cultural – por Jacques Foccart, um antigo membro da inteligência da Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial escolhida a dedo por De Gaulle. Esta assinatura de acordos de cooperação entre a França e as colónias, que optaram por fazer parte da sua Comunidade Francesa pós-independência, marcou o início do regime neocolonial francês em África, onde os africanos obtiveram professores e líderes despóticos em troca dos seus recursos naturais e instalações militares francesas.

Comumente referida como Françafrique - uma derivação pejorativa de “France-Afrique” de Félix Houphouët Boigny, que descreve os laços estreitos entre a França e a África – A pegada neocolonial da França na África tem sido caracterizada por alegações de corrupção e outras atividades secretas perpetradas através de vários meios económicos franco-africanos. , redes políticas e militares. Uma característica essencial da Françafrique são as relações mafiosas entre os líderes franceses e os seus homólogos africanos, reforçadas por uma densa rede de redes pessoais.”

O mesmo acontece com o [Haiti](#), fadado ao fracasso encomendado desde sua tentativa de independência anti-escravagista e continuamente destruído por iniciativas ocidentais e *neoliberal peace agendas* de pacificação e desenvolvimento alimentadas por interesses privados. E com uma Cuba [mantida no bloqueio a partir de 2 vetos](#).

Dentro disso, a possibilidade de superação do sistema colonial é tão esdrúxula, uma realidade fora do sistema neoliberal de superexploração do meio ambiente parece impossível - ainda mais impossível do que migrar todo um país para dentro do metaverso. [Tuvalu será a primeira nação a desaparecer com o avanço dos níveis do oceano](#). O país propõe debates constantes sobre mudança climática, com propostas de impostos globais e de um fundo de danos, mas nada disso parece estar sendo muito bem recebido no sistema internacional, uma vez que o país anunciou que irá digitalizar todo seu acervo cultural e que irá, eventualmente, reconstruir o país no metaverso, para que, caso a elevação do nível dos mares realmente venha a emergir Tuvalu, os cidadãos das 9 ilhas possam visitar sua casa e seu país, possibilitando também a continuidade das atividades turísticas da região.

Por fim, deixamos aqui o artigo do professor M Muhannad Ayyash para a Al Jazeera: [“Um genocídio está em curso na Palestina”](#), publicado no dia 2 de Novembro.

Um genocídio está em curso na Palestina: E o Ocidente imperial é um participante ativo.

Para que o genocídio aconteça, são necessários dois elementos críticos: as capacidades infra-estruturais e materiais para cometer o genocídio e a capacidade de ocultar o genocídio, chamando-o de algo diferente do que é. O Ocidente participa em ambos estes elementos críticos.

Em termos de capacidades materiais, o império dos Estados Unidos enviou, não um, mas dois porta-aviões para a região, e deixou bem claro em palavras e actos que se qualquer estado ou grupo tentar entrar em cena e ajudar os palestinianos na sua tentativa desesperada de sobreviver à operação genocida de Israel, que os EUA intervirão com toda a sua força. O Reino Unido também enviou navios de guerra para apoiar esta ameaça imperial ocidental ao povo da região. Os EUA estão a enviar equipamento militar e armamento para Israel, recusando-se a pedir um cessar-fogo ou uma desescalada. As empresas e as instituições económicas estão a fornecer apoio financeiro a Israel, tudo em nome do apoio às vítimas israelitas, bem como alegadamente oferecendo incentivos financeiros ao Egipto, tentando seduzi-lo a acolher os refugiados palestinianos que não serão autorizados a reentrar na Faixa de Gaza. Anos de ajuda e apoio dos EUA e do Ocidente a Israel permitiram que Israel desenvolvesse as capacidades infra-estruturais para levar a cabo um genocídio.

Em termos de ocultação, as instituições políticas, mediáticas, sociais e culturais estão totalmente mobilizadas no Ocidente para esconder e dissimular este ato de genocídio, apresentando-o como uma violência justa de um povo judeu vitimizado em todo o mundo. Aqueles que manifestam apoio à Palestina no Ocidente estão a ser ameaçados de perda de emprego (e estão na verdade a perder os seus empregos), possíveis acusações criminais e proibições, e outras medidas punitivas e campanhas de assédio. Os meios de comunicação social enviam contínua e consistentemente a mensagem ultrajante de que o Hamas é o responsável pela perda de vidas civis palestinianas na Faixa de Gaza, tentando lavar as mãos do genocídio. A operação israelita está a ser enquadrada como uma missão para “eliminar o Hamas” em oposição ao que realmente é: um genocídio do povo palestiniano e o seu apagamento do mapa. As poucas vozes que questionam estas narrativas estão a ser marginalizadas, silenciadas e sem plataformas.

Em suma, todas as instituições estabelecidas no Ocidente estão mobilizadas, plena e coerentemente, neste momento para permitir o genocídio dos palestinianos, tudo sob o pretexto de proteger a “civilização” da “barbárie”.

Enquanto escrevo isso, temo o que está por vir. O sofrimento que os palestinos têm suportado até agora já é incompreensível e muito difícil de registar em palavras. E o que está por vir será ainda pior.

Em momentos como este, tudo fica claro. Isso ficou claro para muitos de nós durante muito tempo, mas agora não pode haver dúvidas. O Ocidente imperial ainda está firmemente empenhado no projeto imperial que lançou contra o mundo no final do século XV. Sim, mudou e transformou os seus métodos, táticas, estratégias e o seu aparelho de poder e força. Os jogadores mudaram, algumas coisas ficaram mais complexas, outras menos. E assim por diante. Todos esses debates acadêmicos são importantes, mas não agora. O que é importante neste momento é dizê-lo claramente e em voz alta: o Ocidente imperial está determinado a manter a sua supremacia e matará indiscriminadamente para alcançar o único objectivo que alguma vez teve, o único valor que alguma vez defendeu, o poder e a riqueza.

O mesmo projeto imperial que brutalizou milhões de negros africanos, cometeu genocídio contra milhões de povos indígenas nas Américas, na Austrália, na Nova Zelândia e em outros lugares, colonizou a Ásia e a África através de brutalidade e força insondáveis, destruiu inúmeras sociedades cheias de complexidade e beleza, massacrou civis nas suas guerras imperiais em lugares como o Vietname e o Iraque, lançou bombas atómicas sobre civis japoneses, criou uma infraestrutura económica neocolonial que está continuamente a roubar cegamente a maioria da população mundial, e posso continuar indefinidamente, mas este projeto está em curso e em nenhum lugar neste momento isto é mais visível do que na Palestina. (...)

Os povos europeus e norte-americanos podem e devem juntar-se a nós na criação deste mundo melhor. Mas não a menos que participem ativamente no desmantelamento da ordem mundial imperial que beneficia principalmente as suas elites políticas e económicas. Vocês também podem e devem juntar-se a este corajoso projeto de descolonização como iguais ao resto do mundo, mas nunca mais, como senhores dele. Para vós e, na verdade, para o povo israelita, aderir ao projeto de descolonização é a única forma de escapar ao que a história ensina como o destino inevitável de todos os senhores, que é a sua eventual substituição violenta por novos senhores.”

Vozes do Sul Global: UNOSSC - G-77 - MNA - Centro Sul

Voices of the Global South: UNOSSC - G-77 - NAM - South Centre

Regina Ungerer

Abstract: *Despite conflicts and devastation, primarily in the Gaza Strip, UNOSSC continued to publish its monthly bulletin outlining its primary collaborative initiatives. At the 1st Asian Conference on Triangular Cooperation, which took place in New Delhi, the Director of UNOSSC emphasized the importance of triangular cooperation as a strategy to advance the SDGs. The role of UNOSSC was highlighted, particularly within the UN system, at the 20th Interministerial Conference on South-South and Triangular Cooperation in the Progress of Population and Development. The G-77 participated in the informal consultation on the financing model of the resident coordinators system and the UN financing pact and discussed the elimination of racism, racial discrimination, xenophobia and intolerance. In Abu Dhabi, at the Pre-COP28 Ministerial Meeting, the G-77 managed to approve a historical agreement on the Loss and Damage Fund, which should support countries most vulnerable to climate change, despite attempts by developed countries to disrupt the process. To discuss cooperation, the Non-Aligned Youth Movement met with CARICOM youth ambassadors. To discuss cooperation, the Non-Aligned Youth Movement met with CARICOM youth ambassadors. The South Centre also discussed copyright in the age of AI, intellectual property in the pharmaceutical industry, negotiations on a legally binding instrument on business and human rights, and the need for developing countries to take a cautious approach to the use of digital technologies in education.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Apesar dos noticiários de guerra e devastação, principalmente na Faixa de Gaza, o UNOSSC publicou seu boletim mensal destacando suas principais atividades de cooperação Sul-Sul. O UNOSSC esteve presente na 1ª Conferência Asiática sobre Cooperação Triangular realizada em Nova Deli em que foi destacada a importância da cooperação triangular como estratégia para acelerar o progresso dos ODS. Destacado também o papel do UNOSSC na 20ª Conferência Interministerial sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular no Progresso das Pesquisas de População e Desenvolvimento e a confiança que o UNOSSC vem construindo dentro do sistema da ONU. Já o G-77 participou da consulta informal sobre o modelo de financiamento do sistema de coordenadores residentes e do pacto de financiamento da ONU e discutiram sobre a eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância. Em Abu Dhabi, na Reunião Ministerial Pré-COP28, o G-77 conseguiu aprovar um acordo histórico sobre o Fundo de Perdas e Danos, que deverá apoiar os países mais vulneráveis às alterações climáticas, apesar das tentativas dos países desenvolvidos para atrapalhar o processo. O Movimento Jovem dos não-alinhados se reuniu com jovens embaixadores do CARICOM para discutir cooperação. E o Centro-Sul discutiu os direitos autorais na era da Inteligência Artificial; a propriedade intelectual na indústria farmacêutica; as negociações sobre o instrumento juridicamente vinculativo sobre empresas e direitos humanos e a necessidade de uma abordagem criteriosa para uso das tecnologias digitais na educação nos países em desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Reflexões

Os noticiários nos inundam diariamente com os diversos conflitos, o mais recente sendo a crise humanitária na Faixa de Gaza, sem esquecer a guerra na Ucrânia, as inundações na Irlanda, as chuvas intensas em São Paulo e a violência no Rio de Janeiro.

Com este cenário, pode parecer trivial buscar notícias que fujam destes temas e até injusto escrever sobre outro assunto, quando o importante são as vidas perdidas em Gaza, os feridos sem lugar para serem atendidos nos hospitais completamente depletados e o amontoamento de pessoas tentando sair pela passagem de Rafah.

Qual a importância de destacar um seminário, uma conferência ou uma reunião para tratar de qualquer outro tema quando uma das questões mais importante no momento, é a dificuldade em oferecer ajuda humanitária, entregar bens essenciais, como água, comida, energia elétrica e equipamentos médicos a uma população que está sendo dizimada, mais e mais a cada dia e que muito provavelmente será obrigada a se refugiar em outro lugar.

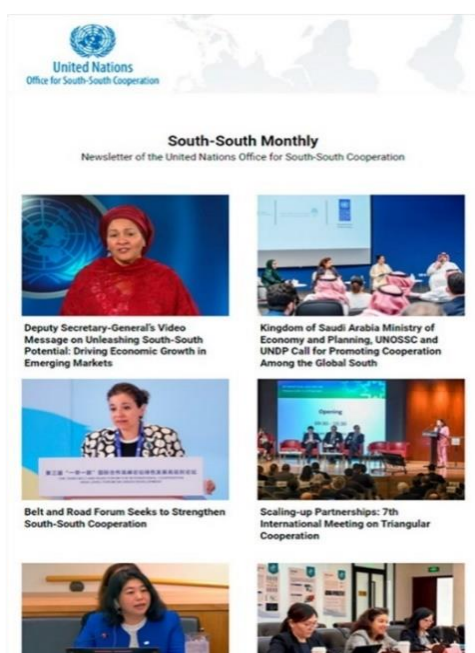
No entanto, aqui estamos.... destacando atividades de cooperação e buscando mostrar um pouco de normalidade nas organizações abaixo.

A começar pelos destaques do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques na Plataforma X do UNOSSC

[Boletim Mensal do UNOSSC](#)





<https://twitter.com/UNOSSC>

10 de novembro de 2023 – Fórum de Investimento Sul-Sul no Cairo, Egito

Numa era em que o investimento Sul-Sul está se tornando um fator de transformação para o desenvolvimento sustentável, o Fórum de Investimento Sul-Sul será uma plataforma de discussão para especialistas sobre como aumentar os fluxos de investimento entre as economias emergentes do mundo.

Organizado conjuntamente pela Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO), Banco de exportação-importação Africano (*African Export-Import Bank*) conhecido como Afreximbank e o Banco de exportação-importação da China, ou China Eximbank; este fórum abordará o investimento no Sul Global: enfrentar desafios, reduzir riscos e criar estruturas robustas.

O evento está sendo organizado no âmbito da 3ª Feira Comercial Intra-Africana (IATF2023), que é uma plataforma africana única que busca investimentos, acordos e promove a cooperação internacional (Twitter @UNOSSC 1, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSC>

02 de novembro de 2023 – De acordo com Dima Al-Khatib, é fundamental valorizar a crescente importância da Cooperação Triangular em conjunto com a cooperação Sul-Sul para enfrentar os desafios do desenvolvimento, disse a Diretora do UNOSSC durante a **1ª Conferência Asiática sobre Cooperação Triangular** em Nova Deli, Índia realizada entre 2 e 3 de novembro.

A conferência destacou a importância crescente da cooperação triangular como uma estratégia dinâmica para superar obstáculos e acelerar o progresso em prol dos ODS e compartilhou soluções práticas de cooperação triangular

envolvendo parceiros asiáticos.

As discussões refletiram sobre as prioridades de desenvolvimento em três seções temáticas: Superar a Pobreza, a Fome e a Desigualdade; moldar uma Transição Justa: Estilos de Vida, Economia e Meio Ambiente e construção de um Futuro Inclusivo: Empoderamento de Mulheres e Jovens (Twitter @UNOSSC 2, 2023).



<https://twitter.com/UNOSSC>

Outubro de 2023 – Olhando para o progresso através das lentes da cooperação Sul-Sul – Victoria Falls, Zimbabué.

20ª Conferência Interministerial sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular no Progresso das Pesquisas de População e Desenvolvimento

O Presidente do Zimbabué, Emmerson Dambudzo Mnangagwa, como anfitrião da 20ª Conferência declarou que: “Coletivamente, como países em desenvolvimento, devemos concretizar os resultados através da Cooperação Sul-Sul”.

O Presidente também observou que o Zimbabué conseguiu preencher lacunas nos serviços de saúde através da cooperação Sul-Sul e enfatizou a importância do compartilhamento de ideias e da pesquisa coletiva multinacional.

Participaram desta conferência, 27 países membros além de outros países. Lembramos que **Parceiros para população e desenvolvimento** (PPD) é uma iniciativa, lançada em 1994, quando dez países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina formaram uma aliança intergovernamental para ajudar a implementar o Programa de Ação do Cairo (POA) de 1994. Foi criada especificamente com o objetivo de expandir e melhorar a colaboração Sul-Sul nas áreas da saúde reprodutiva e da população e do desenvolvimento.

Na conferência, foi destacado o papel único do UNOSSC no desenvolvimento de capacidades de cooperação Sul-Sul e triangular e na confiança que o escritório vem construindo e é preciso sempre apoiar o Sistema das Nações Unidas e os Estados Membros.

Os países participantes indicaram a necessidade e urgência de capacitação na cooperação Sul-Sul e triangular e lembraram que passar da capacitação para a implementação Sul-Sul real, sempre surgem novas ideias sobre a cooperação Sul-Sul e triangular que emergem das vozes dos profissionais.

Foram discutidos diversos aspectos sobre o papel da cooperação Sul-Sul na abordagem da população e do desenvolvimento, incluindo: a língua, a sensibilidade cultural e as perspectivas religiosas comuns. Embora existam apenas 27 Estados-Membros na PPD, estes incluem os dois países mais populosos do mundo (China e Índia) e um dos menores países de África, a Gâmbia, representantes de todas as regiões do Sul Global e todos os principais países e religiões mundiais. Esta diversidade é importante para a cooperação Sul-Sul (Twitter @UNOSSC 3, 2023).

Mais informações, [clique aqui](#).

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba e durante a 47ª Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Grupo realizada em 22 de setembro de 2023, **a República de Uganda foi eleita para exercer a presidência pro tempore do Grupo em 2024.**

Destaques do site do G-77 (<https://www.g77.org>)

27 de outubro de 2023 – Comentários da Delegação de Cuba junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na primeira consulta plenária informal com a Secretária-Geral Adjunta da ONU sobre o modelo de financiamento do sistema de coordenadores residentes da ONU, assim como o pacto de financiamento do Sistema de Desenvolvimento da ONU

Em 2016, enquanto nos preparávamos para a Revisão Quadrienal Abrangente de Políticas (QCPR) e notávamos a mudança dos ODM para a Agenda 2030 e seus ODS, decidimos que o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDS) deveria ser ajustado para atender às novas e muito ambiciosas metas que tínhamos estabelecido para nós próprios.

Além disso, em 2018, todos concordamos com a proposta do Secretário-Geral de reposicionar o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas, de revigorar o Sistema de Coordenadores Residentes e de renovar o nível regional, num esforço para tornar o sistema mais adequado à finalidade para facilitar a concretização da Agenda 2030 e os ODS.

Hoje, 8 anos após a Agenda 2030 e a caminho da terceira Revisão Quadrienal Abrangente de Políticas, temos que perguntar o que estamos fazendo de errado, já que há mais pessoas vivendo na pobreza hoje, do que em 2015. Enquanto isso, há muito mais multibilionários; há muito mais guerras e conflitos; as alterações climáticas estão causando estragos em países de todo o mundo; há mais países em dificuldades econômicas e financeiras e depois de concordarmos com o reposicionamento do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas e do revigorado sistema dos Coordenadores residentes, ainda não garantimos o financiamento adequado para os sustentar.

Durante este ciclo do QCPR, apesar de alguns avanços, as atividades de desenvolvimento não receberam a mesma atenção e recursos da comunidade internacional. Os relatórios sobre o financiamento do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas revelam uma tendência preocupante de declínio no volume e na qualidade do financiamento que as entidades da UNDS recebem para permitir a sua agilidade, eficácia e apoio aos países do programa na implementação dos ODS.

O G-77 e a China consideram de grande importância à necessidade de um financiamento sustentável, previsível e adequado ao Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas e ao seu sistema de Coordenadores Residentes. Não se pode esperar que o sistema funcione e forneça o tipo de serviço que necessário para acelerar a implementação da Agenda 2030, com recursos inadequados.

O Grupo lembra aos países desenvolvidos que têm a obrigação e o compromisso de ajudar os países em desenvolvimento a cumprir os seus objetivos de desenvolvimento.

O financiamento de atividades de desenvolvimento deve ser uma prioridade máxima. Há apenas um mês, os Estados-Membros comprometeram-se a apoiar plenamente o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas, incluindo o sistema Coordenadores Residentes e o Fundo Conjunto dos ODS, para melhorar o apoio aos países do programa e aos seus esforços para implementar a Agenda 2030 e os ODS. Não se pode recuar nos compromissos e nas obrigações que nós subscrevemos voluntariamente.

27 de outubro de 2023 – Declaração feita pela delegação de Cuba, em nome do G-77 e da China durante a discussão geral do 3º Comitê da AGNU sobre o item da agenda: Eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância

O 3º Comitê é responsável pelas questões sociais, humanitárias, culturais e de direitos humanos.

27 de outubro de 2023 – Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da Missão permanente de Cuba junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no item 137 da agenda: Modelo de Conferências, na parte principal da 78ª sessão do 5º Comitê da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

01 de novembro de 2023 – Declaração do Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto de Uganda junto às Nações Unidas, na plenária da AGNU no item 38 da

agenda: Necessidade de acabar com o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba.

Destaques da plataforma X do G-77



05 de novembro de 2023 – Durante a VI Expo Internacional de Comércio na China, o Primeiro Ministro de Cuba, Manuel Marrero Cruz afirmou que Cuba, como Presidente do G-77, apela a uma reforma urgente da arquitetura financeira global que conceda às nações do Sul acesso equitativo às finanças e tributos necessários para um desenvolvimento do comércio internacional mais justo (Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023).

<https://twitter.com/cubag77>



05 de novembro de 2023 – Unidade é a nossa força.

Com esta frase, o Embaixador Pedro Luis Pedroso Cuesta, Representante especial e Coordenador da Presidência do G-77 em Cuba declarou na Reunião Ministerial Pré-COP28 em Abu Dhabi que o acordo histórico sobre o Fundo de Perdas e Danos, que apoiará as nações em desenvolvimento e os países mais vulneráveis às alterações climáticas, só foi possível devido à unidade do G-77, apesar das inúmeras tentativas dos países desenvolvidos para atrapalhar o processo.

<https://twitter.com/cubag77>

Apesar das muitas deficiências e das concessões feitas pelos países em desenvolvimento, o acordo alcançado no sábado, dia 04 de novembro de 2023, para operacionalizar o Fundo de Perdas e Danos é histórico e preparou o terreno para a conferência sobre Alterações Climáticas em Dubai no final do mês (COP28). Ele agradeceu aos membros do G-77 pelo apoio e unidade em todo o processo.

A Reunião Ministerial Pré-COP28 reuniu 100 delegações em Abu Dhabi (Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 2, 2023).

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Como mencionado anteriormente, em janeiro de 2024, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA quando for realizada a 3ª Cúpula do Sul em Kampala.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



<https://twitter.com/namyouthorg>

06 de novembro de 2023 - Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Meio Ambiente na Guerra e nos Conflitos Armados

Todos devem refletir e aproveitar este dia para priorizar a segurança, a paz e o bem-estar do nosso meio ambiente.

A proteção do ambiente é também um foco fundamental do MNA, que, de acordo com os Princípios de Bandung, denuncia atos de agressão, o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de uma nação, e a degradação ambiental resultante dessas ações (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1, 2023).



<https://twitter.com/namyouthorg>

02 de novembro de 2023 – Reunião do NAMYO com Jovens Embaixadores da CARICOM (Comunidade do Caribe)

A Comunidade do Caribe é uma organização intergovernamental que é uma união política e econômica de 15 estados membros nas Américas e no Oceano Atlântico.

Durante a reunião, discutiu-se o trabalho orientado para os jovens e as perspectivas de cooperação futura em áreas comuns, como as alterações climáticas, a defesa da juventude e outros assuntos globais (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2, 2023).

Centro Sul (*South Centre*)

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente sobre uma ampla gama de questões relevantes para os países do Sul Global e para a comunidade global em geral, tais como desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, cooperação Sul-Sul, financiamento para o desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual, cooperação, acesso a medicamentos, saúde, biodiversidade, comércio, acordos de investimento, cooperação fiscal internacional, direitos humanos, género e a quarta revolução industrial.

O centro Sul colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul



https://twitter.com/South_Centre

03 de novembro de 2023 - Direitos autorais e acesso ao conhecimento na era da inteligência artificial: Centro Sul e Tribunal de Apelações para Casos Especializados da Tailândia, curso para juízes

O Centro Sul e o Tribunal de Apelações para Casos Especializados - Tailândia coorganizaram um curso para juízes sobre exceções e limitações de direitos autorais na era da IA.

Vale lembrar que o domínio dos direitos autorais e de acesso ao conhecimento é de importância fundamental num mundo cada vez mais digitalizado. Algumas das principais questões em jogo incluem como elaborar e interpretar limitações e exceções de direitos autorais, que são necessárias para garantir a educação, a preservação e a pesquisa; as implicações legais das obras criadas (ou potencialmente geradas) pela IA; remuneração justa de artistas e criadores pelas plataformas de streaming; e desinformação, discurso de ódio e responsabilidade das plataformas (incluindo, entre outras, violação de direitos de autor).

Os países em desenvolvimento já estão atrasados na acumulação de benefícios da transformação digital; são também os mais afetados pelas consequências negativas que isso pode trazer, como a deslocação da força de trabalho e o aprofundamento do fosso digital. Um regime de direitos autorais equilibrado, tecnologicamente atualizado e centrado no interesse público e na necessidade de garantir o acesso ao conhecimento, é, portanto, necessário para uma economia digital justa.

O papel do poder judicial na definição de tal regime é fundamental (Twitter South Centre @South_Centre. 2, 2023).

Para saber mais, [clique aqui](#).



https://twitter.com/South_Centre

03 de novembro de 2023 – DEBATE - Como equilibrar políticas de concorrência e propriedade intelectual na indústria farmacêutica

Coorganizado pelo Centro Sul e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Brasília, Brasil, uma discussão pública sobre a interface entre políticas de concorrência e propriedade intelectual (PI) na indústria farmacêutica.

O evento híbrido abordou o papel da PI e como a legislação e a política de concorrência podem ser adaptadas para alcançar o acesso às tecnologias de saúde, especialmente no contexto dos países em desenvolvimento, bem como as potenciais armadilhas e dificuldades de tal abordagem (Twitter South Centre @South_Centre. 3, 2023).

Para saber mais, [clique aqui](#).

2 de novembro de 2023 - Assembleia Geral da ONU vota esmagadoramente contra embargo dos EUA a Cuba

O Centro Sul aplaudiu a resolução da AGNU adotada por 187 Estados contra o injustificável embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos EUA a Cuba há mais de 60 anos, em violação da Carta das Nações Unidas e do direito internacional (Twitter South Centre @South_Centre. 1, 2023).

Para ler a resolução A/RES/77/7, [clique aqui](#).



<https://www.ungeneva.org/en/news-media/news/2023/11/87025/general-assembly-votes-overwhelmingly-against-us-cuba-embargo>

02 de novembro de 2023 - Nona sessão de negociações sobre o instrumento juridicamente vinculativo sobre empresas e direitos humanos é concluída em Genebra

O Grupo de Trabalho Intergovernamental Aberto sobre Corporações Transnacionais e Outras Empresas (OEIGWG) realizou a sua 9ª sessão de 23 a 27 de outubro de 2023 no *Palais des Nations*, em Genebra. Estabelecido depois da Resolução 26/9 do Conselho de Direitos Humanos, o OEIGWG negocia elementos para elaborar um instrumento juridicamente vinculativo para regular as empresas

transnacionais e outras empresas no direito internacional dos direitos humanos.

O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Turk, elogiou os esforços para ter um novo instrumento internacional para fortalecer o respeito pelos direitos humanos por parte das empresas, inclusive para garantir que haja sanções e soluções adequadas quando ocorrerem impactos adversos aos direitos humanos. Volker Turk destacou os princípios orientadores da ONU e o uso da devida diligência em direitos humanos como forma das empresas gerirem proativamente os problemas reais relacionados aos direitos humanos com os quais estão envolvidas. Acrescentou que os regulamentos que determinam os direitos humanos por parte das empresas pode ser um fator de mudança, catalisando a transformação positiva dos modelos de negócio e beneficiando tanto os trabalhadores como as comunidades.

Há também a necessidade de empresas responsáveis promovam o desenvolvimento e defendam os direitos de todos, em todos os lugares (South_Centre,1, 2023).

Para saber mais, [clique aqui](#).

27 de outubro de 2023 - Aproveitar as tecnologias digitais para a educação nos países em desenvolvimento: necessidade de uma abordagem criteriosa

As tecnologias digitais estão transformando o cenário da educação. Novos modelos e formas de aprendizagem, digitais e virtuais, surgem em um ritmo rápido, multiplicando e diversificando as possibilidades de aprendizagem. As tecnologias digitais estão impactando a educação em todos os níveis e em todas as suas formas, e até, renovando a educação através da “tecnologia educacional” que está se tornando um termo comum.

Lembrando que as tecnologias digitais são atraentes para a educação e para os países em desenvolvimento, mas a “divisão digital” é uma realidade e um golpe no princípio fundamental da igualdade de oportunidades na educação.

Outro ponto importante é proteger a educação da privatização e dos “negócios” em volta da educação, fortalecidos pela digitalização que é um enorme desafio. Deve-se evitar os efeitos deletérios e até mesmo desumanos das tecnologias digitais, pois podem ser perniciosos se não forem devidamente controladas e regulamentadas (South_Centre, 2, 2023).

Referências

Twitter @UNOSSC 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1720114007149838433>. Acesso em 06 nov 2023

Twitter @UNOSSC 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/i/status/1720090199152341372>. Acesso em 06 nov 2023

Twitter @UNOSSC 3. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1720465420975505873>. Acesso em 06 nov 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1721516623524184400>. Acesso em 05 nov 2023

Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/PedroPedrosoC/status/1721465283175452969>. Acesso em 05 nov 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1721527654044549400>. Acesso em 06 nov 2023

Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1720778415039545611>. Acesso em 06 nov 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 2, 2023. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1720488949729186148. Acesso em 05 nov 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 3, 2023. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1720484712605511895. Acesso em 05 nov 2023

Twitter South Centre @South_Centre. 1, 2023. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1721468766964359245. Acesso em 05 nov 2023

South_Centre.1. Ninth Session of negotiations on the Legally Binding Instrument on Business and Human Rights concludes in Geneva [INTERNET].Disponível em: <https://us5.campaign-archive.com/?u=fa9cf38799136b5660f367ba6&id=aebfdb6dde>. Acesso em 06 nov 2023

South_Centre.2. Harnessing Digital Technologies for Education in Developing Countries: Need for a Judicious Approach [INTERNET].Disponível em: <https://www.southcentre.int/southviews-no-253-27-october-2023>. Acesso em 06 nov 2023

Sociedade civil brasileira debate participação no G20. Inteligência artificial no G7 e os novos ruídos diplomáticos entre China e Japão. Agricultura e migração na OCDE

Brazilian civil society debates its participation in the G20. Artificial Intelligence in the G7 and new diplomatic issues between China and Japan. Agriculture and migration under discussion at the OECD

Pedro Burger

Vitória Kavanami

João Miguel Estephanio

Thaiany Medeiros Cury

Nina Bouqvar

Paulo Esteves

Abstracts:

G20: *Given the few official events following the end of India's term at the G20, the fortnight's highlight was the meeting promoted by Brazilian civil society organizations to discuss the planning of the C20 and other engagement groups during Brazil's presidency.*

Keywords: *G20; Civil Society.*

G7: *The Italian prime minister, Giorgia Meloni, reinforced the issue of Artificial Intelligence on the agenda of the next G7 presidency. The G7 Trade Ministers' Meeting in Osaka-Sakai and misunderstandings with China emerged.*

Keywords: *G7; Italy Presidency; G7 Trade Ministers' Meeting.*

OCDE: *The OECD's highlights include the publication of two of its annual outlooks on agriculture and migration, an article on displaced persons and politics and another one about age structure and health spending, as well as a brief update on the relationship between the organization and Brazil.*

Keywords: *OECD; international cooperation.*

Resumos:

G20: Com poucos eventos oficiais ao final da gestão indiana no G20, o destaque da quinzena foi o encontro promovido por organizações da sociedade civil brasileira para discutir o planejamento do C20 e de outros grupos de engajamento durante a presidência do Brasil.

Palavras-chave: G20; Sociedade Civil.

G7: Na última quinzena, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, reforçou o assunto da Inteligência Artificial na agenda da próxima presidência do G7. Os ministros do comércio do G7 se encontraram em Osaka e novos ruídos com a China surgiram.

Palavras-chave: G7; Presidência Italiana; Encontro dos ministros do comércio.

OCDE: Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação da publicação de dois de seus estudos anuais sobre o tema da agricultura e migração, de um artigo sobre pessoas deslocadas e política e outro sobre estrutura etária e gastos com saúde, além de uma breve atualização sobre a relação entre a organização e o Brasil.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

Sociedade Civil brasileira debate participação no G20

Com o intuito de ampliar o engajamento da sociedade civil e de estimular o debate público no processo de preparação do Brasil para assumir a presidência do G20 em dezembro, a Plataforma CIPÓ, em conjunto com a Organização Gestos e a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), e com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS), organizou um evento intitulado “G20: Estrutura e Oportunidades para Engajamento da Sociedade Civil Brasileira”¹⁷⁷. O encontro ocorreu em formato híbrido no dia 30 de outubro, com a parte presencial feita no Galpão da Cidadania, no Rio de Janeiro, e a parte virtual transmitida pelo canal da CIPÓ no YouTube¹⁷⁸.

Dando ênfase no planejamento do C20 e do T20, o seminário foi dividido em dois painéis que cobriram sobretudo três objetivos principais: apresentar as prioridades da presidência brasileira do G20; prover um panorama do que é o grupo, sua governança e mecanismos de participação através dos grupos de engajamento; e contribuir para promover ampla participação da sociedade civil brasileira na incidência sobre os temas prioritários da presidência do Brasil. O C20 é o grupo de engajamento do G20 que representa e promove discussões acerca dos interesses das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Ao inserir no debate temas como justiça social, igualdade e sustentabilidade, o grupo desempenha um importante papel ao influenciar a agenda do G20 em busca de políticas globais mais inclusivas e responsáveis. No Brasil, a presidência do C20 ficará a cargo da Abong e da Gestos, organizações que possuem um amplo histórico nacional de atuação nas pautas de promoção dos direitos e bens comuns e nos debates sobre financiamento para o desenvolvimento.

Na fala de abertura, os representantes das organizações responsáveis pelo evento destacaram a importância de resgatar os princípios de participação global e processo inclusivo durante a presidência brasileira do C20. Tal compromisso foi acompanhado de uma crítica às gestões da Indonésia e da Índia, conhecidas por terem centralizado a participação de organizações nacionais nos processos e espaços, e privilegiado interesses geopolíticos. Dessa forma, os oradores expressaram que o C20 estará aberto inclusive para a participação de organizações e movimentos de países que não façam parte do bloco, e que esperam entregar até o fim de 2024 um C20 com participação e engajamento mais intensos por parte de todos. Outro ponto bastante ressaltado foi em relação a uma maior contribuição da sociedade civil nos temas da agenda econômica. Isso porque é comum que esse setor seja excluído historicamente desses debates, ainda que sejam diretamente impactados pelas decisões e desdobramentos dessas reuniões.

Em sequência, o primeiro painel, intitulado “Presidência brasileira do G20: prioridades, desafios e oportunidades”, contou com a participação de quatro representantes do governo para deliberar sobre as prioridades definidas, a articulação entre as trilhas financeira e *sherpa*,

¹⁷⁷ PROGRAMAÇÃO – Seminário “G20: Estrutura e oportunidades para participação da sociedade civil brasileira”. **Plataforma CIPÓ**. 26 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0KHHO5wpBQ>. Acesso em: 05 nov. 2023.

¹⁷⁸ G20: estrutura e oportunidades para participação da sociedade civil brasileira. **Plataforma CIPÓ**. 30 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0KHHO5wpBQ>. Acesso em: 05 nov. 2023.

e os espaços de participação social para além dos grupos de engajamento. Fizeram parte do debate: Flávio Luís Pazeto, membro da Coordenação-geral do G20 no Ministério das Relações Exteriores; Gustavo Westmann, assessor internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, Tatiana Berringer, Subsecretária de Desenvolvimento Sustentável, e Antonio Freitas, Subsecretário de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica, ambos do Ministério da Fazenda.

De maneira geral, os participantes iniciaram o diálogo com colocações sobre o complexo cenário no qual o Brasil assume a presidência. Por um lado, o contexto internacional está marcado por conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio, o acirramento das tensões entre Estados Unidos e China e pressões inflacionárias persistentes. Por outro, o contexto doméstico traz um retorno do comprometimento brasileiro com o multilateralismo após um governo que colocou esse compromisso em questionamento. Ainda, deve-se destacar que a *troika* do G20 é composta por nações em desenvolvimento – Índia, Brasil e África do Sul. Abre-se, portanto, uma janela de oportunidade para que o Sul Global possa mobilizar suas demandas dentro do grupo.

Todos esses elementos estão sendo levados em consideração na definição das estratégias e prioridades do Brasil para gerir o bloco, uma vez que possuem impacto direto na agenda que será discutida ao longo do ano. Em relação ao posicionamento brasileiro para lidar com impasses gerados pelas diferentes opiniões em relação aos conflitos em andamento, Flávio Pazeto expôs que uma das estratégias pensadas é a de promover reuniões dos Ministros de Relações Exteriores espaçadas ao longo do ano a fim de gerar menores tensões. No entanto, o representante do Itamaraty assegurou que apesar das complexidades terem aumentado com a escalada do conflito entre Hamas e Israel, o G20 sai fortalecido da Índia e com uma dinâmica melhor para lidar com esses entraves. Ao serem questionados sobre a inclusão de pautas raciais no bloco, acreditam que apesar do tema ser sensível e de difícil consenso, um dos caminhos de tratar a igualdade racial dentro do G20 é por meio do combate às desigualdades, como um tema transversal a todos os Grupos de Trabalho.

Em relação ao que há de novo, no aspecto da participação da sociedade civil, duas novidades foram anunciadas para promover uma maior integração desse setor com as trilhas oficiais: a criação de um G20 Social e a organização de círculos de debate. Sobre este último ponto, é esperado que para promover uma maior troca com a trilha financeira sejam organizadas conversas para que a sociedade civil brasileira e internacional possam expor seus posicionamentos e contribuições. A priori foram definidos cinco temas para esses encontros: tributação justa, dívida externa, financiamento para o desenvolvimento, reforma da governança financeira internacional, gênero e raça. Já em relação ao G20 Social, a ideia é que ele funcione quase como uma trilha adicional, promovendo atividades com e entre os grupos de engajamento, iniciativas com outros atores não governamentais e a realização de uma Cúpula Social às vésperas da Cúpula de Líderes.

Por sua vez, o segundo painel, “G20 e grupos de engajamento: o que são, como funcionam e como participar?”, contou com a participação de representantes dos comitês de organização de diferentes grupos de engajamento e de servidores do Rio de Janeiro responsáveis pela organização dos eventos do G20 no estado. Dentre eles estavam: Alessandra Nilo da Gestos (C20), Luciana Servo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (T20), Antônio Lisboa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (L20), Pedro Duval da Secretaria Nacional de Juventude (Y20), Patrícia Bozza da Academia Brasileira de Ciências (S20), Adriana Carvalho da Generation (W20), Lucas Padilha, Coordenador de Relações Internacionais e

Cooperação e Presidente do Comitê Rio G20 da Prefeitura do Rio de Janeiro, e Bruno Costa, Superintendente de Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em síntese, é interessante destacar alguns pontos de convergência presentes nas falas dos convidados, como a importância de mesclar a participação e coordenação dos trabalhos entre membros internacionais e nacionais, o desafio imposto pelas dificuldades em relação a garantir acessibilidade por meio da tradução simultânea dos eventos, e uma demanda por melhores mecanismos de monitoramento e gestão do conhecimento. Outro elemento bastante citado foi o entendimento de que a gestão brasileira do bloco deve ser vista a partir de um processo de continuidade de outras gestões. Ainda que se pretenda deixar um legado de melhor governança, a construção das prioridades deve passar por esse caminho de olhar para o que foi construído em outros momentos e as boas práticas geradas nesses processos.

Com base nisso e nas três prioridades gerais do G20, apresentadas por Lula em setembro, é que os grupos de engajamento têm definido suas agendas de trabalho. Sendo assim, grande parte das agendas mencionadas inclui na sua estrutura (i) o combate à fome, pobreza e desigualdade; (ii) a transição energética e o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões (econômica, social e ambiental); e (iii) a reforma do sistema de governança internacional. Além disso, foi divulgado no evento a existência de temas que serão transversais a todos esses assuntos, como a questão étnico-racial e de gênero. Apesar da dificuldade de alcançar consenso nessas questões, os grupos de engajamento enxergaram a gestão brasileira como uma oportunidade para colocar esses elementos em pauta nas discussões.

Por fim, em relação a saúde, deve-se mencionar a sua pouca aparição enquanto um tema central das agendas, aparecendo com protagonismo apenas no *Science20* (S20). Para fins de informação, listamos abaixo as prioridades que foram divulgadas em caráter inédito e ainda não oficial por alguns dos grupos de engajamento presentes no evento. Mais informações serão disponibilizadas posteriormente, tendo em vista que o momento ainda é de desenho e de organização dessas instâncias.

A. *Think20*: (i) combate a desigualdade, fome e pobreza; (ii) ação climática sustentável, transições energéticas justas e inclusivas; (iii) reformando a estrutura financeira internacional; (iv) comércio e investimento para o crescimento sustentável e inclusivo, (v) transformação digital inclusiva, (vii) fortalecimento do multilateralismo e governança global.

B. *Labour20*: (i) desenvolvimento sustentável; (ii) transição energética justa e inclusiva; (iii) trabalho de qualidade; (iv) negociação coletiva; (v) equidade de gênero; (vi) economia do cuidado, (vii) regulação do trabalho em aplicativos/plataformas; (viii) transição da economia informal para formal levando em conta a garantia de direitos.

C. *Youth20*: (i) combate a desigualdade, fome e pobreza; (ii) mudanças climáticas, transição energética e desenvolvimento sustentável; (iii) reforma do sistema de governança global, (iv) inclusão e diversidade; (v) inovação e futuro do trabalho.

D. *Science20*: (i) justiça social, inclusão, combate a pobreza e desigualdade; (ii) inteligência artificial, ética, privacidade e confiabilidade; (iii) bioeconomia promovendo o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental; (iv) processo de transição energética, energias renováveis, considerações sociais e econômicas; (v) desafios da saúde, qualidade, equidade e acesso.

E. *Women20*: (i) mulheres empreendedoras; (ii) mulheres nas carreiras de ciência; (iii) economia do cuidado; (iv) justiça climática; (v) enfrentamento à violência contra mulheres.

Inteligência Artificial como um grande assunto da próxima presidência do G7 e os novos ruídos diplomáticos entre China e Japão

Na esteira dos acontecimentos do último informe (número 19), temos para a quinzena o anúncio da primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, de que Roma sediará uma grande conferência sobre Inteligência Artificial (IA) durante a presidência italiana do G7, em 2024. Na última quinta-feira, 2 de novembro, aconteceu a Cúpula de Segurança de IA em Bletchley Park, no Reino Unido, na qual Meloni esteve presente e fez o anúncio. Segundo a primeira-ministra, "o desenvolvimento da inteligência artificial é o maior desafio intelectual, prático e antropológico desta época" e menciona os riscos do desenvolvimento da IA sem regulação, como por exemplo: "mecanismos opacos de tomada de decisão, discriminação, invasões em nossas vidas privadas e atos criminosos, porque LLMs (Large Language Models) poderiam ser usados para produzir armas, danos biológicos de baixa tecnologia, ataques cibernéticos e facilitar a personalização de *phishing*"

Meloni convida acadêmicos, gestores e especialistas a participarem da discussão. Sua maior preocupação é o aumento da injustiça social, com substituição da mão de obra nos postos de trabalho, por conseguinte desemprego e marginalização. Seu objetivo ao dar atenção ao tema na próxima presidência é "garantir uma inteligência artificial que promova o desenvolvimento e a inclusão". Segundo apuração da agência Reuters, o G7 estaria pronto para aprovar um código de conduta, ainda esse ano, para empresas que desenvolvem sistemas avançados de inteligência artificial, enquanto os governos buscam mitigar os riscos e o potencial uso indevido da tecnologia¹⁷⁹.

Em outro tema, os ministros do comércio do G7 se encontraram nos últimos dias 28 e 29 de outubro, em Osaka, para discutir como o comércio e a política comercial podem contribuir para os esforços de enfrentamento dos desafios globais, incluindo as mudanças climáticas e o fortalecimento da segurança alimentar, bem como a promoção do comércio digital, a realização do desenvolvimento sustentável e o aumento da inclusão¹⁸⁰. Além dos países do bloco, também foram convidados: Austrália, Chile, Índia, Indonésia, Quênia, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Instituto de Pesquisa Econômica para a ASEAN e o Leste Asiático (ERIA). O encontro guiado pela ministra das relações exteriores do Japão, Yōko Kamikawa, que ocupa o cargo desde setembro de 2023, destacou importantes pontos:

a) Reafirmou o papel do G7 de responsável por orientar um mundo de cooperação ao invés de divisão e conflitos ao promover o crescimento sustentável da economia global;

b) Enfatizou que membros do G7 devem assumir um papel de liderança no avanço da reforma da OMC a fim de manter e fortalecer o sistema de comércio multilateral, com a OMC em seu centro. Os ministros do G7 confirmaram que é essencial que haja um alinhamento das

¹⁷⁹ Exclusive: G7 to agree AI code of conduct for companies. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/technology/g7-agree-ai-code-conduct-companies-g7-document-2023-10-29/>>. Acesso em: 05/11/23.

¹⁸⁰ G7 Trade Ministers' Meeting in Osaka-Sakai. Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2023. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/press/release/press6e_000510.html>. Acesso em: 05/11/2023.

políticas para combater desafios estratégicos, como a coerção econômica, e colaborar com parceiros internacionais além do G7 para o desenvolvimento sustentável da economia global.

c) Em contrapartida, os ministros do G7 expressaram sua gratidão pelo papel do Japão na Presidência do G7, bem como, expressaram interesse na construção da cadeia de suprimentos de energia e alimentos e avançaram em questões de mudanças climáticas.

A ministra japonesa também abordou a importância da inclusão na perspectiva de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e enfatizou que é necessário levar em consideração pontos de vista como gênero e minorias ao abordar o comércio e o desenvolvimento sustentável.

Durante a sessão de resiliência da cadeia de suprimentos a ministra Kamikawa ressaltou os seguintes pontos:

a) a colaboração com parceiros internacionais além do G7 e o engajamento com os setores privados são essenciais para a resiliência da cadeia de suprimentos;

b) a importância da colaboração com parceiros que compartilham o princípio de "confiabilidade e fidedignidade" confirmado pelos Líderes;

c) a necessidade de promover uma ampla gama de investimentos em países ricos em recursos com apoio japonês para garantir a conformidade com os padrões ambientais, sociais e de governança (ESG);

d) A ministra garantiu que o Japão contribuirá para fortalecer a autonomia dos países em desenvolvimento, promovendo ativamente a cooperação para aumentar a resiliência e a diversificação das cadeias de suprimentos por meio do uso da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e outros meios.

Em contrapartida:

a) Os representantes das indústrias do G7 compartilharam suas percepções e melhores práticas para construir cadeias de suprimentos resilientes no campo da segurança alimentar e da agricultura, a necessidade de diversificação do fornecimento de matérias-primas, incluindo minerais essenciais para a transição energética, a importância da colaboração com o Sul Global como fornecedores de matérias-primas e a contribuição das indústrias para o crescimento inclusivo do Sul Global por meio do desenvolvimento *upstream* e da construção de cadeias de valor.

b) Os representantes de organizações internacionais enfatizaram a importância de aumentar a resiliência da cadeia de suprimentos para manter e melhorar o sistema de comércio multilateral e construir uma sociedade inclusiva. Eles também discutiram a necessidade de fortalecer os esforços em nível regional.

c) Os participantes concordaram com: (i) alcançar um crescimento inclusivo e sustentável por meio de esforços para construir cadeias de suprimentos resilientes; (ii) colocar em prática os elementos dos princípios sobre cadeias de suprimentos resilientes e confiáveis confirmados na Cúpula do G7 em Hiroshima; e (iii) promover mais colaboração e cooperação com parceiros confiáveis dos setores público e privado¹⁸¹.

¹⁸¹ G7 Trade Ministers' Meeting in Osaka-Sakai. Ministry of Foreign Affairs of Japan. 2023. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/press/release/press4e_003325.html>. Acesso em: 05/11/2023.

Contudo, na sessão de encerramento, um ponto importante a ser mencionado, é o pedido da ministra Kamikawa de remoção imediata das restrições de importação de produtos alimentícios japoneses. O apelo veio a partir do descarte de água residual da usina nuclear de Fukushima no Oceano Pacífico. De acordo com o governo japonês, o risco de contaminação é mínimo, devido aos processos empregados de filtragem da água. O governo também reforça que o plano recebeu o respaldo do organismo de controle nuclear das Nações Unidas, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)¹⁸². Contudo, a China criticou veemente o Japão e a AIEA pelas ações e suspendeu a importação de todos os produtos marinhos do Japão desde setembro. A China e Hong Kong importam todos os anos mais de US\$ 1,1 milhão (cerca de R\$ 5,4 milhões) em frutos do mar do Japão, quase a metade das exportações japonesas no assunto.

Embora não tenha havido menção à China no pedido feito por Kamikawa, o país entendeu que na reunião houve concordância geral do G7 com uma acusação de suposta “coerção econômica” feita pela China que deve ser combatida¹⁸³. Por outro lado, Pequim respondeu que “os países têm todo o direito de reagir a isso e tomar medidas concretas para proteger a saúde pública”. Uma fonte de notícia em defesa da China acusa o G7 por desconsiderar sua obrigação de ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar a mudança climática fruto das emissões históricas de efeito estufa que o próprio grupo provocou. Ainda acrescenta: “É o mesmo grupo de sete países que agora está colocando seus cálculos geopolíticos à frente do bem-estar das pessoas ao apoiar o Japão em prol de seu jogo geopolítico contra a China.”¹⁸⁴ Por fim, analistas chineses, consideram que “a China está se abrindo proativamente, enquanto o G7 está criando divisão” o que vai de encontro ao que o G7 discutiu na reunião dos ministros do comércio. Tal evento tem causado um ruído diplomático entre os dois países asiáticos e também entre a China e o bloco como um todo.

Para os dias 7 e 8 de novembro está agendado o encontro dos ministros das relações exteriores do G7. Acompanharemos e relataremos na próxima edição deste caderno as atualizações sobre o assunto.

Agricultura e migração em debate na OCDE

Políticas agrícolas eficientes são essenciais para satisfazer a crescente demanda global por alimentos seguros e nutritivos de forma sustentável. Ademais, ao passo que a crescente procura de alimentos, rações, combustíveis e fibras revela oportunidades significativas para a agricultura e setores relacionados, as políticas públicas governamentais necessitam também enfrentar uma série de desafios, tais como, o aumento do crescimento da produtividade, o reforço da sustentabilidade ambiental e a melhoria da adaptação e da resiliência face às alterações climáticas e outros choques imprevistos. E é nesse contexto que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) adicionou em sua biblioteca de publicações o relatório “*Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2023: Adapting Agriculture to Climate Change*”¹⁸⁵.

¹⁸² O que contém água de Fukushima que Japão começou a despejar no Oceano Pacífico. BBC News Brasil. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6p0z8yv843o>>. Acesso em: 05/11/2023.

¹⁸³ G7 has patent on hypocrisy and economic coercion: China Daily editorial. 2023. Disponível em: <<https://global.chinadaily.com.cn/a/202310/30/WS653fa0f9a31090682a5eb817.html>>. Acesso em: 05/11/2023.

¹⁸⁴ Ibid. 2023.

¹⁸⁵ OCDE. *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2023: Adapting Agriculture to Climate Change*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Nov 03]. Available from: <https://doi.org/10.1787/b14de474-en>

Parte de uma iniciativa da organização para a produção de pesquisas e análises anuais sobre políticas, tendências e temáticas relativas à agricultura, a última versão do estudo periódico busca reportar sobre a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas agrícolas em 54 países, incluindo os 38 países participantes da OCDE, 5 Estados-Membros europeus não pertencentes à OCDE e 11 economias emergentes – com o Brasil incluído no último grupo. É também interessante destacar que o documento contém em si seções dedicadas especialmente para os casos estudados, com informações, dados, análises e recomendações individuais e próprios relativos aos países e agrupamentos regionais abrangidos em seu foco.

Assim, o cenário apresentado pelo relatório revela que o apoio total à agricultura atingiu níveis recorde de 851 bilhões de dólares estadunidenses por ano durante os anos de 2020 a 2022 para os países analisados no estudo, à medida que os governos procuravam proteger os consumidores e produtores das crises globais e da inflação elevada¹⁸⁶. Todavia, pouco menos de metade deste apoio governamental assumiu a forma de medidas com maior potencial para distorções de mercado, tais como tarifas fronteiriças e pagamentos de subsídios com base na produção, e constata que tal apoio permanece altamente concentrado em algumas grandes economias produtoras, como a China, a Índia, os Estados Unidos e a União Europeia.

Outro foco de preocupação para a edição atual do relatório foi em relação às mudanças climáticas, que afetam cada vez mais a produção agrícola global através do aumento da variabilidade das temperaturas e de chuvas, de interrupções nos serviços do ecossistema e da desaceleração do crescimento da produtividade. A agricultura enfrenta uma frequência e uma gravidade cada vez maiores de eventos climáticos extremos, incluindo secas, inundações, ondas de calor e tempestades. Embora algumas regiões possam se beneficiar de períodos de crescimento mais longos, a produção na maior parte do mundo precisa urgentemente se adaptar a condições de crescimento menos favoráveis e mais variáveis. Por isso, a pesquisa observou e analisou quase 600 medidas para adaptação às alterações climáticas na agricultura, detectando a necessidade de maiores ações para além das já planejadas e a urgência em avanços na implementação, monitoramento e avaliação de tais políticas.

Por fim, a OCDE apresentou a recomendação de uma agenda de políticas de seis pontos visando provocar a melhora na resiliência dos sistemas agrícolas e alimentares e, ao mesmo tempo, no fornecimento de alimentos adequados, acessíveis, seguros e nutritivos para uma população global em crescimento, proporcionando meios de subsistência em toda a cadeia de valor dos alimentos e aumentando a sustentabilidade ambiental do setor:

1. A eliminação gradual de medidas que impedem os ajustes na produção, como o apoio aos preços e outras políticas voltadas para *commodities* específicas que aumentam a rigidez dos sistemas alimentares;
2. A priorização do envolvimento do governo no gerenciamento de riscos da agricultura em termos de informações, facilitação e riscos catastróficos;

¹⁸⁶ OCDE. Reforms needed to production and market-distorting policies as agricultural support reaches record highs. OCDE [Internet]. 2023 Oct 30 [cited 2023 Nov 03]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/reforms-needed-to-production-and-market-distorting-policies-as-agricultural-support-reaches-record-highs.htm>

3. O investimento em intervenções direcionadas que apoiem a adaptação às mudanças climáticas e a transição do setor para sistemas agrícolas e alimentares mais sustentáveis e resilientes;

4. O favorecimento de medidas sem arrependimento (“*no-regret measures*”, em inglês) que apoiem a resiliência em uma ampla gama de circunstâncias;

5. O aprimoramento do sistema de conhecimento e inovação agrícola e de seu foco no crescimento sustentável da produtividade; e

6. O incentivo no fornecimento de bens públicos, como a conservação da biodiversidade ou outros serviços ecossistêmicos.

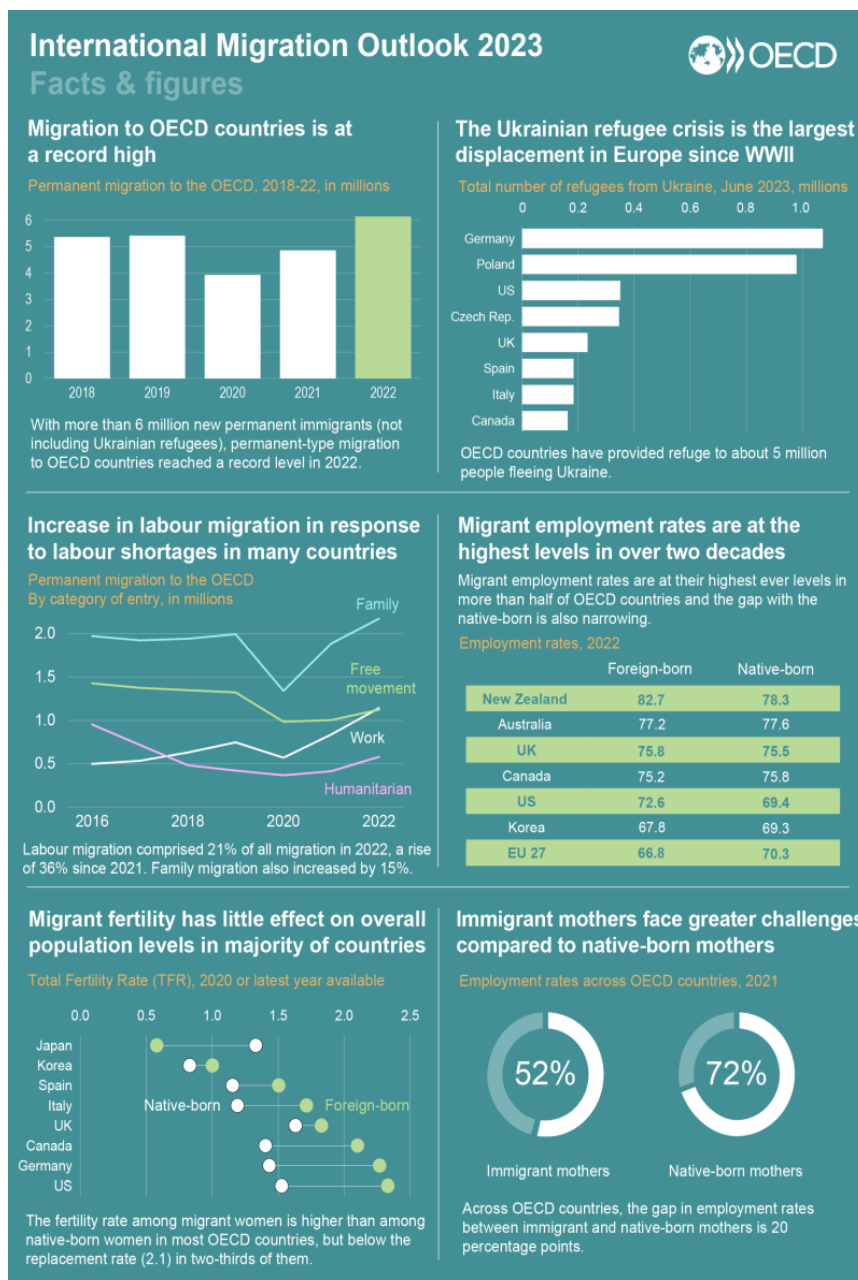
Ainda durante a quinzena, a organização intergovernamental também publicou o produto mais recente de seu projeto “*International Migration Outlook*” de estudos e análises de perspectivas, tendências, dados e análises sobre o tema de migração, o estudo intitulado “*International Migration Outlook 2023*”¹⁸⁷. A versão de 2023 propõe, então, a analisar os desenvolvimentos recentes nos movimentos migratórios e a inclusão dos imigrantes no mercado de trabalho nos países parte da OCDE, além de acompanhar as recentes mudanças políticas na governança e integração da migração nos territórios analisados. A edição também possui um enfoque especial para os desafios enfrentados por mulheres migrantes, dedicando dois capítulos de seu conteúdo para abordar explicitamente a lente de gênero sobre questões de migração, sendo um voltado à integração de mães migrantes no mercado de trabalho e suas dificuldades desproporcionais e outro dedicado aos padrões de fertilidade entre as populações migrantes nos países da OCDE.

É também interessante destacar que no ano de 2022 registrou-se o mais elevado nível de migração permanente para países da OCDE desde 2005, com também o registro de uma alta taxa de aumento de migração laboral e pedidos de asilo, muito consequente do conflito russo-ucraniano e seus efeitos nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas¹⁸⁸. Dessa forma, o relatório possui um grande foco sobre o conflito europeu, no entanto pontua que os países de origem da maior parte dos pedidos de asilo foram, respectivamente, Venezuela, Cuba, Afeganistão e Nicarágua.

¹⁸⁷ OCDE. *International Migration Outlook 2023*. Paris: OECD Publishing, 2023 [cited 2023 Nov 03]. Available from: <https://doi.org/10.1787/b0f40584-en>

¹⁸⁸ OCDE. International migration flows to OECD countries and labour market outcomes of immigrants at record highs. OCDE [Internet]. 2023 Oct 23 [cited 2023 Nov 03]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/international-migration-flows-to-oecd-countries-and-labour-market-outcomes-of-immigrants-at-record-highs.htm>

Figura 1: Fatos e figuras do International Migration Outlook 2023 destacados, imagem com texto em inglês



Fonte: OCDE, 2023.

Na esteira de tal discussão, outro destaque da quinzena foi o artigo *“Refugees and internally displaced persons in development planning: No-one left behind?”*¹⁸⁹. Fruto de uma parceria entre a organização e o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a publicação visa fornecer uma linha de base factual acerca da extensão em que os refugiados e as pessoas deslocadas internamente são incluídos no planejamento do desenvolvimento, especificamente nos planos nacionais e setoriais de países de baixa e média

¹⁸⁹ OCDE, ACNUR. Refugees and internally displaced persons in development planning: No-one left behind? OECD Development Policy Papers [Internet]. 2023 [cited 2023 Nov 03]; 47. Available from: <https://doi.org/10.1787/08c021b0-en>

renda e nas estratégias internacionais de cooperação para o desenvolvimento dos membros e participantes do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC, na sigla em inglês) e nas Estruturas de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável do sistema ONU em nível nacional. Dessa forma, o artigo busca medir o progresso em relação aos compromissos acordados sob o Pacto Global sobre Refugiados e a Agenda de Ação da ONU sobre Deslocamento Interno, incluindo o deslocamento forçado como também uma questão de desenvolvimento e culmina na recomendação de uma série de políticas relevantes para que ocorra uma maior e melhor inclusão dos grupos deslocados nas políticas, sendo elas as seguintes:

- i. Maior inclusão no diálogo político;
- ii. Maior engajamento com líderes de setor, sociedade civil e do setor privado;
- iii. Maior apropriação, responsabilização e monitoramento;
- iv. Maior planejamento de resposta aos refugiados e deslocados internos, incluindo a avaliação de viabilidade da inclusão; e
- v. Mais evidências e informações sobre inclusão socioeconômica dos deslocados.

Paralelamente, no que diz respeito às publicações diretamente relacionadas à área de saúde, ressalta-se a publicação do estudo *“Understanding international measures of health spending: Age-adjusting expenditure on health”*¹⁹⁰. O documento busca analisar a literatura internacional sobre gastos de saúde ajustados por idade, examinando três métodos de ajustes por idade para relatar e comparar dados de gastos com saúde entre países da OCDE e no decorrer do tempo, argumentando que o nível de gastos com saúde nacionais depende não apenas do tamanho da população, mas também pela estrutura demográfica da população e maiores ou menores riscos e problemas de saúde consequentes da estrutura etária e o envelhecimento populacional.

Por fim, no que tange as progressões na relação da OCDE com o Brasil durante esta quinzena, destaca-se primeiramente o descontentamento expressados por Alexandre Schwartsman e Marcos Lisboa, economistas que tiveram postos relevantes no primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devido ao esfriamento no processo de entrada do país ao grupo e entraves que dificultam o processo de integração, com a constatação de uma possível resistência ideológica de partes do governo para tal¹⁹¹. Já em relação ao ponto de vista da organização econômica internacional sobre o país, foi divulgado um relatório da própria sobre a reforma tributária sobre o consumo, tratada em Proposta de Emenda à Constituição em tramitação no Senado Federal (PEC 45/2019), que entende que, se aprovado na sua forma atual, o projeto de reforma aproximaria o país latino das melhores práticas da OCDE e reduziria distorções, além de estimular o crescimento da economia brasileira nos próximos anos¹⁹².

¹⁹⁰ OCDE. Understanding international measures of health spending: Age-adjusting expenditure on health. OCDE [Internet]. 2023 Oct 31 [cited 2023 Nov 03]. Available from: https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/understanding-international-measures-of-health-spending_043ed664-en

¹⁹¹ Pinto PS. Economistas criticam esfriamento de adesão do Brasil à OCDE. PODER 360 [Internet]. 2023 Nov 01 [cited 2023 Nov 03]. Available from: <https://www.poder360.com.br/economia/economistas-criticam-esfriamento-de-adesao-do-brasil-a-ocde/>

¹⁹² Pereira LF. Reforma tributária aproxima Brasil das melhores práticas e estimula crescimento, diz OCDE. InfoMoney [Internet]. 2023 Oct 31 [cited 2023 Nov 03]. Available from:

**É possível reconquistar a América Latina: desejos estadunidenses para a
integração regional**

***¿Es posible reconquistar América Latina?: deseos estadounidenses para la
integración regional***

Samia de Brito

Sebastian Tobar

Miryam Minayo

Resumen. *En el informe de este período, destacamos la reunión de los Líderes de la Alianza para la Prosperidad Económica de las Américas (APEP) y sus desdoblamientos, la reunión de representantes de los ministerios de salud y bloques subregionales de América para compartir experiencias sobre las Enfermedades Crónicas no Transmisibles (ECNT) y las propuestas de los candidatos presidenciales en Argentina en el ámbito de la salud, así como el plan de salud del presidente electo Daniel Naboja de Ecuador. También informamos sobre el Foro Andino sobre Salud y Economía organizado por ORAS-CONHU, el VI Encuentro de Alcaldes y Alcaldesas por Ciudades Saludables de la Región de las Américas y la participación de SECOMISCA en las discusiones sobre la migración laboral temporal. Asimismo, presentamos las posiciones de América Latina en relación con el conflicto en el Medio Oriente, la nueva solicitud a la Asamblea General de la ONU para poner fin al embargo contra Cuba y, por último, la cuestión del litio y la disputa entre Occidente y China.*

Palabras-clave: *América Latina y el Caribe. Salud. Cooperación regional. APEP*

Resumo. No relatório deste período destacamos o encontro dos Líderes da Aliança para a Prosperidade Econômica das Américas (APEP) e seus desdobramentos, a reunião dos representantes dos ministérios da saúde e dos blocos sub-regionais da América para compartilhar experiências sobre as DCNT e as propostas dos candidatos à presidência da Argentina para a área da saúde, bem como a do plano de governo para a saúde do presidente eleito Daniel Naboja do Equador. Informamos também sobre o Foro Andino sobre Saúde e Economia realizado pela ORAS-CONHU e o VI Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das Américas e a presença do SECOMISCA na discussão sobre migração laboral temporária. Trazemos, igualmente, as posições da América Latina frente ao conflito no Oriente Médio, o novo pedido Assembleia Geral da ONU pelo fim do embargo a Cuba e, por fim, a questão do lítio e a disputa entre o ocidente e a China.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Cooperação regional. APEP

Líderes da Aliança para a Prosperidade Econômica das Américas (APEP) reúnem-se em Washington

No dia 3 de novembro, O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, recebeu em Washington líderes da América Latina com o propósito de impulsionar o crescimento com mais investimento, títulos verdes e cadeias de abastecimento fortes, a fim de frear a migração e, paralelamente, fazer frente à influência chinesa na região. O encontro contou com a participação dos presidentes da Colômbia, Gustavo Petro; Chile, Gabriel Boric; Costa Rica, Rodrigo Chaves¹⁹³; Equador, Guillermo Lasso; Peru, Dina Boluarte; República Dominicana, Luis Abinader; Uruguai, Luis Lacalle; os primeiros-ministros do Canadá, Justin Trudeau, e de Barbados, Mia Mottley; e as chanceleres do México, Alicia Bárcena, e do Panamá, Janaina Tewaney.

A Aliança para a Prosperidade Económica nas Américas é um espaço de cooperação para promover a competitividade regional, a resiliência, a prosperidade partilhada e o investimento inclusivo e sustentável.

Em junho de 2022, os Estados Unidos anunciaram a criação desta Aliança, ou “Parceria das Américas”, na Cúpula das Américas em Los Angeles, Califórnia. A Parceria das Américas traça um caminho a seguir para abordar a desigualdade econômica, promover a integração econômica regional e bons empregos, e restaurar a confiança na democracia, servindo aos trabalhadores em toda a região.

Em 27 de janeiro de 2023, o Secretário de Estado dos EUA e o Representante de Comércio dos EUA copatrocinaram um evento de nível ministerial para promover a Parceria das Américas com representantes dos primeiros países do Hemisfério Ocidental se juntaram a eles para apoiar os princípios e objetivos da iniciativa.

Os líderes dos Estados Unidos, Canadá e dos países latino-americanos comprometeram-se, no dia 3 de novembro¹⁹⁴, a estabelecer a Aliança como um fórum duradouro para o desenvolvimento econômico na região. Eles lançaram uma nova declaração¹⁹⁵ na qual partilham “a visão de um hemisfério mais aberto, justo, inclusivo, sustentável e próspero”. Neste sentido, contemplam “...um futuro mais esperançoso para todos os povos das Américas no que as economias dinâmicas constroem sociedades mais equitativas e os governos democráticos, através de instituições eficazes, oferecem resultados para todos”.

A declaração enfatiza a necessidade de fortalecer a colaboração e a integração econômica no hemisfério e de promover um aumento no comércio e investimento de forma inclusiva e sustentável na região, bem como de enfrentar o desafio da crise climática e de ampliar as oportunidades sociais e econômicas de modo a assegurar que ninguém seja deixado para trás.

¹⁹³ Ao lado de Biden estavam sentados o presidente da Costa Rica, Rodrigo Chaves Robles, que se tornou um dos principais aliados dos EUA na promoção da APEP, e também o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou. O resto dos líderes estavam sentados em uma mesa em forma de U.

¹⁹⁴ <https://efe.com/mundo/2023-11-03/cumbre-de-lideres-de-alianza-para-la-prosperidad-economica-en-americas-con-biden-de-anfitrión/>

¹⁹⁵ <https://cl.usembassy.gov/es/declaracion-del-salon-este-por-mandatarios-de-la-alianza-para-la-prosperidad-economica-de-las-americas/>

Nesse sentido, a declaração estabelece cinco prioridades intersetoriais para o trabalho coletivo:

1. Reforçar a competitividade e integração regional.
2. Promover a prosperidade partilhada e a boa governação.
3. Construir infraestruturas sustentáveis.
4. Proteger o clima e o meio ambiente, e
5. Promova comunidades saudáveis.

Para conseguir isso, eles propõem três caminhos:

a) O caminho das Relações Exteriores para promover atividades e iniciativas que permitem alcançar o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Neste sentido, reconhece as ligações complexas entre a boa governança e um maior crescimento, bem como a importância de garantir que os avanços sejam amplamente distribuídos. Os ministros das Relações Exteriores e outros ministros devem dar prioridade a iniciativas de colaboração para promover o crescimento inclusivo; bem como identificar ferramentas e iniciativas específicas para superar os obstáculos que impedem as mulheres e os grupos sub-representados de participar plenamente na força de trabalho; Devem também promover projetos e iniciativas que ajudem a melhorar o acesso aos cuidados de saúde, à água potável, à energia limpa e à segurança alimentar e nutricional, apoiando a agricultura inteligente em termos climáticos e protegendo contra as alterações climáticas através de medidas de adaptação e mitigação; bem como explorar iniciativas anticorrupção e de transparência.

b) O caminho do Comércio através do reforço da competitividade regional e da expansão dos laços comerciais existentes, bem como da cooperação económica; desenvolver abordagens comerciais sustentáveis e inclusivas para os setores do comércio e do investimento, apoiando o desenvolvimento de cadeias de abastecimento resilientes de bens e serviços; reforçar um ambiente regulamentar previsível e transparente que aumente o fluxo comercial e elimine barreiras a uma maior integração económica; gerar trabalho digno e promover direitos trabalhistas, sustentabilidade ambiental e inclusão econômica; e reforçar a integração regional, promovendo a aplicação do Acordo da OMC sobre a Facilitação do Comércio e a Digitalização dos Mecanismos Aduaneiros; promover ferramentas que beneficiem pequenas e médias empresas e comunidades historicamente sub-representadas.

c) No caminho das finanças, propõe-se explorar iniciativas de elevado padrão em matéria financeira; acelerar os esforços para aumentar a qualidade e a quantidade do financiamento para as Américas; manter a dinâmica dos Bancos de Desenvolvimento; alavancar ferramentas financeiras novas e existentes, como a plataforma de investimento estabelecida pela Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA e pelo BID Invest para apoiar infraestruturas digitais e físicas sustentáveis e soluções inovadoras baseadas na natureza que fornecem incentivos fiscais positivos para incentivar a conservação ambiental e enfrentar os desafios climáticos.

O trabalho nestas três vias aumentará os laços econômicos e fortalecerá a resiliência hemisférica. A declaração salienta a necessidade de estar ciente das lições aprendidas com a Covid-19, dos riscos e repercussões das alterações climáticas e de outras possíveis perturbações nas cadeias de abastecimento médico e de semicondutores. Promover a coordenação e a cooperação entre governos e partes interessadas públicas e privadas para investir na saúde e segurança do nosso povo.

A Aliança nas Américas buscará as contribuições e a experiência de uma ampla gama de partes interessadas e parceiros (particularmente grupos sub-representados) na promoção de novas iniciativas de cooperação. Pedem aos Ministros que desenvolvam planos de competitividade regional para estabelecer cadeias de abastecimento resilientes nas Américas, aproveitando as complementaridades. Será dada especial atenção à formalização, financiamento e incentivos às micro, pequenas e médias empresas.

A Aliança levanta a ideia de ser expandida para outros países do ocidente.

Finalmente, a declaração afirma que *“Acreditamos que juntos temos a capacidade de transformar o hemisfério que partilhamos e aumentar a diversidade, o talento e o dinamismo dos nossos povos”*.

A aproximação dos Estados Unidos¹⁹⁶ da América Latina, através desta aliança, constitui uma tentativa de conter o aumento da influência chinesa na região. Neste sentido, os Estados Unidos têm promovido a reforma dos bancos multilaterais (FMI, Banco Mundial e BID) para oferecer alternativas ao que têm chamado de “financiamento coercitivo chinês”.

Um outro tema impulsionado por Biden foi o da migração, com o chamado “compartilhamento de responsabilidades” visando a trabalhar conjuntamente com países para evitar que os grupos de populações se desloquem ao norte¹⁹⁷.

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos anunciou financiamento para a América Latina para integrar cadeias de fornecimento

Como um dos desdobramentos da APEP, os Estados Unidos propõem financiar os países latino-americanos. Eles se comprometeram a colaborar com o BID para promover a cadeia de suprimentos regional de maneira sustentável, implementando esforços abrangentes. Isso envolverá o apoio a financiamento acessível, o fomento da disseminação de conhecimento e o aprimoramento das habilidades dos trabalhadores. Além disso, trabalharemos em parceria com partes interessadas dos setores público e privado, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil para identificar e superar obstáculos, visando fortalecer a competitividade do país em setores prioritários.

A ideia da secretária do Tesouro, Janet Yellen, é ampliar o capital do BID para ajudar a região. *“Sabemos que o grupo BID pode entregar melhores resultados e entregar mais por meio de investimentos com resultados comprovados, competitivos e de alta qualidade. Os Estados Unidos também estão fortemente comprometidos com um investimento do BID e um aumento de capital”*, disse Yellen, *que garantiu que os Estados Unidos estão trabalhando com o resto dos acionistas e o Congresso “para apoiar os investimentos do BID”¹⁹⁸*.

¹⁹⁶ Biden anunciou o lançamento de um acelerador para financiar empreendedorismo na região, com recursos americanos e canadenses. A liderança do projeto coube ao Uruguai, vai tocar a criação de uma rede de investidores.

¹⁹⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/11/eua-investem-em-agenda-verde-para-conter-china-na-america-latina.shtml>

¹⁹⁸ <https://www.barrons.com/news/spanish/eeuu-propone-a-america-latina-diversificar-juntos-las-cadenas-de-suministro-f19caa41> ; <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20231103-eeuu-propone-a-am%C3%A9rica-latina-diversificar-juntos-las-cadenas-de-suministro>

A tese do governo Biden é fornecer mais recursos para a América Latina por meio de “*capital adicional*” ao banco, o que também ajudará a gerar melhores condições nos países e a frear a movimentação de migrantes que posteriormente chegam aos Estados Unidos.

Segundo Yellen, a promoção da integração da cadeia de suprimentos e inúmeras outras iniciativas são fatores que podem beneficiar os países por terem um parceiro confiável comprometido em atender às necessidades da nossa região. Como a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe, o BID desempenha um papel crucial em apoiar os países na criação das condições necessárias para estimular o crescimento do setor privado na região.

Simpósio sobre trabalhadores do setor de semicondutores da Aliança para a Prosperidade Econômica nas Américas: Desenvolvendo competências técnicas para uma força de trabalho especializada no século XXI¹⁹⁹

Outro desdobramento da APEP foi a iniciativa do Departamento de Estado dos Estados Unidos, liderada pelo presidente Biden, para explorar oportunidades de aumentar e diversificar o ecossistema global de semicondutores utilizando financiamento do Fundo Internacional de Segurança e Inovação Tecnológica (ITSI), que foi alocado ao abrigo da Lei CHIPS de 2022. Estes esforços apoiarão a colaboração com os países num conjunto de novos programas diplomáticos e de capacitação para construir um país mais resiliente, seguro e cadeia de valor global sustentável de semicondutores, em apoio à indústria e às capacidades dos EUA.

Como esses esforços iniciais, o Departamento de Estado pretende organizar vários simpósios, que terão início na Costa Rica em fevereiro de 2024, com o objetivo de desenvolver a capacidade da força de trabalho dos países da Aliança das Américas.

Estes simpósios serão um fórum onde as partes interessadas, incluindo governos, indústrias, sindicatos e universidades, poderão colaborar em programas educacionais que respondam diretamente às necessidades da indústria de semicondutores dentro da cadeia global mais ampla de fornecimentos. Estas colaborações proporcionarão oportunidades para estabelecer ligações entre a indústria e as faculdades comunitárias e escolas técnicas, para identificar necessidades críticas de desenvolvimento da força de trabalho e para o diálogo entre parceiros sobre como alinhar programas educacionais em torno dessas necessidades, gerando assim uma sequência de talentos e empregos do meio acadêmico. campo para a indústria

Representantes dos ministérios da saúde e dos blocos sub-regionais da América do Sul se reúnem para compartilhar experiências sobre as DCNT

O estilo de vida contemporâneo, caracterizado por padrões dietéticos considerados não saudáveis, com a presença significativa de produtos altamente processados, ricos em gorduras saturadas, entre outros fatores, juntamente com a falta de atividade física, o consumo de álcool e tabaco, têm contribuído para aproximadamente 75% das taxas de mortalidade na região da América do Sul. As mudanças climáticas e a pandemia da COVID-19 emergiram como variáveis que introduziram novos desafios ou ampliaram os já existentes no combate às doenças crônicas não transmissíveis tanto na região quanto globalmente.

¹⁹⁹ https://www.state.gov/translations/spanish/se-inicia-el-simposio-sobre-trabajadores-del-sector-de-semiconductores-de-la-alianza-para-la-prosperidad-economica-en-las-americas-generar-capacidad-tecnica-para-una-fuerza-laboral-especializada-en-e/?utm_medium=email&utm_source=govdelivery

As assimetrias, inequidades sociais, econômicas, ambientais, em um mundo globalizado, demandam mais do que nunca ações conjuntas, coordenadas, onde as bússolas de todos os atores – países, blocos regionais e sub-regionais, agências, entre outros – apontem para o mesmo norte, ou para um sul cooperativo e harmônico para enfrentamento de tão complexos desafios.

Nesse sentido, Brasília recebeu entre os dias 31 de outubro e 1 de novembro representantes de diversos países da América do Sul para apresentar e discutir experiências sobre as (DCNTs). O evento foi organizado pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul), Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e contou com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS).

O objetivo do evento, intitulado Fórum de Desafios e Oportunidades diante dos avanços das Doenças Crônicas não Transmissíveis, era estabelecer um diálogo entre as delegações dos ministérios da Saúde dos países que conformam os blocos de integração do MERCOSUR, ORAS-CONHU e OTCA, permitindo o compartilhamento de experiências exitosas e lições aprendidas e a identificação de oportunidades para avançar em linhas temáticas específicas das DCNT.

Para tanto, a agenda do fórum refletiu esses eixos temáticos distribuídos em seis painéis com espaços para apresentações dos países convidados e discussões plenárias sobre os temas debatidos. Desde a mesa de abertura, já houve uma sinalização clara de alguns princípios que conduziram o evento: a necessidade de trabalho conjunto, baseada na cooperação Sul-Sul; o esforço para transformar as políticas nacionais em políticas de Estado, em prol da continuidade e sustentabilidade dos avanços; e um olhar mais amplo, que considere determinantes sociais, ambientais, econômicos, culturais, entre outros.

O primeiro painel trouxe um alinhamento de dados sobre as DCNT na região e estado da arte dos planos nacionais de enfrentamento desses desafios. As discussões das apresentações se pautaram na dificuldade de integração, mesmo entre as próprias áreas dos ministérios da saúde. Há, certamente, espaço para aprofundamento e compartilhamento das experiências em busca de lições aprendidas para a refinamento de planos nacionais daqueles países que já o fizeram e para aqueles que ainda estão em processo de construção dos seus projetos.

As discussões sobre as mudanças climáticas e seus impactos sobre as DCNT se deram no segundo painel do evento, dividido em duas mesas redondas, a saber: mudança climática e as DCNT e a apresentação dos planos regionais sobre o tema OTCA e pela ORAS-CONHU, na primeira mesa, e a relação entre segurança alimentar e mudanças climáticas, na segunda. Ainda há muito o que se estudar e pesquisar sobre o tema, mas as discussões levaram a conclusão de que já há dados e informações suficientes para tomada de decisão em ambos os temas.

O painel 3 tratou das políticas, legislações e medidas regulatórias para prevenção dos fatores de riscos das DCNT. Foram apresentados os processos de desenvolvimento e implementação dessas ações em países da região sobre rotulagem de alimentos, redução do consumo de sódio, pela Argentina, controle do tabaco, pelo Brasil, e impostos saudáveis e legislação sobre o câncer, pelo Chile. Em todos os casos, os processos têm sido lentos, mas com resultados bastante promissores.

A gestão integrada das DCNT, com foco na atenção primária, e algumas das principais doenças não transmissíveis foram tema do 4º painel do evento. Em relação à atenção primária,

os países apresentam experiências em como esse nível de assistência pode ser utilizado de forma proativa e resolutiva no enfrentamento de desafios como o incentivo às atividades físicas, acompanhamento de pacientes multi-mórbidos, ambientes saudáveis, entre outros. No tocante às DCNT os países compartilharam suas experiências sobre o câncer e sobre as doenças renais crônicas, deixando lições aprendidas sobre as especificidades da primeira e os custos crescentes da segunda.

Ainda nessa linha, o painel 5 abriu espaço para as doenças cardiovasculares, onde os países apresentaram seus avanços e desafios na implantação da iniciativa Hearts, da OPAS/OMS. Há níveis diferentes de progresso, mas uma certeza compartilhada de que esse é um bom caminho a seguir. O painel 5 foi o momento no qual os blocos regionais apresentaram suas perspectivas em relação ao fortalecimento da agenda de prevenção e promoção das doenças crônicas não transmissíveis. Nessa oportunidade se destacaram as falas sobre a necessidade de encontrar meios de possibilitar a continuidade do fórum e o compartilhamento dos achados com os ministros de saúde, assim como com as áreas técnicas de cada ministério.

O último fórum, o sexto do evento, teve como foco a vigilância das DCNTs e seus fatores de risco. O Brasil apresentou um retrato dos seus esforços no desenvolvimento de ferramentas de coleta e análise tempestividade de dados. As discussões se pautaram na falta em geral de uma cultura de monitoramento na região, demandando esforços direcionados, utilizando soluções da gestão de mudanças e outras possibilidades de gestão para construir meios confiáveis, continuados e tempestivos de monitoramento em saúde na região.

As apresentações e discussões foram bastante ricas, mas não se esgotam em um ou mesmo muitos fóruns. Fica como lição do evento a premência de se dar continuidade a iniciativas como essa. Fica também a clareza da prevenção e da promoção à saúde como caminhos fundamentais para enfrentamento das DCNTs. Acima de tudo, fica uma frase repetidas diversas vezes ao longo do evento de que “Juntos somos mais fortes”.

Propostas dos candidatos à presidência da Argentina para a área da saúde

Analizamos a seguir as propostas de saúde apresentadas por Javier Milei – o candidato presidencial mais votado nas eleições primárias na Argentina e segundo lugar nas eleições presidenciais, com 29,9% dos votos – e de Sergio Massa, candidato com maior número de votos nas eleições presidenciais, 36,6%. Ambos vão disputar a presidência no próximo dia 19 de novembro, no segundo turno das eleições.

Javier Milei – *Libertad Avanza*

As propostas de Milei são consideradas disruptivas e incluem uma mudança do sistema de saúde atual para um modelo mais orientado para o setor privado. Este relatório discute as principais ideias de Milei, suas implicações e as opiniões dos especialistas consultados.

***Propostas de Saúde de Javier Milei*²⁰⁰**

1. **Sistema de Saúde Privado:** Milei defende a transição para um sistema de saúde privado no qual cada argentino pague pelos serviços de saúde. Ele argumenta que isso resultaria em um melhor atendimento médico. No entanto, especialistas notam que isso pode aumentar a

²⁰⁰ A plataforma eleitoral do candidato Javier Milei encontra-se em: <https://www.electoral.gob.ar/nuevo/paginas/pdf/plataformas/2023/PASO/JUJUY%2079%20PARTIDO%20RENOVADOR%20FEDERAL%20-PLATAFORMA%20LA%20LIBERTAD%20AVANZA.pdf>. A parte correspondente à saúde pode ser encontrada a partir da página 7.

desigualdade no acesso à saúde, como visto nos Estados Unidos, onde os altos custos de seguros médicos podem impedir o acesso a cuidados médicos para alguns.

2. **Mudança de Subsídio para a Demanda:** Uma das propostas-chave é a mudança do subsídio da oferta para a demanda. Isso significa subsidiar diretamente os pacientes, permitindo que escolham onde desejam ser tratados, em vez de subsidiar os hospitais. A ideia por trás disso é fortalecer a descentralização e a concorrência entre as instituições de saúde. No entanto, isso é considerado uma mudança complexa que não pode ser implementada rapidamente.

3. **Mudanças nas Obras Sociais:** Milei busca permitir que os aposentados escolham livremente uma obra social que não seja o PAMI. No entanto, os especialistas discordam sobre a viabilidade disso, especialmente no que diz respeito ao PAMI, que lida com riscos financeiros significativos devido à alta demanda e complexidade dos serviços de saúde para os idosos.

Análise das propostas

As propostas de saúde de Milei são consideradas interessantes por alguns especialistas, mas enfrentam desafios significativos em termos de implementação e equidade. A mudança para um sistema de saúde privado poderia melhorar a qualidade do atendimento para alguns, mas também levanta preocupações sobre o acesso para aqueles que não podem pagar pelos serviços.

A mudança do subsídio para a demanda é vista como uma ideia com mérito, mas sua implementação é vista como um processo complexo e demorado. A experiência dos Estados Unidos, onde a maioria dos custos médicos é paga por seguros de saúde privados, levanta preocupações sobre a acessibilidade dos cuidados médicos.

As propostas de Milei em relação às obras sociais, em particular o Instituto de Assistência Social dos Aposentados e Pensionistas (PAMI), suscitam questões sobre o financiamento e a viabilidade de permitir escolhas ilimitadas para os aposentados. Isso poderia afetar a estabilidade financeira das obras sociais e levar a uma seleção desigual de riscos.

Conclusão

As propostas de saúde de Javier Milei refletem uma visão mais orientada para o setor privado do sistema de saúde na Argentina. Embora suas ideias sejam vistas como interessantes por parte da população, a implementação de mudanças tão significativas apresenta desafios substanciais, especialmente em relação à equidade e ao acesso a serviços de saúde. A transição para um sistema de saúde privado e a mudança de subsídio para a demanda indicam um retrocesso nas conquistas sociais, de direitos humanos e proteção cidadã. Vão requerer muita cautela e considerações cuidadosas e um plano de transição detalhado.

Sergio Massa – Unión por la Patria

As ideias e propostas apresentadas por Sergio Massa sobre o sistema de saúde do país são também defendidas pelo senador Pablo Yedlin, uma figura proeminente na área de saúde e aliado político. Além disso, analisa-se a perspectiva sobre o sistema de saúde na oposição e nas críticas às propostas de privatização.

No cenário político argentino, as eleições primárias revelaram uma série de propostas e desafios relacionados ao sistema de saúde. Dentre os candidatos, Sergio Massa e Pablo Yedlin expressaram compromisso em fortalecer o sistema de saúde, priorizando a gestão do Governo Nacional e a valorização dos profissionais de saúde.

Sergio Massa, enfatiza a importância do investimento em prevenção, fortalecimento dos programas de médicos comunitários, centros de atenção primária de saúde e o programa Remediar. Ele destaca a necessidade de garantir o acesso a medicamentos acessíveis, gratuitos como central para o cuidado das famílias argentinas. Massa também promete defender a indústria farmacêutica argentina, mas com preços que sejam sensíveis às condições econômicas dos cidadãos.

O senador Pablo Yedlin, um dos principais atores na área de saúde, reconhece que o sistema de saúde argentino é robusto, mas fragmentado, com problemas de financiamento e desigualdades regionais. Ele salienta a importância da gestão da saúde a partir do Governo Nacional para integrar efetivamente o sistema. A formação de profissionais de saúde mais bem remunerados e melhor preparados é um pilar fundamental em sua visão.

Desafios identificados

- Fragmentação do sistema de saúde: A atenção médica e a taxa de mortalidade materna variam significativamente entre as cidades do interior e a Cidade de Buenos Aires.

- Insuficiência de recursos: Muitos graduados em medicina não fazem residências médicas devido a remunerações insuficientes.

- Custos de medicamentos: Os medicamentos representam até 40% do orçamento em algumas obras sociais, superando o ideal de 20%.

- Falta de agência de avaliação de tecnologia: Ainda não foi estabelecida uma agência que avalie a eficácia e custo-efetividade dos tratamentos.

Nesse sentido, a plataforma eleitoral da Unión por la Patria propõe um amplo acordo que incluirá os diversos atores da sociedade argentina e que permitirá a transição para o desenvolvimento com equidade. Propõe-se que só é possível pensar a independência econômica a partir de um consenso econômico-social, que permita não só os partidos políticos, mas também os atores nacionais, como sindicatos, centros empresariais, organizações sociais, universidades, dirigentes empresariais, trabalhadores, intelectuais, artistas, cientistas, educadores, estudantes, jovens e diversidade, para debater um novo modelo de país.

A seguir, estão algumas das iniciativas e conceitos mais relevantes.

Crise global de saúde: A crise global de saúde revelou a necessidade de um Estado mais presente. De acordo com o Unión por la Patria a saúde é prioridade e será dedicada a fortalecer um sistema que dê respostas à comunidade, ao mesmo tempo que avança com políticas públicas que garantam o desenvolvimento e a inclusão.

Re-hierarquização do Ministério da Saúde: Promove-se a reclassificação dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e da Ciência e Tecnologia e Inovação Produtiva. Todos eles foram fundamentais na gestão da pandemia. Foram os cientistas argentinos do CONICET (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia) que geraram novos testes sorológicos rápidos e outros desenvolvimentos tecnológicos, ampliando as possibilidades de realização de estudos populacionais em larga escala, mapeamento e segregação de áreas, bem como avaliação dos resultados da aplicação das vacinas.

Apelo a um Acordo Nacional: Um amplo acordo nacional será convocado e uma nova maioria será construída. Assim como na pandemia foi proposto que “ninguém se salva sozinho”, a Argentina não conseguirá reverter as consequências e complexidades desta grave crise

estrutural que atravessa se não o conseguir entre todas as forças políticas, sociais, organizações, universidades, dirigentes, empresários, trabalhadores e trabalhadoras, intelectuais, artistas, cientistas, educadores, estudantes, jovens e diversidades.

Acordo de Saúde

- Criar um sistema integrado de saúde.
- Consolidar as políticas de Acesso e Garantia de Direitos em matéria de Deficiência e Saúde Mental.
- Implementar uma política de atenção integral
- Promover legislação para acesso a medicamentos gratuitos
- Promover a livre escolha de prestadores e Serviços Médicos para Filiados do Instituto de Assistência Social dos Aposentados e Pensionistas

Comparação com a oposição

A oposição, representada por figuras como Javier Milei e Patricia defende uma maior participação do setor privado na gestão do sistema de saúde. Eles acreditam que o Estado não deve ter um papel de intervenção clara. Esta visão contrasta com a proposta de Massa e Yedlin, que valorizam a presença do Governo Nacional no sistema de saúde.

Conclusão

As eleições na Argentina trouxeram à tona discussões importantes sobre o sistema de saúde. As propostas de Sergio Massa e Pablo Yedlin buscam fortalecer o sistema público e integrá-lo eficazmente. No entanto, desafios como a fragmentação, recursos insuficientes e custos de medicamentos continuam sendo obstáculos. A posição da oposição, favorável ao setor privado, sugere uma diferença significativa na visão do sistema de saúde argentino. O futuro das políticas de saúde no país dependerá das escolhas dos eleitores nas eleições gerais.

Plano de governo para a saúde do presidente eleito Daniel Noboa do Equador²⁰¹

Daniel Noboa, da coalizão Ação Democrática Nacional, foi eleito presidente do Equador no dia 17 de outubro. As promessas de campanha foram otimistas e amplas, embora o período de seu mandato seja relativamente curto, cerca de 18 meses.

Noboa destacou em seu plano de governo a necessidade de melhorar o sistema de saúde pública, aumentando o número de profissionais de saúde, sua capacitação e especialização, bem como aprimorando a infraestrutura e garantindo o fornecimento de insumos e serviços.

Daniel Noboa enfatizou também a importância de cuidar da saúde emocional, cognitiva e física das mulheres grávidas, prometendo criar programas focados em áreas negligenciadas no sistema de saúde. Suas propostas abrangem aprimorar a atenção primária, criar programas de saúde preventiva, garantir assistência durante a gravidez, fornecer acesso equitativo a serviços de saúde, apoiar a saúde mental e treinar profissionais de saúde para atender respeitosamente à comunidade LGBTQ+.

A seguir, fizemos um resumo dos programas e ações planejadas para a área da saúde

²⁰¹ <https://ecuador-decide.org/wp-content/uploads/2023/08/DANIEL-NOBOA-4-35.pdf>

Programas e ações

1. Fortalecimento da Atenção Primária de Saúde: Este programa visa aumentar a contratação de médicos, enfermeiras e profissionais de saúde nas áreas rurais e desatendidas para melhorar o acesso aos serviços de saúde básicos.

2. Programas de Saúde Preventiva: Serão criadas campanhas de educação e conscientização, visando à prevenção de doenças e ao controle de doenças crônicas.

3. Atenção e Assistência a Mulheres Grávidas: Foco na garantia de gestações saudáveis e partos seguros, com um programa abrangente de atenção nutricional pré-natal.

4. Acesso Equitativo para Gestantes: Assegurar que todas as gestantes tenham acesso a serviços de qualidade, sem discriminação com base em condições socioeconômicas ou geográficas.

5. Apoio e Assistência Emocional a Gestantes: Visando o bem-estar emocional das gestantes, com detecção precoce e tratamento de possíveis transtornos mentais relacionados à gravidez.

6. Programas de Acompanhamento Pós-Parto: Incluem cuidados para recém-nascidos, promoção da amamentação e apoio à saúde física e mental após o parto, com foco na prevenção da depressão pós-parto.

Fortalecimento da formação do pessoal da saúde:

1. Ampliação e Melhoria dos Programas de Formação Contínua: Desenvolvimento de programas de treinamento contínuo alinhados com as necessidades de saúde do país e padrões internacionais.

2. Programas de Especialização: Promoção de programas de especialização e subspecialização em áreas críticas para a saúde da população.

3. Bolsas para Estudos no Exterior: Oferta de bolsas de estudo para que profissionais de saúde possam realizar estudos de pós-graduação no exterior e estabelecer colaborações internacionais.

Melhoria da infraestrutura sanitária menor:

1. Modernização de Clínicas e Centros de Saúde: Priorização da modernização de instalações existentes para garantir que estejam bem equipadas e capazes de fornecer serviços de alta qualidade.

2. Extensão de Serviços de Saúde Móveis: Implementação e expansão de serviços de saúde móveis, especialmente em áreas rurais e remotas, para fornecer atendimento médico básico e preventivo.

3. Tecnologia em Saúde: Investimento em tecnologias, como telemedicina e sistemas de informação em saúde, para melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços de saúde.

Em última instância, essas propostas visam o aprimoramento dos serviços de saúde no Equador, com foco na expansão da atenção primária, formação contínua do pessoal de saúde e modernização da infraestrutura, buscando melhorar o acesso, a qualidade e a abrangência dos cuidados de saúde oferecidos à população.

ORAS-CONHU realiza Foro Andino com a temática de Saúde e Economia²⁰²²⁰³

O ORAS-CONHU em conjunto com o Programa sub-regional para a América do Sul da OPS/OMS e o Ministério da Saúde do Peru realizaram o “XI Foro Andino de Saúde e Economia: Financiamento do Primeiro Nível de Atenção e Atenção Primária de Saúde. Desafios e oportunidade dos Sistemas de Saúde” com o objetivo de analisar as necessidades relacionadas a financiamento dos serviços de saúde.

Os principais temas discutidos pelos participantes foram: a cooperação em saúde a nível andino, os desafios nacionais para o financiamento do Primeiro Nível de Atenção, negociação conjunta para preços de medicamentos, boa gestão dos sistemas públicos, aliança mais próxima entre setores de saúde e economia entre outros.

Durante o Foro, foi realizada oficina de Contas de Saúde com o objetivo de fortalecer capacidades referentes a estimativas de gastos na Atenção Primária a Saúde que segundo Maria del Carmem Calle, secretária executiva do ORAS-CONHU, “ajudará aos recursos humanos das direções (representates dos ministérios nacionais) a desenvolver o potencial nas diretrizes da economia que conduzem. Falar de orçamento, é falar de direitos”

As discussões destacaram que os investimentos em Atenção Primária em Saúde ainda são insuficientes, que ainda se necessita um acréscimo de 200-370 bilhões de dólares ao ano em termos mundiais. Atualmente, os investimentos no setor ainda são bastante desiguais sendo que, por um lado, países de renda alta investem 840 dólares americanos per capita, por outro lado, países de renda média (alta ou baixa) investem entre 73 e 16 dólares e países de renda baixa, somente, 3 dólares.

O Comitê Andino de Saúde e Economia (CASE) que trabalha para gerar incremento e melhoria em saúde no processo de integração, em 2023, prioriza o financiamento do primeiro nível de atenção e a Atenção Primária de Saúde. Os desafios da pandemia de COVID-19, incremento de doenças transmissíveis e crônicas e a atual crise climática destacam a necessidade que a APS funcione bem, no entanto, como discutido, os fundos públicos ainda são insuficientes.

²⁰² Países andinos fortalecen capacidades en Taller de Cuentas de Salud | :: ORAS CONHU / Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue :: [Internet]. www.orasconhu.org. [cited 2023 Nov 6]. Available from: <https://www.orasconhu.org/es/paises-andinos-fortalecen-capacidades-en-taller-de-cuentas-de-salud>

²⁰³ Expertos se reúnen en Foro Andino para impulsar estrategias de financiamiento del Sector Salud | :: ORAS CONHU / Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue :: [Internet]. www.orasconhu.org. [cited 2023 Nov 6]. Available from: <https://www.orasconhu.org/es/expertos-se-reunen-en-foro-andino-para-impulsar-estrategias-de-financiamiento-del-sector-salud>

VI Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das Américas e presença do SECOMISCA na discussão sobre migração laboral temporária²⁰⁴²⁰⁵

Nos dias 2 e 3 de novembro, foi realizado o VI Encontro de Prefeitos e Prefeitas por Municípios Saudáveis da Região das Américas no Chile. O Encontro retomou o trabalho para consolidação do Movimento de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis das Américas (MCCS) que tem como objetivo, através de ministérios da saúde dos países americanos, promover municípios saudáveis e fortalecer redes nacionais e subnacionais.

A edição de 2023 trabalha para a consolidação do Movimento do MCCS, destacando a importância do papel dos governos locais na promoção do bem-estar. O objetivo geral do Encontro é propiciar um diálogo regional que permita o intercâmbio de experiências de governança local para a saúde e o bem-estar. E são 5 os objetivos específicos do VI Encontro:

1. Compartilhar os avanços e resultados alcançados pelo Movimento de MCCS;
2. Lançar os Critérios Regionais de Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis nas Américas;
3. Apresentar experiências significativas de MCCS em governança local para a saúde e bem-estar;
4. Definir um roteiro com temas prioritários para o Movimento de MCCS para o ano de 2024;
5. Propiciar o intercâmbio de experiências através de espaços de reflexão e debate entre os prefeitos, prefeitas, pontos focais de municípios saudáveis dos Ministérios da Saúde e OPAS e sessões em grupos de trabalho para avançar com a consolidação do Movimento MCCS.

Na ocasião do VI Encontro, foram realizadas sessões paralelas sobre trabalho e migração. Uma das sessões se intitulou “Saúde dos trabalhadores migrantes: experiências em municípios e cidades da América Central e República Dominicana” com o objetivo de compartilhar experiências em ações locais para a população trabalhadora na região.

Os prefeitos e prefeitas buscam aprofundar o desenho das características da migração laboral temporal na região do SICA e buscar planos de fortalecimento de políticas que promovam garantias de direito a saúde para as populações migrantes laborais com ênfase nos governos locais. Prefeitos de cidades como Coto Brus (Costa Rica), La Palma, Chalatenango (El Salvador), La Labor, Ocotepeque (Honduras) fizeram apresentações sobre o estado da migração laboral temporal em seus territórios

Além disso, o SE-COMISCA e a OPAS tem fortalecido o projeto conjunto de “caracterização das dinâmicas de mobilização e de condições de vida dos trabalhadores temporários migrantes nos Estados Membros do SICA e as oportunidades para melhorar a saúde dessas populações”

²⁰⁴ VI Encuentro de Alcaldes y Alcaldesas por Municipios Saludables de la Región de las Américas / Huechuraba (Chile), 2 y 3 de noviembre de 2023 - OPS/OMS | Organización Panamericana de la Salud [Internet]. www.paho.org. [cited 2023 Nov 6]. Available from: <https://www.paho.org/es/eventos/vi-encuentro-alcaldes-alcaldesas-por-municipios-saludables-region-americas-huechuraba-chile>

²⁰⁵ SE-COMISCA y OPS CAM desarrollan panel sobre salud de trabajadores migrantes [Internet]. [Sica.int](https://www.sica.int). 2023 [cited 2023 Nov 6]. Available from: https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-ops-cam-desarrollan-panel-sobre-salud-de-trabajadores-migrantes_1_133174.html

Governo boliviano, sociedade civil boliviana e OTCA desenvolvem projetos para segurança hídrica²⁰⁶

No âmbito do Projeto da Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), o governo boliviano, a Universidade de San Andrés e OTCA desenvolvem a intervenção “Segurança hídrica nas cidades de La Paz e El Alto através do uso eficiente dos recursos hídricos das geleiras” a fim de oferecer alternativas de abastecimento de água às comunidades andinos e a cidades como La Paz e El Alto.

A intervenção tem como objetivo de monitorar as perdas de cobertura das geleiras na Bolívia que foi de 37% e 42% nos últimos 30 anos. A situação é mais crítica nas cidades de La Paz e El Alto que dependem das geleiras para o abastecimento de água. Além disso, o projeto de intervenção também terá benefícios secundários para as microbacias amazônicas Choqueyapu, Orkojahuirá, Irpavi e Palcoma que são diretamente afetadas pela alteração no regime hidrológico. A intervenção também leva em consideração a sustentabilidade dos recursos hídricos em toda a região amazônica dado a importância atribuídas pelos países andinos-amazônicos ao ciclo da água dos rios que nascem nos Andes e formam a bacia Amazônica.

Segundo o pesquisador José Luis Montaña do IHH, coordenador nacional do projeto, “Entre as ações que já propomos para melhorar o abastecimento de água estão medidas estruturais como a redução de perdas e vazamentos na rede, a implementação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável (SUDS) para o uso de água urbana e a construção de tanques pluviais e usos alternativos. Também pretendemos promover a coleta de água da chuva nas residências”

Os dados hidrometeorológicos e hidrométricos serão armazenados em um banco de dados que será alimentado pelo sistema de monitoramento a ser instalado pela intervenção. Isso ajudará a gerar um modelo de gerenciamento de água para todas as bacias envolvidas.

Posições da América Latina frente ao conflito no Oriente Médio²⁰⁷²⁰⁸

Com o avanço das ações de guerra pelo governo de Israel no território na Faixa de Gaza, os governos latino-americanos têm buscado espaços políticos e diplomáticos de posicionamento. Antes de descrever os últimos acontecimentos, é interessante marcar um precedente sobre a temática Palestina ainda em 2023, antes do estopim do dia 7 de outubro, na abertura da Assembleia Geral, latino-americanos já haviam feito “coro” em torno de uma saída pacífica e negociada para garantir o direito de a Palestina constituir-se como Estado soberano.

Quando ocorreu os ataques do Hamas ao território israelense, a grande maioria dos governos da América Latina se solidarizou com Israel. Dentre eles Lacalle Pou (Uruguai), Gabriel Boric (Chile), Nayib Bukele (El Salvador), Luis Inácio Lula da Silva, Luis Abinader (República

²⁰⁶ O monitoramento de geleiras tropicais na Bolívia contribui para a segurança hídrica em La Paz e El Alto, trazendo benefícios para a Bacia Amazônica [Internet]. OTCA. 2023 [cited 2023 Nov 6]. Available from: <http://otca.org/pt/o-monitoramento-de-geleiras-tropicais-na-bolivia-contribui-para-a-seguranca-hidrica-em-la-paz-e-el-alto-trazendo-beneficios-para-a-bacia-amazonica/>

²⁰⁷ Guerra Israel - Hamás: qué países apoyan y cuáles condenan la respuesta militar a los ataques del grupo islamista (y cómo se posicionan los de América Latina) [Internet]. BBC News Mundo. 2023. Available from: <https://www.bbc.com/mundo/articles/crg1gg7vxm3o>

²⁰⁸ Bolivia rompe relaciones diplomáticas con Israel y llama a cesar los ataques a la Franja de Gaza – CANCELLERIA :: BOLIVIA [Internet]. Cancilleria.gob.bo. 2023 [cited 2023 Nov 6]. Available from: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2023/10/31/11891/>

Dominicana) e Alberto Fernandez (Argentina) condenaram a morte e o sequestro de civis israelenses. México, por sua vez, optou por uma equidistância: AMLO afirmou que o país “não tomava partido” e que “mais que condenações, se precisava uma solução pacífica”, e, por sua parte, a Secretaria de Relações Exteriores repudiou os acontecimentos e afirmou que Israel tinha o “direito a legítima defesa”. Venezuela, Cuba e Nicarágua, no entanto, culpavam a ocupação israelense nos territórios palestinos como combustível para os ataques do Hamas.

No entanto, com o avanço dos bombardeios na faixa de Gaza nas últimas semanas pressionou os governos latino-americanos a engrossar o coro pedindo o cessar fogo, a garantia do direito internacional e o fim da morte de civis.

O governo brasileiro por exemplo além de declarações do presidente que pediam o cessar fogo e uma solução pacífica, Lula classificou como “loucura” e apontou uma desproporcionalidade na resposta israelense. Além disso, o Brasil buscou agir através de resoluções do Conselho de Segurança e encontros multilaterais a busca por uma solução pacífica e facilitação de ações humanitárias. No entanto, as respostas dos países da região latino-americana também escalaram para decisões mais extremas como aconteceu com a Bolívia.

A chancelaria boliviana decidiu cortar relações diplomáticas com Israel em 3 de outubro “em repúdio e condenação a agressiva e a ofensiva militar israelense desproporcional”. Em manifestação oficial a Ministra Maria Nela Prada afirmou que “Bolívia exige a cessação dos ataques na Faixa de Gaza que provocou até agora milhares de vítimas fatais, civis e o deslocamento forçado de palestinos, assim como a cessação do bloqueio que impede a entrada de alimentos, água e outros elementos essenciais a vida, violando o Direito Internacional e o Direito Internacional Humanitário no tratamento da população civil em conflitos armados”.

Do lado colombiano, Petro, que já havia feito um dos discursos mais inflamados em prol da resolução da questão Palestina na AGNU, trocou farpas com as representações israelenses que o acusou de “hostil” e antissemita” nas últimas semanas. O que findou na ação da chamada do embaixador israelense para consultas. Em sua conta Instagram, Petro comentou a tomada de decisão, “Decidi chamar para consulta a nossa embaixadora em Israel. Se Israel não para o massacre do povo palestino, não podemos estar ali”. Além do imbróglio diplomático, a Colômbia também anunciou suspensões no setor comercial com Israel.

Petro foi seguido por Boric, presidente chileno, que em uma postagem no Instagram também comentou a decisão chilena em chamar para consultas ao embaixador chileno em Israel. Segundo ele,

Diante às inaceitáveis violações do Direito Internacional Humanitário que Israel cometeu na faixa de Gaza, como Governo do Chile resolvemos chamar para consultas em Santiago o embaixador do Chile em Israel, Jorge Carvajal. Chile condena energeticamente e observa com grande preocupação que ditas operações militares- que a estas alturas de seu desenvolvimento se comportam como castigo coletivo a população civil palestina em Gaza – não respeitam as normas fundamentais do Direito Internacional, como demonstram as mais de oito mil vítimas civis, em sua maioria mulheres e crianças.

Por fim, Honduras também decidiu chamar sua representação para consultas. O mal-estar entre Israel e a região já ganhou proporções importantes nos últimos dias. É necessário acompanhamento para entender os desdobramentos políticos e econômicos que podem ser gerados a partir do aprofundamento da guerra no Oriente Médio.

Assembleia Geral da ONU pede mais uma vez o fim do embargo a Cuba²⁰⁹

No início de novembro, a Assembleia Geral da ONU votou e aprovou uma resolução pelo fim do embargo econômico norte-americano a Cuba. Esse ano a resolução ganhou mais votos favoráveis, incluindo o Brasil que se absteve no ano passado. A resolução foi aprovada por ampla maioria com 187 votos a favor.

O chanceler cubano afirmou que o bloqueio priva a indústria agrícola de fundos para comprar ração animal, equipamentos industriais e outras necessidades para a produção de alimentos. E ressaltou que “Cuba está impedida de comprar de empresas norte-americanas e suas subsidiárias em outros países, equipamentos, tecnologias, dispositivos médicos e produtos farmacêuticos de uso final e, portanto, é forçada a adquiri-los a preços exorbitantes por meio de intermediários ou a substituí-los”

Os dois votos contrários foram de Israel e dos Estados Unidos. O representante dos EUA disse que as sanções são “um conjunto de ferramentas” no esforço mais amplo do país para o encorajamento a promoção da democracia, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais em Cuba.

A luta do lítio entre a China e o Ocidente na América do Sul

A disputa por influência e mercado entre Estados Unidos e China alcançou o Triângulo do Lítio na América do Sul, que engloba Argentina, Bolívia e Chile²¹⁰. Esses países²¹¹ não estão dispostos a perder a oportunidade de ter um metal fundamental para a fabricação das baterias utilizadas nos carros elétricos – um mercado em plena expansão.

Nas últimas cinco décadas, mineradoras chinesas como Ganfeng, Tianqi e Zijin ganharam controle total ou parcial de minas críticas em todo o mundo²¹². O lítio não é exceção. A China vem se preparando há vários anos com os olhos postos nos minerais mais desejados pelo comércio global, incluindo o lítio²¹³. As empresas chinesas adquiriram metade das maiores minas de lítio do mundo que entraram no mercado desde 2018.

O capital chinês investiu nas chamadas “*jovens empresas mineiras*”, que são entidades que correm o risco de descobrir valiosos tesouros naturais. Essas empresas são geralmente de origem canadense e australiana, listadas nas respectivas bolsas de valores e sempre precisam de financiamento. Os investidores chineses intervieram à medida que os investidores ocidentais se tornavam cautelosos em relação às startups tecnológicas.

²⁰⁹ Por ampla maioria, Assembleia Geral pede mais uma vez fim do embargo a Cuba | ONU News [Internet]. news.un.org. 2023 [cited 2023 Nov 6]. Available from: <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1822847>

²¹⁰ Mais da metade do lítio mundial está na Argentina, Bolívia e Chile,

²¹¹ Benjamin Gedan, diretor do Programa para a América Latina do think tank Wilson Center, disse: “Os Estados Unidos chegaram atrasados à festa e Washington está claramente ansioso pela vantagem da China”. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-65183614>

²¹² Isto inclui uma participação de 80% da CMOG na maior mina de cobalto da República Democrática do Congo e um investimento maciço de empresas chinesas na indústria do níquel na Indonésia.

²¹³ “A China tem um elevado grau de dependência externa de alguns recursos minerais importantes e, uma vez que a situação internacional mude, certamente afetará a segurança econômica ou mesmo a segurança nacional”, disse o ministro dos Recursos Naturais, Wang Guanghua, no início de janeiro, numa entrevista à agência de notícias estatal Xinhua.

Os chineses também formaram joint ventures com empresas ocidentais e locais. Na Austrália, por exemplo, a Tianqi detém 51% da Greenbushes, a maior mina de lítio do mundo, enquanto a empresa americana Albemarle detém os restantes 49%²¹⁴.

A América do Sul também abriga numerosas associações multinacionais deste tipo. No Chile, a Tianqi adquiriu 23% da maior produtora de lítio do país, a SQM, e busca aumentar sua participação. A fabricante chinesa de carros elétricos BYD está trabalhando em uma fábrica de produção de baterias de cátodo de lítio de US\$ 290 milhões no norte do Chile.

Na Argentina, a Ganfeng e a Lithium Americas compartilham a propriedade da mina de lítio Cauchari-Olaroz. A Ganfeng é a proprietária majoritária da mineradora argentina Exar e recentemente adquiriu a empresa local Lithea Inc da petrolífera argentina PlusPetrol por US\$ 962 milhões. Zijin está atualmente em negociações com a estatal argentina YPF para construir uma planta de cátodos para baterias de lítio na província de Catamarca e já possui a mina de lítio Tres Quebradas. As montadoras chinesas Chery e Gotion estão planejando projetos para uma fábrica de baterias e automóveis elétricos de US\$ 400 milhões na província de Jujuy.

Neste oásis de lítio é possível notar algumas ausências²¹⁵, como a da União Europeia, do Japão e da Coreia do Sul. Embora a UE esteja negociando acordos com a região que incluem a transição para veículos e energia sustentáveis, a sua falta de participação na corrida do lítio não se deve apenas à negligência corporativa, é um erro estratégico. As indústrias automóveis destes países contribuíram significativamente para o seu desenvolvimento econômico, inovação e competitividade. A falta de investimentos significativos em lítio na América do Sul representa uma desvantagem estratégica que poderia permitir que os seus concorrentes chineses os ultrapassassem na transição para os veículos elétricos.

Há um forte impulso dos governos locais para manter o refino, o processamento e a produção de baterias dentro das fronteiras da América do Sul. Enquanto as empresas chinesas e de outros países avançam na América do Sul com gigantescos investimentos em mineração, os países do triângulo pretendem aproveitar a tecnologia e o capital com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial local.

É pouco provável que os principais intervenientes globais da indústria automóvel fiquem de braços cruzados. São esperados acordos de fornecimento direto e investimentos em empresas de mineração. A General Motors e a Ford já tomaram medidas nesse sentido e é uma questão de tempo até que gigantes europeus e asiáticos como a BMW, a Toyota e a Hyundai sigam o exemplo.

²¹⁴ A Ganfeng adquiriu uma participação importante na Mt Marion, outra grande mina de lítio, em parceria com a empresa australiana Mineral Resources. A ironia é que os mineiros australianos, que produzem mais de metade do lítio mundial, enviam a maior parte da sua produção para a China, que possui a maior capacidade de refinação do mundo.

²¹⁵ Até agora, a única montadora europeia ligada à indústria de lítio na América do Sul é a BMW, que assinou um acordo com a Livent em março de 2021. No entanto, além de uma cúpula em julho de 2023 com líderes latino-americanos e caribenhos em Bruxelas, a presidente da UE, Ursula von der Leyen anunciou que a UE e o Chile estão a trabalhar num Memorando de Entendimento sobre o lítio. Quanto à Ásia, a situação é um enigma. O Japão, com a sua experiência na indústria automóvel e laços profundos com países como o Brasil e o Peru, permanece visivelmente ausente. Há uma década, a Toyota Tsusho assinou um acordo de fornecimento de lítio com duas empresas argentinas para o Salar de Olaroz, na província de Jujuy, mas não há progresso significativo para mostrar. Em 2021, o Japão criou a Battery Supply Chain Association, mas não há indicação de que a BASC tenha planos de se envolver na América do Sul.

Contudo, o cenário do lítio é vasto e poderá surgir a participação de outros intervenientes. Nos Estados Unidos, geólogos descobriram recentemente depósitos de lítio ao longo da fronteira Nevada-Oregon que podem estar entre os maiores do mundo. Salton Lake, no sul da Califórnia, apelidado de “Vale do Lítio”, e Thacker Pass, em Nevada, também são promissores. Uma grande reserva de espodumênio de lítio foi encontrada no sopé dos Himalaias, na Índia, embora o conflito da Caxemira ameace dificultar o acesso a este tesouro. Países como Brasil, México e Peru também exploram seus territórios em busca de jazidas de lítio.

Tal como vimos com a iniciativa APEP, a Casa Branca fez explicitamente da segurança de uma cadeia de abastecimento mineral uma das suas prioridades por razões estratégicas.

Os minerais críticos formam a base de diversas tecnologias modernas e desempenham um papel fundamental em nossa segurança nacional e bem-estar econômico, declarou a administração de Joe Biden em um comunicado no ano passado. Países que são ricos em lítio podem emergir como atores importantes em termos de influência geopolítica em um futuro próximo.

Regulamentação - principal obstáculo ao fabrico de medicamentos em África

Regulations - the main obstacle to manufacturing medicines in Africa

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *The African Union and the European Union launch a three-year project on Transitional Justice Policy. The 8th Pan-African Forum on Migration 2023 took place under the theme "Strengthening Free Movement and the Trade Nexus in the AfCFTA: Optimizing the Benefits of Labour Migration for Development". WHO and KOICA sign agreement to support Ghana in tackling AMR. During the European Union's Global Gateway Forum, experts consider regulation to be the main obstacle to the manufacture of medicines in Africa. The Extraordinary Summit of SADC Heads of State and Government, held in Angola (Luanda), discussed crucial issues in the region, especially the deteriorating security and humanitarian situation in eastern DRC. SADC and the AfDB are cooperating to develop a Regional Integration Strategy for Southern Africa.*

Keywords: African Union. SADC. WHO AFRO. KOICA. INS.

Resumo: A União Africana e a União Europeia lançam projeto de três anos sobre Política de Justiça Transitória. O 8º Fórum Pan-Africano sobre Migrações de 2023 ocorreu sob o tema "Reforçando a Livre Circulação e o Nexo Comercial na AfCFTA: Otimizando os Benefícios da Migração Laboral para o Desenvolvimento". A OMS e a KOICA assinam Acordo para apoiar o Gana no enfrentamento da AMR. Durante o Global Gateway Fórum da União Europeia, especialistas consideram a regulamentação como o principal obstáculo ao fabrico de medicamentos em África. A Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Angola (Luanda) deliberou sobre temas cruciais dessa região principalmente a deterioração da segurança e da situação humanitária no leste da RDC. A SADC e o BAD cooperam para o desenvolvimento de Estratégia de Integração Regional para a África Austral.

Palavras-chave: União Africana. SADC. OMS AFRO. KOICA. RDC. Moçambique

União Africana

Iniciativa conjunta para promover a implementação da política de justiça transicional²¹⁶

A União Africana (UA) e a União Europeia (UE) lançaram oficialmente [um projeto de três anos](#) para apoiar os Estados-Membros na incorporação da Política de Justiça Transitória da

²¹⁶ A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu justiça transicional como o conjunto de processos e mecanismos relacionados com os esforços de uma sociedade para superar um legado de graves violações de direitos humanos cometidos em larga escala no passado, a fim de assegurar responsabilização, administração da justiça e reconciliação. Em sentido parecido, a organização não governamental Centro Internacional para a Justiça Transicional (ICTJ, em inglês) afirma que justiça transicional é "o conjunto de medidas judiciais e não judiciais que têm sido implementadas por diferentes países para reparar um legado de massivos abusos aos direitos humanos."
(<https://justicadetransicao.mpf.mp.br/entenda>)

União Africana (AUTJP, *African Union Transitional Justice Policy*) e a empreender processos de justiça transitória a nível nacional. O projeto, denominado Iniciativa para a Justiça Transitória em África (ITJA, *Initiative for Transitional Justice in Africa*), será implementado por um consórcio de três organizações liderado pelo Centro Internacional para a Justiça Transitória (ICTJ, [International Center for Transitional Justice](#)), o Fundo do Legado da Justiça Transitória Africana (ATJLF, [African Transitional Justice Legacy Fund](#)) e o Centro para o Estudo da Violência e Reconciliação (CSVR, [Centre for the Study of Violence and Reconciliation](#)). A iniciativa é financiada pela União Europeia, que disponibilizou um total de 5 milhões de euros.

O evento de lançamento reuniu funcionários do governo, decisores políticos, profissionais de justiça de transição, representantes da sociedade civil e outras partes interessadas para rever os fundamentos do ITJA e incentivar sua participação nas atividades do projeto, bem como cooperação entre eles, que é crucial para o avanço da justiça de transição no continente.

Imagem 1: Ato de lançamento da iniciativa ITJA



Fonte: União Africana, 2023.

"Não temos outra escolha senão pressionar e promover a justiça de transição", afirmou o Embaixador Bankole Adeoye, Comissário da União Africana para Assuntos Políticos, Paz e Segurança, em suas observações iniciais.

"Categoricamente, sem isso, os conflitos não serão resolvidos permanentemente na África. É necessário que invistamos em mecanismos transitórios de justiça e responsabilidade para garantir que a reconciliação e o diálogo sejam o caminho a seguir. O esforço que está sendo feito no âmbito desta iniciativa para treinar mais pessoas, especialmente jovens e mulheres, sobre questões de justiça de transição será um grande trunfo para a união, pois resultará em uma série de atores que atuarão em várias capacidades no subnacional, nacional, regional, e os níveis continentais, promovendo a justiça de transição."

"Como a governança democrática, a justiça e a responsabilidade são pilares cruciais para a prevenção e resolução de conflitos, a União Europeia tem o prazer de apoiar através desta nova ação a Política de Justiça de Transição da União Africana os seus Estados- Membros. Esta

iniciativa é um complemento bem-vindo ao apoio da União Europeia à Governança Africana e às Arquiteturas de Paz e Segurança e é outro exemplo da forte parceria entre as duas instituições", disse o Chefe Adjunto da Delegação da União Europeia na União Africana, Riccardo Mosca.

Adotada em fevereiro de 2019, a AUTJP fornece aos estados membros da União Africana orientações sobre a criação e implementação de processos de justiça transitórios eficazes e confiáveis. Um roteiro de acompanhamento, desenvolvido pela Comissão da União Africana, estabelece medidas acionáveis para colocar a política em prática. Inspirado pelos valores africanos e baseado nas melhores práticas, lições aprendidas e normas internacionais, a AUTJP e o roteiro descrevem uma abordagem exclusivamente africana para projetar, implementar, monitorar e avaliar mecanismos de justiça de transição.

A AUTJP representa um marco para enfrentar os legados das violações dos direitos humanos, corrigindo as vítimas e afirmando sua dignidade. "A política promete inaugurar uma era de paz, justiça, reconciliação, coesão social e cura nas diversas sociedades da África", observou Annah Moyo-Kupeta, Diretora Executivo da CSVR. "No entanto, sua eficácia reside na capacidade dos Estados-Membros em realizá-lo."

O objetivo do ITJA é apoiar as partes interessadas nos níveis nacional e local à medida que operacionalizam a AUTJP e o roteiro. Oferece assistência técnica e capacitação aos Estados-Membros, órgãos relevantes da União Africana e das Comunidades Econômicas Regionais para projetar e implementar mecanismos de justiça transitória adaptados e sensíveis ao gênero. A iniciativa também promove a pesquisa e a produção e gestão do conhecimento relacionados às experiências de justiça de transição na África. Finalmente, aumenta a conscientização sobre a AUTJP e aumenta o envolvimento da sociedade civil e grupos de vítimas com ela e processos de justiça de transição na África.

Vários países africanos continuam a lidar com conflitos violentos recorrentes e legados não resolvidos de violações maciças dos direitos humanos, o que impediu a paz e o desenvolvimento sustentável nessas sociedades e no continente como um todo.

"A desigualdade socioeconômica histórica e a marginalização, agravada pela discriminação generalizada de gênero, exclusão de jovens e xenofobia, levaram a distúrbios sociais, violência e violações de direitos humanos em alguns países em todo o mundo. Estas são as principais causas de conflitos e atrocidades", explicou Anna Myriam Roccatello, Diretora Executiva Adjunta do ICTJ e Diretora de Programas. "Princípios e iniciativas de justiça de transição, no entanto, podem ajudar a sociedade a finalmente abordar essas causas e criar as condições para uma paz e prosperidade duradouras."

Por esta razão, a ITJA é de vital importância, pois fornece suporte técnico, entre outros, para os Estados-Membros que estão atualmente navegando ou prestes a iniciar processos de justiça de transição. Também ajuda os atores locais e nacionais da sociedade civil, incluindo as vítimas, as mulheres e os grupos de jovens, a moldar, participar e monitorar esses mecanismos de forma mais significativa. Por sua vez, os processos podem reparar mais eficazmente as vítimas e evitar futuros conflitos e reincidência de abusos.

8º Fórum Pan-Africano sobre Migração (PAFoM8)

A União Africana (UA) em colaboração com o Botsuana, e apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM), organizou, de 31 de outubro a 2 de novembro, em Gaborone, o [8º Fórum Pan-Africano sobre Migrações](#) (PAFoM8, *8th Pan African Forum on*

Migration), com o tema "Reforçando a Livre Circulação e o Nexu Comercial na AfCFTA: Otimizando os Benefícios da Migração, Migração do Trabalho para o Desenvolvimento".

A reunião foi aberta oficialmente pela Ministra do Trabalho e Assuntos Internos do Botsuana, Anna Maria Mokgethi. No seu discurso, a Ministra agradeceu à União Africana ressaltando a importância de lutar por uma África unida e forte para a realização da Agenda 2063, a "África que queremos". Ela destacou que a história da África conta uma história que remonta a tempos imemoriais de um povo que se move de uma parte do continente para outra. Este fenómeno fala da livre circulação no contexto da migração e do comércio. A Ministra destacou que o tema do PAFOM8 não pode ser mais relevante, uma vez que se alinha com o AfCFTA na criação de um mercado único africano de bens e serviços para o desenvolvimento económico e integração. Sublinhou que existem vastas oportunidades no continente que podem impulsionar os ganhos da AfCFTA e também alcançar uma migração regular, segura e ordenada através do avanço da livre circulação e comércio, reforço da identificação legal no continente, bem como explorar a tecnologia digital e estatística no contexto da livre circulação e migração laboral no continente.

A Ministra concluiu destacando as realizações do Botsuana na promoção da livre circulação na região e que o Botsuana estabeleceu um posto de fronteira com a Zâmbia e a África do Sul, facilitando passes de fronteira para os cidadãos da região para melhorar a liberdade de movimento e acesso a serviços e amenidades (por exemplo, saúde) para os cidadãos. O Botsuana e a Namíbia também facilitaram uma vigilância de fronteira 24 horas, bem como cartões de identidade como passes. Com estes resultados, a Ministra apelou a todos os Estados-Membros para que aprendam e apliquem as melhores práticas à medida que moldam os fenómenos migratórios no continente.

Imagem 2: Representantes de instituições patrocinadoras do PAFOM8



Fonte: União Africana, 2023.

Representando a Embaixadora Minata Samaté Cessouma, Comissária do Departamento de Assuntos Humanitários de Saúde e Desenvolvimento Social (HHS) da Comissão da União Africana, o senhor Maemo Machethe, Director do Centro de Migração de Cartum, observou que o Fórum Pan-Africano sobre Migração é um testemunho do compromisso dos Estados-Membros da União Africana em promover a unidade, a cooperação e a prosperidade em nosso continente, tendo sublinhado:

"A visão da União Africana, tal como articulada na Agenda 2063, gira em torno dos princípios da integração, livre circulação e comércio. Esses princípios são os pilares de nossas estruturas de políticas de desenvolvimento e são mais vitais do que nunca", disse ele. O representante enfatizou ainda que "O compromisso da União Africana em promover a integração continental, o crescimento econômico e o desenvolvimento humano atingiu um momento crucial com a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) que busca criar o maior mercado único do mundo. Isso apresenta oportunidades sem precedentes de comércio, investimento e prosperidade para o continente africano. No entanto, todo o potencial da AfCFTA só pode ser realizado se aproveitarmos seu nexos com a migração e a mobilidade humana."

O representante da Comissão da União Africana concluiu reiterando a importância de deliberar sobre o nexos comercial migração/mobilidade humana, tendo em mente que a jornada da África em direção ao desenvolvimento sustentável está intimamente ligada à forma como efetivamente alavancamos essas interconexões. "Ao abraçarmos os princípios do Quadro da Política de Migração da União Africana, do Protocolo de Livre Circulação e valorizando plenamente o potencial da AfCFTA, podemos criar um continente onde pessoas, ideias e comércio fluam livremente", disse Machethe.

A Presidente cessante do PAFOM 7, a Diretora-Geral da Imigração e Emigração do Ruanda, a Comissária Adjunta da Polícia (ACP, *Assistant Commissioner of Police*), Lynder Nkuranga, apresentou um resumo da 7.ª Sessão do Fórum Pan-Africano sobre Migração que teve lugar em Kigali, Ruanda de 18 a 20 de outubro de 2022 sob o tema "Abordar o Impacto das Alterações Climáticas na Migração e na Mobilidade Humana em África: Construindo Estratégias de Adaptação e Comunidades Resilientes".

Lynder Nkuranga destacou os principais resultados do 7.º PAFOM que incluíam: A necessidade de a União Africana falar a uma só voz sobre o impacto das alterações climáticas na mobilidade humana, migração e desenvolvimento; a necessidade de os Estados-Membros estabelecerem quadros sustentáveis de adaptação às alterações climáticas e de resiliência, como o Quadro Nacional para os Serviços Climáticos (NFCS, *National Framework for Climate Services*), para apoiar as suas Contribuições Determinadas por Nacionalidade (CND, *Nationality Determined Contributions*); a necessidade de os Estados-Membros trabalharem em estreita colaboração com as suas cidades e autoridades locais para proporcionar incentivos que incentivem os cidadãos e todas as partes interessadas a apoiar a transição das cidades para economias verdes; o apelo aos Estados-Membros para que incorporem as vozes dos jovens no processo de tomada de decisão e implementação; a necessidade de os Estados-Membros reforçarem a solidariedade com os países e as pessoas mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas; e a necessidade de reforçar os dados e a pesquisa em matéria de migração e deslocamentos induzidos pelas alterações climáticas para o desenvolvimento, a implementação e o reforço da governança em matéria de migração em África, com base em dados concretos.

Além disso, a Presidente cessante apresentou atualizações sobre o estado das principais recomendações do PAFOM7, que incluíam o acompanhamento com os Estados-Membros e outras partes interessadas na defesa de várias iniciativas para mitigar a migração induzida pelo clima. A este respeito, o Presidente do PAFOM-7 participou na Décima Reunião Global de Presidentes e Secretariados dos Mecanismos de Consulta Interestadual sobre Migração (ISCM, *Inter-State Consultation Mechanisms on Migration* e GRCP 10, *Global Policy Dialogue on Migration*), realizada em Genebra, Suíça, em 9 de junho de 2023, e aproveitado nesta plataforma para defender mais iniciativas para abordar o impacto da mudança climática na

África como um dos principais impulsionadores do deslocamento e da mobilidade humana no continente. Além disso, o Ruanda desenvolveu um plano de ação detalhado que o país pretende usar para continuar a defender a implementação de intervenções de migração e mudança climática para apoiar os Estados-Membros da União Africana.

Para concluir as suas observações, a Presidente cessante salientou que as alterações climáticas representam um sério desafio para os Estados-Membros, pelo que é necessário continuar a dar prioridade às questões do clima no continente e também assegurar que a migração seja segura, digna e regular.

Dirigindo-se à cerimônia de abertura, Lawrence Egulu, representando o Presidente do STC sobre Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego, Amongi Betty Ongom, observou que há necessidade de criar mais empregos e garantir mais segurança em casa para que a migração se torne uma escolha e não por desespero, tendo sublinhado a necessidade de os Estados-Membros criarem mecanismos que garantam um continente livre de vistos onde todos os cidadãos possam aceder livremente a todas as fronteiras.

O senhor Zia Choudhury, Coordenador Residente da ONU no Botsuana, disse que acelerar a integração africana e criar um mercado africano irá, sem dúvida, desbloquear benefícios económicos e sociais para o povo de África. No entanto, juntamente com a relativamente livre circulação de bens, serviços e capital, a livre circulação de trabalhadores e pessoas precisa ser priorizada. "Como foi observado, muito mais pode ser feito para integrar o 4º pilar da AfCFTA com foco na Livre Circulação de Pessoas", observou o senhor Zia Choudhury.

A Embaixadora da Alemanha no Botsuana, Margit Hellwig-Bötte, discursou na cerimônia de abertura. Ela observou que esta edição do PAFoM8 oferece uma oportunidade maravilhosa para aprofundar as discussões em torno das interconexões entre comércio, livre circulação e migração de trabalhadores, mas também para identificar os papéis complementares a serem desempenhados pelas estruturas governamentais, comunidades económicas regionais, sindicatos, organizações da sociedade civil e organizações empresariais para alcançar a visão de um continente africano integrado. A Embaixador reiterou o forte compromisso da Alemanha em apoiar a União Africana no aproveitamento dos benefícios do comércio, da livre circulação e da migração laboral, em conformidade com a Agenda 2063 e os ODS.

Durante os três dias do Fórum, os participantes, incluindo os altos funcionários dos Estados-Membros e os peritos académicos, discutirão, entre outros, o nexo entre a livre circulação, migração e comércio e o papel crucial dos mecanismos nacionais de coordenação na facilitação da circulação de pessoas que, em última análise, contribuem para a expansão do comércio no âmbito da AfCFTA.

OMS AFRO

Colaboração com a KOICA contra a resistência antimicrobiana

A Organização Mundial de Saúde e a Agência de Cooperação Internacional da Coreia do Sul (KOICA, *Korea International Cooperation Agency*) de Gana assinaram um [Acordo](#) para pilotar um novo projeto que fortalecerá os esforços em andamento para proteger contra os perigos da Resistência Antimicrobiana (AMR, Antimicrobial Resistance) no Gana.

O novo projeto intitulado - Parceria para a Segurança da Saúde em Gana ao abrigo de "Aumento das Capacidades de Segurança da Saúde através da Agenda Global de Segurança

Sanitária (GHSA, *Global Health Security Agenda*) Fase 2", no valor de 100 mil dólares americanos, será implementado na região norte do Gana.

Esse projeto busca otimizar o uso de medicamentos antimicrobianos, fornecendo orientação prática, capacitação e apoio a unidades de saúde selecionadas na região norte para implementar intervenções de manejo antimicrobiano em hospitais e laboratórios. Serão também elaborados diretrizes e manual de treinamento para o Gana.

Falando na cerimônia de assinatura do acordo, o Representante da OMS no Gana, Prof. Francis Kasolo, ressaltou as ameaças globais de saúde e intensificação da AMR e expressou gratidão ao Governo da Coreia do Sul por juntar as mãos com a OMS para apoiar os esforços do Gana.

"A resistência antimicrobiana surgiu como uma séria ameaça não apenas para os seres humanos, mas também para os animais", observou o professor Kasolo. "Esta parceria irá gerar informações importantes necessárias para desenvolver drogas e informar as comunidades sobre as ameaças da RAM e, finalmente, contribuir para salvar vidas e meios de subsistência."

Por sua vez, Diretor de País da KOICA, Donghyun Lee, expressou a alegria da KOICA em fazer parceria com a OMS em nível nacional e subnacional ao abordar a principal prioridade de saúde pública do Governo de Gana. "Essa iniciativa fortalecerá os sistemas de saúde e capacitará as comunidades locais", afirmou. "Este projeto é para o povo de Gana e permite o diálogo entre parceiros e partes interessadas para alcançar a solução que imaginamos em conjunto."

A RAM ocorre quando bactérias, vírus, fungos e parasitas mudam ao longo do tempo e não respondem mais aos medicamentos, tornando as infecções mais difíceis de tratar e aumentando o risco de propagação da doença, suas formas graves e morte. Como resultado da resistência a medicamentos, os antibióticos e outros medicamentos antimicrobianos tornam-se ineficazes e as infecções tornam-se cada vez mais difíceis ou impossíveis de tratar.

Imagem 3: Acordo de colaboração OMS-KOICA



Fonte: OMS AFRO, 2023.

A OMS declarou que a RAM é uma das 10 principais ameaças globais à saúde pública que a humanidade enfrenta. Espera-se que este novo projeto complemente os esforços em curso destinados a enfrentar a RAM e seus perigos associados no Gana.

Global Gateway Fórum: Regulamentação é o principal obstáculo ao fabrico de medicamentos em África

A África importa [94%](#) dos medicamentos que seu povo usa, mas de acordo com alguns peritos de saúde pública, o obstáculo mais assustador para produzir localmente não é instalações pobres, falta de financiamento, falta de pessoal, direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro dos candidatos prováveis. Em vez disso, são os obstáculos regulatórios a nível nacional que as empresas enfrentarão à medida que a União Europeia prometer transferir a produção para países africanos, avaliaram as autoridades no passado 25 de outubro durante o fórum "[Global Gateway Forum 2023 - Stronger Together through Sustainable Investment](#)" da União Europeia em Bruxelas.

"Preocupa-me que vai ser a coisa que mais nos atrasa", afirmou Peter Sands, Diretor Executivo do Fundo Global para Aids, Tuberculose e Malária, considerando a regulamentação "a parte mais complicada e difícil de toda essa equação." Apontando para a necessidade crítica de demanda para corresponder à oferta se a fabricação for transferida para a África, Sands acrescentou: "Caso contrário, acabaremos com fábricas sem ninguém para vender, com economia que não funcionará."

Os países do continente podem ter sistemas regulatórios fragmentados, muitas vezes fracos e fronteiras porosas, os quais representam desafios para garantir que os medicamentos não sejam falsos ou abaixo do padrão. A União Africana está em processo de criação da Agência Africana de Medicamentos, uma agência reguladora central encarregada de harmonizar a regulamentação em todo o continente, mas seu estabelecimento tem sido lento.

O Dr. Ngashi Ngongo, chefe da equipe do CDC África, enfatizou a necessidade de regulamentação comum em todo o continente tendo afirmado: "Temos 55 países. Vamos repetir o mesmo processo em todos os países? É complicado."

O problema foi discutido em um painel de discussão no fórum Global Gateway, um evento de dois dias que ocorreu em 26 e 27 de outubro e contou com discussões sobre projetos de desenvolvimento da União Europeia em países de baixa e média rendas. Um dos [87 esquemas](#) da parceria é [impulsionar](#) "a fabricação e o acesso a vacinas, medicamentos e produtos de tecnologia de saúde no Senegal, Ruanda, Gana e África do Sul."

A União Europeia [informa](#) que mais de bilhão de euros já foram investidos no projeto através do Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças para reforçar "as capacidades do CDC em África" para realizar a mudança.

As parcerias para a fabricação de vacinas africanas também funcionam nesse espaço, com foco no aumento da produção de vacinas africanas de 1% de todas as suas vacinas para 60% até 2040. Nascida da pandemia de Covid-19, a iniciativa é supervisionada pelo CDC África.

Enquanto isso, a [Área de Livre Comércio do Continente Africano](#), que entrou em funcionamento em 54 países em 2021, busca eliminar tarifas sobre bens e serviços, mas tem ainda um longo caminho a percorrer para harmonizar os muitos diferentes sistemas regulatórios do continente.

Ngongo explicou que o CDC África está desenvolvendo um "instrumento legal para compras agrupadas", para empenhar os Estados africanos a comprar produtos cobertos e "comprar juntos, a fim de criar as economias de escala que precisamos para baixar os preços." "Depois que o produto é registrado, ele pode ser usado em todos os 55 países, aproveitando também o acordo de livre comércio continental", disse ele.

Sands afirmou que o Fundo Global e o [PEPFAR](#), a iniciativa global de AIDS dos EUA, são os "atores dominantes no mercado" garantindo a compra de testes de diagnóstico de HIV produzidos localmente, medicamentos antivirais e mosquiteiros para proteger contra a malária, bem como vacinas. "A questão vai ser a velocidade com que podemos navegar nessas coisas através dos vários obstáculos regulatórios - seja através do processo PQ (*Performance Qualification*) ou aprovações regulatórias locais", alertou.

Caroline Gennez, Ministra belga de Cooperação para o Desenvolvimento, que também fez parte do painel de discussão, afirmou: "Eu não poderia concordar mais. Se a África produz vacinas, a África do Sul, por exemplo, e eles compram suas próprias vacinas na Índia, então é um problema. É tudo sobre a formação do mercado."

O Global Gateway descreve o propósito de seu projeto de saúde como "diversificar as cadeias de suprimentos farmacêuticos dos países parceiros e fortalecer as capacidades de fabricação de vacinas." "O objetivo é priorizar a segurança das cadeias de suprimentos e o desenvolvimento da fabricação local", afirma Caroline, observando que "um ambiente regulatório sustentável" é uma parte fundamental desse quebra-cabeças.

Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SADC²¹⁷

A Cúpula Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada em Luanda, República de Angola, em 4 de novembro de 2023, foi presidida por João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola e Presidente em Exercício da SADC. Participaram do encontro líderes e representantes de diversos países membros da SADC, abordando temas cruciais para a região.

Imagem 4: Foto de Chefes de Estado e de Governo da SADC



Fonte: SADC, 2023.

²¹⁷ <https://www.sadc.int/latest-news/communique-extra-ordinary-summit-sadc-heads-state-and-government>

Um dos principais focos dessa Cúpula foi a crescente preocupação com a deterioração da segurança e da situação humanitária no leste da República Democrática do Congo (RDC), incluindo relatos de ataques e ocupação territorial pelo grupo M23, em flagrante violação do cessar-fogo. Nesse contexto, foram emitidas orientações estratégicas para o destacamento da Missão da SADC na RDC (SAMIDRC), visando a restauração da paz e segurança na região.

Adicionalmente, foram enaltecidos os Estados-Membros que ofereceram contribuições suplementares para o destacamento da SAMIDRC, ressaltando a necessidade de liderança da SADC na mobilização de recursos para promover a paz e segurança na região, inclusive através da reativação do Fundo de Paz da SADC, com a colaboração de Parceiros de Cooperação Internacionais.

A Cimeira também dedicou atenção às eleições realizadas nos Estados-Membros da SADC, com relatórios detalhados das Missões de Observação Eleitoral da SADC nas Eleições Harmonizadas no Zimbábue, em agosto de 2023, e nas Eleições Gerais no Reino de Eswatini, em setembro de 2023. Destacou-se o apoio às eleições pacíficas e bem-sucedidas planejadas para Madagascar e RDC, agendadas para novembro e dezembro de 2023, respectivamente, com ênfase nas Missões de Observação Eleitoral da SADC.

Foi igualmente enfatizada a urgência de implementar reformas no Reino do Lesoto, visando garantir estabilidade política, econômica e segurança nacional. Reconheceram-se os esforços do Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, designado pela União Africana para promover a paz no leste da RDC.

Por fim, a Cúpula conferiu mandato ao Presidente em Exercício da SADC, com o apoio da Troika do Órgão, para intensificar os esforços diplomáticos entre a RDC e Ruanda, visando a consecução de uma paz duradoura na RDC. O evento representou um marco significativo para a região, mas também suscitou importantes reflexões sobre os desafios enfrentados pelas organizações regionais na busca por soluções efetivas e duradouras para questões prementes.

Revisão do RISP 2020-2026 no âmbito de cooperação entre o BAD e a SADC²¹⁸

Em destaque um telefonema de cortesia entre Angele Makombo N'tumba, Secretária Executiva Interina da SADC, e Leïla Farah Mokadem, Diretora Geral do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a África Austral. O telefonema serviu como uma introdução à missão consultiva sobre a Revisão Intercalar Combinada e a Avaliação do Desempenho do Portfólio Regional do Documento de Estratégia de Integração Regional para a África Austral ([RISP 2020-2026](#)), agendada para 23 a 27 de outubro de 2023.

O RISP 2020-2026, aprovado em novembro de 2022, identifica a conectividade de infraestruturas, a integração do mercado e a industrialização como principais prioridades, alinhadas com os temas "High 5" do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD): Integração Regional; Alimentar África; Iluminar e Energizar África; Industrializar África; e Melhorar a Qualidade de Vida do Povo de África.

N'tumba expressou gratidão ao BAD pelo apoio contínuo à implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC ([RISDP 2020-2030](#)) e pela assistência aos Estados-Membros da SADC por meio de compromissos bilaterais. Ela enfatizou a importância das reuniões de consulta para fortalecer a cooperação entre a SADC e o BAD,

²¹⁸ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-afdb-deliberate-regional-integration-strategy-paper-southern-africa>

especialmente no que diz respeito à operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC.

A Sra. Mokadem, por sua vez, destacou o compromisso do BAD em colaborar com a SADC e enfatizou as prioridades do Banco, incluindo segurança alimentar, comércio, energia e mobilização de recursos internos. Além disso, o BAD está envolvido em projetos em andamento, como financiamento sustentável, convergência macroeconômica, governança dos oceanos e facilitação do comércio e do trânsito, incluindo o apoio à operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC (RDF).

A missão consultiva teve como objetivo revisar a relevância estratégica do RISP para as prioridades regionais da SADC, avaliar o progresso na sua implementação e consolidar lições aprendidas para a estratégia regional pós-2026. Consultas técnicas em vários setores, como agricultura, comércio, energia, água, transporte, TIC, mudanças climáticas, economia azul, entre outros, desempenharão um papel fundamental na missão consultiva. Judith Kateera, Secretária Executiva Adjunta para Assuntos Corporativos da SADC, juntamente com outros altos funcionários, contribuiu com conhecimentos técnicos em diversos portfólios durante a cimeira.

Potencial Africano na produção de minerais para veículos elétricos e energias Limpas²¹⁹

O mercado global de veículos elétricos (VEs) e energia limpa está projetado para valer trilhões de dólares, impulsionado pela crescente demanda por tecnologias de energia limpa. A [Agência Internacional de Energia](#) (IEA) prevê que os fabricantes de tecnologias de energia limpa precisarão de até quarenta vezes mais lítio, vinte e cinco vezes mais grafite, e cerca de vinte vezes mais níquel e cobalto em 2040 do que em 2020.

Para explorar essa oportunidade, o governo da RDC, juntamente com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), firmou uma parceria com instituições financeiras africanas para canalizar investimentos visando aumentar a participação da África na cadeia de valor de baterias de íons de lítio, VE e energia limpa.

A RDC, que possui 51% das reservas mundiais de cobalto e grande potencial de energia hidroelétrica, está em uma posição única para se tornar um produtor de materiais e células de baterias de íons de lítio de baixo custo e baixas emissões. Além disso, a RDC e Zâmbia são os maiores produtores de cobre na África, um componente crucial na fabricação de VE e motores.

Imagem 5: Minerais críticos em África e sua procura global

Mineral / Country	Percentage of some selected world proven reserves										Projections 2050 projected global annual demand from energy technologies as % of 2018 global annual production	
	DR Congo	Gabon	Ghana	Guinea	Madagascar	Morocco	Mozambique	South Africa	Tanzania	Zambia		Zimbabwe
Bauxite				25								9%
Cobalt	51				1.4	0.2	0.5					460%
Copper	2.2								2.4			7%
Graphite					8.1	7.8		5.3				494%
Iron ore							0.1					1%
Lithium										1		488%
Manganese		4.7	1				40					4%
Vanadium							16					189%

Fonte: BAD, 2023.

²¹⁹ <https://www.afdb.org/en/news-and-events/rich-green-minerals-african-countries-eye-booming-electric-vehicle-and-clean-energy-market-worth-trillions-dollars-65241>

Um estudo da BloombergNEF analisou a viabilidade da criação de Zonas Econômicas Especiais para fabricar precursores de baterias na RDC e Zâmbia, confirmando que o projeto era tecnicamente viável e financeiramente sustentável, com um custo estimado de US\$ 2,7 bilhões.

Lítio, cobalto, manganês, níquel e grafite, minerais essenciais para baterias de íons de lítio, estão disponíveis na África, incluindo na RDC, Zâmbia, África do Sul, Madagascar, Moçambique, Tanzânia e Gabão. Com a RDC estimando possuir vários milhões de toneladas de reservas de lítio, a região ainda possui vastas potencialidades não exploradas.

Diversos países, incluindo os Estados Unidos, assinaram acordos de cooperação com a RDC e Zâmbia para desenvolver uma cadeia de valor integrada na produção de baterias para VE nos países africanos. As baterias de íons de lítio também oferecem possibilidades além dos VE, como o armazenamento de energia gerada por fontes eólicas, solares e hidroelétricas, superando o problema de "intermitência". A demanda por minerais "verdes", como cobre, grafite e terras raras, deve aumentar à medida que nações mais ricas buscam a descarbonização de suas economias.

A expansão das cadeias de valor de VE em países ricos em minerais, como a República Democrática do Congo e a Zâmbia, pode impulsionar um mercado de VE em crescimento estimado em até US\$ 57 trilhões até 2050. No entanto, será necessário um investimento significativo em infraestrutura da cadeia de suprimentos para transformar o continente em um centro global de produção de baterias.

A assinatura de um acordo de US\$ 6,4 bilhões entre o Reino de Marrocos e o fabricante de baterias chinês Gotion High-Tech Co em 2023 é um exemplo disso. Isso cria uma fábrica para a produção de baterias de VE em Marrocos com capacidade anual de 100 gigawatts, mostrando a crescente atração de investimentos na indústria de baterias na África. Por isso, o Fórum de Investimento da África pode desempenhar um papel importante na atração de investimentos para o setor de baterias verdes. O evento anual do Fórum de Investimento da África reunirá patrocinadores de negócios, investidores, líderes governamentais e instituições financeiras para avançar em transações relacionadas à fabricação de baterias verdes.

A fabricação de baterias verdes será um setor prioritário nas atividades do Fórum de Investimento da África em 2023, que acontecerá em Marrakech, Marrocos, de 8 a 10 de novembro, sob o tema "Desbloqueando as Cadeias de Valor da África". Outros setores em destaque durante o evento incluirão energia renovável, agroindústria e outras áreas onde os países africanos têm vantagens comparativas.

Conferência sobre o Impacto das Mudanças Climáticas na Saúde em Moçambique: Resultados e Recomendações

Moçambique realizou uma conferência entre os dias 2 e 3 de novembro de 2023, que abordou o impacto das mudanças climáticas na saúde, contando com a participação de diversos especialistas. O Diretor-Geral do Instituto Nacional de Saúde (INS), Eduardo Samo Gudo, enfatizou a importância do país no investimento em Saúde e Clima. O evento teve como objetivo discutir evidências científicas e compartilhar experiências nacionais e internacionais relacionadas às mudanças climáticas e sua influência na saúde.

O especialista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Damiano Borgogno, destacou a necessidade de planejar infraestruturas de saúde com maior segurança energética e adaptabilidade às condições climáticas.

Imagem 6: Um dos painéis da Conferência de Maputo



Por sua vez, Baltazar Candrinho, Chefe do Programa Nacional de Combate à Malária, abordou como as alterações climáticas afetam a malária, tornando o controle da doença um desafio. Ele enfatizou a importância de estratégias direcionadas para combater a doença em um contexto de mudanças climáticas.

A conferência também destacou a vulnerabilidade da rede sanitária nacional a ciclones e inundações, ressaltando a importância do planejamento e da adaptação. Um estudo apresentado revelou como a precipitação contribui para o aumento de casos de malária e doenças diarreicas, enfatizando a necessidade de implementar ações programáticas para reduzir esses riscos.

Os participantes também discutiram a importância de formar profissionais competentes na gestão de dados climáticos e recomendaram o treinamento de profissionais de saúde em questões relacionadas às mudanças climáticas.

Por fim, o pesquisador Eusébio Chaquisse, do Ministério da Saúde, defendeu a implementação da Vigilância Baseada na Comunidade (VBC) para lidar com surtos e doenças resultantes de eventos climáticos. A conferência enfatizou a necessidade de fortalecer a resiliência climática em saúde com base em evidências e inovação científica, promovendo a colaboração entre especialistas nacionais e internacionais nas áreas de saúde e meio ambiente.

União Europeia: onde está a diplomacia?

European Union: where is the diplomacy?

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract : *After 30 days of conflict in the Middle East, the European Union remains paralyzed in its diplomatic capacity to seek a peace solution. This is because the bloc is divided in its political positions and is limited to endorsing Israel's right to defense. The problem is not the right to defend oneself, but how to do it. What we have witnessed is the extermination of the Palestinian population by Israel. In this sense, although the EU is proud to defend the existence of two states, the lethargy of diplomacy may come too late. Will the Palestinian people be left to form a state? And if the Palestinian people resist, in which territory will their State be?*

Keywords: *European Union Enlargement; war; WHO/Europe;*

Resumo. Após 30 dias de conflito no Oriente Médio, a União Europeia segue paralisada em sua capacidade diplomática para buscar uma solução de paz. Isto por que o bloco está dividido em suas posições políticas e se limita a referendar o direito de defesa de Israel. O problema não é o direito de se defender, mas como se defender. O que temos assistido é o extermínio da população palestina por Israel. Neste sentido, apesar da UE se orgulhar de defender a existência de dois estados, a letargia da diplomacia pode chegar tarde demais. Restará povo palestino para formar um Estado? E se o povo palestino resistir, em qual território habitará seu Estado?

Palavras-chave: Alargamento da União Europeia; guerra; OMS Europa;

Após 30 dias de conflito no Oriente Médio, a União Europeia segue paralisada em sua capacidade diplomática para buscar uma solução de paz. Isto por que o bloco está dividido em suas posições políticas e se limita a referendar o direito de defesa de Israel. O problema não é o direito de se defender, mas como se defender. O que temos assistido é o extermínio da população palestina por Israel. Neste sentido, apesar da UE se orgulhar de defender a existência de dois estados, a letargia da diplomacia pode chegar tarde demais. Restará povo palestino para formar um Estado? E se o povo palestino resistir, em qual território habitará seu Estado?

O Conselho Europeu se reuniu entre 26 e 27 de outubro, quando discutiu temas como a guerra na Ucrânia, o Oriente Médio e Migrações. As [conclusões da reunião](#), não trazem novidades. O Conselho reitera sua firme condenação da guerra da Rússia contra a Ucrânia e reafirma o apoio inabalável da União Europeia (UE) à independência, à soberania e à integridade territorial da Ucrânia. A União Europeia continuará a prestar forte apoio financeiro, econômico, humanitário, militar e diplomático à Ucrânia e à sua população durante todo o tempo que for preciso. O Conselho Europeu sublinha a importância dos esforços dos Estados-Membros e, no imediato, a necessidade de acelerar a prestação de apoio militar à Ucrânia a fim de ajudar a satisfazer as necessidades militares e de defesa prementes do país, incluindo mísseis e munições, nomeadamente ao abrigo da iniciativa relativa ao fornecimento de um milhão de munições de artilharia, bem como sistemas de defesa aérea para proteger a sua população e as suas infraestruturas críticas e energéticas. Perante a continuação dos ataques da Rússia contra as infraestruturas civis e críticas da Ucrânia, a União Europeia e os seus Estados-Membros intensificarão a prestação de assistência humanitária e de proteção civil à Ucrânia, incluindo o

fornecimento de equipamentos como geradores elétricos, transformadores de potência, unidades de aquecimento móveis e equipamentos de alta tensão e de iluminação, a fim de ajudar a Ucrânia e a sua população a enfrentar mais um inverno em guerra. A União Europeia continua empenhada em apoiar, em coordenação com os parceiros internacionais, a reparação, a recuperação e a reconstrução da Ucrânia, incluindo o processo de desminagem. Neste contexto, o Conselho Europeu congratula-se com os resultados da Conferência Internacional de Doadores sobre a Desminagem Humanitária na Ucrânia, realizada em Zagrebe em 11 e 12 de outubro de 2023, nos quais se inclui o apoio à governança eficiente da ação anti-minas. A capacidade da Rússia para travar a sua guerra de agressão tem de ser ainda mais enfraquecida, nomeadamente através de sanções mais reforçadas, da sua aplicação plena e efetiva e da prevenção da evasão, sobretudo no que respeita aos bens de alto risco, em estreita cooperação com os parceiros e aliados. A União Europeia manifesta a sua profunda decepção pelo fato do Parlamento russo ter aprovado uma lei para retirar a ratificação pela Federação da Rússia do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (TPTE). O Conselho Europeu congratula-se com a prorrogação, até março de 2025, da proteção temporária das pessoas deslocadas da Ucrânia. A União Europeia continua empenhada em apoiar as pessoas deslocadas, tanto na Ucrânia como na União Europeia, inclusive através de uma assistência financeira adequada e flexível aos Estados-Membros que suportam os maiores encargos com os custos de saúde, de educação e de subsistência dos refugiados.

Reafirmando a Declaração dos seus membros de 15 de outubro de 2023, o Conselho Europeu condena com a maior veemência possível o Hamas pelos seus ataques terroristas brutais e indiscriminados em Israel, sublinhando firmemente o direito de Israel de se defender em conformidade com o direito internacional e o direito internacional humanitário. Reitera o seu apelo ao Hamas para que liberte imediatamente todos os reféns sem qualquer condição prévia. O Conselho Europeu reitera a importância de assegurar a proteção de todos os civis e lamenta todas as perdas de vidas civis. O Conselho Europeu manifesta a sua mais profunda preocupação com a deterioração da situação humanitária em Gaza e apela a um acesso humanitário contínuo, rápido, seguro e sem entraves e a que a ajuda chegue a quem dela necessita. A União Europeia trabalhará em estreita colaboração com os parceiros da região para proteger a população civil, prestar assistência e facilitar o acesso a alimentos, água, cuidados médicos, combustível e abrigo. O Conselho Europeu recorda a necessidade de evitar uma escalada regional e de dialogar com os parceiros a este respeito, inclusive com a Autoridade Palestina. A União Europeia está pronta a contribuir para relançar um processo político com base na solução assente na coexistência de dois Estados.

[As divisões entre Estados-membros da UE sobre a forma como Israel deve reagir na Faixa de Gaza, já causam danos à reputação do bloco.](#) Analistas alertam para a perda de credibilidade da UE ao se pronunciar sobre leis da guerra e direito humanitário e, principalmente, quanto ao papel do bloco como futuro mediador da paz na região. A ambiguidade da UE tem sido criticada pelos parceiros na região, incluindo o rei Abdullah da Jordânia, que falou de desvalorização das vidas palestinas face às vidas israelitas. A Alemanha foi um dos países que impediu uma declaração clamando um cessar-fogo, tendo o apelo se limitado a "pausas e corredores humanitários" no acesso à Faixa de Gaza. Para Pierre Viemont, ex-diplomata do serviço de ação externa da EU, o bloco "tem agora, de lidar com uma espécie de desvantagem no que diz respeito aos países árabes e, de forma mais geral, com muitos parceiros no Sul do globo, que perderam um pouco a confiança na diplomacia da União Europeia. Mas não podemos esquecer que foi a UE que surgiu com a ideia de uma solução de dois Estados."

Em seu perfil no Instagram, a Comissão Europeia, propagandeia a proteção dos civis, graças a uma ponte aérea humanitária, com 8 voos financiados pela UE para o Egito que já transportaram mais de 372 toneladas de ajuda fornecida por parceiros. Ali, a Comissão anuncia que vai quadruplicar a ajuda humanitária para 100 milhões de euros; apelar a um acesso e ajuda humanitários contínuos, rápidos e seguros às pessoas necessitadas; apoiar a coordenação de operações no âmbito da Capacidade Europeia de Resposta Humanitária; e prestar ajuda às pessoas necessitadas, tais como medicamentos, material médico e educativo. Em resposta, internautas acusam a Comissão de hipocrisia e questionam onde está o pedido de cessar-fogo. Nas ruas da Europa, milhares de pessoas pedem o cessar-fogo pelo terceiro final de semana consecutivo

A ONU também não consegue clamar por um cessar-fogo, devido às diferentes visões sobre o conflito. A assembleia-geral extraordinária da ONU, apelou a uma trégua humanitária imediata, duradoura e sustentada que conduza à cessação das hostilidades. Neste fórum a Europa se mostra ainda mais fragmentada. Alemanha, Áustria, Croácia e Chéquia votaram contra uma resolução sobre um cessar-fogo na Faixa de Gaza. Contra a resolução por uma trégua humanitária votaram Croácia, Chéquia e Austria. A Alemanha se absteve, tendo sido acompanhada por mais 14 países, dentre os quais Itália, Reino Unido, Holanda, Polônia, Grécia, Suécia, Tunísia e Ucrânia. Favoráveis à resolução foram Portugal, Espanha, França, Bélgica, Suíça, Noruega, dentre outros.

O projeto de alargamento da União Europeia, que adormecia, mas precisou ser acordado em função da guerra no quintal europeu, segue em discussão. [A ministra alemã das Relações Exteriores, Annalena Baerbock, recebeu 17 ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e dos países candidatos, incluindo o ucraniano Dmytro Kuleba, para uma conferência em Berlim sobre o alargamento da UE.](#) Na ocasião, ela afirmou que a União Europeia tem de se alargar para evitar tornar mais vulneráveis todos os países do continente europeu. "Moscou vai continuar a tentar separar de nós, não só a Ucrânia, mas também a Moldávia, a Geórgia e os Balcãs Ocidentais", disse Baerbock em discurso. "Se estes países puderem ser permanentemente desestabilizados pela Rússia, isso também nos torna vulneráveis, torna-nos a todos vulneráveis. Não podemos continuar a permitir-nos zonas cinzentas na Europa", acrescentou.

Ainda em seu discurso, Baerbock instou o bloco a fazer as reformas ousadas necessárias para garantir a rápida adesão dos países candidatos, como a Ucrânia, e defendeu que o alargamento é essencial para a UE manter a sua influência geopolítica e cimentar a sua unidade. No entanto, o bloco precisa repensar profundamente os seus próprios quadros institucionais, financeiros e de tomada de decisões para garantir a sua eficiência com mais membros. [O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, apresentou 2030 como a data limite para a UE estar pronta para o alargamento,](#) resta saber se a Comissão Europeia consegue assumir o desafio.

Apesar da notável ascensão da direita e extrema-direita na Europa, a democracia resiste no continente. O Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (International IDEA), uma organização intergovernamental com sede em Estocolmo, divulgou [relatório sobre o estado da democracia no mundo, apontando uma tendência de enfraquecimento da democracia em todo o mundo.](#) A Europa mantém o seu estatuto de região com melhor desempenho a nível mundial, mas registaram-se declínios em muitos países, incluindo em democracias estabelecidas, como Portugal, Reino Unido, Áustria e Países Baixos.

E por falar em extrema-direita, a [Itália aprovou em primeiro turno, uma lei que parece feita sob medida para impedir a concessão da cidadania italiana pedida por Jair Bolsonaro](#). Pela nova lei, a Itália vai investigar se o solicitante cometeu alguma conspiração política e contra o Estado, antes de conceder a cidadania. A lei ainda deve tramitar em segundo turno, mas pela ampla maioria conquistada no primeiro (191 a 6), dificilmente não será aprovada. O autor da lei diz ter se inspirado em Bolsonaro. Apesar de sua primeira-ministra de extrema-direita, a Itália dá demonstração de zelo por sua democracia. "Quando estava pensando no texto da emenda, o caso Bolsonaro me veio à mente imediatamente. A Itália não pode permitir que pessoas que tenham conspirado contra o Estado possam ter a cidadania reconhecida. Isso não faz bem para nossa Democracia", disse autor da proposta de lei, deputado do partido Verdi e Esquerda, Angelo Bonelli. "Se o governo der a cidadania aos filhos de Bolsonaro ou mesmo ao ex-presidente, será um fato de gravidade sem precedentes para a democracia", concluiu o deputado.

Outro relatório, este europeu, divulgado pela Comissão Europeia, acende um importante alerta ao atestar o [rápido envelhecimento da população da União Europeia](#), que ameaça minar a competitividade do bloco, exacerbar a escassez de mão-de-obra, inflar os orçamentos públicos e aprofundar as desigualdades regionais. As conclusões do relatório, pintam um quadro alarmante da profunda transformação social e económica desencadeada pela redução da força de trabalho. "Nos Países Baixos, a habitação e a densidade populacional são um desafio fundamental, enquanto em algumas regiões de Espanha é o declínio populacional. Na Itália, o principal desafio é o declínio das taxas de natalidade e o envelhecimento da população. A Grécia é o Estado-Membro com o envelhecimento mais rápido. A Croácia luta contra a fuga de cérebros de pessoas mais jovens."

[De acordo com o relatório](#), prevê-se que a população da UE, que era ligeiramente superior a 448 milhões de pessoas no início deste ano, atinja o seu pico por volta de 2026 e depois diminua gradualmente, perdendo 57,4 milhões de pessoas em idade ativa até 2100. Mais preocupante, o rácio de dependência do bloco — o rácio entre o número de idosos e o número de pessoas em idade ativa — aumentará dos atuais 33% para 60% no final do século. A mudança drástica na pirâmide demográfica vai alterar o mercado de trabalho, com escassez generalizada que poderá inibir as taxas de crescimento, produtividade e inovação, acelerando a perda de competitividade face a outras grandes economias.

Antes do inverno chegar, [tempestades atingem a Europa](#), deixando 160 mil pessoas sem luz na França. Depois da tempestade *Ciarán*, que provocou quase 20 mortos em sete países, agora é a *Domingos* que afeta a costa sudoeste de França, aonde chegou com ventos próximos de 150 km/hora, ameaçando também a Itália. Na Toscana, a região mais afetada e onde morreram pelo menos sete pessoas, teme-se que os solos não aguentem mais chuva e que se repitam, na Toscana, as cheias da semana passada.

Entre 24 e 26 de outubro aconteceu a [73ª sessão do Comitê Regional da OMS para a Europa](#), em Astana, no Cazaquistão. Resiliência foi a palavra de ordem no [discurso do Diretor Regional, Hans Kluge](#), dividida em três pilares: governança, sistemas de saúde e pessoas resilientes. Para ele, uma governança resiliente deve ser participativa, alinhada com os processos globais, que em última análise, contribuem para uma OMS resiliente. Kluge afirma que a melhor forma de aumentar a natureza participativa da governança da OMS/Europa é através de missões nos países. A segunda característica seria o alinhamento com os processos globais, sendo uma primeira dimensão de alinhamento, com a agenda do Secretário-Geral das Nações Unidas para trabalhar em unidade; e a segunda, obviamente com as políticas globais

da OMS. Ele aproveita a ocasião para anunciar o árduo trabalho para fornecer uma forte contribuição pan-europeia para a 28.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que pela primeira vez terá um Dia da Saúde dedicado, no dia 3 de Dezembro, em Dubai. A terceira dimensão do alinhamento é a colaboração inter-regional: reforçar a unidade e a coerência interna da OMS.

O segundo pilar de uma Região Europeia resiliente da OMS são os sistemas de saúde resilientes. Nesta seara, Kluge traz três desafios: “estamos enfrentando uma tremenda crise na força de trabalho na área da saúde e dos cuidados. No ano passado, chamei isso de bomba-relógio. Falando francamente, tornou-se bastante dramático. Isto faz parte de um quadro mais amplo associado ao envelhecimento demográfico, às necessidades e expectativas crescentes de uma população mais doente e à escassez de mão de obra em todos os setores.” O segundo grande desafio está relacionado com os medicamentos, tanto com uma escassez sem precedentes de medicamentos muito essenciais como com o aumento do custo dos medicamentos inovadores. Na verdade, isto está muito relacionado com uma das maiores ameaças à saúde no mundo, que é a resistência aos antibióticos (RAM). O terceiro desafio é que está ficando difícil manter o nível de investimento na saúde e nos sistemas de saúde, vistos durante a pandemia de Covid-19.

O terceiro, e talvez o mais importante, pilar de uma Região Europeia resiliente da OMS são as pessoas resilientes. O que precisamos para isso? Primeiro, paz. Em segundo lugar, equidade. Terceiro, participação social. Foi um longo discurso, com muitos agradecimentos e tom de campanha, mas aqui como na União Europeia não há espaço para solidariedade com o povo palestino. Quando aborda a guerra, Kluge repete o mantra europeu: “Tal como o Dr. Tedros, na OMS/Europa condenamos veementemente os ataques atrozes e injustificados do Hamas ao inocente povo israelita. Apelamos à libertação imediata de todos os reféns que foram levados para Gaza, muitos deles idosos e crianças, que necessitam de cuidados médicos. Apelamos a todas as partes para que se comprometam de acordo com as regras do direito humanitário internacional, protegendo particularmente os cidadãos e os profissionais de saúde.”

Além das [resoluções emanadas da Assembleia](#), uma série de [eventos paralelos](#) foi realizada nas semanas anteriores à 73ª sessão do Comité Regional da OMS para a Europa (RC73), envolvendo delegados, parceiros e especialistas em saúde sobre desenvolvimentos, iniciativas e novos relatórios relevantes para a saúde em toda a Região Europeia da OMS. Os eventos abordaram o 14º Programa Geral de Trabalho da OMS; O “Relatório europeu sobre a qualidade dos cuidados e a situação da segurança do paciente; Academia Pan-Europeia de liderança; Lançamento da Rede Youth4Health; Saúde sexual e reprodutiva para a cobertura universal de saúde; Iniciativas de equipas médicas de emergência na Região; e “Confiança e transformação” nos sistemas de saúde.

Em outro evento paralelo, a OMS/Europa, juntamente com a UNICEF e o Governo do Cazaquistão, co-organizou uma conferência internacional para celebrar o 45º aniversário de Alma-Ata e o 5º aniversário das declarações de Astana sobre cuidados de saúde primários: a conferência “[Políticas e práticas de cuidados de saúde primários: implementação para melhores resultados](#)”. Com objetivo de manter os cuidados de saúde primários (CSP) no topo da agenda dos países europeus, o evento buscou: fazer um balanço dos progressos realizados na implementação dos compromissos assumidos na Declaração de Astana em matéria de cuidados de saúde primários desde 2018, incluindo o impacto da pandemia de COVID-19; e identificar políticas e práticas para a transformação dos cuidados de saúde primários à prova de futuro,

para avançar no sentido da cobertura universal de saúde, para uma maior resiliência face a emergências e para uma melhor saúde e bem-estar.

Conclusões

Impressiona o poder de Israel e seus aliados. Impressiona o silêncio para defender o povo palestino. A União Europeia, dividida, não é capaz de clamar por uma solução diplomática para o conflito e se limita a “passar pano” para Israel. Acusada de fazer jogo duplo, pois condena os ataques russos, mas não consegue condenar os ataques israelitas, a credibilidade da diplomacia europeia e sua capacidade de mediação são questionados. Cúmplices do genocídio, países e suas lideranças, parecem reconhecer que a guerra movimenta a economia, durante e após os conflitos. Vimos o Diretor Regional da OMS Europa se queixar da dificuldade em manter os investimentos em saúde, mas isto não acontece na guerra. As indústrias lucram e crescem. Na realidade, os conflitos NÃO absorvem recursos, eles os desviam, ao mobilizar a indústria bélica para a destruição da vida, estruturas, patrimônios; e depois a da construção civil para as reconstruções. Como se não bastasse, os conflitos ainda contribuem para aprofundar as desigualdades globais, gerando dívidas e financiamentos para os atingidos, movimentando também a roda financeira.

O povo de Gaza não tem tempo para esperar!

The people of Gaza have no time to wait!

Lúcia Marques

“O caminho da paz é preferível ao caminho da guerra”. Yitzhak Rabin, Primeiro-ministro de Israel, à época, em discurso defendendo a Paz, em 4 de novembro de 1995. Logo depois, foi morto a tiros por um radical nacionalista.²²⁰

Resumo. O povo de Gaza não tem tempo para esperar! Não há tempo para a população em Gaza, sem água, sem comida, sem energia, sem socorro para feridos, hospitais por um fio; nem para os reféns que lá estão detidos; nem para os palestinos que estão a ser atacados na Cisjordânia; nem para os palestinos residentes em Israel a serem expulsos de suas casas e dos seus locais de trabalho. É urgente um cessar-fogo humanitário! O chefe da ONU apelou após o ataque de Israel ao comboio de ambulâncias, em Gaza: “todos aqueles com influência devem exercê-la para garantir o respeito pelas regras da guerra, acabar com o sofrimento e evitar uma propagação do conflito que poderia engolir toda a região”. Ouvidos continuam surdos. A morte de dezenas de civis não pode mais ser justificada como legítima defesa. É genocídio. E pode se tornar uma guerra perigosa para o mundo! O conflito de Gaza aumentou o fosso entre o Ocidente e o resto do mundo.

Palavras chaves: Gaza, cessar-fogo, urgência humanitária, Israel X Hamas

Abstract. *The people of Gaza have no time to wait! There is no time for the population in Gaza, without water, without food, without energy, without aid for the injured, with hospitals hanging on by a thread; nor for the hostages held there; nor for the Palestinians who are being attacked in the West Bank; nor for Palestinians living in Israel to be expelled from their homes and workplaces. A humanitarian ceasefire is urgent! The UN chief appealed after Israel's attack on the ambulance convoy in Gaza: “all those with influence must exercise it to ensure respect for the rules of war, end suffering and prevent a spread of conflict that could engulf the entire the region”. Israeli and Western ears remain deaf. The death of dozens of civilians can no longer be justified as self-defense. It's genocide! And it could become a dangerous war for the world! The Gaza conflict has widened the gap between the West and the rest of the world.*

Keywords: Gaza, ceasefire, humanitarian urgency, Israel X Hamas

²²⁰ <https://www.dw.com/pt-br/o-assassinato-do-l%C3%ADder-de-israel-que-tentou-selar-paz-com-palestinos/a-666789> .

Yitzhak Rabin era detentor de um Nobel da Paz, concedido em 1994, juntamente com Yasser Arafat, líder palestino, por terem conduzido negociações para dirimir as tensões históricas entre judeus e palestinos. Mas o ódio da oposição nacionalista israelense, incitados pelo líder, e hoje primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, falou mais alto e Rabin foi assassinado a tiros. Um filme que conta a história do assassinato, produzido em 2015, “O último dia de Yitzhak Rabin”, do cineasta israelense Amos Gitai, chega aos cinemas do Brasil no embalo do atual conflito no Oriente Médio.

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/11/assassinato-de-yitzhak-rabin-e-definitivo-para-o-cinema-de-amos-gitai.shtml>

Não há tempo para a população em Gaza, sem água, sem comida, sem energia, sem socorro para feridos, hospitais por um fio; nem para os reféns que lá estão detidos; nem os palestinos que estão a ser atacados na Cisjordânia²²¹; nem para os palestinos residentes em Israel a ser expulsos de suas casas e dos seus locais de trabalho²²². É urgente um cessar-fogo humanitário! “Isto tem de parar” foi o apelo do Secretário Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, em [comunicado](#) após o ataque às ambulâncias, em frente ao hospital Al Shifa, na parte central de Gaza, quando faziam retirada urgente de feridos graves para outros hospitais mais ao Sul.²²³

Guterres complementa que o

*“direito humanitário internacional deve ser respeitado. Os civis e as infraestruturas civis, incluindo os trabalhadores e bens humanitários e médicos, devem ser protegidos. Os civis também não devem ser usados como escudos humanos. Os fornecimentos e serviços essenciais e o acesso humanitário desimpedido devem ser permitidos com segurança dentro e através de Gaza, numa escala proporcional a esta situação dramática. Todos aqueles que têm influência devem exercê-la para garantir o respeito pelas regras da guerra, acabar com o sofrimento e evitar uma propagação do conflito que poderia engolir toda a região”.*²²⁴

É urgente um cessar-fogo prolongado e crucial a negociação diplomática para dois Estados! A ausência de uma resolução para o persistente conflito Palestina-Israel, que já dura 75 anos, fez com que, sem surpresa, ele se agravasse mais uma vez.

O número de mortos chega a 10 mil, incluindo 4.104 crianças - estima-se que mais de 2 mil pessoas estão sob os escombros - e passa de 1,4 milhões de deslocados, segundo a ONU. O Ministério da Saúde do enclave registrou mais de 270 ataques a suas instalações desde o início da guerra, incluindo ataques aéreos em ou perto de três grandes hospitais no sábado. Setenta e um por cento de todas as unidades de cuidados primários em todo o enclave foram fechadas devido à falta de combustível, segundo atualização diária, neste 6/11. Os médicos também estão tendo que realizar operações, incluindo cesarianas em mulheres grávidas, sem anestesia²²⁵

Os Diretores do Comitê Permanente Interagências sobre a situação em Israel e no Território Palestino Ocupado declararam: “Basta! Precisamos de um cessar-fogo humanitário imediato”. Na sua [declaração conjunta](#), os líderes humanitários qualificaram o assassinato de um grande número de civis em Gaza como um *ultraje*. “Toda uma população está sitiada e sob ataque, sem acesso aos bens essenciais para a sobrevivência, bombardeada nas suas casas, abrigos, hospitais e locais de culto. Isso é inaceitável. Mais de 100 ataques contra os cuidados de saúde foram relatados.”

²²¹ <https://www.trtworld.com/middle-east/israel-raids-multiple-cities-in-occupied-west-bank-detains-palestinians-15513632>

²²² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-11/israel-envia-milhares-de-trabalhadores-palestinos-de-volta-gaza>

²²³ <https://www.youtube.com/watch?v=QWJJWT2htYw>

²²⁴ [comunicado](#)

²²⁵ [Guerra entre Israel e Gaza ao vivo: número de palestinos mortos chega a 10.000, incluindo 4.000 crianças \(thenationalnews.com\)](#)

Ataques à saúde, incluindo o ataque a hospitais e a restrição da entrega de ajuda essencial, como suprimentos médicos, combustível e água, violam o Direito Internacional Humanitário.

Nas redes sociais, Benjamin Netanyahu escreveu “Israel e as Forças de Defesa estão operando de acordo com os mais altos padrões do direito internacional para evitar prejudicar inocentes. Continuaremos a fazê-lo até a nossa vitória.”²²⁶

Não é o que o mundo está assistindo, independente da guerra de narrativas. Sobre “os altos padrões do direito internacional”, o jornalista João Paulo Charleaux, tomando como exemplo o ataque ao comboio de ambulâncias em Gaza, [postou um thread no Twitter](#) no qual explica, usando o argumento da presunção de direito à auto defesa, como Israel não respeitou os direitos internacionais, usando como ponto de partida a 1ª Convenção de Genebra, de 1864, sobre proteção de feridos e enfermos, sobre a convenção do uso do símbolo de uma cruz vermelha para identificação dos transportes de feridos, entre outros ²²⁷

A poderosa incursão do Hamas em Israel, há um mês, provocou uma resposta israelense sob a forma de bombardeios intensivos e indiscriminados contra uma Gaza povoada, equivalendo a um potencial genocídio. Israel também cortou o fornecimento de água, alimentos, eletricidade e combustível ao enclave bloqueado. E não foi a primeira vez. Gaza sofreu este tipo de represália em 2006, 2008, 2012, 2014 e 2021, que causou a morte de milhares de civis inocentes, muitos deles crianças.

O conflito Israel-Palestina não eclodiu da noite para o dia. O conflito israelo-palestino não pode mais ser ignorado. Manifestações ao redor do mundo clamam por cessar-fogo!

Mas o país mais poderoso do mundo (EUA), aliado de Israel, não pede um cessar-fogo e, em vez disso, apoia "pausas humanitárias" para permitir a entrada de ajuda crucial em Gaza sitiada²²⁸ - e até isso está difícil de acontecer. A declaração do presidente americano, Joe Biden, de que “os EUA continuam comprometidos com o direito dos palestinos à dignidade e à autodeterminação” carece de credibilidade devido à sua decisão de enviar mais armas para Israel. Enquanto isso, seu Secretário de Estado, Antony Blinken, em viagem ao Oriente Médio, responde à pressão dos líderes árabes para um cessar-fogo imediato, dizendo que uma “interrupção neste momento apenas permitiria que o Hamas se reagrupasse e atacasse Israel novamente”²²⁹.

A morte de dezenas de civis não pode ser justificada como legítima defesa.

À medida que a guerra em Gaza continua, a China posiciona-se cada vez mais como um contraponto à abordagem dos EUA e da Europa Ocidental, enfatizando a diplomacia e a necessidade de abordar as causas profundas do conflito.²³⁰ Pequim enfatiza a causa profunda do conflito, enquanto as autoridades dos EUA e de alguns países europeus tendem a descontextualizá-lo e a ignorar a história. O enviado especial da China para assuntos do Médio

²²⁶ <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/netanyahu-suspende-ministro-que-sugeriu-usar-arma-nuclear-em-gaza/>

²²⁷ <https://threadreaderapp.com/thread/1720795485361913878.html>

²²⁸ ['Ceasefire now': Protesters link Gaza truce to 2024 US vote \(trtworld.com\)](https://www.trtworld.com/news/2023-11/ceasefire-now-protesters-link-gaza-truce-to-2024-us-vote)

²²⁹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-11/eua-rechacam-pressao-de-estados-arabes-por-cessar-fogo-em-gaza>

²³⁰ https://mecouncil.org/blog_posts/gaza-crisis-puts-us-unipolarity-push-in-doubt/

Oriente, Zhai Jun, em viagem à região para pressionar por um cessar-fogo entre Israel e o Hamas, apela por apoio ao “povo palestino na restauração dos seus legítimos direitos nacionais”.²³¹

O ataque em curso a Gaza ocorre numa altura em que os defensores da multipolaridade internacional contestam o sistema unipolar defendido pelos EUA e pelos seus aliados ocidentais. A guerra contínua na Ucrânia resume esta disputa entre estas duas visões. O conflito de Gaza também aumentou o fosso entre o Ocidente e o resto do mundo.²³²

Os EUA ainda são o país mais poderoso do mundo, mas se não conseguirem criar mais paz, a erosão de sua liderança é inevitável.²³³

Considerações finais

Para as considerações finais, transcrevo, com tradução livre, o discurso do deputado, pelo SINN/FEIN, do Parlamento Irlandês, Matt Carthy, no dia 18 de outubro – vale ouvir²³⁴ -, que expressa com clareza o momento crítico a que chegamos, pela inação, e a urgência de uma ação firme para a Paz permanente e uma Palestina livre e soberana.

“Vamos ser completamente claros:

O Hamas violou o direito internacional no dia 07 de outubro.

O Hamas atacou civis inocentes nas situações mais insensíveis e suas ações foram justamente condenadas por pessoas que pensam corretamente em todo o mundo.

Mas também devemos ser muito claros: Israel violou o direito internacional não apenas todos os dias desde o dia 07 de outubro, mas praticamente todos os dias por décadas. Israel ocupa terra palestina contra o direito internacional. Israel bloqueia o território palestino contra o direito internacional. Israel constrói e expande assentamentos ilegais contra o direito internacional. Israel impõe um sistema de apartheid que restringe a movimentação de palestinos e lhes nega os seus direitos fundamentais contra o direito internacional. E Israel, regular e sistematicamente, ataca e mata civis palestinos contra o direito internacional. Então a pergunta que deve ser respondida por todos nós, políticos, é: como o mundo responde a abusos flagrantes do direito internacional?

Quando se trata dos horríveis crimes de guerra de uma massa a resposta é muito clara e consistente; Líderes militares fizeram fila para dizer: "Israel tem o direito de se defender". Um após o outro repetiram essas palavras, o grande e o bondoso, incluindo o nosso governo, "Israel tem o direito de se defender", repetindo isso declaração após declaração, tweet após tweet, a despeito do pleno conhecimento de que estas palavras foram contaminadas. As palavras "Israel tem o direito de se defender" significam, na prática, que Israel toma para si esse direito como uma licença para bombardear civis, bombardear escolas, hospitais, outras infraestruturas civis, e agora foi toma como

²³¹A China assume a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas neste mês de novembro – recomendo a leitura do capítulo sobre China, do André Lobato, deste Caderno CRIS Informe 20-2023.

²³² https://mecouncil.org/blog_posts/gaza-crisis-puts-us-unipolarity-push-in-doubt/

²³³ Chamou a atenção a votação, no âmbito das Nações Unidas, no último dia 02 de novembro, pelo fim do embargo econômico, comercial e financeiro imposto à Cuba pelos EUA, desde 1962. Foram 187 votos a favor; uma abstenção (Ucrânia) e dois votos contra (EUA e Israel). <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1822847>

²³⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=f7fMYRjgIM>

licença para forçar o deslocamento de 1 milhão de pessoas de uma ponta a outra de uma prisão ao ar livre. De negar comida, energia, suprimentos médicos, para uma população sob cerco; para, de fato, negar-lhes água, de garantir que as crianças, os doentes, os deficientes, e os idosos vão literalmente morrer de sede.

"Israel tem o direito de se defender" agora se tornou um disfarce para "Israel tem o direito de se cometer genocídio" bem na frente dos nossos olhos. Por que nunca ouvimos as palavras: "A Palestina tem o direito de se defender"? Não quando uma flotilha humanitária que transporta suprimentos essenciais para Gaza é confrontada com um ataque militar; não quando Israel assassina 9 ativistas desarmados; não quando os palestinos marcham em protesto pacífico contra o bloqueio ilegal e são novamente confrontados com um ataque militar, causando o assassinato de 300 palestinos; Não depois dos incontáveis bombardeios em Gaza por parte das forças armadas de Israel, nem mesmo quando Israel ataca e mata 4 meninos palestinos jogando futebol na praia, não quando os palestinos foram arrastados para fora das suas casas, e forçados a assistirem suas casas sendo destruídas para permitir novos assentamentos ilegais israelenses, em áreas claramente definidas pelo direito internacional como sendo parte da Palestina. E não depois dos incontáveis ataques ofensivos de Israel contra o povo de Gaza ou da Cisjordânia, se ouviu nós mesmos, ou qualquer outro líder ocidental ser o autor das palavras: "A Palestina tem o direito de se defender"? E por que não?

E, por falar nisso, eu não estou dizendo para vocês dizerem estas palavras, é muito bom que vocês não o digam, porque todos nós sabemos que o povo da Palestina não tem a capacidade de se defender. Não contra uma das forças militares mais poderosas do mundo, que é apoiado por forças militares ainda mais poderosas. A verdade é que o povo da Palestina, bem como o povo inocente de Israel, não precisam que a comunidade internacional lhes digam que os seus líderes têm o direito de infligir mais bombardeios, mais dor, mais sofrimento. Eles precisam é que a comunidade internacional diga: Parem! que digam que libertem os reféns; que digam para parar os bombardeios, o cerco, o massacre. Eles precisam que a comunidade internacional diga a Israel para parar o bloqueio, parar o apartheid, parar com a anexação, parar com o genocídio. E eles precisam de países que liderem o caminho. E a Irlanda deveria ser um desses países que lidera o caminho. Nós conhecemos o colonialismo. Nós conhecemos o que é opressão. Nós conhecemos o conflito. Mas nós também sabemos resolver conflitos. Sabemos construir a paz. Sabemos como construir uma nação. E por causa do que sabemos, que a história nos ensinou?

Nosso posicionamento nesta noite deve ser claro: Imediato, completo, e inequívoco cessar fogo. E uma intervenção internacional decisiva que conduza as negociações e leve a um justo e duradouro acordo de paz, para, finalmente, a uma livre, soberana e independente Palestina."

Quem tem influência deve exercê-la junto à liderança de Israel; deve argumentar que a punição coletiva não apenas vai contra o direito internacional, mas radicalizará uma nova geração e semeará as sementes para futuros conflitos. Vozes de toda a região pediram negociações e maneiras de acabar com a violência, mas até agora não foram respondidas com ação.

O conflito Israel-Palestina começou por causa do ódio, que só aumentará e se tornará cada vez mais desafiador para as futuras gerações.

A humanidade ainda está dividida em “tribos”, agora, modernas: raça, religião, nacionalismo, riqueza. Continua o conceito de “nós contra eles”. Continua a construção de barreiras, sejam muros físicos, mentais, tecnológicos, digitais... Num tempo de medo e instabilidade, as pessoas continuarão a se agrupar para se proteger do que entendem como ameaça. E essas ameaças não vêm só das fronteiras.²³⁵ As Nações Unidas devem se adequar a esse novo cenário, dividido e múltiplo, urgentemente!

²³⁵ Marshal, Tim. 2021. A Era dos muros: Por que vivemos em um mundo dividido?; tradução Maria Luíza X. de Borges. – 1ª ed – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Um Abraão, dois Estados

André Costa Lobato

Abstract. *China assumes the presidency of the United Nations Security Council during the month of November with the mission of trying, among other council issues, to negotiate a ceasefire between the Israel Defense Forces (IDF) and the Islamic Resistance Movement (Hamas). In virtually all its statements, Chinese diplomacy blames the failure to create two states, one Palestinian and one Israeli, as the source of the problem. But before China's major placements on the Security Council, a bit of history.*

Resumo. A China assume a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas durante o mês de novembro com a missão de tentar, entre outros temas do conselho, negociar um cessar-fogo entre as Forças de Defesa de Israel (IDF) e o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas). Em praticamente todas suas declarações, a diplomacia chinesa coloca como origem do problema a falha na criação de dois Estados, um palestino e um israelense. Mas, antes das principais colocações da China no Conselho de Segurança, um pouco de história.

A China assume a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas durante o mês de novembro com a missão de tentar, entre outros temas do conselho, negociar um cessar-fogo entre as Forças de Defesa de Israel (IDF) e o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas). Em praticamente todas suas declarações, a diplomacia chinesa coloca como origem do problema a falha na criação de dois Estados, um palestino e um israelense.

Mas, antes, um pouco de história

A inserção de um Estado judeu, em 1948, na região da Palestina é anterior à fundação da República Popular da China, em 1949. Foi em maio que David Ben-Gurion, líder da Organização Sionista Mundial, assinou a declaração de independência do Estado de Israel, logo quando o mandato colonial britânico sobre a Palestina se encerrava. A República Popular da China foi fundada em outubro, por Mao Ze Dong, líder do Partido Comunista da China.

Em comum, Palestina e China tem em sua história a luta pelo reconhecimento de suas existências como Estados, especialmente no que diz respeito às suas fronteiras e à participação em organizações internacionais. Grosso modo, o mesmo 'norte global' que demorou a reconhecer a China – e ainda o faz tacitamente em questões como a da ilha de Taiwan – é o que ainda não reconhece a existência de um Estado Palestino. O mesmo 'sul global' que apoiou a ascensão de Pequim, em 1971, como única representante da China na ONU – garantindo seu assento no Conselho de Segurança – é o que reconhece a Palestina. A grande maioria do 'sul global' também reconhece Israel. A normalização de laços diplomáticos entre os novos estados de Israel e China ocorre em 1992.

De diferente, o Estado chinês é cada vez mais proeminente, enquanto a Palestina tem sido exterminada territorialmente. Também não há na China uma associação tão direta entre doutrina bíblica e identidade nacional como no caso das religiões que historicamente disputam Jerusalém.

Dito isso, voltemos a este mês de novembro de 2023 e às **declarações do Embaixador Zhang Jun nas reuniões do Conselho de Segurança da ONU**. Abaixo, trechos das notas publicadas pela Missão Permanente da China nas Nações Unidas sobre o atual conflito Israel-Palestina.

- “Discurso do Embaixador Zhang Jun na Reunião de Emergência do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Situação Palestino-Israelita” (publicado em **30 de outubro** após votação emergencial na Assembleia Geral das Nações Unidas)²³⁶

Na passada sexta-feira, a 10ª sessão extraordinária de emergência da Assembleia Geral aprovou por esmagadora maioria uma resolução que apela a uma trégua humanitária imediata e duradoura que conduza à cessação das hostilidades. Isto refletiu o apelo generalizado por parte da comunidade internacional. No entanto, lamentável e inaceitável, Israel, fazendo ouvidos moucos às preocupações comuns da comunidade internacional, optou por intensificar ainda mais as suas operações militares em Gaza e declarou formalmente o lançamento de um ataque terrestre.

A China pede solenemente a Israel, como potência ocupante, que cumpra suas obrigações sob o Direito Internacional Humanitário, levante seu cerco total a Gaza, rescinda imediatamente sua ordem de evacuação de emergência e restaure rapidamente o fornecimento de bens de primeira necessidade, a fim de evitar um desastre humanitário ainda maior.

A China apela solenemente a maiores esforços diplomáticos para facilitar a libertação imediata de reféns e a trabalhar nesta base para abrir espaço ao diálogo, de modo a regressar à via de um acordo político.

A China apela solenemente a um certo grande país com especial influência sobre as partes envolvidas para que ponha de lado os seus interesses próprios e considerações geopolíticas e envide todos os esforços para pôr termo à guerra e restaurar a paz.

Não haverá barreira de proteção (firewall) em Gaza. É um mito perigoso pensar que uma guerra de contenção é possível ali.

- Declaração de voto do Embaixador Zhang Jun sobre o projecto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativo à situação Israel-Palestina (publicado em **25 de outubro**, após proposta de resolução feita pelos EUA)²³⁷

Muitos membros do Conselho, incluindo China, Rússia, Emirados Árabes Unidos e Brasil, propuseram emendas ao texto. No entanto, o patrocinador, ignorando as principais preocupações dos membros relevantes, fez apenas alterações cosméticas ao projeto antes que o texto fosse colocado em azul, a fim de apressar o Conselho a votá-lo. Em termos de conteúdo, o rascunho está seriamente desequilibrado e confunde o certo e o errado. Em termos de abordagem, o projecto foi apresentado à pressa e carecia do consenso necessário. Em termos

²³⁶Remarks by ambassador Zhang jun at the UN security council emergency meeting on the Palestinian-Israeli situation. (n.d.). Gov.Cn. Retrieved November 6, 2023, from http://un.china-mission.gov.cn/eng/hyyfy/202310/t20231031_11170872.htm

²³⁷Explanation of vote by ambassador Zhang jun on the UN security council draft resolution regarding the Palestinian-Israeli situation. (n.d.). Gov.Cn. Retrieved November 6, 2023, from http://un.china-mission.gov.cn/eng/hyyfy/202310/t20231026_11168489.htm

de efeito, o rascunho não reflete os apelos mais fortes do mundo por um cessar-fogo e o fim dos combates, e não ajuda a resolver a questão.

Neste momento, o cessar-fogo não é apenas um termo diplomático; significa a vida ou a morte de muitos civis. Se uma resolução do Conselho é ambígua sobre a questão da guerra e da paz e da vida e da morte, é não só irresponsável, mas também extremamente perigosa. Equivale a abrir caminho a acções militares em grande escala e a dar luz verde a uma nova escalada da guerra.

O que nos opomos é que a proposta de resolução não exorta as partes envolvidas a porem termo ao uso indiscriminado e assimétrico da força, nem exige uma investigação aprofundada sobre os ataques hediondos como o que ocorreu ao Hospital Al-Ahli.

O que nos opomos é que a proposta de resolução evite selectivamente fazer referência às causas profundas da actual crise humanitária em Gaza e não inste Israel a levantar totalmente o cerco a Gaza e a revogar a ordem de evacuação para o norte de Gaza.

O que nos opomos é que a proposta de resolução tente estabelecer uma nova narrativa sobre a questão palestiniana, ignorando o facto de o território palestino estar ocupado há muito tempo e fugindo à questão fundamental da independência do povo palestino. Vale a pena estar atento para que o projecto se afaste do espírito das anteriores resoluções da ONU e incorpore a perigosa lógica do choque de civilizações e da justificação da guerra e do uso da força.

A China não tem interesses egoístas na questão da Palestina. Qualquer iniciativa que contribua para a paz receberá o firme apoio da China. Qualquer esforço que facilite a reconciliação palestino-israelense será perseguido pela China com todos os esforços.

• Declaração de voto do Embaixador Zhang Jun sobre a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa à situação Israel-Palestina (publicada em **17 de outubro** a respeito da proposta de resolução da Rússia)²³⁸

Condenamos todos os actos que prejudiquem os civis e opomo-nos a todos os actos que violem o direito internacional. Apoiamos o Conselho de Segurança no desempenho de um papel responsável, apoiamos todos os esforços para desescalar as tensões e restaurar a paz e saudamos todas as iniciativas conducentes à protecção dos civis e ao alívio da crise humanitária. Com base nessa posição, votamos a favor do projeto de resolução.

Esperamos que Israel atenda ao apelo da comunidade internacional, retome o fornecimento de água, eletricidade e combustível para Gaza e pare com a punição coletiva do povo em Gaza. Apoiamos a abertura de um corredor humanitário em uma data precoce, para que alimentos, medicamentos e outros suprimentos de ajuda humanitária possam ser entregues em tempo hábil e sem problemas.

O projeto de resolução proposto pela Rússia demonstra a direcção geral do foco do Conselho nas preocupações humanitárias e na protecção de civis, que foi co-patrocinado por muitos países, incluindo países árabes como Egito, Arábia Saudita, Jordânia e Catar.

²³⁸ Explanation of vote by ambassador Zhang Jun on the UN security council resolution regarding the Palestinian-Israeli situation. (n.d.). Gov.Cn. Retrieved November 6, 2023, from http://un.china-mission.gov.cn/eng/hyyfy/202310/t20231018_11162652.htm

O Conselho não deve desistir dos seus esforços a este respeito. O Brasil também propôs um projeto de resolução. Nós recebemos bem isso.

O presidente chinês, Xi Jinping, destacou em muitas ocasiões que a maneira fundamental de resolver a questão palestina é estabelecer um Estado independente da Palestina. A história provou repetidamente que, para a situação palestino-israelita, a eclosão repetida da crise se deve fundamentalmente ao facto de a base da solução de dois Estados continuar a ser corroída, de o processo de paz no Médio Oriente se ter desviado do caminho certo e de as resoluções pertinentes das Nações Unidas não terem sido efectivamente implementadas.

Conclusão

Além das falas do Enviado da China no Conselho de Segurança, a questão dos dois Estados já foi colocada pelo presidente Xi Jinping²³⁹, pelo chefe da diplomacia chinesa Wang Yi e pelo Enviado Especial do Governo Chinês para o Oriente Médio, Zhai Jun²⁴⁰. Wang mencionou o tema em Washington com Antony Blinken, o secretário de Estado dos EUA, durante encontro para preparar um possível encontro de Xi com Biden em São Francisco²⁴¹. A China votou a favor das propostas de resolução feitas pelo Brasil e pela Rússia.

Um possível cessar-fogo durante a presidência rotativa da China poderia ser considerado um sucesso para Pequim, cada vez mais ativa em temas de governança internacional. O sucesso do acordo, mediado em março pela China, de retomada das representações diplomáticas entre Irã e Arábia Saudita aumenta ainda mais a expectativa. Dos membros do Conselho, a China é considerada por alguns analistas como o mais imparcial no conflito²⁴². Defende a criação de dois Estados e, diferente dos demais quatro membros do Conselho, não é um país predominantemente cristão.

Assim, em um mês, seria preciso resolver o imbróglio entre troca de prisioneiros israelenses, pausa humanitária e cessar-fogo duradouro. Um alívio humanitário já seria um motivo de comemoração. No longo prazo, a mediação chinesa poderia representar um novo consenso entre norte e sul globais nesta sangrenta disputa marcada na história das religiões abrahamicas.

²³⁹ China supports two-state solution on Palestinian issue: President Xi. (n.d.). Xinhuanet.com. Retrieved November 6, 2023, from http://www.xinhuanet.com//english/2017-07/18/c_136453856.htm

²⁴⁰ Special Envoy of the Chinese Government on the Middle Issue Zhai Jun Meets with Secretary-General of the League of Arab states Ahmed aboul gheit. (2023, October 22). Gov.Cn. https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbxw/202310/t20231023_11165903.html

²⁴¹ Wang Yi Holds Talks with U.s. secretary of state Antony blinken. (2023, October 28). Gov.Cn. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202310/t20231028_11170113.html

²⁴² MSN. (n.d.). Msn.com. Retrieved November 6, 2023, from <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/o-papel-que-a-china-quer-na-guerra-entre-israel-e-hamas/ar-AA1jo9WH?>

Em meio a desastre humanitário em Gaza, Sanders pede que o mundo tome ação

O senador Bernie Sanders fez um discurso apaixonado em 1º de novembro de 2023 (os comentários de Sanders podem ser assistidos [aqui](#)), abordando a crise humanitária em curso em Gaza. Ele pediu ação imediata para salvar vidas, interromper os bombardeios, implementar uma pausa humanitária, fornecer ajuda essencial e traçar um caminho para a paz e a estabilidade na região. Sanders destacou a terrível situação em Gaza, enfatizando a necessidade de uma pausa humanitária para entregar suprimentos críticos, já que milhares de vidas inocentes estão em risco. Ele ressaltou a importância de proteger todas as crianças, independentemente de sua nacionalidade.

O senador Sanders disse:

"A situação em Gaza hoje é um desastre. O Congresso precisa agir. A administração tem de agir. O mundo tem de agir.

Hoje, três semanas após o brutal ataque do Hamas contra civis em Israel – que deu início a esta guerra – muitas centenas de milhares de homens, mulheres e crianças inocentes em Gaza estão à beira do abismo.

Nas últimas três semanas, estima-se que cerca de 8.000 pessoas em Gaza foram mortas em bombardeios - incluindo mais de 3.000 crianças - e muitas mais ficaram feridas. Mais de um milhão de pessoas em Gaza foram deslocadas de suas casas, e cerca de 670.000 pessoas estão abrigadas em instalações da ONU, onde chegam a um litro de água por pessoa por dia. Eles não têm comida, água, suprimentos médicos e combustível suficientes. Os hospitais e instalações médicas de lá estão em condições de pesadelo, com centenas de bebês em incubadoras e pacientes em suporte de vida em risco de morte caso os geradores que os sustentam fiquem sem combustível. Os corredores estão repletos de feridos e deslocados, e médicos sobrecarregados devem afastar pacientes ou operar sem anestesia ou antibióticos.

A crise humanitária é terrível e agrava-se a cada minuto. Deve haver uma pausa humanitária, AGORA, para que suprimentos suficientes – alimentos, água, remédios, combustível – possam chegar ao povo de Gaza. Se não, outros milhares morrerão desnecessariamente. Não podemos permitir que isso aconteça. O fim do bombardeio é fundamental para salvar vidas inocentes e garantir o retorno seguro dos reféns."

Sanders também discutiu as condições em Gaza antes do conflito, apontando pobreza generalizada, desemprego e condições de vida inadequadas. Ele condenou o Hamas, uma organização terrorista autoritária, por suas ações e ideologia, e criticou o governo israelense de direita por políticas que exacerbaram as tensões e minaram as perspectivas de paz.

"Sejamos claros: as condições de vida em Gaza antes de 7 de outubro eram horríveis e desumanas – isso foi antes de o Hamas deflagrar a última guerra. Antes deste conflito, em Gaza, quase 80% das pessoas viviam na pobreza e dois terços dependiam de assistência humanitária. Quase metade da população, e mais de 70% dos jovens, estavam desempregados em Gaza. Que tipo de vida eles poderiam esperar? A eletricidade era intermitente, com apagões de 11 a 12 horas todos os dias. Os sistemas de água e saneamento eram inadequados, com escassez

constante de todas as necessidades básicas. Gaza estava praticamente isolada do mundo, com Israel e Egito limitando severamente o número de pessoas e os tipos de bens que podiam entrar ou sair. Na verdade, muitos observadores descreveram Gaza como "uma prisão a céu aberto". Tudo isso antes de 7 de outubro."

O discurso pediu uma mudança de estratégia, enfatizando que bombardeios sozinhos não levariam a uma solução. Sanders defendeu uma estratégia política que incluía promessas do direito dos palestinos de retornar a suas casas com segurança, negociações de paz mais amplas para uma solução de dois Estados e o fim dos esforços de anexação na Cisjordânia. Ele instou os Estados Unidos a apoiar essas condições e priorizar a ajuda humanitária e a proteção aos civis palestinos para estabelecer as bases para um futuro mais pacífico.

"Senhor Presidente, matar mulheres e crianças palestianas inocentes em Gaza não trará de volta à vida as inocentes mulheres e crianças israelitas que o Hamas matou.

Como qualquer outro país, Israel tem o direito de se defender e destruir o terrorismo do Hamas. Mas não tem o direito de matar milhares de homens, mulheres e crianças inocentes em Gaza. Israel não tem o direito de colocar em risco a vida de milhões de palestinos – metade dos quais são crianças – cortando água, alimentos, combustível e eletricidade. Esse tipo de ação contra uma população desamparada e empobrecida é moralmente inaceitável e viola o direito internacional. Israel não tem o direito de bombardear um bairro inteiro para atingir um líder ou instalação do Hamas. Mas é isso que o governo israelense está fazendo. Basta olhar para as imagens de satélite e fotografias de Gaza para ver que esta não é uma campanha cuidadosamente calibrada. Não são greves cirúrgicas.

Ontem, Israel atacou o densamente povoado campo de refugiados de Jabalia e matou um comandante do Hamas. Mas também mataram outras 50 pessoas e feriram outras centenas, embora o número exato ainda não seja conhecido. Esse foi, na verdade, o quarto ataque aéreo em Jabalia: um ataque aéreo de 9 de outubro matou 60, um ataque aéreo de 19 de outubro matou 18 e um ataque aéreo de 22 de outubro matou 30, de acordo com pesquisadores externos respeitados. A UNRWA – a agência de ajuda humanitária das Nações Unidas – informou ontem que seu chefe de segurança foi morto junto com sua esposa e oito filhos. No total, 67 trabalhadores da UNRWA foram mortos e 44 instalações danificadas desde 7 de outubro.

Senhor Presidente, permita-me que conclua dizendo que Israel tem também de iniciar o processo de definição de uma estratégia política – não pode bombardear o seu caminho para uma solução. Tal estratégia deve incluir, como primeiros passos mínimos, uma promessa clara de que os palestinos deslocados nos combates terão o direito absoluto de regressar às suas casas em segurança, um compromisso com conversações de paz mais amplas para promover uma solução de dois Estados na sequência desta guerra; o abandono dos esforços israelitas para esculpir e anexar a Cisjordânia; e o compromisso de trabalhar com a Autoridade Palestina para desenvolver uma verdadeira capacidade governativa.

Os Estados Unidos têm de deixar claro que estas são as condições da nossa solidariedade. Tal como queremos justiça para os israelitas assassinados pelo Hamas, também queremos justiça para o povo palestino. Isso não vai acontecer com o Hamas. Os palestinos precisam de um Estado próprio, contíguo, com liberdade de movimento e acesso que possa sustentar uma economia vibrante."

O clima e a saúde estão chamando a atenção da comunidade médica em meio à preparação para a COP28

O setor de saúde contribui com aproximadamente 8,5% das emissões de carbono nos Estados Unidos. Para ajudar a reduzir essas emissões, a Academia Nacional de Medicina (NAM) desenvolveu um recurso interativo de Mapa da Jornada de Sustentabilidade para apoiar os profissionais de saúde a acelerar seus esforços de descarbonização e sustentabilidade. Esta semana, a Ação Colaborativa para Descarbonizar os EUA. O Setor de Saúde realizará um webinar sobre Ativação de Profissionais de Saúde para Liderar a Ação Climática. Além disso, o Programa de Pesquisa do Golfo está aceitando inscrições para sua Bolsa de Política Científica de 2024.

Webinar: Ativando profissionais de saúde para liderar a ação climática

A Academia Nacional de Medicina, juntamente com o Institute for Healthcare Improvement, Health Care Without Harm e Practice Greenhealth, está promovendo um webinar gratuito em 9 de novembro de 2023, das 15h00 às 16h00 ET. O webinar mostrará histórias de ativação e liderança de profissionais de saúde em sustentabilidade. Você ouvirá líderes organizacionais que engajaram membros da força de trabalho de saúde em esforços para reduzir as emissões e construir resiliência, bem como profissionais de saúde que usaram com sucesso sua voz coletiva para defender que suas organizações assumissem compromissos climáticos.

Esta será uma oportunidade para aprender com os especialistas na área.

Também aconteceram outros eventos relacionados ao clima:

Webinar: Vamos pegar um ônibus - Entendendo os impactos na saúde e a equidade no transporte público 9 de novembro de 2023, | Virtual

Conferência: Resiliência no Transporte 2023: Conferência Internacional sobre Desafios do Clima Extremo e das Mudanças Climáticas 13 e 15 de novembro de 2023, | Presencial e Virtual

Webinar: Conversas sobre o Clima - Futuro dos Combustíveis Fósseis

16 de novembro de 2023, | Virtual

Encontro: Desenvolvimento Colaborativo do Espaço de Poros Subsuperficiais em Bacias Multiuso 27 de novembro de 2023, | Presencial e Virtual

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Adhemar Bahadian - Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação.

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Cesário Melantonio Neto - Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do site IG e outros veículos de comunicação

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós-Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert - Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Matheus dos Santos da Silveira - Graduado (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Estudante de Doutorado em Relações Internacionais, PUC-Rio

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos **75** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **20** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

16 de novembro – *O acordo sobre pandemias e as emendas ao RSI: a saúde global numa encruzilhada*

29 de novembro – *Guerras e saúde como ponte para a paz* (a confirmar)

13 de dezembro – *Saúde no G20 e a política externa brasileira*

14 de dezembro (extra) – *Saúde na COP 28*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 20/2023

Período de 26 de outubro a 08 de novembro

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

207 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.
